



PERÍODO 2003-2004

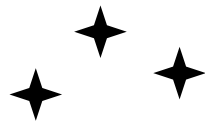
Juan José Taccone e Uziel Nogueira (editores)

Intal

Departamento de Integração e Programas Regionais
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - INTAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Ano 8. Informe MERCOSUL Nº 9





INFORME

MERCOSUL

PERÍODO 2003-2004

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Departamento de Integração e Programas Regionais
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe BID - INTAL
Esmeralda 130, andáres 16 e 17 C1035ABD, Buenos Aires, República Argentina
Tel: (54 11) 4 320-1850 Fax: (54 11) 4 320-1865
E-mail: pubintal@iadb.org <http://www.iadb.org/intal>

As idéias e opiniões expostas nesta publicação são de responsabilidades dos autores, as
quais não refletem necessariamente as políticas e/ou a posição do BID e do INTAL.

Impresso na Argentina

Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe
Informe MERCOSUL 9
1ª ed. - Buenos Aires: BID-INTAL, 2004.
132 p.; 28 x 21 cm.

ISBN 950-738-201-1

1. Mercosur I. Título
CDD 338.9

US\$ 15.00

Edição:
Susana Filippa

A série Informes Subregionais de Integração, a qual pertence o Informe MERCOSUL, representa um esforço do INTAL destinado a fomentar o conhecimento e difusão de informação relacionada com o dinâmico processo de integração vigente na América Latina e no Caribe. Como parte dessa corrente integracionista, o Mercado Comum do Sul foi constituído a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, como um caso protótipo para avaliar os sucessos e o desafios que encerra essa ambiciosa iniciativa.

A intenção do INTAL, por meio da publicação dessa série anual, é a de facilitar o acesso à informação a um universo potencial de leitores interessados no MERCOSUL, compreendendo os setores público e privado e a comunidade em geral da sub-região. Assim mesmo, espera-se transcender o interesse que desperta o MERCOSUL na sub-região, facilitando a sua difusão à comunidade internacional mediante a publicação do Informe em inglês, além dos idiomas oficiais do processo, espanhol e português.

Este Informe N° 9, que abrange o ano 2003 e o primeiro semestre de 2004, foi preparado pelo Dr. João Bosco Mesquita Machado, Vice-diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a colaboração do Sr. Regis Bonelli, Consultor do IPEA, e Sra. Simone Saisse, Consultora da Confederação Nacional da Indústria. Também colaboraram na elaboração de diferentes partes do informe o Sra. Renata Razo e Sra. Cristina Pessoa.

A coordenação, edição geral e técnica do Informe esteve a cargo dos senhores Juan José Taccone e Uziel Nogueira, Diretor e Economista em Integração do INTAL, respectivamente.

Seguindo com o objetivo de poder cobrir as expectativas suscitadas pelos números anteriores, convidamos os nossos leitores a enviar comentários e/ou sugestões a fim de melhorar, no futuro, o alcance e o enfoque do conteúdo destas publicações.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO

CAPÍTULO I. O CONTEXTO MACROECONÔMICO	1
A. Evolução e Perspectivas da Economia Mundial	1
B. A Recuperação Global	5
C. Tendências do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	9
D. A Economia Latino-americana	14
CAPÍTULO II. O CONTEXTO MACROECONÔMICO REGIONAL DOS PAÍSES DO MERCOSUL: DESEMPENHO RECENTE E PERSPECTIVAS	19
A. Argentina	19
B. Brasil	26
C. Paraguai	41
D. Uruguai	46
CAPÍTULO III. MERCOSUL: SETOR EXTERNO E COMÉRCIO INTERNACIONAL	55
A. Comércio	55
B. Transferências, Rendas de Fatores e Saldos em Conta Corrente	57
C. Evolução das Exportações do MERCOSUL segundo Intensidade de Tecnológica e Dinamismo	58
D. Comércio Exterior do MERCOSUL por Destino e Origem das Exportações e Importações	55
E. Saldos Comerciais Setoriais dos Países Membros	62
CAPÍTULO IV. A EVOLUÇÃO DA AGENDA INTERNA	65
A. A retomada de um lugar de destaque	65
B. O Estado das Artes dos Principais Temas	67
C. Cúpula de Puerto Iguazu	80
D. A Agenda Interna: o que ficou definido e o que precisa ser repensado	81

CAPÍTULO V. A EVOLUÇÃO DA AGENDA EXTERNA	85
A. As Negociações no Âmbito da ALCA	85
B. As Negociações MERCOSUL - União Européia	87
C. As Negociações MERCOSUL - Comunidade Andina	93
D. As Negociações MERCOSUL - África do Sul	97
E. As Negociações MERCOSUL - Peru	98
F. As Negociações MERCOSUL - Índia	100
G. As Negociações MERCOSUL -México	102
H. As Negociações MERCOSUL-Rússia	104
CAPÍTULO VI. O MERCOSUL E A INTEGRAÇÃO FÍSICA	105
A. Permanecem os desafios	105
B. A Evolução dos Principais Temas	105
ANEXO ESTATÍSTICO	109
BIBLIOGRAFIA	

SUMÁRIO EXECUTIVO

O período que se inicia no primeiro semestre de 2003 abriu uma janela de oportunidade para a agenda interna do MERCOSUL. A convergência das políticas cambiais dos países membros, a retomada do crescimento econômico na região e a posse de chefes de estado explicitamente favoráveis ao bloco criaram um clima propício aos entendimentos intra-MERCOSUL. A Reunião de Cúpula de Assunção, em junho de 2003, evidenciou um novo grau de ambição com o projeto de integração e seus resultados representaram um esforço de retomada da agenda de negociação interna do bloco.

A maioria dos temas da agenda avançou, em maior ou menor extensão, nos últimos 18 meses. Foi aprovado um programa de trabalho para o período 2004-2006, que estabeleceu metas e prazos para o cumprimento de diversos pontos da agenda. A coordenação macroeconômica ganhou relevância. A liberalização do comércio de serviços avançou com a conclusão da IV Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços.

Outro avanço foi o acordo entre os Estados Partes para a concessão do Visto MERCOSUL. Também foi aprovado, em dezembro, o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, um resultado dos trabalhos do Grupo *Ad Hoc* que, desde 1997, vinha elaborando um instrumento sub-regional que eliminasse as discriminações contra os Estados Partes nas compras de bens e contratações de serviços por um dos países membros.

Do ponto de vista da estrutura institucional, o principal avanço foi a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2004, do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias. Sua principal inovação é a criação do Tribunal Permanente de Revisão, que gera mais segurança jurídica ao sistema de solução de controvérsias tanto por assegurar a revisão de laudos como também por permitir um acúmulo de experiência que tende a agilizar a solução de controvérsias.

Em dois temas cruciais os avanços foram tímidos - a Tarifa Externa Comum (TEC) e a defesa comercial. Em relação à TEC, o Grupo de Alto Nível, constituído em 2001, teve prorrogado até novembro de 2004 o prazo para apresentar suas propostas sobre a consistência e dispersão das tarifas. Por outro lado, foi aprovado o Regime de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2006.

O déficit de instrumentos consensuais de defesa comercial intrabloco e a adoção unilateral de medidas protecionistas continuam a ser os elementos mais flagrantes da incipiência do MERCOSUL enquanto união aduaneira. O anúncio feito pela Argentina, às vésperas da Reunião de Cúpula de Puerto Iguazu, de que restringiria com aumento de tarifas e barreiras alfandegárias as importações de eletrodomésticos provenientes do Brasil é o exemplo mais recente disso.

Como resultado, a Reunião de Puerto Iguazu, em julho, transcorreu num ambiente menos favorável do que se antecipava; houve menos avanços estruturais e desvio das negociações para arranjos de curto prazo, que evitassem as restrições comerciais por parte da Argentina. O governo brasileiro entende que a crise entre Brasil e Argentina é um problema estrutural. Por essa razão, no período em que assume a presidência temporária do bloco, o governo brasileiro pretende buscar a integração econômica incentivando a distribuição das cadeias produtivas entre os países.

As questões de natureza conjuntural não representam mais um obstáculo ao avanço da agenda interna. Mas não se pode descuidar do fato de que essa agenda precisa ser criteriosamente avaliada à luz dos objetivos da integração. Uma possível estratégia de sucesso para o aprofundamento da integração do bloco

deve refletir as prioridades das agendas econômicas nacionais, como o aumento das exportações e do emprego. A agenda externa tem se mostrado insuficiente para cumprir esse papel.

Poucos foram os avanços nas negociações com as quais o MERCOSUL encontra-se envolvido no âmbito da Alca e do acordo com a União Européia. De fato, as negociações nestas duas frentes encontram-se neste momento virtualmente travadas, em razão das dificuldades de obtenção pelo MERCOSUL de concessões na área agrícola e também como resultado da pouca abrangência das ofertas do bloco sul americano, não só em termos do acesso a mercados de bens, assim como em outras áreas de interesse daqueles países, a exemplo dos serviços e das compras governamentais. O condicionamento do avanço destas negociações aos resultados a serem colhidos no âmbito da Rodada de Doha também passou a constituir um empecilho não desprezível à adoção pelos EUA e pela UE de uma posição mais flexível nas conversações com o MERCOSUL. Mantêm-se, todavia, os esforços para a expansão da rede de acordos bilaterais e plurilaterais, seja na esfera continental, seja com parceiros considerados estratégicos, a exemplo da África do Sul, da China ou da Índia. Como resultados destas iniciativas, o MERCOSUL finalmente concluiu o acordo com a Comunidade Andina (CAN), além de ter incorporado mais dois países na qualidade de associados, o México e o Peru.

O comércio, o investimento e o livre movimento de pessoas entre os Estados Partes continuam sendo dificultados, quando não impedidos, por barreiras físicas. Na América do Sul, a iniciativa mais importante no sentido de juntar esforços para melhorar e integrar a infra-estrutura da região remonta ao ano 2000, quando foi elaborado um plano chamado de Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

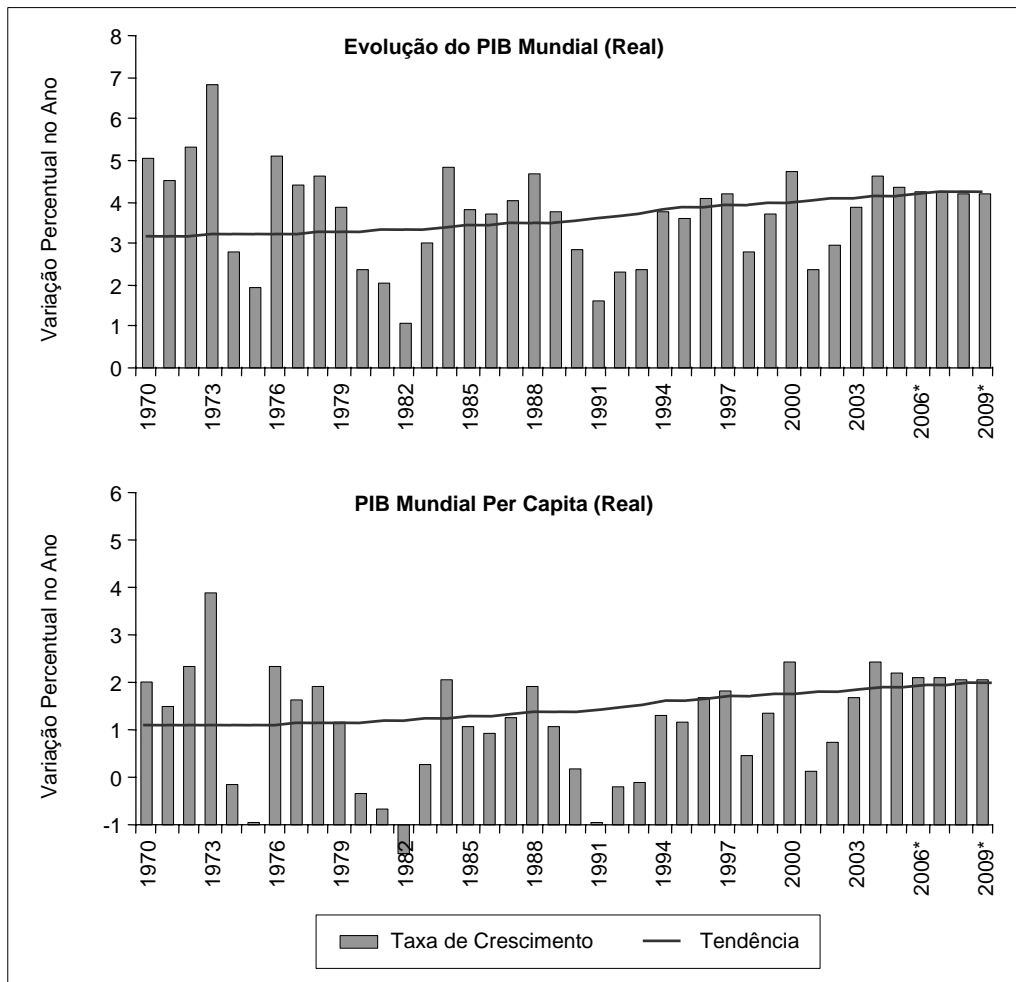
O MERCOSUL reconhece na IIRSA uma oportunidade para acelerar a integração do bloco sub-regional e estabeleceu como principais metas no Programa de Trabalho 2004-2006 dar prioridade aos projetos que sejam de interesse dos Estados Partes do bloco, integrar um Fundo Especial do MERCOSUL para infra-estrutura e desenhar um programa de investimentos em infra-estrutura física.

CAPÍTULO I. O CONTEXTO MACROECONÔMICO

A. Evolução e Perspectivas da Economia Mundial

O ano de 2003 foi marcado pelo fortalecimento da recuperação da economia mundial iniciada em 2002. A produção industrial teve forte expansão e foi acompanhada por aumento no comércio mundial. A recuperação foi sustentada e estimulada pelo crescimento nos investimentos fixos que se mostrou positivo para quase todas as regiões. No segundo semestre de 2003 a taxa de crescimento do PIB mundial chegou a 6%, a maior taxa desde 1999. O Gráfico I.1 registra, em sua parte da esquerda, as taxas de crescimento do PIB mundial de 1970 até o presente, incluindo tendência até 2009. Em sua parte direita ele mostra a evolução recente e tendência para o mesmo período em termos do PIB mundial *per capita*.

GRÁFICO I.1
EVOLUÇÃO DO PIB MUNDIAL - TOTAL E PER CAPITA (1970-2009*)



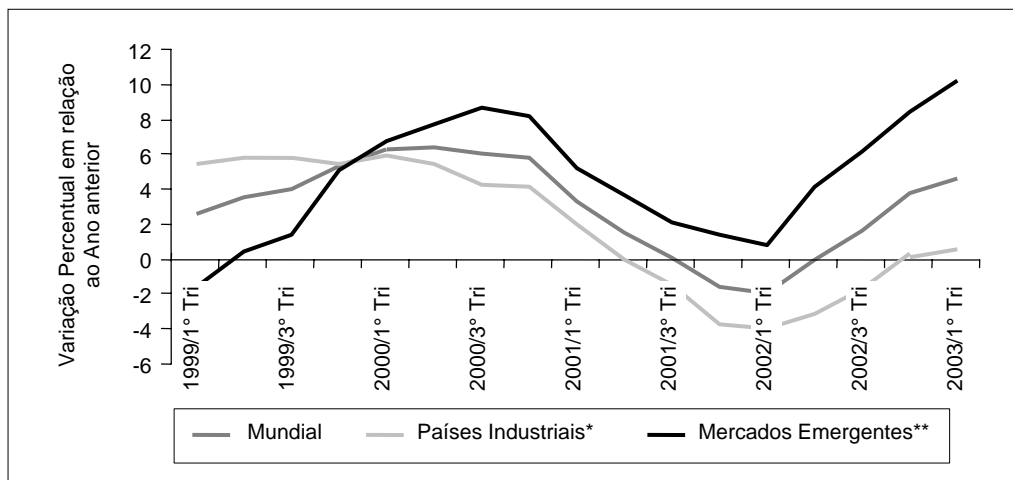
Nota: * Projeções.

Fonte: "World Economic Outlook 2003 - Advancing Structural Reforms", FMI.

As perspectivas de diversos analistas e instituições são de que o crescimento seja ainda mais elevado em 2004 -com desaceleração prevista para 2005-¹ tendo em vista o desempenho macroeconômico dos principais países no primeiro semestre do ano 2004. Ainda assim, vale ressaltar que tem sido destacada a existência de diversos fatores de incerteza para o futuro, especialmente em relação aos riscos geopolíticos, como ataques terroristas, e a evolução da cotação do petróleo no mercado internacional. A estes se agregam os riscos de uma desaceleração do crescimento da China e os efeitos decorrentes de aumentos da taxa de juros dos EUA. Esses pontos serão mencionados em mais de uma ocasião ao longo desse relatório.

O investimento mundial retomou níveis elevados ao longo de 2003 (com continuidade no começo de 2004), semelhantes aos observados no auge do ciclo anterior, em 2000, antes da recessão de 2001 e parte de 2002. Isso foi especialmente devido ao desempenho dos países emergentes (com ênfase na China, na Índia e nos países do leste e sudeste asiático).

GRÁFICO I.2
INVESTIMENTO MUNDIAL - 1º TRIMESTRE 1999/4º TRIMESTRE 2003



Notas: * Austrália, Canadá, Dinamarca, EUA, países da zona do euro, Japão, Nova Zelândia, Inglaterra, Suécia e Suíça.

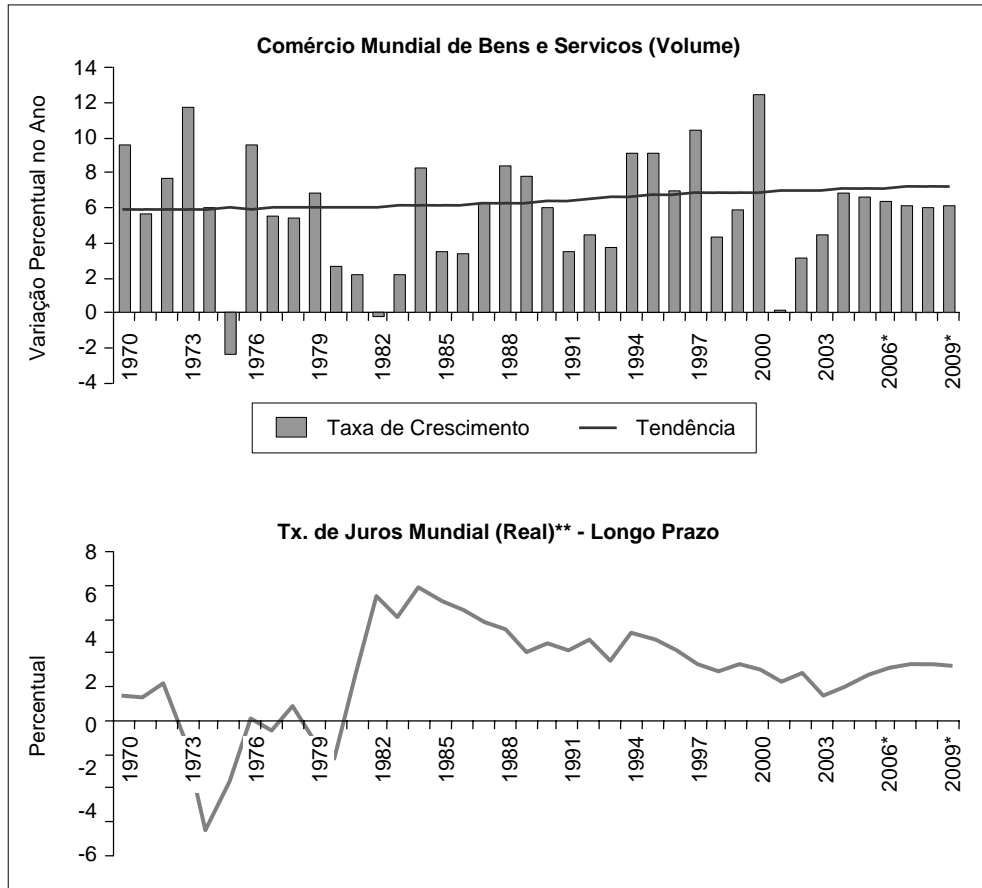
** África do Sul, Argentina, Brasil, Bulgária, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Estônia, Hong Kong, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, Coréia, Letônia, Lituânia, Malásia, Paquistão, Peru, Filipinas, Polônia, Romênia, Rússia, SAR, Singapura, República Eslováquia, Eslovênia, Província Chinesa de Taiwan, Tailândia, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

Fonte: "World Economic Outlook 2003 - Advancing Structural Reforms", FMI.

Subjacente ao excelente desempenho da economia mundial iniciado em 2002 está o comportamento de duas variáveis-chave: o comércio mundial e as taxas de juros internacionais. O Gráfico seguinte registra este aspecto ao apresentar a evolução de longo prazo da taxa de crescimento do volume do comércio internacional de bens e serviços entre 1970 e 2003, bem como uma projeção até 2009, no painel da esquerda. Observa-se uma taxa de crescimento da ordem de 4% em 2003, seguida de uma expansão (esperada) de 6% para o ano em curso. Já o painel da direita revela a substancial queda dos juros reais de longo prazo até 2003, bem como uma projeção de suave crescimento a partir de 2004. Ainda assim, o que essas projeções revelam é que os juros não deverão se aproximar dos níveis observados antes da recessão do começo dos anos 90.

¹ O levantamento semanal da revista The Economist indica previsões de 1,8% para o PIB da área do euro em 2004 (2,0% em 2005), 4,6% para os EUA (3,6% em 2005), 4,4 % para o Japão (2,2% em 2005) e 3,2 % para a Grã Bretanha (2,7% em 2005).

**GRÁFICO I.3
COMÉRCIO E JUROS MUNDIAIS: 1970-2009***



Nota: * Projeções.

* Taxa de Juros Mundial Real: Títulos do Governo ponderados pelo PIB médio dos últimos 10 anos menos as taxas de inflação para os EUA, o Japão, a Alemanha, a França, a Itália, a Inglaterra e o Canadá.

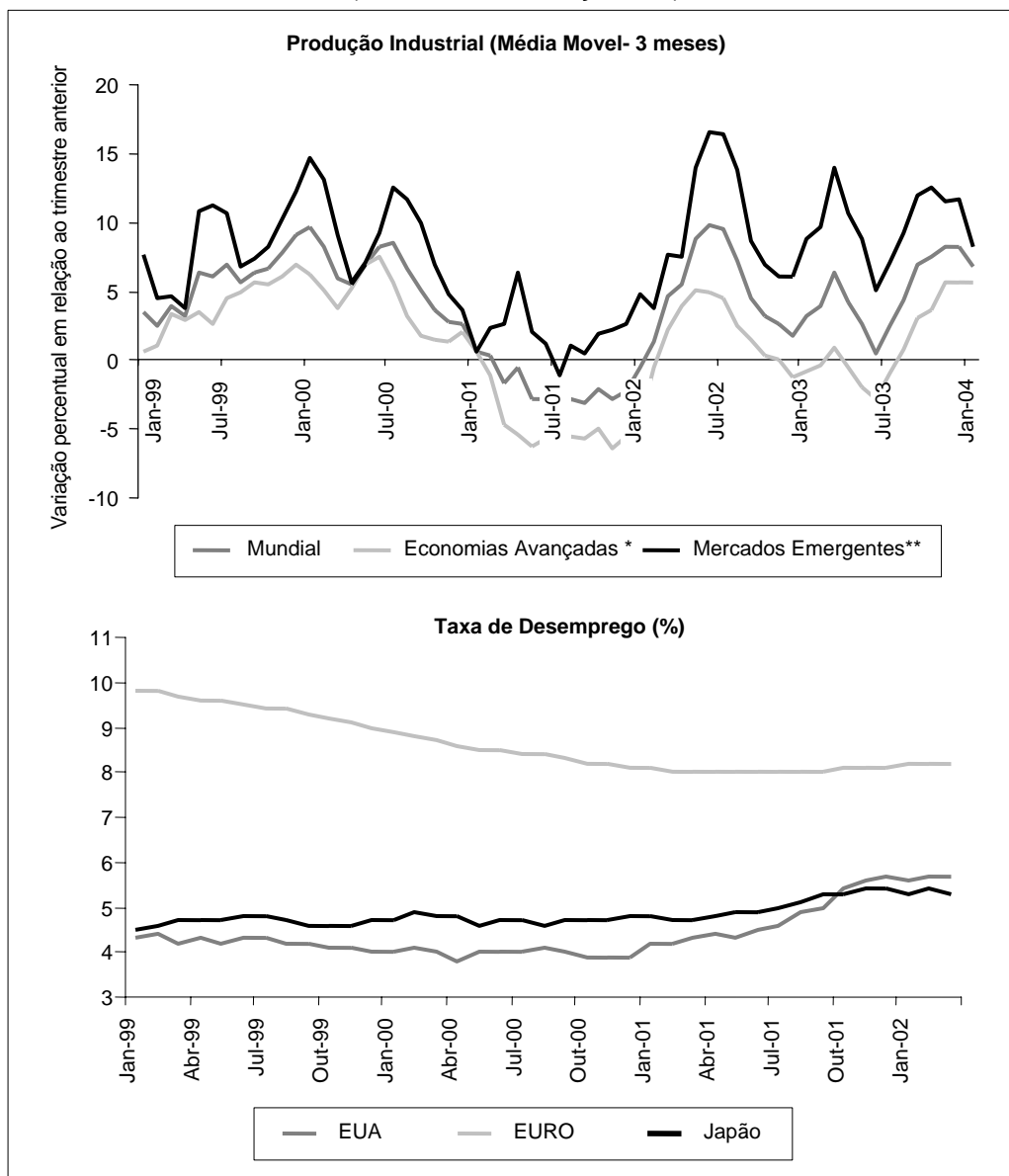
Fonte: "World Economic Outlook 2003 - Advancing Structural Reforms", FMI.

Um outro aspecto notável do crescimento recente é que ele ocorreu com preços aproximadamente estáveis e historicamente muito baixos. Mesmo no caso dos países em desenvolvimento a evolução recente dos preços ao consumidor tem sido bastante favorável, com inflação em média decrescente. A tendência que se projeta para o médio prazo também é bastante positiva.

A inflação em 2003 permaneceu controlada, com poucas exceções. Nas economias mais avançadas a média foi de 1,8 ponto percentual e a projeção do FMI é que em 2004 continue moderada, refletindo a situação ainda fraca do mercado de trabalho em diversos países e a forte concorrência dos mercados externos e internos. Nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento a inflação também ficou controlada em 2003, embora em nível mais alto do que nos demais.

Além disso, o desemprego manteve-se relativamente baixo em termos históricos e comparativamente a outras fases de recuperação, como se observa no gráfico seguinte, que mostra também a produção industrial recente.

GRÁFICO I.4
PRODUÇÃO INDUSTRIAL: JANEIRO 1999 - JANEIRO 2004 E DESEMPREGO %
 (Janeiro 1999 - Março 2004)



Notas: * Austrália, Canadá, Dinamarca, EUA, Zona do Euro, Japão, Nova Zelândia, Inglaterra, Suécia e Suíça.

** Argentina, Brasil, Bulgária, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Estônia, Hong Kong, SAR, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, Coreia, Latvia, Lituânia, Malásia, Paquistão, Peru, Filipinas, Polônia, Romênia, Rússia, Singapura, República Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Província Chinesa de Taiwan, Tailândia, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

Fonte: "World Economic Outlook 2003 - Advancing Structural Reforms", FMI.

Embora a recuperação tenha sido global, sua fonte e velocidade variam bastante de região para região. Pode-se atualmente afirmar que na Ásia emergente e nos Estados Unidos ela se deu de forma mais acelerada enquanto que na zona do euro, onde o consumo permanece fraco e alguns indicadores bastante importantes

não apresentaram bons resultados, a recuperação não está completamente estabelecida. A Tabela A.1 do Anexo Estatístico ilustra claramente este ponto ao mostrar as taxas de crescimento do PIB para países selecionados em 2002 e 2003 e as perspectivas para 2004-2005.

O mercado de câmbio também apresentou mudanças notáveis em 2003, continuando a tendência iniciada em 2002 (e mesmo antes, em relação a algumas moedas). O quadro de evolução das principais moedas internacionais em 2003 foi dominado pela desvalorização do dólar americano refletindo o desempenho do déficit em conta corrente dos EUA. Desde seu ponto máximo em meados de 2002, a moeda americana teve uma queda de cerca de 20 pontos percentuais em termos reais em relação às principais moedas internacionais. Em relação ao euro essa queda chegou a 30% (junho de 2001 a dezembro de 2003). Em meados de 2004 há indícios de que a desvalorização começou a funcionar como estímulo às exportações dos EUA.

Essa depreciação não foi, obviamente, igualmente distribuída entre países e regiões. As maiores quedas foram principalmente contra as moedas de outras economias avançadas, incluindo o euro e o yen. Contra as moedas de países emergentes os efeitos são menos claros. O dólar se depreciou em relação às moedas dos países em transição e à Ásia emergente e aumentou de valor em relação às moedas latino americanas. Embora as previsões sejam particularmente difíceis em relação ao mercado internacional de moedas, é difícil imaginar que no caso do dólar dos EUA a desvalorização possa ir muito mais longe do que a já alcançada. Mas existem opiniões em contrário, é claro.²

A depreciação do dólar combinada com a recuperação da economia global acarretou acréscimo nos preços de diversas *commodities*, com destaque para o petróleo. No caso desse produto, aliás, o preço do barril sofreu um aumento significativo ocasionado por uma demanda maior do que a esperada - principalmente dos EUA e da China - pelos baixos estoques, pelo atraso na recuperação da produção iraquiana e também por movimentos especulativos.

B. A Recuperação Global

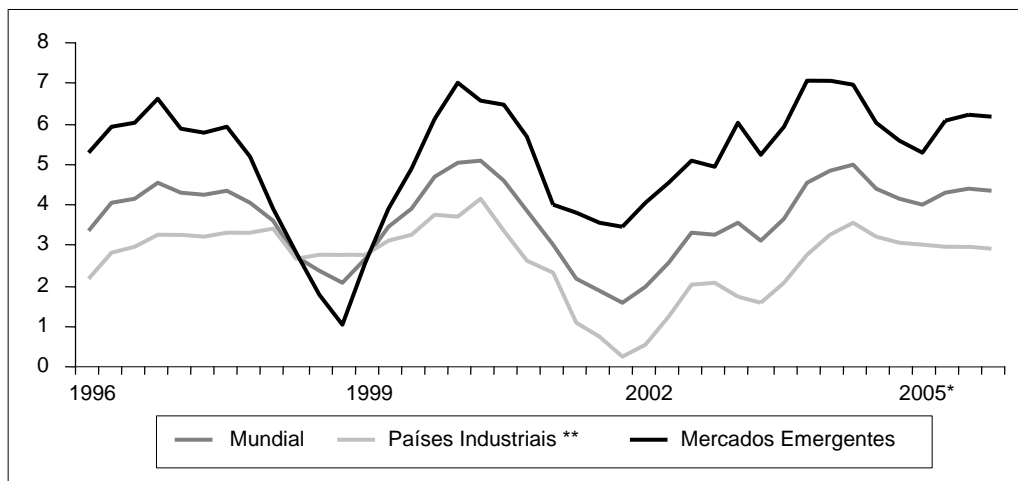
Depois de um período de incerteza e de tentativas de recuperação, os Estados Unidos iniciaram no segundo semestre de 2003 uma fase de crescimento sustentada por políticas monetária e fiscal expansionistas e pela estabilização dos acontecimentos geopolíticos. O PIB real cresceu a uma taxa anual de 8,5% no terceiro trimestre e a 4% no último trimestre do ano. Esse crescimento foi impulsionado pelo consumo privado que por sua vez foi motivado pela redução de impostos e pela taxa de juros baixa, pelo aumento dos investimentos tendo em vista o crescimento nos lucros e também pelas melhores condições de financiamento. Apesar do cenário bastante positivo, o mercado de trabalho permaneceu pouco aquecido em relação ao histórico do país.

As perspectivas, como vimos, são de que a economia americana continue crescendo fortemente até o final de 2004. Porém existe a necessidade de que seja estruturada uma política fiscal sustentável, tendo em vista que a política expansionista praticada em 2003 contribuiu para uma deterioração das contas americanas o que, no médio prazo, pode afetar sobremaneira o curso da economia global.

Na zona do euro, a recuperação ainda está muito lenta. O fraco crescimento do PIB real observado em 2003, de 1,5% no terceiro trimestre e de 1,4% no último trimestre, foi consequência de uma maior demanda externa. O aquecimento do comércio mundial impulsionou as exportações européias mesmo com a alta cotação do euro. Mas o crescimento do consumo foi fraco. A inflação se manteve estável, um pouco abaixo de 2%, e as expectativas são de queda para os próximos dois anos. Assim, este cenário favorável de estabilidade de preços sugere que o crescimento seja estimulado por uma política monetária mais frouxa.

² O respeitado Prof. K. Rogoff externou no começo de julho de 2004 opinião neste sentido em entrevista à revista VEJA (Brasil).

GRÁFICO I.5
PIB REAL - VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO AOS QUATRO TRIMESTRES ANTERIORES
POR GRUPOS DE PAÍSES



Notas: * Projeções do FMI.

** Austrália, Canadá, Dinamarca, EUA, Zona do Euro, Japão, Nova Zelândia, Inglaterra, Suécia e Suíça.

Fonte: "World Economic Outlook 2003 - Advancing Structural Reforms", FMI.

A inflação tem variado muito entre os países integrantes da zona do euro desde que a moeda única foi adotada em 1999. A taxa nominal de juros comum a todos esses países leva a diferentes taxas de juros reais entre eles. Além disso, existe uma grande variação na demanda real doméstica nesses países - na Espanha, por exemplo, a demanda interna encontra-se em processo de grande expansão enquanto que na Alemanha está estagnada.

As projeções do FMI para 2004 são de crescimento na Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, impulsionado pelo aquecimento da demanda global. Nos outros países a demanda doméstica será mais fraca devido à situação ruim no mercado de trabalho. Em toda a região, a recuperação é bastante dependente da demanda externa, o que os torna vulneráveis às mudanças na taxa de câmbio e à recuperação de cada país membro individualmente (seus principais parceiros comerciais).

Em contraste com os países da Zona do Euro, a Inglaterra permanece com uma situação macroeconômica sólida, proveniente de uma política monetária contra-cíclica apropriada, de uma política fiscal expansionista e de uma flexibilidade estrutural alcançada com as reformas trabalhista, de produção e do mercado financeiro ocorridas nos últimos 20 anos.

No Japão, o crescimento da economia vem superando as expectativas. Ele resultou de: (i) uma forte demanda externa por seus produtos - principalmente da China - mesmo tendo sido registrada uma apreciação no yen; (ii) investimentos crescentes impulsionados por aumento nos lucros; e (iii) um do aumento no consumo doméstico. A questão hoje é saber se esse crescimento da economia japonesa será sustentado ou será, como as outras recuperações ocorridas anteriormente, seguido de uma brusca queda na taxa de expansão. Algumas mudanças ocorridas no último ano podem contribuir para que esse crescimento seja mantido. Entre elas podem ser citadas:

- Uma melhora na performance do setor privado, provocada pelo aumento na rentabilidade e redução nas dívidas. Mas vale lembrar que essa melhora só foi registrada nas grandes firmas exportadoras; nas pequenas empresas a situação não é tão boa.

- A situação do sistema bancário está melhor devido a uma apreciação das ações de bancos. Contudo, a baixa rentabilidade deste setor continua a ser um fator preocupante para o país.
- As pressões deflacionárias diminuíram. O fim da deflação é uma das principais metas do governo japonês.

Apesar dessas mudanças serem um primeiro passo para o crescimento sustentado, as reformas nos setores financeiro e corporativo são essenciais para que a tendência da economia japonesa continue sendo de crescimento.

Os mercados emergentes e os países em desenvolvimento também atravessaram um ano de crescimento na maioria das regiões. O destaque para essa classe foi a Ásia emergente, que com taxas de juros bastante competitivas, políticas macroeconômicas bem sucedidas e com a recuperação do setor de tecnologia, atingiu um crescimento de 7,2% em 2003 - o nível mais alto desde de a crise de 1997-1998.

Essa região foi responsável por 50% do crescimento mundial. Sua atividade econômica iniciou o processo de recuperação no segundo semestre de 2003 impulsionada tanto pela demanda doméstica quanto pelas exportações. O consumo e o turismo cresceram bastante - principalmente nos países que tinham sido atingidos pela SARS - e tiveram o apoio de uma política monetária de ajuste e do aumento do crédito ao consumo. Na China os investimentos cresceram rapidamente, ao contrário dos outros países da região.

As exportações foram impulsionadas: (i) pelo aquecimento da economia global; (ii) pelo aumento da demanda por bens de alta tecnologia; e (iii) pela depreciação do câmbio (em relação ao dólar norte-americano). As importações também cresceram devido ao aumento na demanda interna e ao aumento das exportações. Desta forma, a superávit na balança comercial desses países não sofreu grandes alterações. A inflação sofreu um pequeno aumento, ocasionado pela alta dos preços das *commodities*, mas ainda assim permanece em nível baixo.

As expectativas do FMI são de que as economias desta região continuem crescendo fortemente em 2004. A expansão do mercado de crédito pode acarretar alguns desequilíbrios no setor financeiro, o que levaria alguns países a gradualmente adotarem uma política monetária mais restritiva. Além disso, o FMI destaca que as reformas estruturais serão essenciais para que esse crescimento, baseado na expansão da demanda, seja sustentado.

O rápido avanço nos investimentos e nas exportações permitiu que a China também apresentasse um bom crescimento no ano de 2003, o que ainda deu grande apoio ao crescimento de países dentro e fora da região. Apesar de os investimentos terem sido um dos principais alicerces deste crescimento, foram também fontes das maiores preocupações enfrentadas pelo governo chinês: o superaquecimento dos investimentos em determinados setores e a alta nos preços dos insumos. Para que esse risco seja reduzido e para evitar desajustes em alguns setores da economia, serão necessárias políticas mais restritivas e condizentes com uma taxa de crescimento sustentável.

Na Índia, o crescimento do PIB também superou as expectativas e se deu devido a fatores cíclicos e estruturais. Os fatores estruturais incluem: (i) o efeito tardio da liberação econômica no setor manufatureiro, ocorrida nos anos 90; (ii) a recente abertura do setor externo; (iii) o efeito dos investimentos em infraestrutura; e (iv) a reestruturação corporativa ocorrida nos últimos anos. Os fatores cíclicos e temporários incluem o efeito das chuvas na produção agrícola, o impacto das baixas taxas de juros no consumo e no mercado de crédito imobiliário e a recuperação da economia mundial. No Paquistão o crescimento da economia facilitou a consolidação fiscal. O governo conseguiu acelerar as reformas estruturais e modernizar as instituições, fatos essenciais para o crescimento sustentado e para redução da pobreza.

Nos países do grupo do ASEAN-4 observou-se crescimento para todas as economias em 2003. Na Tailândia a recuperação foi forte, mas a inflação permaneceu baixa. Na Malásia, a atividade econômica também se recuperou fortemente e a inflação, bem como o desemprego, permaneceram baixos. Já na Indonésia houve um crescimento modesto que foi impulsionado pelo consumo privado. A inflação declinou e o planejamento de consolidação fiscal se mostrou bastante apropriado. Nas Filipinas, o ano de 2003 foi de muita incerteza, especialmente devido às expectativas para as eleições ocorridas em maio de 2004. Segundo o FMI é importante que o curso fiscal permaneça estável e a política monetária contracionista, a fim de que a depreciação da taxa de câmbio não se transforme numa ameaça para a meta de inflação do país.

Nas economias asiáticas de industrialização recente (NIEs), que foram as mais afetadas pela SARS, a recuperação se apoiou nas exportações líquidas. Se mantida uma política macroeconômica de apoio à demanda doméstica provavelmente a recuperação ganharia fôlego, o que viabilizaria maiores taxas de crescimento. Em Singapura, políticas macroeconômicas de apoio ajudaram na recuperação. Em Hong Kong, principal foco da SARS, o consumo privado foi o alicerce da recuperação em 2003, a deflação começou a diminuir e para 2004 a prioridade do governo será a consolidação fiscal.

Na América Latina, principalmente no Brasil, o crescimento foi fraco no ano passado. A recessão observada em 2002 (exceto no Brasil) foi seguida de um pequeno crescimento do PIB real em 2003. Tal crescimento foi impulsionado pela demanda externa, tendo em vista a depreciação das taxas de câmbio das moedas latino americanas, e também pelo início de um aquecimento da demanda interna estimulado pela redução na taxa de juros e pela recuperação da credibilidade das políticas governamentais. O aumento das exportações também contribuiu para uma melhora nas contas corrente.

Apesar da melhora da situação econômica na América Latina, o desemprego permanece alto, assim como a desigualdade social e a pobreza, o que contribui para um aumento das tensões sociais nesta região.

O fato de os governos da região terem que manter uma política fiscal restritiva para poder controlar a geralmente elevada dívida pública dificulta sua capacidade de lidar com os problemas sociais pelo aumento nos gastos. Este é um problema que acontece mais claramente no curto prazo. No longo prazo é de se esperar que os esforços para a redução da dívida venham a trazer benefícios no campo social. Isso iria contribuir para reduzir a incerteza e conseqüentemente as tensões sociais (a experiência Argentina mostrou que crises no setor financeiro podem acarretar tensões sociais bastante drásticas), além de tornar as políticas fiscais mais flexíveis e, portanto, capazes de lidar melhor com um possível desaquecimento da economia no futuro e de liberar recursos a serem gasto com infra-estrutura, educação e seguro social.

Não existe solução de curto prazo para os problemas sociais e nem para a dívida pública. As políticas a serem adotadas irão depender das circunstâncias e da situação particular de cada país. A recuperação de 2004 apoia-se no fortalecimento da demanda interna, preços mais altos das *commodities* e na recuperação global.

Entre os outros mercados emergentes destacam-se aqueles que nos próximos anos farão parte de União Européia e para os países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes). Dos dez países do primeiro grupo a Turquia foi quem apresentou uma das maiores taxa de crescimento no ano de 2003. Uma melhora nas condições no mercado financeiro teve um impacto bastante positivo na atividade econômica da região. O PIB real cresceu quase 6% e foi impulsionado pelo investimento e pelo consumo privados. As pressões inflacionárias foram bem reduzidas, tendo em vista a apreciação da moeda local. A posição externa ficou bem administrada. Porém há risco de que a alta no preço do petróleo e as incertezas quanto aos eventos geopolíticos (ataques terroristas) gerem efeitos negativos sobre a conta corrente do país em 2004.

Para os outros países deste grupo, a República Eslováquia apresentou um crescimento de 4,2% impulsionado pelas exportações. Na Bulgária e na Romênia o crescimento registrado foi fruto da expansão do mercado

de crédito. Na Eslovênia a demanda interna foi fortalecida, porém o fraco mercado externo fez com que o crescimento do PIB fosse pequeno.

Os países da CEI apresentaram um crescimento maior do que o esperado em 2003. Em quase todos os países deste grupo este crescimento foi consolidado devido à alta no preço do petróleo, ao aumento dos salários (logo, do consumo), às taxas de câmbio competitivas e, em alguns casos, a um crescimento até certo ponto inesperado nos investimentos.

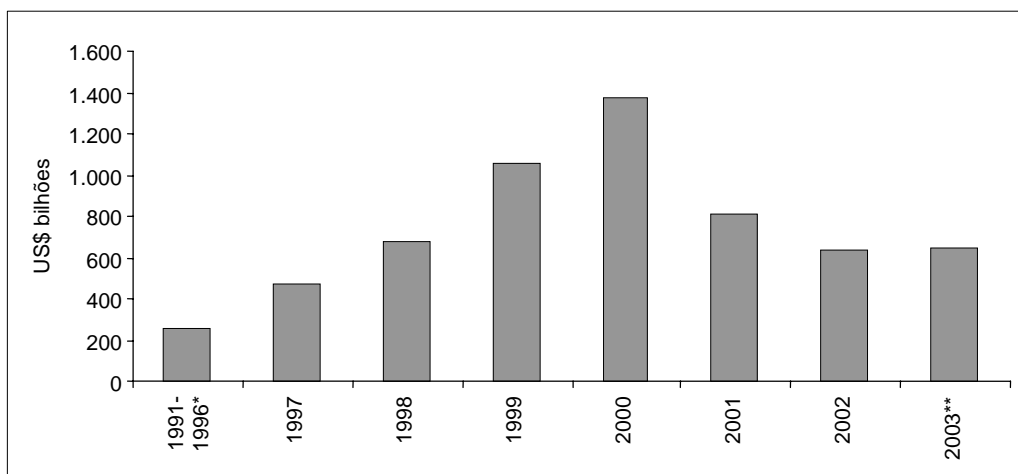
C. Tendências do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

Depois de ter alcançado médias anuais da ordem de US\$ 251 bilhões durante 1991-1996, o fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE) global cresceu substancialmente até 2000, quando alcançou quase US\$ 1,4 trilhão. Após esse período observou-se uma redução expressiva no biênio seguinte. Esse processo aparece registrado nos resultados mostrados no Gráfico I.6 e na Tabela I.1.

O principal fator causador desta queda foi o crescimento mais lento das economias desenvolvidas observado em 2001-2002 seguindo-se às crises asiática e russa do segundo semestre de 1997 e 1998, respectivamente, a queda dos preços das ações de empresas ligadas à "nova economia", os atentados nos EUA em setembro de 2001 (quase que simultaneamente à queda das ações) e os escândalos contábeis associados à ENRON, entre outros. Essa queda aparentemente terminou em 2003. Como veremos, o IDE parou de diminuir em praticamente todas as regiões, ficando quase que no mesmo nível registrado em 2002.

A América Latina, no entanto, é uma exceção. No que diz respeito a essa região a situação foi pior, tendo o auge dos influxos líquidos de IDE sido alcançado em 1999. A tendência desde então foi de queda contínua e substancial: partindo de cerca de US\$ 88 bilhões em 1999 o IDE para essa região não deve ter ultrapassado, segundo estimativas da UNCTAD, US\$ 37 bilhões em 2003.

GRÁFICO I.6
INGRESSOS LÍQUIDOS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO - MUNDIAL: 1991-2003



Notas: * Médias anuais.

** Dados preliminares.

Fonte: UNCTAD, "World Investment Report 2003" e "Global FDI decline bottoms out in 2003".

As expectativas da UNCTAD (ver adiante) são de que o IDE reinicie uma fase de crescimento a partir do ano em curso. Essas expectativas otimistas abrangem quase todas as regiões, mas sua dimensão irá variar de região para região. Em geral, as recentes previsões dos analistas especializados são de que o IDE aumentará principalmente nos setores manufatureiros. As indústrias beneficiadas deverão ser as de: (i) alimentos e bebidas; (ii) automóveis e outros equipamentos de transporte; (iii) produtos eletro-eletrônicos; e (iv) máquinas e equipamentos.

No que diz respeito ao setor de serviços as expectativas são de que aumente o fluxo de IDE para os setores de: transportes; bancos e seguradores; e turismo. Os principais receptores de IDE em 2004 serão a China e a Índia, seguidos pelos Estados Unidos, pela Tailândia, pela Polônia, pela República Tcheca, pelo México, pela Malásia, pela Inglaterra, pela Singapura e pela Coreia. A competição para os projetos de IDE mostrou-se bastante acirrada. Também é possível observar crescentes esforços por parte de grande número de países no sentido de atrair esses investimentos.

TABELA I.1
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE INGRESSOS LÍQUIDOS
DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO EM NÍVEL MUNDIAL
(US\$ bilhões)

	1991-1996*	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003**
Total Mundial	251,4	475,6	678	1058,7	1375,7	809,6	640,1	647,3
Países Desenvolvidos	154,6	269,7	472,3	824,6	1120,5	589,4	460,3	467
<i>Europa Ocidental</i>	91	139,3	263	496,2	709,9	400,8	384,4	345,8
<i>União Européia</i>	87,6	127,9	249,9	475,5	683,9	389,4	374,4	341,8
Alemanha	4,8	12,2	24,6	55,8	203,1	33,9	38	36,4
França	18,4	23,2	31	46,5	43,3	55,2	51,5	36,3
Reino Unido	16,5	33,2	74,3	84,2	130,4	62	24,9	23,9
Outros países da Europa Ocidental	3,4	11,4	13,1	20,7	26	11,4	10	4
<i>América do Norte</i>	53,4	114,9	197,2	308,1	380,8	172,8	50,6	97,7
Canadá	6,6	11,5	22,8	24,7	66,8	28,8	20,6	11,1
Estados Unidos	46,8	103,4	174,4	283,4	314	144	30	86,6
<i>Outros Países Desenvolvidos</i>	10,2	15,5	12	20,3	29,9	15,8	25,3	23,5
Japão	0,9	3,2	3,2	12,7	8,3	6,2	9,3	7,5
Países em Desenvolvimento	88,6	186,9	183,3	208,9	228,8	195,2	151	149,9
<i>América Latina e Caribe</i>	24,2	67	74	87,9	78,1	69,5	44,9	36,5
<i>África</i>	4,6	10,7	8,9	12,2	8,5	18,8	11	14,4
<i>Ásia e Pacífico</i>	59,4	109,1	100	108,5	142,1	106,8	95	99
China	25,5	44,2	43,8	40,3	40,8	46,8	52,7	57
Europa Central e do Leste	8,2	19	22,5	25,1	26,4	25	28,7	30,3

Notas: * Médias anuais.

** Dados preliminares.

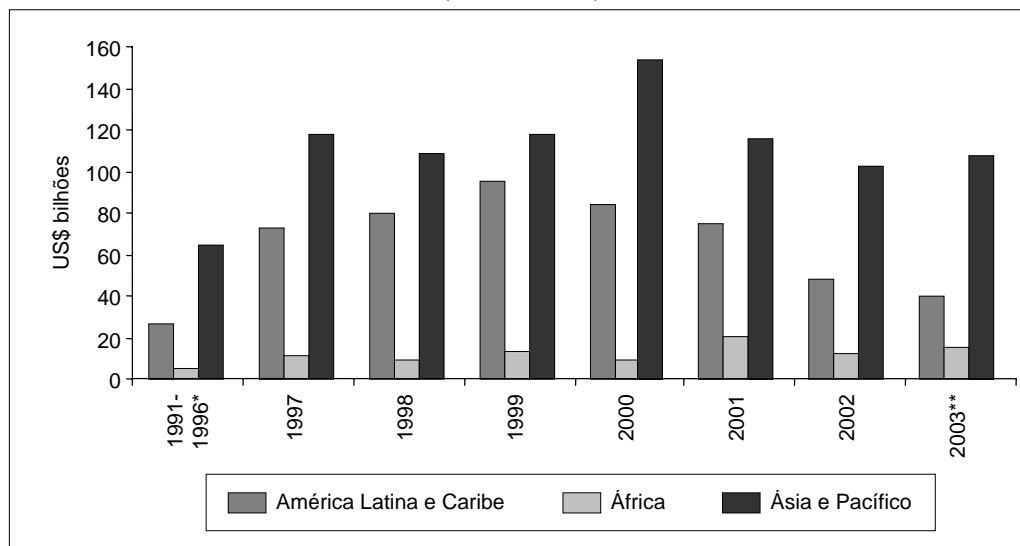
Fonte: UNCTAD, "World Investment Report 2003" e "Global FDI decline bottoms out in 2003".

Esses movimentos foram dominados pelos fluxos para (e entre) as economias desenvolvidas. De fato, embora para os países em desenvolvimento a tendência do IDE seja semelhante, observa-se claramente que coube às economias avançadas a maior parte da responsabilidade pelo movimento global. Elas tinham 61,5% do fluxo global de IDE em 1991-96 e passaram a deter 81,5% em 2000. Em 2003 a estimativa é que cheguem a 72,2% do total. Note-se ainda que os países da Europa Central e do Leste têm uma importância relativamente pequena no contexto dos fluxos globais de IDE: apenas 1,9% em 2000, crescendo para 4,7% em 2003 (UNCTAD [2004a], [2004b]).

Economias Emergentes

Os últimos registros informam que o fluxo de IDE para os países emergentes continuou a diminuir, embora não muito, em 2003. Essa queda, no entanto, é menor do que as observadas para os anos anteriores e reflete, principalmente, as quedas do IDE para o Brasil e para os países de acesso à União Européia. Em seguida, um breve resumo do comportamento do IDE por grandes regiões, de modo a compor um pano de fundo para a análise mais detalhada dos países da América Latina e do MERCOSUL, em particular.

GRÁFICO I.7
INGRESSOS LÍQUIDOS DE IDE - PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: 1991-2003
(US\$ bilhões)



Fonte: UNCTAD, "World Investment Report 2003" e "Global FDI decline bottoms out in 2003".

Ásia Ocidental e Pacífico

Em 2003 o fluxo de IDE para essa região permaneceu alto, em torno de US\$ 99 bilhões, um pouco acima dos US\$ 95 bilhões registrados em 2002. Nesse ano essa região era destino de cerca de 63% do investimento estrangeiro direto para países em desenvolvimento, proporção que passou para 66% em 2003. Em boa

medida isso se deve ao desempenho da China, para onde o fluxo de IDE continuou a crescer fortemente: atualmente a China é receptora de 58% do IDE total para os países emergentes da Ásia.

Sul da Ásia

Em 2003 a Índia ficou entre os cinco primeiros países receptores de IDE, com um fluxo de US\$ 4,1 bilhões. O incremento no IDE foi reflexo de uma redução nas restrições ao investimento nos setores automobilístico, bancário e de telecomunicações.

Segundo o Global Development Finance (FMI [2004b]) as expectativas são de que o IDE para o sul asiático cresça de US\$ 5 bilhões em 2003 para mais de US\$ 7 bilhões em 2005, desde que o programa de reformas na Índia evolua e que continue atraindo investimento direto estrangeiro para empresas de serviços.

Europa e Ásia Central

O fluxo de IDE para essa região caiu bastante no último ano. Estima-se que tenha atingido um montante de US\$ 26 bilhões contra US\$ 33 bilhões registrados em 2002. Em 2003 ocorreram as últimas negociações a respeito das privatizações, tendo esse processo se encerrado na maioria dos países da região. Todavia, houve um pequeno aumento no IDE destinado à Rússia, localizado principalmente nos setores petrolífero e de gás.

As expectativas são de que o IDE para esta região se recupere, inclusive para Rússia e para a Turquia. Espera-se que os fluxos também aumentem na República Tcheca, na Hungria e na Polônia. O setor destinatário seria o de serviços.

América Latina e Caribe

Como mencionado, essa região foi, entre as economias em desenvolvimento, a que apresentou a maior queda nos influxos líquidos de IDE. Em 2003, o IDE na América Latina e no Caribe atingiu cerca de US\$ 36,5 bilhões, representando uma queda de 19% em relação a 2002, ano em que os fluxos já estavam bastante deprimidos em relação aos US\$ 70 bilhões de 2001 e US\$ 78 bilhões de 2000. A redução observada no caso do Brasil foi devida a um conjunto de fatores onde se destacam: (i) o término de uma fase das privatizações em 1998-99 (nos setores de telecomunicações e elétrico); (ii) o contágio da crise argentina em 2001; e, (iii) não menos importante, o receio dos investidores internacionais quanto à futura postura em termos de política econômica do governo eleito em fins de 2002 e empossado em 1º de janeiro de 2003. No México a queda foi de 15%. Já no Chile, o investimento direto estrangeiro cresceu em mais de US\$ 1 bilhão, e foi reflexo da recuperação econômica em 2003 e também de uma base institucional muito sólida. Na Argentina esse fluxo se estabilizou em patamares bem baixos devido à profunda crise econômica experimentada por aquele país, aí incluída com destaque a moratória sobre os pagamentos da dívida externa (ver adiante).

O relatório da CEPAL [2004a] relativo à evolução do IDE na América Latina, destaca as seguintes tendências regionais (ver também tabela seguinte):

- (i) No México e no Caribe, o IDE foi resultado da aplicação por parte de empresas transnacionais de uma estratégia de busca de eficiência para a conquista de outros mercados mediante a integração de plataformas produtivas locais com seus sistemas regionais ou internacionais de produção. Com efeito, os novos padrões de concorrência em diversas indústrias incentivaram as empresas a buscarem localizações produtivas que oferecessem menores custos e posições geográficas privilegiadas para

exportar em grande escala. Desta forma, as empresas buscaram uma internacionalização que as mantivesse em posição competitiva regional e global;

- (ii) Na América do Sul, o IDE se estabeleceu principalmente por meio de empresas transnacionais que implementaram estratégias de busca de matérias-primas e de mercados de serviços, sendo esta por sua vez dirigida aos subsetores de telecomunicações, energia, infra-estrutura e finanças, principalmente nos países do MERCOSUL e no Chile. A desregulamentação e a liberação de atividades, os programas de privatização e uma estratégia ativa por parte dos novos operadores internacionais foram fatores centrais neste processo.

TABELA I. 2
AMÉRICA LATINA - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO IDE, 1996-2003
(US\$ milhões)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Acumulado	%
México*										
Primário	116	140	71	210	282	38	209	25	1.090	1
Manufaturas	4.719	7.306	5 123	8.985	9.309	5.854	5.435	4.532	51.262	48
Serviços	2.887	4.715	3 048	3.971	6.858	20.677	7.615	4.875	54.646	51
Brasil*										
Primário	111	457	143	846	1.299	1.494	637	1.482	6.469	4
Manufaturas	1.740	2.036	2.767	7.003	5.088	7.000	7.620	4.480	37.734	24
Serviços	5.814	12.817	20.362	20.140	24.139	12.547	10.499	6.940	113.258	72
Argentina										
Primário	1.728	177	1.324	17.845	2.736	898	1.225		25.934	43
Manufaturas	2.776	3.308	1.147	1.950	1.487	49	596		11.314	19
Serviços	2.096	4.888	3.648	3.153	4.749	1.261	-1.036		18.759	31
Outros	350	788	1.173	1.038	1.445	-42	-9		4.743	8
Chile										
Primário	1.090	1.758	2.523	1.388	363	975	2.002		10.492	28
Manufaturas	917	627	530	828	240	754	209		4.339	11
Serviços	2.829	2.833	2.981	6.983	2.419	3 053	1.166		22.912	61
Colômbia**										
Primário	866	696	110	-73	27	1.020	837	483	3.966	19
Manufaturas	731	514	785	505	514	236	285	140	3.710	18
Serviços	1.515	4.354	1.934	1.019	1.758	1.244	851	312	12.987	63
Equador										
Primário	307	562	769	605	681	1.139	1.078	5 141		85
Manufaturas	24	45	30	8	10	59	56	232		4
Serviços	169	117	70	36	28	132	141	693		11

Notas: * Brasil e México, valores para todo o ano.

**Colômbia valores de Janeiro a Junho.

Fonte: CEPAL [2004a].

Desde os anos 90, o IDE para esta região vem migrando do setor manufatureiro para o setor de serviços. Esta mudança pode ser uma das explicações para as quedas no investimento registradas nos últimos anos. Ao contrário da tendência global, espera-se que o IDE para a região nos próximos anos seja canalizado para os setores de recursos naturais, como os de mineração e petróleo e agrícola. No setor de serviços, o investimento deve ser direcionado para hotéis e restaurantes e para o turismo em geral. Segundo os analistas da UNCTAD, o setor primário não tem tanto potencial quanto os outros. Por isso, as perspectivas para a América Latina - diferentemente das outras regiões - não são muito otimistas a longo prazo.

Apesar de o fluxo de IDE ter diminuído, a presença das empresas transnacionais na região continua sendo importante e o processo de transnacionalização continua se manifestando com grande força na economia regional. Segundo o relatório da CEPAL [2004a], as atividades de empresas transnacionais foram responsáveis por 39% das vendas das 500 maiores empresas da região, 55% das vendas das 100 maiores empresas manufatureiras, 38% das vendas das 100 principais empresas de serviço, 52% das exportações dos 200 principais exportadores e 37% dos ativos dos 100 maiores bancos.

D. A Economia Latino-americana

Depois de apresentar um desempenho medíocre em 2001 e 2002, a América Latina retomou o crescimento econômico em 2003, quando teria crescido cerca de 1,5%.³ Entre os países do MERCOSUL em particular, apenas a Argentina apresentou bom desempenho, em seguida a um período desastroso: no quadriênio 1999-2002, o PIB argentino caiu 18,3% em termos acumulados. Além do Brasil, o México - a segunda maior economia da região - também apresentou um desempenho muito fraco em 2003: o PIB mexicano cresceu 1,2%, enquanto o brasileiro apresentou uma queda de 0,2%. Os demais países associados no MERCOSUL tiveram desempenho muito inferior à média da região (ver Tabela I.3, a seguir). Retornaremos a esse ponto mais adiante.

As baixas taxas de crescimento apresentadas pelos países latino-americanos contrastam sobremaneira com as taxas apresentadas pelo conjunto de países em desenvolvimento em 2003. Com efeito, exceto pela Argentina, nenhum outro país conseguiu crescer sequer próximo à média das economias em desenvolvimento (5,6% em 2003). Note-se, além disso, que o crescimento apresentado pelos demais países em desenvolvimento, assim como a recuperação da economia mundial, foi essencial para a retomada da economia latino-americana. O pequeno crescimento registrado nesta região foi impulsionado pelas exportações. Somente as exportações para a China, por exemplo, cresceram 40,4% nos primeiros 10 meses de 2003 (BNDES [2004]).

O PIB *per capita* da América Latina manteve-se aproximadamente estável entre 2002 e 2003. Um indicador da severidade da crise nessa região é o de que o valor do PIB *per capita* agregado ainda se encontra abaixo do valor de 1997. Apesar do crescimento (modesto, como observado), a taxa de desemprego ficou praticamente inalterada. O desemprego continua muito alto, tendo atingido 10,7% em 2003. As previsões da CEPAL apontam para um processo de recuperação da economia regional e a entrada em um novo ciclo de crescimento. Ainda assim, o desempenho previsto (ver Tabela I.3) é inferior ao de todas as regiões analisadas.

Como assinalado em seção anterior desse relatório, o desempenho macroeconômico da região teve também influência direta sobre os influxos de IDE: ele foi responsável pelo pior desempenho em nível mundial no

³ Resultados preliminares coletados e analisados pela CEPAL [2004a].

ano de 2003, registrando queda de 19%. A região da América Latina e do Caribe, aliás, foi a única a ter experimentado uma redução prolongada neste tipo de investimento. Entre os períodos 1990-1994 e 1995-1999 o ingresso anual médio de IDE praticamente quadruplicou. A partir daí começou a cair, sendo registrada uma queda acumulada entre 1999 e 2003 da ordem de 40%.

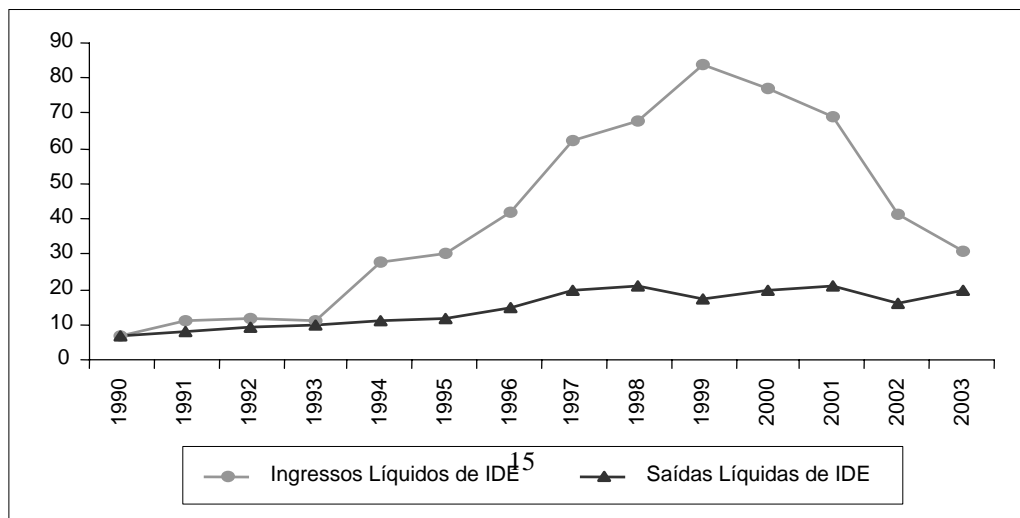
TABELA I.3
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL: 1999-2003 E PREVISÃO 2004-2005
(Em %)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004*	2005*
Países em Desenvolvimento	4,0	5,7	4,1	4,6	5,0	5,6	5,7
África	2,8	3,0	3,7	3,1	3,7	3,8	3,6
América Latina e Caribe	0,5	3,8	0,7	-0,1	1,5	4,3	3,6
Argentina	-3,4	-0,8	-4,4	-10,8	8,4	6,7	3,3
Bolívia	0,3	2,3	1,3	2,8	2,0	3,9	4,8
Brasil	1,0	4,0	1,4	1,9	-0,2	3,3	3,5
Chile	-0,7	4,4	3,1	2,1	3,1	4,8	5,0
Colômbia	-3,8	2,2	1,4	1,7	3,3	3,6	3,7
Equador	-7,9	2,3	6,0	3,4	2,0	4,3	2,3
México	3,7	6,8	-0,4	0,9	1,2	3,2	3,6
Paraguai	-0,1	-0,6	2,4	-3,0	-1,0	2,4	--
Peru	0,9	3,0	0,2	4,9	4,0	3,7	3,7
Uruguai	-3,4	-1,9	-3,4	-10,8	-2,5	5,5	4,0
Venezuela	-5,8	3,8	2,9	-8,4	-8,9	9,2	4,8
Rep. Dominicana	7,8	7,3	2,7	4,2	2,5	0,5	--
Ásia e Pacífico	6,1	6,7	5,8	6,4	6,4	6,7	6,8
China	7,1	8,0	7,3	8,0	9,1	8,0	7,7
Índia	6,7	5,4	4,1	5,0	7,0	7,0	7,2
Europa Central e Leste Europa	2,3	3,9	3,1	3,0	3,4	5,0	5,4
Rússia	6,3	10,0	5,0	4,3	7,3	5,9	5,6

Nota: * Projeções: médias das tabelas de previsões das instituições - CEPAL, FMI e Merrill Lynch.

Fonte: Sinopse Internacional BNDES - Abril de 2004.

GRÁFICO I.8
INGRESSOS E SAÍDAS DE IDE PARA A AMÉRICA LATINA
(US\$ bilhões)



Fonte: "O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe", CEPAL [2004].

A queda no Investimento Direto Estrangeiro não foi homogênea entre os países latino-americanos. A América do Sul foi a região mais afetada - e mais ainda o MERCOSUL, como podemos observar na tabela abaixo - do que os demais países.

TABELA I.4
INGRESSOS LÍQUIDOS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO:* 1990-2003
(US\$ milhões)

	1990-1994 (a)	1995-1999 (a)	2000	2001	2002	2003 (b)
México	5.430	11.398	16.449	26.569	14.435	10.731
América Central	575	2.067	1.964	2.017	1.354	1.742
Costa Rica	222	481	409	454	662	466
El Salvador	12	282	173	250	208	140
Guatemala	88	213	230	456	110	104
Honduras	41	120	282	195	143	216
Nicarágua	20	194	267	150	174	241
Panamá	192	777	603	513	57	576
Caribe	840	1.949	2.014	2.420	2.710	2.466
Jamaica	124	285	468	614	481	500
República Dominicana	171	594	953	1 079	961	700
Trinidade e Tobago	270	550	472	685	737	700
Outros	274	519	121	42	531	566
América do Sul	8.930	45.534	57.716	38.528	26.480	21.527
Chile	1.207	5.401	4.860	4.200	1.888	2.982
MERCOSUL	4.880	30.188	43.590	25.039	17.496	11.397
Argentina	3.027	10.599	10.418	2 166	775	1 103
Brasil	1. 703	19.240	32.779	22 457	16.566	10.144
Paraguai	99	185	119	95	-22	19
Uruguai	51	164	274	320	177	131
Comunidade Andina	2.843	9.945	9.266	9.289	7.096	7.148
Bolívia	85	711	736	706	677	357
Colômbia	818	2.796	2.299	2.500	1.974	1.291
Equador	303	639	720	1.330	1.275	1.637
Peru	801	2.350	810	1.070	2.391	1.332
Venezuela	836	3.449	4.701	3.683	779	2.531

Notas: * Os ingressos líquidos correspondem aos ingressos de IDE descontadas as saídas de capital a título de remessas realizadas pelas empresas estrangeiras. Por essa razão, diferem dos apresentados na Seção I.B.

(a) Média Anual.

(b) Estimativas.

Fonte: "O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe", CEPAL [2004].

Um resultado positivo de 2003 foi o desempenho do comércio mundial latino-americano, bastante beneficiado pelo câmbio desvalorizado na Argentina e no Brasil. A Tabela I.5 destaca esse aspecto ao apresentar as taxas de crescimento das exportações e importações de bens e serviços (não fatores) nesse ano. Os fatores que mais contribuíram para isso foram:

a) *O aquecimento da demanda global*: A recuperação da produção internacional depois da leve recessão de 2001 e 2002 ainda não terminou. As perspectivas são de que os principais países deverão manter alto nível de importações. Também se espera que os mercados da América Latina e do Caribe alcancem maior estabilidade, o que irá contribuir ainda mais para o crescimento das exportações regionais. Como consequência do aquecimento da demanda internacional, as exportações da América Latina para os EUA, para a União Européia, para o Japão e aquelas destinadas à própria região latino americana se recuperaram em 2003 após o baixo nível apresentado em 2002. No caso das exportações destinadas a outras regiões pode-se dar grande destaque à China, que no ano de 2003 foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil, ficando atrás apenas dos EUA. As maiores altas quanto ao volume e a valores exportados foram obtidas pelos países do MERCOSUL e ocorreram principalmente devido ao incremento nas vendas de soja, azeites vegetais, farinhas, café, trigo, algodão e outros produtos agropecuários. Assim como no caso do MERCOSUL, em toda a América Latina e o Caribe a recuperação das exportações se deu principalmente devido aos produtos agrícolas, agropecuários e de pesca, seguidos pelos setores de mineração e petrolífero.

TABELA I.5
TAXAS DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES EM 2003
(Em %)

	Exportações		Importações	
	Bens	Serviços	Bens	Serviços
América Latina e Caribe	8,3	6,6	3,1	3,3
Chile	14,8	21,3	13,9	13,3
MERCOSUL	18,9	13,2	10,2	8,5
Argentina	14,3	29,6	54,4	15,9
Brasil	21,1	9,8	2,2	6,7
Paraguai	11,9	2,5	9,2	10,8
Uruguai	18,2	0,4	11,7	-5,6
Comunidade Andina	5,4	-2,9	-2,4	-2,4
Bolívia	20,1	23,5	-8,9	14,8
Colômbia	9,9	-3,5	9,8	-0,7
Equador	19,4	-8,4	1,2	2,8
Perú	17,1	2,6	10,8	3,5
Venezuela	-3,4	-10,4	-21,4	-11,9
México	2,9	-0,3	1,4	2,3
MCCA	9,9	5,7	7,5	4,9
Costa Rica	16,6	9,5	11,1	6,8
El Salvador	4,8	5,4	10,4	1,8
Guatemala	6,1	2,9	2,4	3,9

Honduras	7,7	-0,7	9,3	7,8
Nicarágua	1,4	5,4	-0,8	3,8
Caribe	9,4	5,2	-1,2	-6,6
República Dominicana	6,0	16,7	-7,0	16,7

Fonte: CEPAL [2004a]; baseado nos valores oficiais do balanço de pagamento de cada país.

b) A recuperação dos espaços intra-regionais: Uma aproximação das sub-regiões latino americanas e a extensão da integração econômica à outras áreas sócio-econômicas da região, a exemplo do acordo entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, contribuíram para a consolidação do comércio intra-regional.

c) A melhora nas condições de financiamento externo: As melhores condições nos mercados financeiros internacionais, tanto em termos de fluxos de capitais, quanto em termos de condições de financiamento, contribuíram para um importante alívio em relação aos impactos desfavoráveis sofridos pelo balanço de pagamento da região em 2002. Assim, países altamente endividados, como o Brasil e o México, tiveram seu risco soberano reduzido. Os investidores estrangeiros, à procura de maior rentabilidade, estão dirigindo suas atenções para essa região, impulsionados pelas baixas taxas de juros internacionais, pela redução do risco soberano de diversos países latino americanos e também pelos baixos preços das ações nos mercados emergentes. A composição dos investidores em papéis da dívida deixou de ser apenas de bancos do setor privado passando a ser diversificada com a entrada de outras instituições financeiras, como administradores de fundos de pensão e de investidores particulares. Além disso, o perfil das emissões melhorou consideravelmente em termos de prazos e de custos.

d) Aumento de Fluxos Financeiros: Como conseqüência do anterior, estima-se que em 2003 a América Latina e o Caribe tenham recebido em torno de US\$ 40 bilhões originados principalmente da emissão de bônus do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México, do Uruguai e da Venezuela. O aumento das entradas de capitais em forma de emissão de títulos e ações, compensou o estancamento das entradas via Investimento Direto Estrangeiro.

e) Desvalorização das moedas latino-americanas: A desvalorização de algumas moedas latino americanas contribuiu para o aumento das exportações desses dos países. Aqueles onde o câmbio caiu mais em relação ao dólar foram: Jamaica (13%), México (9%), República Dominicana (25%), e Venezuela (21%). Na Jamaica e na República Dominicana a depreciação foi um reflexo da fragilidade apresentada pelas contas fiscais e na Venezuela foi ocasionada pela greve geral que paralisou o país em fevereiro de 2003. A desvalorização do peso mexicano permitiu que alguns setores, fortemente abalados pela expansão das exportações chinesas para os EUA, pudessem recuperar um pouco sua competitividade. Em os outros países da região, a apreciação do câmbio, que estava começando a prejudicar o desempenho das exportações durante o primeiro semestre de 2003, foi compensada pela depreciação do dólar frente ao euro e ao yen. De certa forma, isto foi um alívio para os exportadores do MERCOSUL, do Chile e da Comunidade Andina, assim como para as economias dolarizadas da região (Equador, El Salvador e Panamá).

CAPITULO II. O CONTEXTO MACROECONÔMICO REGIONAL DOS PAÍSES DO MERCOSUL: DESEMPENHO RECENTE E PERSPECTIVAS

Este capítulo analisa o contexto macroeconômico das economias da região. Ele destaca os principais desenvolvimentos observados no passado recente, com foco em 2003, e as perspectivas para o futuro próximo das quatro economias do MERCOSUL. A análise revela uma substancial melhora do quadro macroeconômico da região, apesar da (suave) queda do PIB brasileiro em 2003. Da mesma forma, as perspectivas para 2004 afiguram-se promissoras para a Argentina e o Brasil - embora persistam dúvidas relacionadas à continuidade do processo de crescimento nos anos à frente. Essas dúvidas estão associadas, essencialmente, à recuperação dos gastos de investimento fixo em geral, e em infra-estrutura, em particular. Secundariamente, estão associadas à continuidade da fase de forte demanda externa por *commodities* de exportação dos países da região, dada a evolução provável das principais economias ocidentais, do Japão, da China e da Índia. Para os dois sócios menores, o Paraguai e o Uruguai, as perspectivas estão intimamente relacionadas às dos sócios maiores.

A. Argentina

Retrospecto

A economia Argentina apresentou em 2003 avanços consideráveis, os quais permitiram superar a fase mais aguda da instabilidade macroeconômica associada à crise econômica e financeira de 2001-2002, possivelmente a mais severa da história do país. A implementação do programa econômico estruturado no segundo semestre de 2002 aumentou o grau de confiança, aqueceu a produção e permitiu o fortalecimento das variáveis financeiras. Essas novas condições possibilitaram a implementação de importantes medidas, como o levantamento das restrições que pesavam sobre os depósitos bancários, a flexibilização dos controles cambiais e o início da reunificação monetária mediante o resgate das quase-moedas. Mas a moratória sobre a dívida externa permaneceu até o presente como uma questão de difícil solução.

A eleição de um novo presidente da república em abril de 2003 fortaleceu as tendências macroeconômicas herdadas do programa implementado no ano anterior. No entanto, os objetivos econômicos e sociais definidos pelo governo - crescimento sustentado, geração de emprego e redução da pobreza e da desigualdade - não foram ainda alcançados. O atual governo argentino se propõe a executar as mudanças sociais e de infra-estrutura necessárias para fomentar um crescimento duradouro, igualitário e com um baixo nível de inflação, reduzindo ao mesmo tempo a vulnerabilidade diante de choques externos e aumentando a solidez das finanças públicas. Além disso, se propõe a tomar medidas para tornar o sistema bancário mais sólido, de modo a aumentar substancialmente o nível de crédito na economia. Como se depreende do anterior, são tarefas complexas, dificilmente atingíveis no curto prazo de um mandato presidencial.

Dito isto, a Tabela II.1 mostra o desempenho das principais variáveis macroeconômicas no período que vai de 1994 a 2003. O Gráfico II.1 permite concluir que a recuperação da economia em 2003 aconteceu de maneira gradual, seguindo-se à derrocada de 2002. No último semestre de 2003 foi registrada uma taxa de crescimento de 8,7% - a maior registrada desde 1997 - bem como tendência de continuidade em 2004.

TABELA II.1
ARGENTINA: PIB, DESEMPREGO, INFLAÇÃO, DÉFICIT DO GOVERNO,
CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR, 1994-2003

Anos	Crescimento do PIB %	Taxa de Desemprego (%)	Inflação IPC (%)	Taxa de Câmbio (por US\$)	Déficit Fiscal (% PIB)	Exportações (US\$ milhões)	Importações (US\$ milhões)	Saldo (US\$ milhões)
1994	5,84	11,45				15.787	21.544	-5.757
1995	-2,85	17,4	1,6	0,918		20.963	20.122	842
1996	5,53	17,2	0,1	1,000	1,95	23.809	23.761	48
1997	8,11	14,9	0,3	1,000	1,48	26.431	30.450	-4.019
1998	3,85	12,8	0,7	1,000	1,36	26.442	31.405	-4.963
1999	-3,39	14,2	-1,8	1,000	1,70	23.333	25.508	-2.176
2000	-0,79	15,1	-2,4	1,000	2,40	26.409	25.243	1.167
2001	-4,41	17,4	-1,4	1,000	3,20	26.655	20.311	6.344
2002	-10,89	19,4	40,8**	3,085	1,50	25.709	8.991	16.718
2003	10,82*	14,5	3,6**	2,950	n.d.	26.967*	12.310*	14.605*

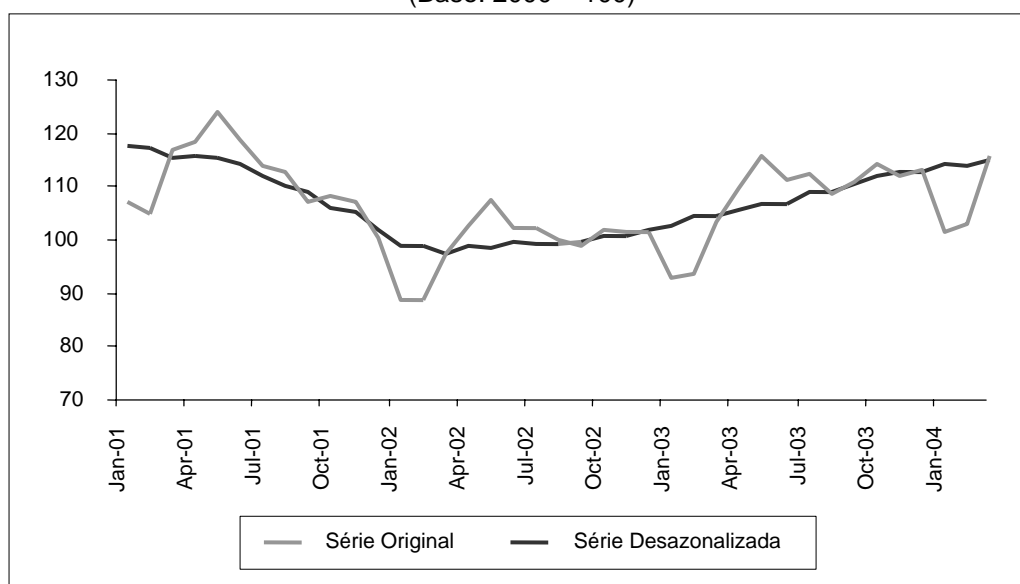
Notas: * Preliminar.

** Acumulado 12 meses.

Fonte: INDEC.

A inflação, que havia alcançado 41% em 2002 (fruto do término desordenado do regime de câmbio fixo e da Lei de Conversibilidade), foi reduzida para modestos 3,6% em 2003. Informações preliminares, não incluídas na Tabela, indicam que pela primeira vez nos últimos dez anos o superávit primário consolidado superou 2% do PIB e o superávit em conta corrente se manteve em níveis elevados em 2003.

GRÁFICO II.1
ARGENTINA: ÍNDICES DO PIB REAL: JANEIRO 2001 - ABRIL 2004
 (Base: 2000 = 100)

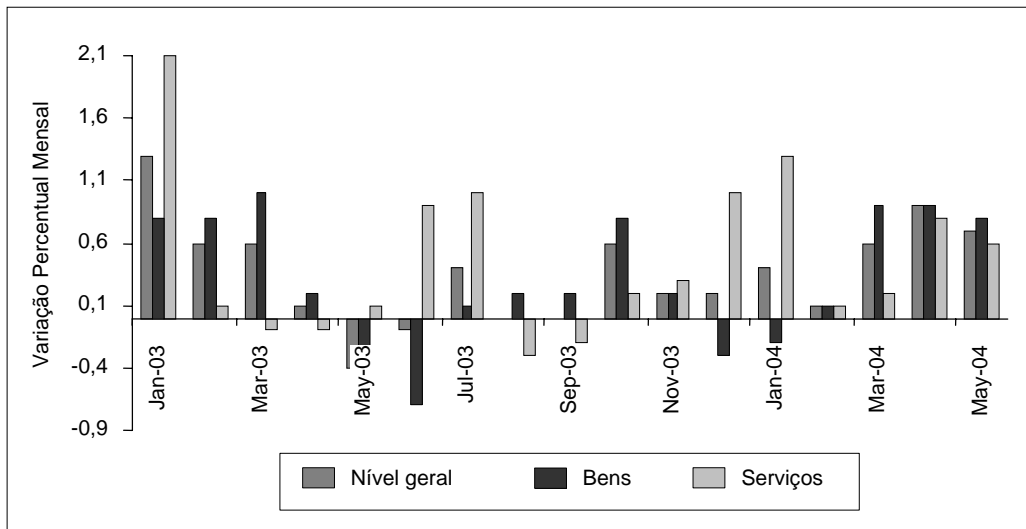


Fonte: INDEC.

Quanto à evolução da demanda agregada de bens e serviços, os maiores aumentos foram registrados para a Formação Bruta de Capital Fixo (+38,1% no ano de 2003) e para o Consumo Privado (+8,1%). Por outro lado, as exportações e o Consumo do Governo registraram os menores percentuais para o período, atingindo 6,4% e 1,5% respectivamente. No lado da oferta de bens e serviços pode-se destacar o crescimento do setor de construção (34,3%) e da indústria manufatureira (15,8%). Observe-se, no entanto, que as altas taxas de crescimento de 2003 (e 2004) resultam de uma base de comparação - os anos de 2001 e 2002 - bastante deprimida. A continuidade desse crescimento para além de 2004 é algo de que nos ocupamos mais adiante.

Os avanços quanto à evolução do nível de atividade em 2003 foram acompanhados, como mencionado, pela estabilização da inflação. A evolução do ritmo inflacionário em 2003 foi caracterizada por uma desaceleração progressiva do ritmo de crescimento dos preços até que fosse alcançada uma estabilização no final do ano em taxas baixas relativamente às de 2002.

GRÁFICO II. 2
ARGENTINA - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, VARIAÇÃO MENSAL:
JANEIRO 2003 - MAIO 2004
 (Em %)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Censos - INDEC

No primeiro trimestre de 2004 o nível geral de preços ao consumidor registrou um crescimento acumulado de 1,1%, o qual projeta uma taxa anualizada de 4,6% (Gráfico II.2). Levando em conta essa evolução dos preços, estima-se que no final de 2004 o valor projetado seja um pouco superior ao registrado no fim de 2003. Essa alta se dará principalmente devido: (i) ao ajuste de preços relativos de alguns setores - que atualmente já podem recuperar a margem perdida durante o período agudo da recessão passada; (ii) aos aumentos tarifários, definidos pelo governo, em alguns setores provedores de serviços públicos; e (iii) pela pressão nos custos oriunda da alta nos preços internacionais das matérias-primas de exportação.

Em relação ao comércio exterior registrou-se em 2003 um resultado superavitário muito próximo ao observado em 2002, quando a balança comercial apresentou um recorde histórico.⁴ As vendas externas em 2003 cresceram 14,3% em relação ao ano anterior, alcançando um volume de US\$ 27 bilhões. Esse valor

⁴ Mas em relação ao MERCOSUL o resultado foi deficitário, como veremos.

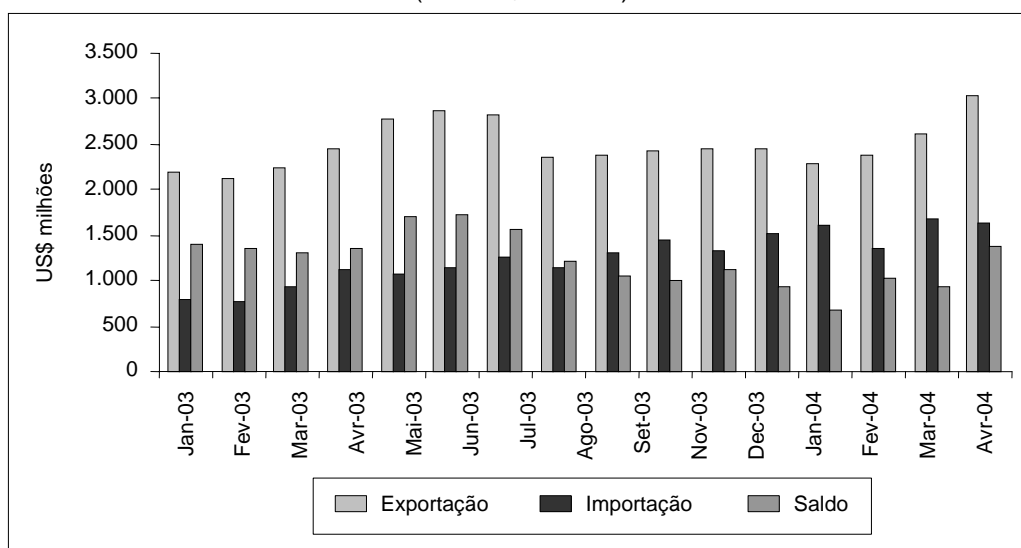
resultou de uma alta nos preços superior à das quantidades. A boa performance das exportações foi baseada no aumento das vendas da agropecuária e de produtos primários, de 23% e 22% respectivamente. As exportações de combustíveis e de energia apresentaram uma taxa de crescimento anual de 13% e as manufaturas industrializadas de apenas 1%. Esse desempenho relativamente fraco pode ser parcialmente atribuído à estagnação da economia brasileira em 2003, um dos principais mercados de destino das exportações argentinas.

As importações de bens apresentaram um desempenho notável em 2003, impulsionadas pelo aquecimento da economia doméstica. Essas importações alcançaram o montante de US\$ 12 bilhões, registrando crescimento de 33% frente a 2002. Vale ressaltar que, apesar dessa grande alta em 2003, as importações deste ano são cerca de 40% mais baixas do que as registradas em 2001. O setor que se destacou nas importações foi o de bens de capital, principalmente, e os de insumos intermediários, com crescimento anual próximo a 93% e 43% respectivamente. As importações de bens de consumo também apresentaram alta significativa, com taxa de crescimento de 54% em relação ao ano anterior. Como resultado desses desenvolvimentos, a balança comercial fechou o ano de 2003 com um superávit de US\$ 15,6 bilhões, US\$ 1,2 milhões abaixo do número registrado em 2002.

Para 2004 espera-se que o bom desempenho das exportações seja consolidado. Essas expectativas otimistas estão baseadas: (i) nas projeções de alta para os principais mercados argentinos, principalmente para o Brasil e para os países asiáticos; (ii) no aumento da competitividade da produção local; e (iii) nas perspectivas para os preços internacionais das *commodities*. Da mesma forma, espera-se que a recuperação das importações seja mantida, devido ao aquecimento da demanda doméstica.

Os resultados disponíveis para o comércio exterior em 2004 registram crescimento das exportações totais em relação ao mesmo período no ano anterior (Gráfico II.3). O destaque é o setor agropecuário.

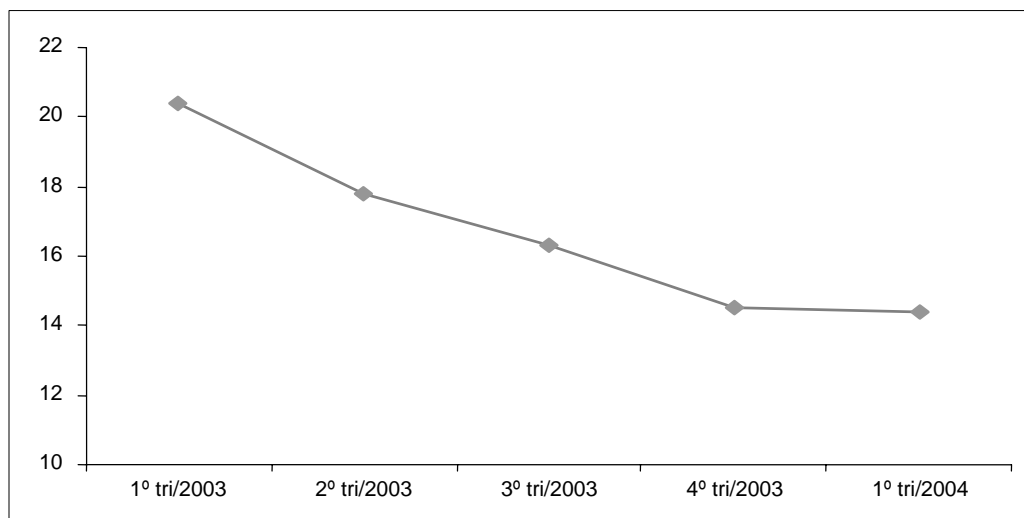
GRÁFICO II.3
ARGENTINA: BALANÇA COMERCIAL: JANEIRO 2003 - ABRIL 2004
 (Em US\$ milhões)



Fonte: INDEC.

Com relação ao mercado de trabalho, a última pesquisa domiciliar EPH (Encuesta Permanente de Hogares) registrou uma rápida queda do desemprego ao longo de 2003, apesar de a desocupação ainda se manter em níveis bastante elevados (ver Gráfico II.4). No final de 2003 a taxa de desemprego ficou em torno de 14,5% enquanto que no último trimestre de 2002 esse percentual era de 20,9% da população economicamente ativa.

GRÁFICO II. 4
TAXA DE DESEMPREGO: 1º TRIMESTRE 2003 - 1º TRIMESTRE 2004



Fonte: INDEC.

As indicações são no sentido de que começa a se consolidar uma trajetória de redução na taxa de desemprego da Argentina, queda essa baseada na recuperação do nível de atividade. Essa recuperação, por sua vez, está refletindo as mudanças nos preços relativos associadas a um novo regime macroeconômico que vem sendo estabelecido desde o fim do regime de Conversibilidade.

Comércio Exterior Intra-MERCOSUL: Transações Comerciais: Argentina - MERCOSUL

As importações argentinas passaram por franca recuperação em 2003, após o péssimo desempenho do crítico ano anterior. Embora ainda muito inferiores aos US\$ 7,9 bilhões de 1998, a tendência é de recuperação, junto com o aumento do nível de atividade. A tabela seguinte registra as importações argentinas oriundas do MERCOSUL, seguida de uma outra tabela com as exportações para os demais países da região.⁵

O destaque, como seria de se esperar, são as importações do Brasil, que representaram 91% do total importado do MERCOSUL em 2003. Ainda assim, representam cerca da metade das importações com origem no Brasil em 1998. A recuperação econômica em 2003 foi responsável pelo forte aumento das importações nesse ano.

⁵ Os resultados das tabelas referentes ao comércio intra-bloco não são necessariamente iguais aos totais devido a diferenças de classificação ente as fontes de informação (FOB versus CIF, etc.)

TABELA II.2
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DO MERCOSUL
(US\$ milhões)

País de origem	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	4.287,5	4.174,4	5.325,2	6.897,5	7.054,7	5.598,9	6.478,5	5.277,6	2.518,4	3.702,7
Paraguai	71,6	139,8	181,3	319,6	347,6	304,1	294,9	303,0	255,5	253,2
Uruguai	424,7	279,3	293,8	371,0	528,0	395,8	425,9	328,4	122,4	131,0
Total	4.783,8	4.593,5	5.800,3	7.588,1	7.930,3	6.298,8	7.199,3	5.909,0	2.896,3	4.086,9

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004] e Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A recuperação das exportações, mostradas a seguir, vem sendo mais lenta, apesar da desvalorização do peso argentino. Em boa medida, isso se deve à fraca performance do nível de atividade brasileiro depois de 2000. De qualquer forma, as exportações da Argentina foram em 2003 da ordem de pouco menos da metade das exportações do biênio 1997-1998.

TABELA II.3
EXPORTAÇÕES ARGENTINAS PARA O MERCOSUL
(US\$ milhões)

País de destino	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	3.656,3	5.510,9	6.619,9	8.107,3	7.924,4	5.689,3	6.991,4	6.311,3	4.838,0	3.818,3
Paraguai	497,7	631,6	581,4	621,2	621,9	563,2	592,2	496,7	341,9	349,6
Uruguai	649,6	654,2	717,1	835,3	843,3	818,6	818,3	768,5	543,0	444,3
Total	4.803,6	6.796,7	7.918,4	9.563,8	9.389,6	7.071,1	8.401,9	7.576,5	5.722,9	4.612,2

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004] e Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em consequência, os saldos comerciais, mostrados a seguir, revelam nitidamente a deterioração das contas externas da Argentina com os demais sócios do bloco. Esse fato está na raiz das dificuldades experimentadas pelos sócios, especialmente as controversas questões envolvendo o Brasil explicitadas em meados de 2004. De fato, os superávits comerciais decrescentes em 2003 foram seguidos de déficit no primeiro semestre de 2004. Note-se o peso desproporcional do saldo com o Uruguai no último ano.

TABELA II.4
SALDO COMERCIAL DA ARGENTINA COM DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL
(US\$ milhões)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	-631,2	1.336,5	1.294,7	1.209,8	869,7	90,4	512,9	1.033,7	2.319,6	115,6
Paraguai	426,1	491,8	400,1	301,6	274,3	259,1	297,3	193,7	86,4	96,4
Uruguai	224,9	374,9	423,3	464,3	315,3	422,8	392,4	440,1	420,6	313,3
Total	19,8	2.203,2	2.118,1	1.975,7	1.459,3	772,3	1.202,6	1.667,5	2.826,6	525,3

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004] e Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Perspectivas

Os resultados referentes à evolução do nível de atividade agregada da economia argentina no primeiro trimestre de 2004, da ordem de 10,5%, justificam previsões de crescimento do PIB da ordem de 8% para o ano de 2004. No entanto, existem no horizonte dois conjuntos de dificuldades, das quais o primeiro é certamente mais relevante no 2004: a evolução do contexto internacional e da conjuntura doméstica. Cada um destes pontos é comentado em detalhes a seguir.

No que toca ao contexto internacional, as ameaças aparecem em quatro áreas principais e uma secundária. As principais são: (i) o aumento dos juros nos EUA, (ii) o crescimento da China e da Índia; (iii) o comportamento dos preços das *commodities*; e (iv) as perspectivas para a evolução dos demais parceiros do MERCOSUL, especialmente o Brasil. Uma ameaça secundária seria: (v) o colapso do mercado imobiliário em diversas economias avançadas, com destaque para a dos EUA, da Inglaterra e em alguns países da União Européia.

- (i) A política monetária expansiva dos EUA em 2001-2003 e no começo de 2004 foi possibilitada pela feliz combinação de forte aumento da produtividade e baixa inflação. Ao mesmo tempo em que estimulava o crescimento, a baixa taxa de remuneração dos títulos federais persistiu por bastante tempo, apesar do déficit fiscal e do desequilíbrio das contas externas, expresso pela elevadíssima relação entre déficit em conta corrente e PIB da ordem de 5% (da mesma magnitude do resultado fiscal). O aumento dos juros no final de junho de 2004, no entanto, foi modesto em relação às expectativas que se vinham formando desde o começo deste ano, quando os primeiros sinais de alguma aceleração inflacionária nos EUA começaram a aparecer. Em parte, porque o aquecimento da economia tem sido menos intenso no primeiro semestre de 2004. E em parte porque a aceleração inflacionária também está sendo menos intensa do que se temia anteriormente. Como resultado, os mercados reagiram favoravelmente à decisão de modesta elevação dos juros por parte do FED. O cenário atual impõe menos riscos para as economias emergentes em decorrência de um eventual aumento nos juros norte-americanos.
- (ii) O papel dinamizador do comércio internacional exercido pela economia chinesa, fruto de um intenso processo de crescimento que já dura décadas - mas acelerado a partir das reformas econômicas - é mais do que conhecido. No entanto, diversos analistas têm argumentado que não é improvável que a China venha a enfrentar dificuldades no futuro próximo. Essas dificuldades são de três ordens. Primeiro, a fragilidade do setor financeiro chinês, que pode desencadear um processo recessivo, especialmente no estágio de sobre-aquecimento em que se encontra a economia chinesa. Segundo, a questão da valorização da moeda chinesa (o yuan), sob pressão internacional (especialmente dos EUA) no sentido de valorização, inclusive devido às imensas reservas internacionais do país.⁶ Terceiro, o que poderá acontecer quando diminuirmos os influxos de capital de risco (IDE), que têm sido da ordem de US\$ 40-50 bilhões desde 1997, ou cerca de 5% do PIB chinês. Mas observe-se que o impacto de uma eventual e súbita redução dos influxos de IDE não terá o mesmo efeito que em outros países devido ao elevadíssimo nível das reservas internacionais e da taxa de poupança doméstica. Ainda assim, um risco associado é o referente a uma eventual queda da produtividade do capital. Com uma taxa de poupança muito alta (35-40% do PIB), a economia chinesa tem sido capaz de crescer a 8% ao ano graças a um aumento da produtividade do capital, a qual pode vir a diminuir com o aumento relativo da construção de residências (vide o *boom* imobiliário chinês dos últimos anos). A economia da Índia também tem apresentado um desempenho muito positivo, com efeitos dinamizadores sobre a economia mundial desde o começo dos anos 90, e esse comportamento tem sido caracterizado por fluxos comerciais crescentes com o exterior, quebrando uma antiga característica da economia indiana, que seu baixo grau de abertura comercial.

⁶ Essas reservas, no entanto, têm sido usadas, como no caso de outros países asiáticos, para financiar os déficits em conta corrente dos EUA.

- (iii) Os preços das principais *commodities* não petrolíferas, que atravessaram 2003 sob forte pressão de alta, não fizeram mais do que repor perdas (em dólares) das décadas anteriores. No entanto, a extrema volatilidade que caracteriza esses preços sugere cautela quanto à continuidade dessa pressão altista. De fato, há indicações de que em meados de 2004 várias *commodities* estão com preços inferiores aos de 2003 (a soja e derivados, por exemplo), depois da subida observada entre meados de 2003 e março de 2004. A tendência é que os preços das *commodities* terminem 2004 em níveis inferiores aos de 2003, na média. Os preços do petróleo constituem um caso a parte, devido às fortes implicações geopolíticas (Irã, Iraque) e distúrbios internos em alguns países (Venezuela e Indonésia) que determinam a evolução da oferta. Assim mesmo, a demanda internacional aquecida pelo crescimento global em 2003 - com destaque para o crescimento chinês - também contribuiu para manter os preços elevados. Obviamente, o esfriamento dos conflitos e a incerteza a eles associada, bem como redução do (muito elevado) ritmo de crescimento da economia global, teriam o efeito de provocar uma pressão de baixa sobre os preços.
- (iv) As perspectivas de crescimento para o Brasil e demais parceiros do MERCOSUL serão analisadas em seções específicas. Sem embargo, pode-se desde já assinalar que no caso do Brasil o país apresentará em 2004 desempenho bem acima da média histórica recente, com perspectivas positivas de continuidade à frente, caso algumas pré-condições sejam cumpridas. Nesse sentido, os efeitos da expansão brasileira sobre a economia argentina continuarão a se fazer sentir no médio prazo - supondo que seja possível superar alguns entraves nas negociações comerciais que inibem o pleno funcionamento do MERCOSUL. Mais comentários sobre este ponto no capítulo quatro.

B. Brasil

Prólogo e Movimentos Iniciais do Governo Lula: Continuidade e Mudança

A economia brasileira atravessou a maior parte do ano de 2002 sob o temor de que a coalizão de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) vencesse as eleições presidenciais (em dois turnos: 03 de outubro e 15 de novembro). À medida que as pesquisas eleitorais confirmavam as suspeitas de que a maioria da população de votantes elegeria os representantes do PT - algo que começou a se tornar mais nítido em abril-maio de 2002 - os fluxos de recursos internacionais para o Brasil (especialmente empréstimos e financiamentos) começaram a diminuir. A situação chegou a níveis críticos na virada do ano para 2003, quando até mesmo o financiamento internacional do comércio exterior foi afetado. O risco-país bateu recordes, mesmo à medida que o Banco Central elevava fortemente as taxas de juros internas e promovia alterações no perfil da dívida pelo encurtamento de prazos e lançamento de títulos indexados em dólares norte-americanos.

A desvalorização cambial a partir de abril de 2002 foi brutal, tendo a cotação da moeda norte-americana passado de cerca de R\$ 2,2 / US\$ para níveis próximos a R\$ 4,0 / US\$ em outubro. A deterioração do ambiente macroeconômico, crescentemente caracterizado pela incerteza, inclusive quanto ao cumprimento de contratos, foi a tônica do ano. A fuga de capitais aumentou enormemente no período.

A divulgação da "Carta aos Brasileiros" pelo então candidato presidencial em 2002 (quando sua eleição estava assegurada, segundo as pesquisas de opinião), contendo afirmações tranquilizadoras para os agentes econômicos no sentido de respeito aos contratos e afastamento do risco de calotes ou alongamentos compulsórios da dívida interna, contribuiu um pouco para diminuir o nível de incerteza prevalecente. O Brasil chegou, inclusive, a firmar um acordo de emergência com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda no Governo do Pres. Fernando Henrique Cardoso, submetendo-se a rígidas metas de controle de gastos, de redução da inflação e de obtenção de superávit primário como forma de demonstrar o compromisso de controle das contas públicas (e ganhar credibilidade), e com isso obter um empréstimo de reforço a seu combatido nível de reservas internacionais. Mas mesmo esse reforço de recursos e o apoio do FMI ao plano

então elaborado foi insuficiente para estancar o processo de redução dos fluxos de financiamento externos para o Brasil.

Não obstante, o novo governo empossado em 1º de janeiro de 2003 manteve o mesmo regime de política macroeconômica, baseado no tripé: câmbio flutuante, regime de metas de inflação e até mesmo elevação do superávit primário que havia sido acordado com o FMI pela administração anterior. O resultado, nos primeiros trimestres, foi uma não muito forte recessão - acompanhada por forte pressão de grande parte dos aliados políticos de primeira hora do PT no sentido de mudanças no "modelo econômico". Mas a ortodoxia funcionou: a partir do terceiro trimestre de 2003, como veremos, a economia deu sinais de uma recuperação que se prolonga por 2004.

Logo no começo do ano 2003, ficou claro que a forte desvalorização cambial de 2002 contaminaria os preços domésticos. Os preços dos *tradables* começaram a subir já no início de 2003 e se refletiram rapidamente nos preços no atacado. O aumento nos preços ao consumidor seria menos intenso e viria mais tarde. Ainda assim, cedo ficou claro que a meta de inflação para 2003 seria ultrapassada. A reação do Banco Central à aceleração da inflação foi um aumento na taxa básica de juros (a chamada "taxa SELIC") no início do ano.

A elevação da inflação medida pelos preços ao consumidor - implicando queda do rendimento real das famílias, dada a dificuldade de se conseguir reposição de salários e rendas na mesma medida do aumento dos preços - associada à elevação dos juros reduziu a renda real agregada e, logo, o consumo. Ao mesmo tempo, a recessão reduziu os investimentos privados. Como os investimentos públicos estavam em níveis muito baixos, devido à necessidade de gerar superávits primários, todo o ônus de manutenção da demanda agregada recaiu sobre as exportações líquidas. A desvalorização cambial e a recessão doméstica se encarregaram de prover o estímulo para o seu fortalecimento. Mas isso não foi suficiente para evitar que, considerado o ano calendário de 2003, o PIB tenha experimentado queda de 0,2% relativamente a 2002.

O aumento do desemprego foi um dos resultados mais notáveis. Outro, em termos de desempenho, foi a estagnação da demanda agregada, apesar do forte aumento das exportações, impulsionadas pela desvalorização cambial e pelo aumento da importância de novos parceiros comerciais em fase de forte crescimento, como a China e a Índia. Assim, após crescer modestos 1,9% em 2002, o Produto Interno Bruto brasileiro caiu cerca de 0,2% em 2003.

O controle da inflação recaiu, como mais de uma vez no passado, sobre a política monetária, cabendo à política fiscal um papel secundário em termos de redução no impulso fiscal.

Assim, a avaliação do novo governo pode ser considerada positiva do ponto de vista da gestão macroeconômica nos seus primeiros 18 meses de mandato. Do ponto de vista das transformações e reformas estruturais consideradas necessárias para a superação das restrições que limitam o crescimento sustentado do Brasil, destacam-se reformas da Previdência Social e Tributária, parciais em seus efeitos que seriam aprovadas pelo Congresso Nacional no final do ano em meio a intensas discussões e concessões. Ainda assim, persistem dúvidas em relação a algumas das medidas propostas, como é o caso da taxa de 11% sobre os inativos e pensionistas do setor público, matéria que se encontrava em julgamento no Supremo Tribunal Federal em junho de 2004. Isso implica a necessidade de retornar-se a essas reformas no futuro, visando seu aprofundamento.

As alterações no regime da previdência sem dúvida avançou em relação ao que se obteve na administração FHC - cuja reforma nessa área, também parcial, só foi aprovada com dificuldade e se restringiu ao setor privado. Na reforma de 2003, no entanto, o alvo foi o setor público, visando a redução de privilégios associados ao seu regime de previdência específico. Mas as concessões em relação ao projeto original

foram muitas. Entre outras coisas, a reforma não alcançou o regime geral e, no que toca ao financiamento, manteve o sistema de repartição basicamente inalterado, sem passar para um regime de capitalização (mais seguro, do ponto de vista atuarial). Além disso, não alcançou as carreiras do Legislativo e do Judiciário - onde se localizam os salários mais altos - totalmente infensas a qualquer esforço reformista. Assim, o desequilíbrio estrutural da previdência continua a existir.

Retrospecto

A Tabela II.5, a seguir, registra o desempenho das principais variáveis macroeconômicas brasileiras de 1994 a 2003 de forma semelhante à apresentada para a Argentina. Seus dados testemunham, nos anos finais nela mostrados, a sucessão de desenvolvimentos registrada acima.

Obviamente, como já indicado, o desempenho macroeconômico não foi homogêneo ao longo de 2003. Isso pode ser confirmado no Gráfico II.5, que mostra a evolução do PIB trimestral com ajustamento sazonal para os anos de 1999 a 2004 (1º trimestre, apenas). Note-se que a economia brasileira apresentou dois ciclos de curto prazo nestes anos. O primeiro, iniciado no começo de 1999, durou até o primeiro trimestre de 2001, sendo abortado quando da crise de energia que se seguiu.⁷ Neste primeiro ciclo o PIB real cresceu à taxa anual de 3,8%. No segundo mini-ciclo, do quarto trimestre de 2001 ao quarto de 2002, o PIB real também cresceu 3,8%. Após a recessão do primeiro semestre de 2003, associada ao choque monetário imposto pelo novo governo, o PIB real voltou a crescer, agora à taxa anualizada de 4,9 % (até o primeiro trimestre de 2004). Em ambos os casos o comportamento do PIB refletiu, de forma suavizada, o da Indústria (ver IPEA [2004], p. VII - VIII).

TABELA II.5
BRASIL: PIB, DESEMPREGO, INFLAÇÃO, DÉFICIT FISCAL,
CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR: 1994-2003

Anos	PIB (% variação)	Taxa de Desemprego (%)	Inflação IPC (%)	Câmbio (R\$/US\$)	Déficit Fiscal (% PIB)	Exporta- ções (US\$ milhões)	Importa- ções (US\$ milhões)	Saldo (US\$ milhões)
1994	5,85	5,1			26,97	43.545	33.079	10.466
1995	4,22	4,6	22,0	0,918	7,27	46.506	49.970	-3.464
1996	2,66	5,4	9,1	1,005	5,87	47.747	53.286	-5.539
1997	3,27	5,7	4,3	1,078	6,07	52.993	59.741	-6.748
1998	0,13	7,6	2,5	1,160	7,47	51.140	57.744	-6.604
1999	0,79	7,6	8,4	1,815	5,76	48.011	49.273	-1.262
2000	4,36	7,1	5,3	1,830	3,63	55.086	55.797	-711
2001	1,31	6,2	9,4	2,351	3,58	58.222	55.573	2.649
2002	1,93	7,14/10,5*	14,74**	2,921	4,59	60.360	47.233	13.127
2003	-0,20	12,3*	16,36**	3,078	5,22	73.084	48.260	24.825

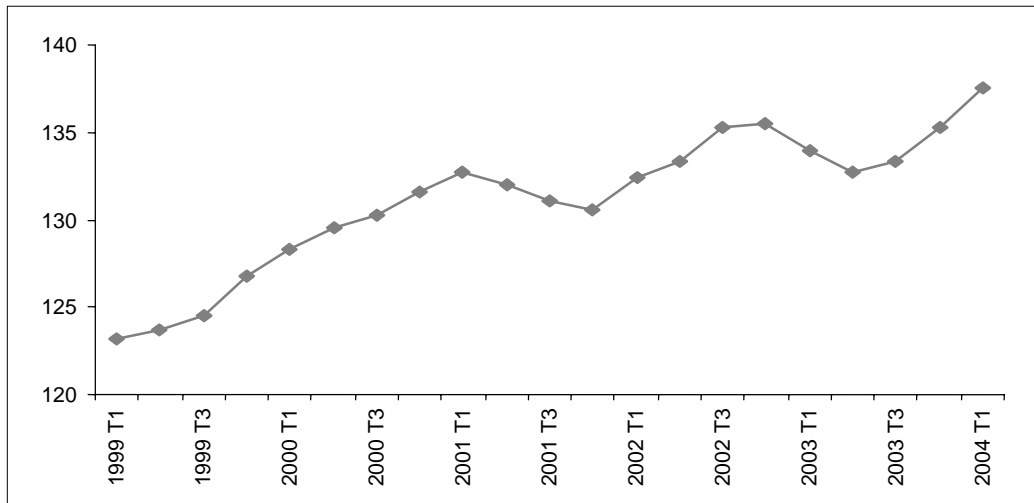
Notas: * Nova pesquisa de emprego, resultados não comparáveis à série anterior.

** Acumulado 12 meses, em relação aos 12 meses anteriores.

Fonte: IBGE e Banco Central.

⁷ A abordagem do texto segue a do IPEA (Boletim de Conjuntura, Junho de 2004).

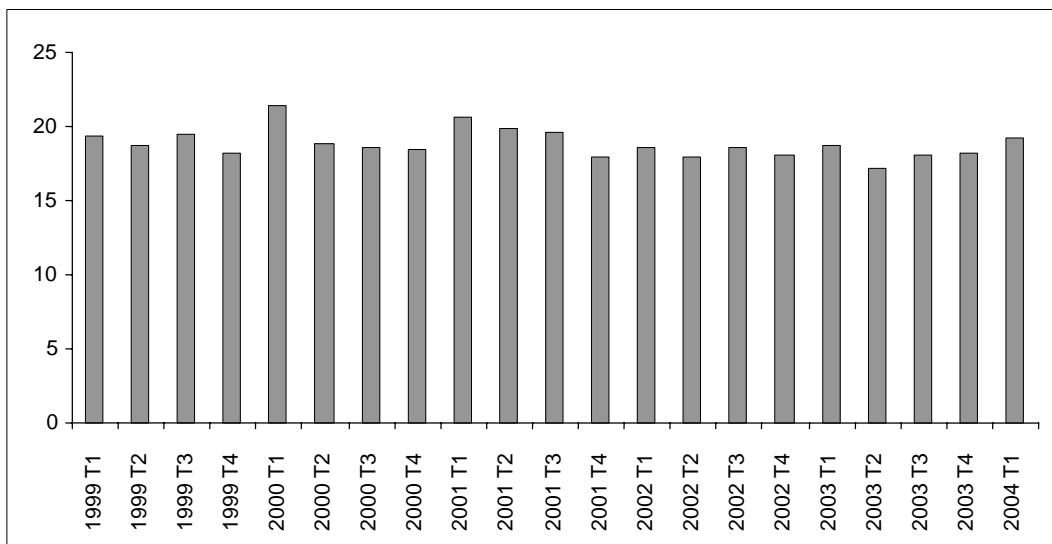
GRÁFICO II.5
BRASIL: PIB TRIMESTRAL COM AJUSTAMENTO SAZONAL:
1º TRIMESTRE 1999 - 4º TRIMESTRE 2004
 (1990=100)



Fonte: IBGE, Departamento de Contas Nacionais e IPEA [2004].

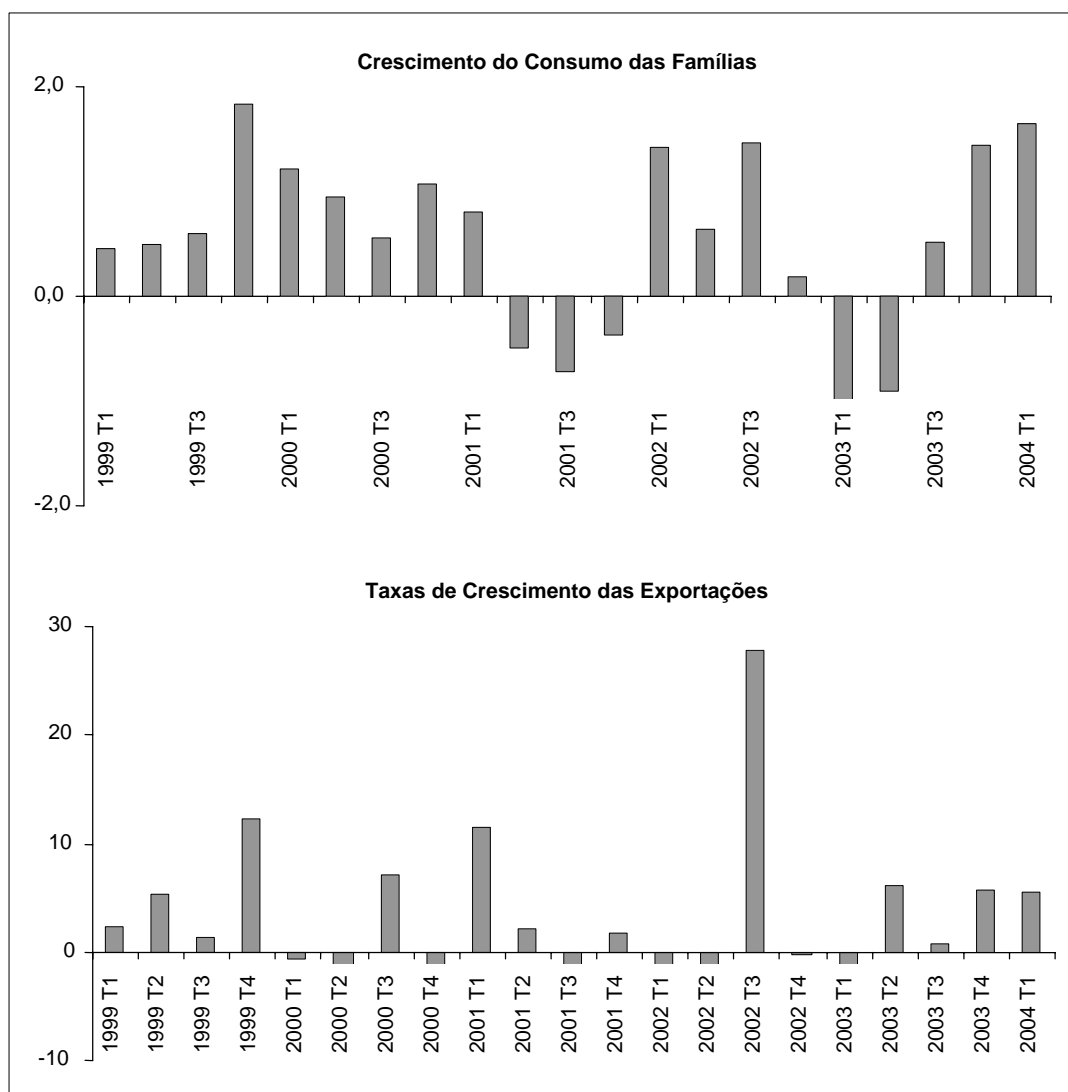
Vê-se, assim, que a maior parte do ajuste recente ocorreu durante os dois primeiros trimestres de 2003. Os setores industrial e de construção, mais sensíveis à elevação dos juros, foram os que mais sofreram (ver Gráficos adiante). No segundo semestre de 2003 a economia começou a apresentar sinais mais claros de recuperação, processo este que se prolonga por 2004 e gera expectativas positivas em boa parte dos agentes econômicos. No entanto, como mostra o Gráfico II.6, essa recuperação tem sido apenas em parte baseada na formação de capital. De fato, a taxa de investimento tem permanecido quase que sem exceção abaixo de 20% nos últimos anos, embora com recuperação a partir do 2º trimestre de 2003. O elemento mais dinâmico dos grandes agregados tem sido o crescimento das exportações, secundado pelo aumento do consumo privado (Gráfico II.7).

GRÁFICO II.6
BRASIL: TAXA DE INVESTIMENTO TRIMESTRAL: 1º TRIMESTRE 1999 - 1º TRIMESTRE 2004
 (A preços correntes)



Fonte: IBGE, Dep. de Contas Nacionais.

GRÁFICO II.7
BRASIL: CRESCIMENTO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS E DAS EXPORTAÇÕES
DE BENS E SERVIÇOS POR TRIMESTRES
 (Em %, a partir das séries dessazonalizadas)



Fonte: IBGE, Dep. de Contas Nacionais.

Comércio Exterior Intra-MERCOSUL: Transações Comerciais: Brasil - MERCOSUL

A Tabela II.6 mostra a evolução das importações brasileiras com origem nos demais sócios do MERCOSUL. Ela destaca a forte contração após a mudança do regime cambial em 1999 e, novamente, em 2002 e 2003, por força da desvalorização cambial no primeiro ano e da recessão no segundo ano mencionado.

TABELA II.6
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL
(US\$ milhões)

País de origem	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	3.660,0	5.581,0	6.784,0	8.033,0	8.035,0	5.815,0	6.843,0	6.207,0	4.745,0	4.673,2
Paraguai	352,0	514,0	551,0	518,0	350,0	260,0	351,0	302,0	383,0	474,8
Uruguai	569,0	737,0	933,0	966,0	1.043,0	645,0	601,0	500,0	484,0	537,9
Total	4.581,0	6.832,0	8.268,0	9.517,0	9.428,0	6.720,0	7.795,0	7.009,0	5.612,0	5.685,9

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004] e Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Do lado das exportações, tornar-se evidente a grande queda depois de 1997-98, apesar da desvalorização cambial de 1999. Isso indica que o Brasil preferiu acomodar seus fluxos comerciais com o MERCOSUL - leia-se: Argentina - quando da desvalorização, de modo a não prejudicar demasiadamente o funcionamento do bloco. A recuperação em 2003 está associada à retomada do nível de atividade da Argentina a partir desse ano.

TABELA II.7
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS AO MERCOSUL
(US\$ milhões)

País de destino	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	4.136,0	4.041,0	5.171,0	6.767,0	6.746,0	5.362,0	6.233,0	5.002,0	2.343,0	4.561,1
Paraguai	1.053,0	1.300,0	1.325,0	1.405,0	1.249,0	744,0	829,0	720,0	557,0	707,2
Uruguai	732,0	812,0	812,0	871,0	881,0	671,0	670,0	641,0	412,0	403,5
Total	5.921,0	6.153,0	7.308,0	9.043,0	8.876,0	6.777,0	7.732,0	6.363,0	3.312,0	5.671,9

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004] e Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Como resultado, a evolução dos saldos comerciais do Brasil com os demais sócios tem apresentado um comportamento oscilante, em que predominam os déficits. No período 1994-2003, o único ano em que houve superávit foi o de 1994. Em alguns anos (por exemplo: 2002) o Brasil acumulou pesados superávits com a Argentina. Em relação aos demais países (i.e., exceto os do MERCOSUL), o registro é de um superávit de US\$ 15,4 bilhões. Mais uma vez, nota-se a disposição de colaborar com o MERCOSUL via manutenção de déficit com os demais países. Já em 2003 nota-se um quase equilíbrio nos saldos com os demais países devido, basicamente, à redução do déficit com a Argentina.

TABELA II.8
SALDO COMERCIAL DO BRASIL COM O MERCOSUL (ÚLTIMOS 12 MESES)
(US\$ milhões)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	476,0	-1.540,0	-1.613,0	-1.266,0	-1.289,0	-453,0	-610,0	-1.205,0	-2.402,0	-112,1
Paraguai	701,0	786,0	774,0	887,0	899,0	484,0	478,0	418,0	174,0	232,4
Uruguai	163,0	75,0	-121,0	-95,0	-162,0	26,0	69,0	141,0	-72,0	-134,4
Total	1.340,0	-679,0	-960,0	-474,0	-552,0	57,0	-63,0	-646,0	-2.300,0	-14,0

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004] e Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Comércio Exterior por Países e Regiões de Destino e Categorias de Uso dos Bens⁸

A evolução das exportações brasileiras tem sido marcada por extraordinário dinamismo após a mudança do regime cambial e conseqüente desvalorização depois de janeiro de 1999. Além disso, como se observa na tabela seguinte, tem havido uma substancial diversificação de mercados. A última coluna da tabela apresenta um índice de mudança estrutural que nada mais é do que as diferenças nas percentagens exportadas por países (ou blocos, ou regiões) segundo categorias de uso dos bens exportados.

Começando pelo total, apresentado ao final da tabela, pode-se constatar que a composição em termos das categorias de uso dos bens mudou relativamente pouco, apesar do grande dinamismo das exportações (que passaram de US\$ 48 para US\$ 73 bilhões no período analisado, 1999-2003). A categoria dos combustíveis foi a que mais ganhou participação relativa, passando de 1% para 4,5% do total exportado. No sentido oposto está a categoria dos bens intermediários, cujo peso no total caiu de 64,0% para ainda assim expressivos 60,7%.

Notáveis mudanças caracterizam as distribuições por países de destino, implicando forte diversificação de mercados. O grande destaque é, sem dúvida, a China, cuja participação passou de 1,4% do total em 1999 para 6,2% em 2003. Em segundo lugar está o grupo de países das Américas (exceto MERCOSUL e EUA), com aumento de 10,7% para 13,9%.

Já as perdas estão concentradas nos seguintes blocos/ países / regiões: MERCOSUL, onde a redução de participação foi de 14,1% para 7,8% do total exportado (que só não foi pior graças à recuperação de 2003 em relação a 2002) - implicando, inclusive, queda do valor absoluto de US\$ 6,8 para US\$ 5,7 bilhões - União Européia (de 28,6% para 24,8%) e Japão (4,6% para 3,2%).

TABELA II.9
EXPORTAÇÕES SEGUNDO CATEGORIAS DE USO, POR DESTINO, 1999 A 2003
(US\$ milhões FOB e %)

Países / Blocos Selecionados	1999	% total	2000	2001	2002	2003	% total	Mudança Estrutural (%)
MERCOSUL	6.778	14,1	7.733	6.364	3.311	5.672	7,8	-6,4
Bens de Capital	1.256	2,6	1.490	954	312	967	1,3	-1,3
Intermediários	3.711	7,7	3.995	3.440	2.243	3.350	4,6	-3,1
Bens de Consumo duráveis	666	1,4	912	646	188	657	0,9	-0,5
Bens de Consumo não-duráveis	1.098	2,3	1.261	1.193	508	655	0,9	-1,4
Combustível	47	0,1	75	131	59	43	0,1	0,0
EUA	10.675	22,2	13.181	14.190	15.354	16.692	22,8	0,6
Bens de Capital	1.980	4,1	3.094	3.976	4.146	3.606	4,9	0,8
Intermediários	6.256	13,0	6.698	6.094	6.877	7.809	10,7	-2,3
Bens de Consumo duráveis	446	0,9	769	1.017	1.171	1.175	1,6	0,7
Bens de Consumo não-duráveis	1.765	3,7	2.119	2.085	2.280	2.499	3,4	-0,3
Combustível	228	0,5	499	1.019	881	1.604	2,2	1,7

⁸ As tabelas desta sub-seção foram gentilmente preparadas e cedidas pelo Dr. Henry Pourchet, da FUNCEX, Rio de Janeiro.

TABELA II.9 (continuação)

Países / Blocos Selecionados	1999	% total	2000	2001	2002	2003	% total	Mudança Estrutural (%)
União Européia	13.736	28,6	14.784	14.865	15.113	18.102	24,8	-3,8
Bens de Capital	982	2,0	1.504	1.138	665	819	1,1	-0,9
Intermediários	9.841	20,5	10.610	10.878	11.189	13.156	18,0	-2,5
Bens de Consumo duráveis	650	1,4	506	323	289	383	0,5	-0,8
Bens de Consumo não-duráveis	2.240	4,7	2.097	2.337	2.542	3.186	4,4	-0,3
Combustível	23	0,0	67	189	428	560	0,8	0,7
Japão	2.193	4,6	2.472	1.986	2.098	2.311	3,2	-1,4
Bens de Capital	25	0,1	196	25	37	43	0,1	0,0
Intermediários	1.810	3,8	1.971	1.608	1.642	1.835	2,5	-1,3
Bens de Consumo duráveis	1	0,0	2	2	2	2	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	335	0,7	294	334	391	411	0,6	-0,1
Combustível	22	0,0	10	18	26	19	0,0	0,0
China	676	1,4	1.085	1.902	2.520	4.533	6,2	4,8
Bens de Capital	15	0,0	61	128	56	70	0,1	0,1
Intermediários	641	1,3	962	1.617	2.400	4.376	6,0	4,7
Bens de Consumo duráveis	0	0,0	3	88	34	13	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	19	0,0	23	29	31	50	0,1	0,0
Combustível	0	0,0	36	40	0	24	0,0	0,0
Rússia	746	1,6	423	1.103	1.252	1.500	2,1	0,5
Bens de Capital	0	0,0	2	5	8	29	0,0	0,0
Intermediários	642	1,3	316	743	583	785	1,1	-0,3
Bens de Consumo duráveis	0	0,0	1	2	4	5	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	103	0,2	103	353	658	680	0,9	0,7
Combustível	0	0,0	0	0	0	0	0,0	0,0
Restante das Américas (1)	5.128	10,7	6.674	7.525	8.889	10.182	13,9	3,3
Bens de Capital	937	2,0	1.053	1.102	1.205	1.366	1,9	-0,1
Intermediários	2.940	6,1	3.672	3.892	4.496	4.860	6,6	0,5
Bens de Consumo duráveis	524	1,1	1.048	1.290	1.614	1.968	2,7	1,6
Bens de Consumo não-duráveis	676	1,4	768	937	1.053	1.175	1,6	0,2
Combustível	51	0,1	132	304	521	812	1,1	1,0
Restante da Ásia	2.863	6,0	2.767	3.061	4.173	4.833	6,6	0,6
Bens de Capital	70	0,1	62	75	183	216	0,3	0,1
Intermediários	2.229	4,6	2.321	2.507	2.900	3.505	4,8	0,2
Bens de Consumo duráveis	13	0,0	28	17	50	34	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	528	1,1	340	406	418	555	0,8	-0,3
Combustível	22	0,0	15	56	621	523	0,7	0,7

TABELA II.9 (continuação)

Países / Blocos Selecionados	1999	% total	2000	2001	2002	2003	% total	Mudança Estrutural (%)
Restante da Europa (2)	559	1,2	956	924	913	1.145	1,6	0,4
Bens de Capital	9	0,0	195	193	168	47	0,1	0,0
Intermediários	450	0,9	651	609	600	853	1,2	0,2
Bens de Consumo duráveis	19	0,0	12	10	9	10	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	81	0,2	97	112	134	232	0,3	0,1
Combustível	1	0,0	1	1	3	3	0,0	0,0
África	1.336	2,8	1.347	1.988	2.362	2.860	3,9	1,1
Bens de Capital	114	0,2	168	251	231	272	0,4	0,1
Intermediários	707	1,5	739	882	1.076	1.453	2,0	0,5
Bens de Consumo duráveis	50	0,1	60	68	69	127	0,2	0,1
Bens de Consumo não-duráveis	459	1,0	353	692	777	866	1,2	0,2
Combustível	7	0,0	26	96	208	141	0,2	0,2
Oceania	269	0,6	375	275	292	349	0,5	-0,1
Bens de Capital	23	0,0	50	45	80	80	0,1	0,1
Intermediários	137	0,3	121	99	139	192	0,3	0,0
Bens de Consumo duráveis	3	0,0	3	8	18	16	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	105	0,2	201	122	52	61	0,1	-0,1
Combustível	0	0,0	0	0	3	0	0,0	0,0
Demais países	3.052	6,4	3.288	4.040	4.084	4.906	6,7	0,4
Bens de Capital	245	0,5	340	192	216	177	0,2	-0,3
Intermediários	1.382	2,9	1.356	1.511	1.578	2.153	2,9	0,1
Bens de Consumo duráveis	21	0,0	19	26	32	51	0,1	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	1.343	2,8	1.503	1.997	1.906	2.314	3,2	0,4
Combustível	60	0,1	70	314	352	211	0,3	0,2
Total	48.011	100,0	55.086	58.223	60.362	73.084	100,0	0,0
Bens de Capital	5.657	11,8	8.216	8.084	7.309	7.694	10,5	-1,26
Intermediários	30.747	64,0	33.413	33.880	35.723	44.328	60,7	-3,39
Bens de Consumo duráveis	2.394	5,0	3.363	3.497	3.479	4.439	6,1	1,09
Bens de Consumo não-duráveis	8.751	18,2	9.161	10.595	10.749	12.683	17,4	-0,87
Combustível	462	1,0	932	2.166	3.102	3.940	5,4	4,43

Notas: (1) Inclusive México e Canadá.

(2) Leste europeu.

Fonte: Secex/Mdic. Elaborado pela FUNCEX.

A Tabela II.10 mostra informação semelhante, só que para as importações. As mudanças na composição resultaram em forte aumento de participação para os bens intermediários (de 56,5% para 62,5% das importações), e para os combustíveis (de 9,8% para 13,4%), Já as perdas estiveram mais concentradas nas

importações de bens de capital, cuja participação caiu drasticamente: 20,5% para apenas 14,8% entre 1999 e 2003.

Quanto à distribuição por países / blocos / regiões, as mudanças foram tão intensas quanto no caso das exportações. De fato, a União Européia e os EUA perderam participação como os principais fornecedores para o Brasil (passando de 30,5% e 23,8% para 26,3% e 19,8%, respectivamente), ao passo que o MERCOSUL via sua participação diminuir de 13,7% para 11,8%. A contrapartida está concentrada: na China (+2,7%), nos países do restante da Ásia e nos da África (neste caso, concentrada nas importações de combustíveis).

TABELA II.10
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIAS DE USO, POR PAÍSES DE ORIGEM
(US\$ milhões FOB e %)

Países / Blocos Selecionados	1999	% total	2000	2001	2002	2003	% total	Mudança Estrutural (%)
MERCOSUL	6.719	13,7	7.796	7.010	5.615	5.686	11,8	-1,9
Bens de Capital	534	1,1	678	696	445	321	0,7	-0,4
Intermediários	3.281	6,7	3.679	3.381	3.032	3.380	7,0	0,3
Bens de Consumo duráveis	769	1,6	728	896	407	255	0,5	-1,0
Bens de Consumo não-duráveis	1.459	3,0	1.201	926	864	851	1,8	-1,2
Combustível	676	1,4	1.510	1.111	867	879	1,8	0,4
EUA	11.727	23,8	12.864	12.894	10.285	9.564	19,8	-4,0
Bens de Capital	3.033	6,2	3.099	3.424	3.006	2.237	4,6	-1,5
Intermediários	7.711	15,7	8.904	8.661	6.580	6.620	13,7	-2,0
Bens de Consumo duráveis	138	0,3	158	148	104	94	0,2	-0,1
Bens de Consumo não-duráveis	677	1,4	528	448	433	498	1,0	-0,3
Combustível	168	0,3	175	213	163	114	0,2	-0,1
União Européia	14.987	30,5	14.048	14.822	13.069	12.687	26,3	-4,2
Bens de Capital	4.484	9,1	3.497	3.915	3.127	2.459	5,1	-4,0
Intermediários	8.599	17,5	8.799	9.275	8.298	8.512	17,6	0,2
Bens de Consumo duráveis	537	1,1	434	374	342	363	0,8	-0,3
Bens de Consumo não-duráveis	1.143	2,3	1.110	1.112	1.015	985	2,0	-0,3
Combustível	224	0,5	208	146	287	368	0,8	0,3
Japão	2.576	5,2	2.960	3.064	2.347	2.521	5,2	0,0
Bens de Capital	709	1,4	660	903	653	662	1,4	-0,1
Intermediários	1.638	3,3	2.093	1.952	1.549	1.738	3,6	0,3
Bens de Consumo duráveis	174	0,4	158	168	106	82	0,2	-0,2
Bens de Consumo não-duráveis	55	0,1	49	40	40	38	0,1	0,0
Combustível	0	0,0	0	0	0	0	0,0	0,0

TABELA II.10 (continuação)

Países / Blocos Selecionados	1999	% total	2000	2001	2002	2003	% total	Mudança Estrutural (%)
China	865	1,8	1.222	1.328	1.554	2.148	4,5	2,7
Bens de Capital	140	0,3	188	216	208	280	0,6	0,3
Intermediários	476	1,0	779	824	1.046	1.566	3,2	2,3
Bens de Consumo duráveis	70	0,1	64	69	73	90	0,2	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	179	0,4	191	215	202	208	0,4	0,1
Combustível	0	0,0	0	4	24	4	0,0	0,0
Rússia	315	0,6	571	464	428	555	1,2	0,5
Bens de Capital	0	0,0	1	1	1	1	0,0	0,0
Intermediários	308	0,6	545	437	363	543	1,1	0,5
Bens de Consumo duráveis	0	0,0	0	0	0	0	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	7	0,0	14	13	4	5	0,0	0,0
Combustível	0	0,0	11	13	60	5	0,0	0,0
Restante das Américas (1)	3.917	8,0	5.192	4.165	3.588	3.517	7,3	-0,7
Bens de Capital	277	0,6	341	375	285	171	0,4	-0,2
Intermediários	2.049	4,2	2.649	2.366	1.980	2.275	4,7	0,6
Bens de Consumo duráveis	32	0,1	51	111	81	53	0,1	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	477	1,0	420	404	367	332	0,7	-0,3
Combustível	1.082	2,2	1.730	910	876	685	1,4	-0,8
Restante da Ásia	3.034	6,2	4.412	4.533	4.095	4.255	8,8	2,7
Bens de Capital	559	1,1	804	785	564	632	1,3	0,2
Intermediários	2.125	4,3	3.070	3.028	2.901	3.116	6,5	2,1
Bens de Consumo duráveis	121	0,2	143	123	75	66	0,1	-0,1
Bens de Consumo não-duráveis	224	0,5	209	222	201	191	0,4	-0,1
Combustível	5	0,0	185	375	354	249	0,5	0,5
Restante da Europa (2)	1.111	2,3	1.228	1.374	1.299	1.506	3,1	0,9
Bens de Capital	236	0,5	209	296	249	221	0,5	0,0
Intermediários	592	1,2	642	621	727	953	2,0	0,8
Bens de Consumo duráveis	18	0,0	17	17	22	16	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	253	0,5	317	316	239	250	0,5	0,0
Combustível	13	0,0	42	123	62	66	0,1	0,1
África	2.222	4,5	2.908	3.325	2.687	3.254	6,7	2,2
Bens de Capital	9	0,0	4	5	4	3	0,0	0,0
Intermediários	403	0,8	474	487	396	513	1,1	0,2
Bens de Consumo duráveis	1	0,0	0	1	0	1	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	19	0,0	20	11	9	14	0,0	0,0
Combustível	1.789	3,6	2.410	2.822	2.278	2.724	5,6	2,0

TABELA II.10 (continuação)

Países / Blocos Selecionados	1999	% total	2000	2001	2002	2003	% total	Mudança Estrutural (%)
Oceania	292	0,6	334	301	247	316	0,7	0,1
Bens de Capital	20	0,0	18	19	10	15	0,0	0,0
Intermediários	222	0,5	254	244	204	247	0,5	0,1
Bens de Consumo duráveis	22	0,0	17	14	4	12	0,0	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	28	0,1	26	24	29	13	0,0	0,0
Combustível	0	0,0	20	0	0	29	0,1	0,1
Demais países	1.445	2,9	2.249	2.300	2.018	2.251	4,7	1,7
Bens de Capital	96	0,2	178	241	116	149	0,3	0,1
Intermediários	421	0,9	539	606	589	696	1,4	0,6
Bens de Consumo duráveis	7	0,0	114	80	32	30	0,1	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	58	0,1	52	52	46	42	0,1	0,0
Combustível	863	1,8	1.366	1.321	1.235	1.334	2,8	1,0
Total	49.210	100,0	55.783	55.582	47.232	48.260	100,0	0,0
Bens de Capital	10.098	20,5	9.678	10.876	8.667	7.152	14,8	-5,7
Intermediários	27.825	56,5	32.426	31.882	27.665	30.158	62,5	5,9
Bens de Consumo duráveis	1.888	3,8	1.886	2.002	1.245	1.061	2,2	-1,6
Bens de Consumo não-duráveis	4.579	9,3	4.136	3.781	3.449	3.428	7,1	-2,2
Combustível	4.821	9,8	7.657	7.040	6.206	6.460	13,4	3,6
	49.210	100,0	55.783	55.582	47.232	48.260	100,0	0,0

Notas: (1) Inclusive México e Canadá.

(2) Leste europeu.

Fonte: Secex/Mdic. Elaborado pela FUNCEX.

Como resultado desses desenvolvimentos mudaram também substancialmente os saldos comerciais com blocos / regiões / países. A tabela seguinte resume a informação relevante de forma análoga às duas anteriores, permitindo também avaliar as contribuições para a formação dos saldos (negativos em 1999 e 2000) em 1999 e 2003. É interessante notar que os EUA e a União Européia respondem por 50% do superávit comercial brasileiro em 2003, seguidos do restante das Américas (27%), demais países (11%), China (10%) e Rússia (4%) e restante da Ásia. As demais contribuições são ou muito pequenas ou negativas (casos do Japão, restante da Europa, África e MERCOSUL). Logo, embora o Brasil seja um *global trader*, o peso dos gigantes comerciais EUA e União Européia na formação do saldo comercial não deve ser minimizado em qualquer estratégia de comércio exterior.

TABELA II.11
BRASIL - SALDO COMERCIAL POR REGIÕES DE DESTINO E CATEGORIAS DE USO DOS BENS
(US\$ FOB milhões)

Países/Blocos Selecionados	1999	Contrib. p/Saldo (%)	2000	2001	2002	2003	Contrib. p/Saldo (%)
MERCOSUL	59	-4,9	-63	-646	-2.304	-14	-0,1
Bens de Capital	721	-60,2	812	258	-133	646	2,6
Intermediários	430	-35,8	316	59	-788	-29	-0,1
Bens de Consumo duráveis	-103	8,6	183	-250	-219	402	1,6
Bens de Consumo não-duráveis	-361	30,1	60	267	-356	-197	-0,8
Combustível	-628	52,4	-1.434	-980	-808	-836	-3,4
EUA	-1.052	87,7	316	1.296	5.069	7.128	28,7
Bens de Capital	-1.053	87,8	-5	552	1.140	1.369	5,5
Intermediários	-1.455	121,4	-2.205	-2.567	297	1.189	4,8
Bens de Consumo duráveis	308	-25,7	611	868	1.067	1.081	4,4
Bens de Consumo não-duráveis	1.088	-90,7	1.592	1.637	1.847	2.000	8,1
Combustível	61	-5,0	324	806	718	1.490	6,0
União Européia	-1.251	104,4	736	43	2.045	5415	21,8
Bens de Capital	-3.503	292,2	-1.994	-2.777	-2.462	-1.640	-6,6
Intermediários	1.243	-103,6	1.811	1.603	2.891	4.644	18,7
Bens de Consumo duráveis	114	-9,5	72	-51	-53	20	0,1
Bens de Consumo não-duráveis	1.097	-91,5	988	1.225	1.527	2.201	8,9
Combustível	-202	16,8	-141	43	142	191	0,8
Japão	-383	32,0	-487	-1.078	-249	-210	-0,9
Bens de Capital	-684	57,0	-464	-878	-616	-618	-2,5
Intermediários	171	-14,3	-123	-344	93	97	0,4
Bens de Consumo duráveis	-173	14,4	-156	-166	-104	-80	-0,3
Bens de Consumo não-duráveis	280	-23,3	245	294	351	372	1,5
Combustível	22	-1,8	10	17	26	19	0,1
China	-189	15,8	-137	574	966	2.385	9,6
Bens de Capital	-125	10,4	-127	-88	-152	-209	-0,8
Intermediários	165	-13,8	184	793	1.354	2.810	11,3
Bens de Consumo duráveis	-69	5,8	-61	19	-39	-77	-0,3
Bens de Consumo não-duráveis	-161	13,4	-168	-186	-171	-158	-0,6
Combustível	0	0,0	36	35	-24	20	0,1
Rússia	431	-36,0	-148	638	825	945	3,8
Bens de Capital	0	0,0	2	4	8	28	0,1
Intermediários	335	-27,9	-228	306	220	243	0,9
Bens de Consumo duráveis	0	0,0	1	2	3	5	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	96	-8,0	89	340	654	675	2,7
Combustível	0	0,0	-11	-13	-60	-5	0,0

TABELA II.11 (continuação)

Países / Blocos Selecionados	1999	Contrib. p/Saldo (%)	2000	2001	2002	2003	Contrib. p/Saldo (%)
Restante das Américas (1)	1.211	-101,0	1.482	3.359	5.300	6.665	26,9
Bens de Capital	660	-55,0	712	726	921	1.195	4,8
Intermediários	891	-74,3	1.023	1.527	2.516	2.585	10,4
Bens de Consumo duráveis	493	-41,1	997	1.180	1.533	1.916	7,7
Bens de Consumo não-duráveis	199	-16,6	348	533	686	843	3,4
Combustível	-1.030	85,9	-1.598	-606	-355	127	0,5
Restante da Ásia	-171	14,2	-1.645	-1.472	78	578	2,3
Bens de Capital	-489	40,8	-742	-710	-380	-416	-1,7
Intermediários	104	-8,7	-749	-521	0	389	1,6
Bens de Consumo duráveis	-108	9,0	-115	-106	-24	-32	-0,1
Bens de Consumo não-duráveis	304	-25,4	131	184	216	364	1,5
Combustível	17	-1,4	-170	-319	266	274	1,1
Restante da Europa (2)	-553	46,1	-271	-450	-385	-362	-1,5
Bens de Capital	-227	19,0	-14	-104	-81	-175	-0,7
Intermediários	-142	11,8	9	-12	-128	-100	-0,4
Bens de Consumo duráveis	1	-0,1	-5	-7	-13	-7	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	-172	14,3	-220	-204	-105	-18	-0,1
Combustível	-13	1,1	-41	-123	-59	-63	-0,3
África	-886	73,9	-1.561	-1.337	-324	-393	-1,6
Bens de Capital	105	-8,8	164	246	227	270	1,1
Intermediários	304	-25,3	265	395	681	941	3,8
Bens de Consumo duráveis	48	-4,0	60	67	69	126	0,5
Bens de Consumo não-duráveis	439	-36,7	334	681	769	852	3,4
Combustível	-1.783	148,7	-2.384	-2.726	-2.070	-2.582	-10,4
Oceania	-22	1,9	41	-26	45	33	0,1
Bens de Capital	4	-0,3	32	26	70	65	0,3
Intermediários	-85	7,0	-133	-145	-65	-55	-0,2
Bens de Consumo duráveis	-19	1,6	-14	-6	14	5	0,0
Bens de Consumo não-duráveis	77	-6,5	175	99	23	48	0,2
Combustível	0	0,0	-19	0	3	-29	-0,1
Demais países	1.607	-134,0	1.039	1.739	2.066	2.654	10,7
Bens de Capital	149	-12,4	162	-49	100	28	0,1
Intermediários	962	-80,2	817	905	989	1.457	5,9
Bens de Consumo duráveis	14	-1,2	-95	-54	0	20	0,1
Bens de Consumo não-duráveis	1.285	-107,2	1.452	1.945	1.860	2.272	9,1
Combustível	-803	67,0	-1.296	-1.008	-883	-1.123	-4,5
Total	-1.199	100,0	-698	2.641	13.130	24.825	100,0

Notas: (1) Inclusive México e Canadá.

(2) Leste europeu.

Fonte: Secex/Mdic. Elaborado pela FUNCEX.

Perspectivas

Uma curta turbulência atravessada no 2º trimestre de 2004 (particularmente em maio desse ano), que implicou desvalorização de cerca de 10% do Real⁹ e piorou os indicadores de risco do Brasil, é prova eloqüente de que a economia brasileira, apesar da robustez, não está blindada em relação a eventos fora do seu controle. Isso, além das escolhas de política econômica, afeta sobremaneira as perspectivas para o ano 2004 e para os anos à frente.

De fato, apesar dos inequívocos sinais de bom comportamento no plano fiscal e monetário, e da decidida adesão ao regime de câmbio flutuante, qualquer ameaça de deterioração do quadro externo - no caso, consubstanciadas no receio de aumento brusco dos juros nos EUA e seus efeitos no financiamento das contas externas brasileiras¹⁰ - rebate fortemente nos indicadores de risco característicos do Brasil. Uma consequência é a elevação do custo dos empréstimos, desvalorização do câmbio (em parte determinada pela procura por *hedge*, associada à incerteza), realimentação da inflação pelo câmbio mais desvalorizado, e piora das contas públicas devido: (i) ao aumento do custo da parcela denominada em dólares da dívida pública do governo central (atualmente da ordem de 15% e em queda, tendo sido de 34% ao final de 2002); (ii) à necessidade de manutenção dos juros em nível relativamente alto de modo a atrair capital externo e, simultaneamente, não permitir aquecimento adicional da demanda interna. A seqüência se fecha com a reação dos mercados à deterioração do quadro doméstico, não raramente no sentido de aumentar os indicadores de risco.

Uma outra vertente explicativa vê nos freqüentes sinais emitidos pelo governo um componente de formação de expectativas negativas. Incluem-se aqui diversos fatores, com destaque para: (i) definição do marco regulatório em diversos setores; (ii) manutenção do regime de política econômica vigente; (iii) definição do papel do Estado no processo de crescimento; (iv) estabilidade das regras do jogo. É aparente que ambas as explicações se complementam e se auto-alimentam.

Apesar da turbulência, a economia brasileira pode ser considerada robusta e encontra-se, em meados de 2004, em fase de nítida recuperação do nível de atividade, com inflação sob controle - embora o centro da banda de inflação perseguida pelo Banco Central vá ser superado em 2004 (mas não o limite superior da banda) -, taxas de desemprego urbano em queda, emprego e salários em alta, forte saldo comercial,¹¹ e até mesmo saldo positivo em Conta Corrente (da ordem de 1,5% do PIB em meados do ano). As autoridades monetárias, inclusive, reafirmaram seu propósito de manutenção do superávit primário em 2005, como uma forma de reafirmar sua obediência à responsabilidade fiscal e visando contribuir para a redução da relação dívida / PIB, que alcançou cerca de 56% em meados de 2004, em tendência levemente decrescente.

Como resultado, é possível projetar uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 4% para 2004, com inflação sob controle na faixa de 7% (final do ano; mas com tendência de queda), necessidades de Financiamento do Setor Pública na casa de 3% do PIB, dívida líquida do setor público em queda, exportações na faixa de US\$ 85 bilhões e importações de cerca de US\$ 56 bilhões, com saldo em Conta Corrente da ordem de US\$ 5-6 bilhões (contra US\$ 4 bilhões em 2003). Isso implica que a vulnerabilidade externa diminuirá ainda mais 2004.

⁹ A taxa de câmbio, que era da ordem de R\$ 2,9 / US\$ em fins de abril, passou rapidamente a níveis de cerca de R\$ 3,2 / US\$ menos de um mês depois. Em meados de julho de 2004, apesar da estabilização, o câmbio ainda era de cerca de 3,05 - 3,10 R\$ / US\$. O prêmio de risco passou de pouco menos de 600 pontos básicos para 740 no mesmo período.

¹⁰ Somada ao receio de aumentos adicionais nos preços do petróleo.

¹¹ A relação entre a dívida externa líquida e a exportações de bens, que havia sido da ordem de 4,0 no começo de 1999, chegou em meados de 2004 a 2,2 (o menor nível registrado na série desde o começo dos anos 80; vide IPEA, [2004], p. IX).

No entanto, do ponto de vista das instituições, a aceleração do crescimento e sua continuidade para além do ano 2004 dependerão de mudanças estruturais e de uma nova agenda do desenvolvimento, mantido o tripé austeridade fiscal - fundamental para reduzir a relação dívida pública / PIB - câmbio flutuante - para a manutenção de saldos comerciais elevados e a redução do risco-país - e metas de inflação - para garantir que o processo inflacionário seja convenientemente monitorado, de modo a evitar descontrolado na variação dos preços na economia.

A aceleração do crescimento também depende, do ponto de vista da oferta e da demanda agregadas, das perspectivas do investimento e seu rebatimento sobre a expansão do produto potencial. Como as decisões de investimento são de longo prazo, sua consecução depende criticamente de políticas e de indicações de que serão encaminhadas e resolvidas questões como: (i) a definição do marco regulatório, especialmente no que toca aos investimentos em infra-estrutura; (ii) uma reforma tributária que desonere a produção sem comprometer o superávit primário; (iii) uma reforma trabalhista que diminua o custo da mão de obra para o empregador, facilite a formalização das relações de trabalho¹² e agilize o processo de contratação e demissão de empregados; e (iv) uma reforma do sistema de previdência social que retire das mãos do Estado o peso crescente associado a aumentos na expectativa de vida e menor formalização do emprego, e contribua para o equilíbrio das contas públicas.

A evolução do contexto internacional não pode ser ignorada. Do ponto de vista do comércio, porque o Brasil chega a um ponto em sua história em que as exportações de bens se aproximam da expressiva marca de 15% do PIB; do ponto de vista do financiamento, devido à necessidade de recursos externos a custo competitivo para sustentar as transações com o exterior.

C. Paraguai

Retrospecto

O desempenho da economia paraguaia melhorou substancialmente em 2003 relativamente ao ano anterior. As principais variáveis macroeconômicas foram estabilizadas, embora em níveis ainda preocupantes, e a economia apresentou resultado positivo em diversos segmentos da atividade produtiva, principalmente no setor primário.

A taxa de crescimento anual do PIB foi de 2,1% devido principalmente ao bom desempenho do setor agrícola, cujo crescimento foi de 12%. Já os setores não agrícolas sofreram uma contração de 2,3%. A Tabela II.12 registra o desempenho das principais variáveis macroeconômicas e o Gráfico seguinte mostra a evolução dos principais setores, permitindo destacar, além do já mencionado crescimento agrícola, os seguintes aspectos: (i) o grande aumento do componente importado entre o começo de 2000 e o início de 2003; (ii) o comportamento bastante favorável dos segmentos produtores de alimentos, bebidas, fumo, têxteis e couros; (iii) a evolução relativamente menos favorável dos segmentos extrativo mineral e madeireiro.

Apesar do resultado apresentado em 2003 ter sido bastante positivo - principalmente quando comparado à queda registrada em 2002 - ainda é insuficiente para caracterizar um processo de crescimento econômico tendo em vista que o crescimento da população paraguaia se dá a taxas anuais da ordem de 2,3%. Além disso, vale ressaltar que as reformas estruturais são essenciais para que este crescimento seja sustentado e menos dependente do setor agrícola.

¹² Um traço notável do Brasil contemporâneo é a baixa proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho - logo, de emprego informal. Estima-se que mais da metade do emprego total seja constituída desse tipo de emprego.

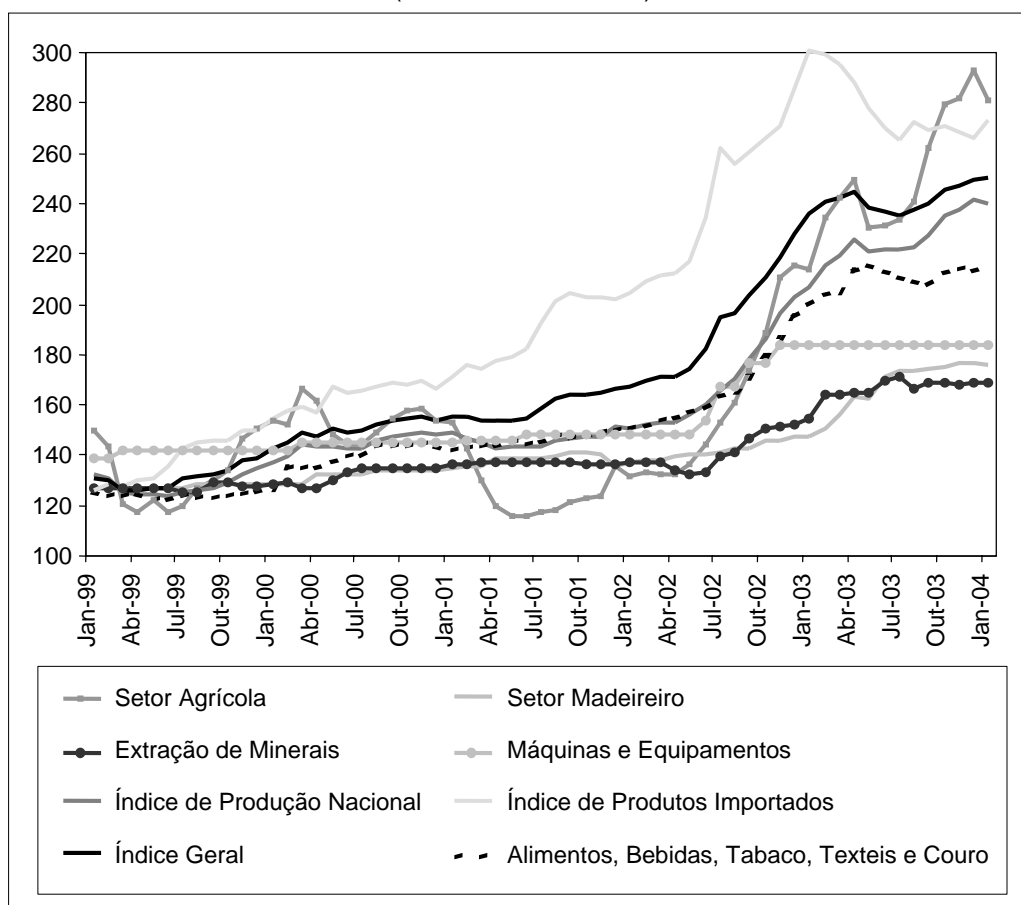
TABELA II.12
PARAGUAI: PIB, DESEMPREGO, INFLAÇÃO, CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR

Anos	PIB (% variação)	Taxa de Desemprego (%)	Inflação IPC (%)	Taxa de Câmbio (por US\$)	Exportações (US\$ milhões)	Importações (US\$ milhões)	Saldo (US\$ milhões)
1994	3,70	4,4			817	2.142	-1.325
1995	5,50	5,6	10,5	1.971	919	2.782	-1.863
1996	0,40	8,2	8,2	2.067	1.044	2.851	-1.807
1997	3,00	7,1	6,2	2.187	1.143	3.126	-1.983
1998	0,60	13,9	14,6	2.755	1.002	2.377	-1.375
1999	-1,50	16,6	5,5	3.135	741	1.711	-971
2000	-3,30	17,0	8,6	3.502	871	2.039	-1.168
2001	2,10	n.d.	8,5	4.129	990	1.989	-999
2002	-1,50	n.d.	14,66*	5.767	950	1.510	-560
2003	2,10	n.d.	9,3*	6.457	1.289	1.878	-590

Notas: * Acumulado 12 meses.

Fonte: Banco Central do Paraguai.

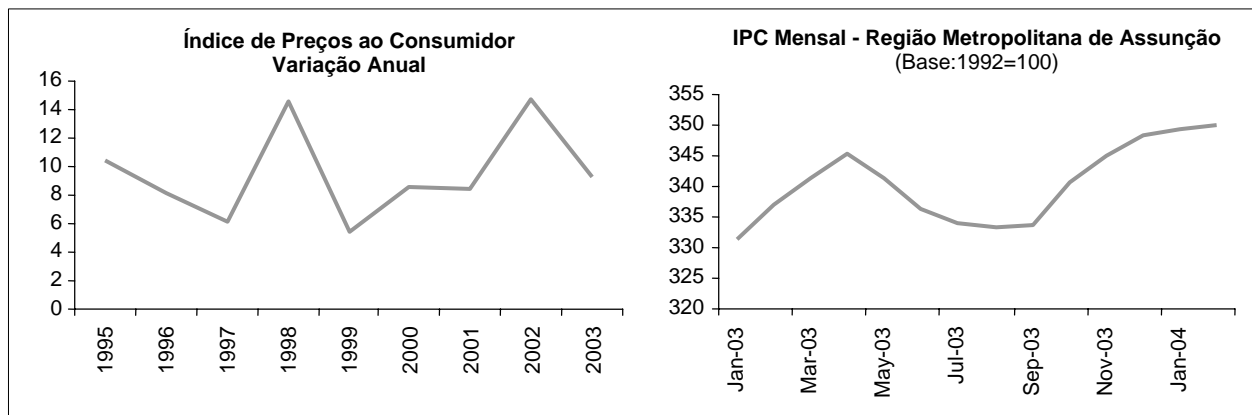
GRÁFICO II.7
PARAGUAI: EVOLUÇÃO DO PIB , JANEIRO 1999 - JANEIRO 2004
(Base: Dez. 95 = 100)



Fonte: Banco Central do Paraguai - Departamento de Contas Nacionais e Mercado Interno.

A estabilidade do câmbio e a diminuição dos preços (principalmente entre abril e agosto; ver abaixo), a recuperação da confiança da população em relação ao setor bancário e um clima mais propício ao setor agrícola foram os elementos internos que mais contribuíram para a taxa de crescimento alcançada em 2003. Por outro lado, esse crescimento teria sido certamente inferior ao observado se não fossem: (i) o melhor desempenho macroeconômico e maior estabilidade das economias do MERCOSUL; (ii) o grande aumento dos preços internacionais da soja e do algodão; e (iii) as taxas internacionais de juros menores em relação à taxa de juros paraguaia.

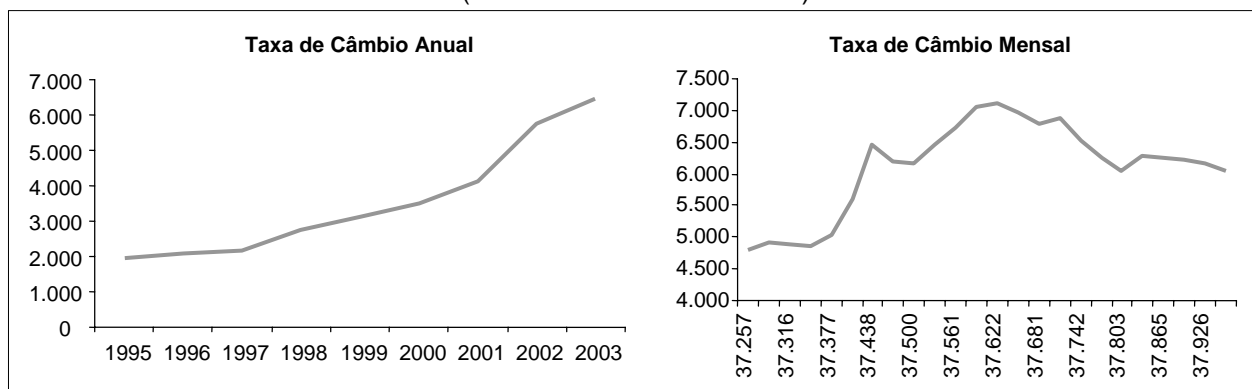
GRÁFICOS II.8
ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - VARIAÇÃO ANUAL (1995-2003) E ÍNDICE MENSAL
 (Janeiro 2003 / Janeiro 2004)



Fonte: Banco Central do Paraguai - Departamento de Contas Nacionais e Mercado Interno.

No que toca à inflação, a economia do Paraguai iniciou 2003 com uma acelerada alta nos preços até que em abril a taxa mensal alcançou um máximo de 21%. O posterior declínio permitiu que a inflação deixasse de ser uma preocupação imediata para o Banco Central: após os quatro primeiros meses do ano a taxa de inflação foi negativa por quatro meses consecutivos, o que permitiu que o índice fechasse o ano em 9,3%. Esse valor é bastante inferior às estimativas feitas no início de 2003 e ao percentual de 14,7% registrado em 2002. Um dos principais fatores que contribuiu para a estabilização dos preços foi a valorização da moeda local em relação ao dólar americano (da ordem de -11%).

GRÁFICOS II.9
PARAGUAI: TAXA DE CÂMBIO ANUAL (1995-2003) E MENSAL
 (Janeiro 2002 - Janeiro 2004)



Fonte: Banco Central do Paraguai - Departamento de Contas Nacionais e Mercado Interno.

A apreciação da moeda local afetou principalmente o comportamento dos preços dos bens comercializáveis. Embora a inflação no segundo semestre de 2003 não tenha sido significativa, é importante mencionar que a pequena variação foi ocasionada pelo aumento nos preços dos combustíveis derivados do petróleo e no preço da carne.

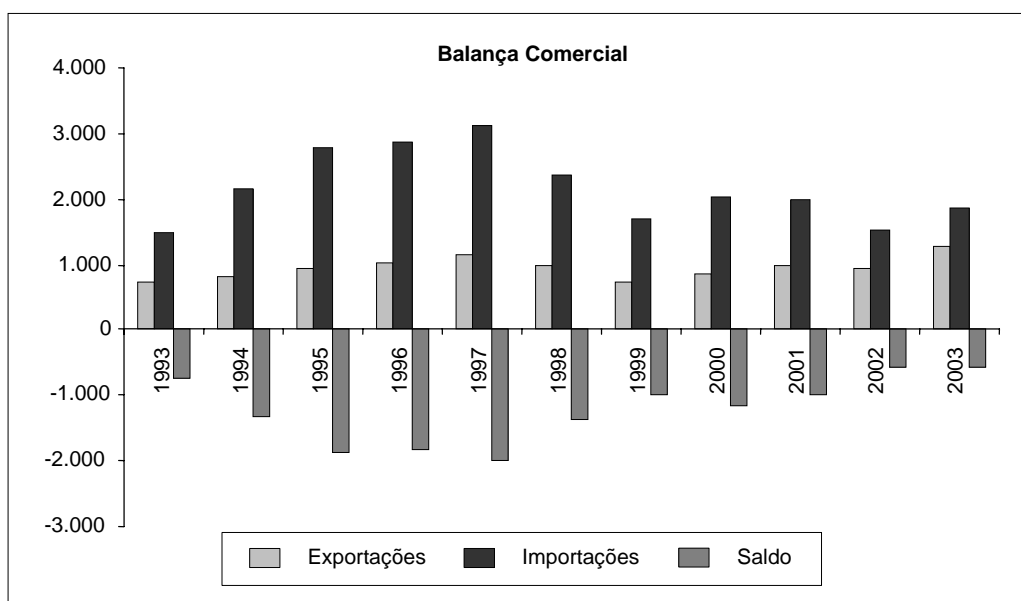
Setor Externo

Durante o ano de 2003 as reservas internacionais líquidas (RIL) do Banco Central tiveram um acréscimo de mais de US\$ 300 milhões, alcançados através do resultado das vendas líquidas do sistema financeiro e do setor público para o BC, do aumento das "Reserve Requirement Deposits" associadas aos depósitos em moeda estrangeira, do aumento do saldo em conta corrente do setor público em moeda estrangeira e do fato de que o influxo de recursos das entidades bi-nacionais das quais o Paraguai participa como sócio ter sido superior aos fluxos de pagamentos associados à dívida externa.

Dados preliminares do final de 2003 indicam que as reservas internacionais líquidas atingiram US\$ 960 milhões. Esse é o maior nível desde 1999, ano em que ocorreu o desembolso dos créditos chineses de US\$ 400 milhões. Entre os outros fatores que também contribuíram para o aumento das reservas internacionais líquidas podem ser citados:

- a pressão da taxa de câmbio mais baixa no mercado local como resultado da depreciação do dólar americano no mercado global.
- a estabilidade da região, em boa medida associada a melhorias macroeconômicas no MERCOSUL (Argentina e Brasil, especialmente).
- o aumento da credibilidade do sistema financeiro, o que por sua vez gerou um impacto positivo na taxa de câmbio permitindo que o Banco Central do Paraguai reduzisse o número de intervenções como fornecedor de dólares ao mercado de câmbio local.

GRÁFICO II.10
PARAGUAI: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL: 1993-2003
 (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Paraguai.

Com relação ao comércio, 2003 foi um ano bastante favorável às exportações, as quais registraram crescimento após alguns anos de estagnação. Esse crescimento ocorreu principalmente devido ao aumento da produção da soja (+54%) e do algodão (+67%). As importações também subiram em 2003, principalmente devido à recuperação da demanda doméstica.

Em relação à competitividade comercial entre os principais parceiros do MERCOSUL, é oportuno assinalar que o Paraguai melhorou sua posição em 2003. Quando comparada ao Real brasileiro e ao Peso argentino a moeda paraguaia foi depreciada em 15% e 7% respectivamente.

Comércio Exterior Intra-MERCOSUL: Transações Comerciais Paraguai - MERCOSUL

A situação de semi-estagnação da economia paraguaia está refletida na relativa estabilidade das suas importações do MERCOSUL nos últimos anos, com alguma recuperação em 2003 sobre 2002 tanto das importações do Brasil quanto da Argentina. O quadro relativo às exportações é semelhante, só que em níveis persistentemente inferiores aos das importações (ver tabelas seguintes).

TABELA II.13
IMPORTAÇÕES PARAGUAIAS DO MERCOSUL
(US\$ milhões)

País de origem	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	308,0	491,2	386,6	641,0	460,5	312,0	512,6	478,7	310,5	436,6
Brasil	555,0	644,8	847,7	961,5	785,6	493,4	503,5	563,4	477,6	605,0
Uruguai	28,6	33,9	52,2	62,6	77,2	69,8	75,0	69,3	58,3	59,1
Total	891,6	1.169,9	1.286,5	1.665,1	1.323,3	875,2	1.091,1	1.111,4	846,4	1.100,8

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004]; Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

TABELA II.14
EXPORTAÇÕES PARAGUAIAS AO MERCOSUL
(US\$ milhões)

País de destino	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	69,2	83,2	90,0	101,3	155,7	53,1	93,6	60,8	34,5	66,9
Brasil	298,9	410,7	516,7	460,9	347,6	235,0	336,6	277,8	353,2	438,3
Uruguai	9,2	34,0	48,7	22,2	20,8	19,1	123,0	180,0	165,1	257,2
Total	377,3	527,9	655,4	584,4	524,1	307,2	553,2	518,6	552,8	762,4

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004]; Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Como resultado, o Paraguai apresenta sistematicamente déficits na balança comercial. Mas observe-se que esses déficits têm tendido a diminuir ao longo do tempo desde 1997. De fato, a exceção é o último ano mostrado na tabela, quando o Paraguai apresentou recuperação (modesta) no nível de atividade.

TABELA II.15
SALDO COMERCIAL DO PARAGUAI COM O MERCOSUL (ÚLTIMOS 12 MESES)
 (US\$ milhões)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	-238,8	-408,0	-296,6	-539,7	-304,8	-258,9	-419,0	-417,9	-276,0	-369,7
Brasil	-256,1	-234,1	-331,0	-500,6	-438,0	-258,4	-166,9	-285,6	-124,4	-166,7
Uruguai	-19,4	0,1	-3,5	-40,4	-56,4	-50,7	48,0	110,7	106,8	198,0
Total	-514,3	-642,0	-631,1	-1.080,7	-799,2	-568,0	-537,9	-592,8	-293,6	-338,4

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004]; Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Perspectivas

Como vimos, a economia paraguaia iniciou em 2003 uma suave recuperação devido, principalmente, à retomada do crescimento da economia mundial e às melhores condições das economias da região, especialmente da Argentina. Além disso, o bom desempenho do setor agrícola e um cenário político mais favorável também contribuíram para o crescimento, embora modesto, registrado no país.

Nos primeiros meses de 2004 o índice de produção geral manteve a tendência de alta. Mas especula-se que essa fase de crescimento econômico só será sustentada se algumas medidas forem tomadas com respeito aos problemas estruturais básicos que inibem o crescimento econômico do país. Esses problemas vêm sendo o principal foco de atenção do novo governo paraguaio, destacando-se a deterioração das finanças públicas e a fragilidade do sistema financeiro.

As perspectivas são de que o setor agrícola continue a ser o principal ativador do crescimento. A maior produção de soja e de algodão, incentivada pelo aumento dos preços dessas *commodities* no mercado internacional, é que irá sustentar a expansão da economia paraguaia.

O saldo da balança comercial deverá registrar em 2004 um valor levemente positivo, tendo em vista o bom desempenho das exportações no início do ano - com destaque para soja, carne e algodão - e também o leve aumento das importações como um reflexo do aumento do preço do petróleo.

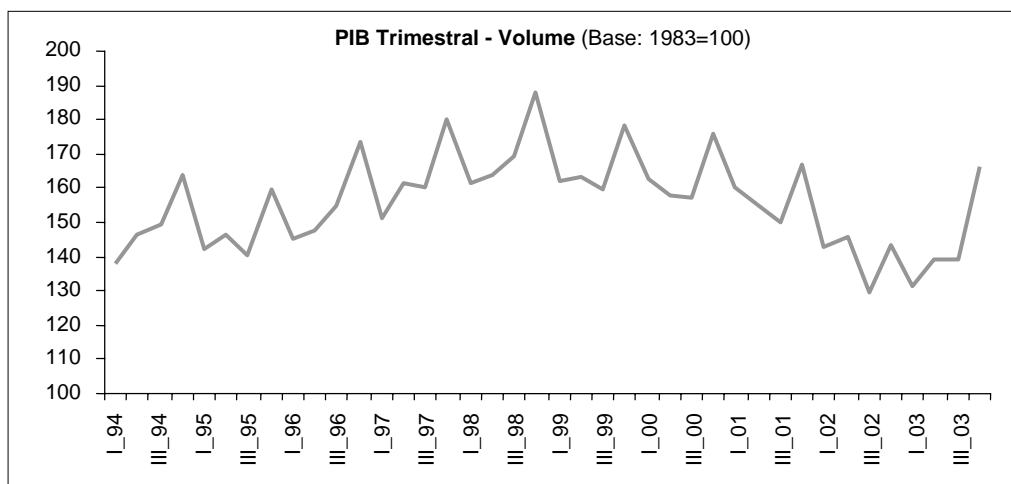
A recuperação do mercado interno deverá ser menos intensa do que a do mercado externo. A projeção de crescimento para 2004 é de uma taxa em torno de 3%, valor mais alto do que o atingido em 2003.

D. Uruguai

Retrospecto

O ano de 2003 foi de moderada recuperação para a economia uruguaia. O produto interno bruto medido de forma dessazonalizada cresceu 5,5% no primeiro semestre, sendo 2,2% a expansão no primeiro trimestre e 3,3% no segundo. No quarto trimestre o PIB apresentou, em termos dessazonalizados, um resultado 3,0% maior do apresentado no terceiro trimestre. Assim, o PIB uruguaio fechou o ano de 2003 com um crescimento de 2,5% em relação a 2002 (ver evolução do PIB trimestral no Gráfico seguinte). A Tabela II.16 resume a evidência relativa às principais variáveis macroeconômicas uruguaias de 1994 a 2003.

GRÁFICO II.11
URUGUAI: EVOLUÇÃO DO PIB TRIMESTRAL (1994-2003)



Fonte: Banco Central do Uruguai.

A recuperação do Uruguai veio depois de o país ter passado por uma profunda recessão, com duração de quatro anos (1999-2002), quando atravessou a pior crise financeira de sua história. O quadro fiscal tornou-se extremamente delicado. Um cenário internacional mais favorável, a mudança dos preços relativos, a estabilização do sistema de operações bancárias, a melhoria dos indicadores financeiros e a maior confiança dos agentes econômicos contribuíram para recuperação da economia uruguaia em 2003.

Essa recuperação foi impulsionada, principalmente, pelo aumento das exportações, e particularmente para mercados fora da região. O rápido aumento das exportações de bens e serviços ocorreu devido ao aumento da competitividade uruguaia e à melhora no cenário internacional em relação aos anos anteriores, quando o Uruguai foi bastante afetado por choques externos. Esse maior crescimento global resultou em melhores preços dos produtos de exportação. Adicionalmente, a recuperação dos países da região alavancou a indústria do turismo e a queda do risco país reduziu bastante o custo dos financiamentos externos.

TABELA II.16
URUGUAI: PIB, DESEMPREGO, INFLAÇÃO, CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR

Anos	PIB (% variação)	Taxa de Desemprego (%)	Inflação IPC (%)	Taxa de Câmbio (por US\$)	Exportações (US\$ milhões)	Importações (US\$ milhões)	Saldo (US\$ milhões)
1994		9,1			1.913	2.600	-686
1995	-1,40	10,3	35,2	6,349	2.106	2.686	-580
1996	5,60	11,9	24,3	7,972	2.397	3.123	-726
1997	5,00	11,5	15,2	9,445	2.726	3.489	-763
1998	4,50	10,1	8,6	10,473	2.769	3.577	-809
1999	-2,80	11,3	4,2	11,339	2.237	3.160	-923
2000	-1,40	13,6	5,0	12,100	2.294	3.276	-982
2001	-5,00	15,2	3,7	13,319	2.060	2.880	-820
2002	-10,80	16,7	25,9**	27,220	1.847	1.854	-7
2003	2,2*	16,9	10,2**	28,393	2.008	2.065	-57

Notas: * Preliminar.

** Acumulado 12 meses.

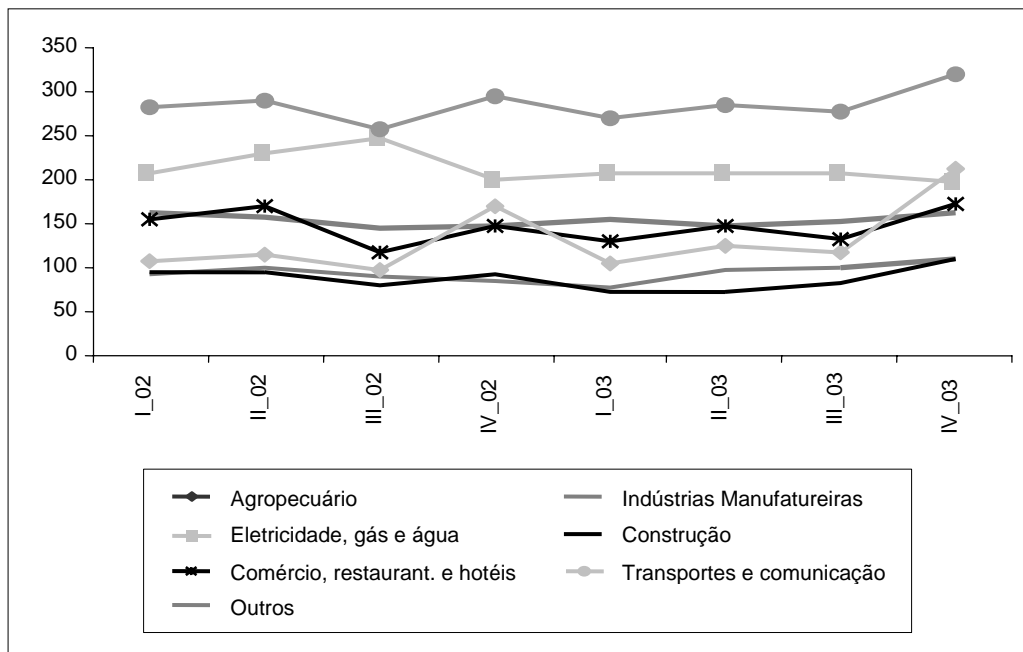
Fonte: Banco Central do Uruguai.

Além disso, a estabilização do sistema financeiro facilitou a atividade das empresas exportadoras, que começaram a ter acesso mais facilitado às linhas do crédito de operações bancárias. Os bancos passaram a ser menos restritivos na concessão do crédito e as taxas de juros caíram progressivamente.

O consumo interno havia ficado bastante contraído em 2002 devido à crise financeira, mas em 2003 teve início uma recuperação do consumo. A demanda doméstica de consumo foi sendo progressivamente impulsionada pela recuperação do crédito ao setor privado, mas em ritmo mais lento do que as exportações.

O investimento, que também foi fortemente afetado pela crise de 2002 vem sendo o último componente da demanda agregada a se recuperar. Contudo, a incerteza macroeconômica foi reduzida em relação a 2002, fazendo com que o risco país também caísse substancialmente, bem como a volatilidade de todas as variáveis financeiras. Desta forma, a recuperação nos investimentos poderá se confirmar, principalmente nos setores de infra-estrutura e agrícola.

GRÁFICO II.12
URUGUAI: PIB TRIMESTRAL POR ATIVIDADE ECONÔMICA:
1º TRIMESTRE 2002 - 4º TRIMESTRE 2003)
 (Base:1983=100)



Fonte: Banco Central do Uruguai.

Considerada a evolução dos demais parceiros do MERCOSUL, o final de 2002 e o começo de 2003 haviam marcado uma fase recessiva da economia brasileira (o nível de atividade caiu 1,4% em termos anuais no segundo trimestre de 2003). Mas isso foi compensado pela forte recuperação da economia de Argentina (o PIB expandiu 7,6% e o consumo privado 6,9% no mesmo período). Por outro lado, as taxas de câmbio da Argentina e do Brasil foram apreciadas em 15% e 20% respectivamente, nos primeiros seis meses do ano, o que contribuiu para a melhoria da competitividade dos produtos do Uruguai na região. Além disso, uma modesta depreciação da moeda uruguaia, junto com a recuperação dos preços internacionais dos seus principais produtos de exportação, contribuiu para o crescimento das exportações. Outro fator que contribuiu com o crescimento da economia em 2003 foi o aumento da produção agrícola e seu efeito catalisador na intermediação comercial, no transporte de carga e na atividade dos portos.

O aumento da competitividade - tanto dentro da região quanto fora dela - favoreceu os setores produtores de bens comercializáveis e os serviços mais diretamente ligados a eles. Isso tornou possível que esses setores aumentassem os lucros, garantindo um bom posicionamento no setor externo e iniciando um processo, ainda incipiente, de substituição das importações.

TABELA II.17
URUGUAI: CRESCIMENTO DO NÍVEL DE ATIVIDADE POR SETOR
 (Em %)

Atividade Econômica	Variação		Variação	
	Jan.- Dez.2003 /	Jan.-Dez.2002	Out.-Dez.2003/	Jul.-Set.2003
Agropecuário		14,4		6,1
Indústrias Manufatureiras		4,6		2,9
Eletricidade, gás e água		-7,6		2,5
Construção		-7,1		11,4
Comércio, restaurantes e hotéis		-0,9		3,7
Transportes e comunicação		2,8		1,0
Outros		1,1		2,0
PIB		2,5		3,0

Fonte: Banco Central do Uruguai.

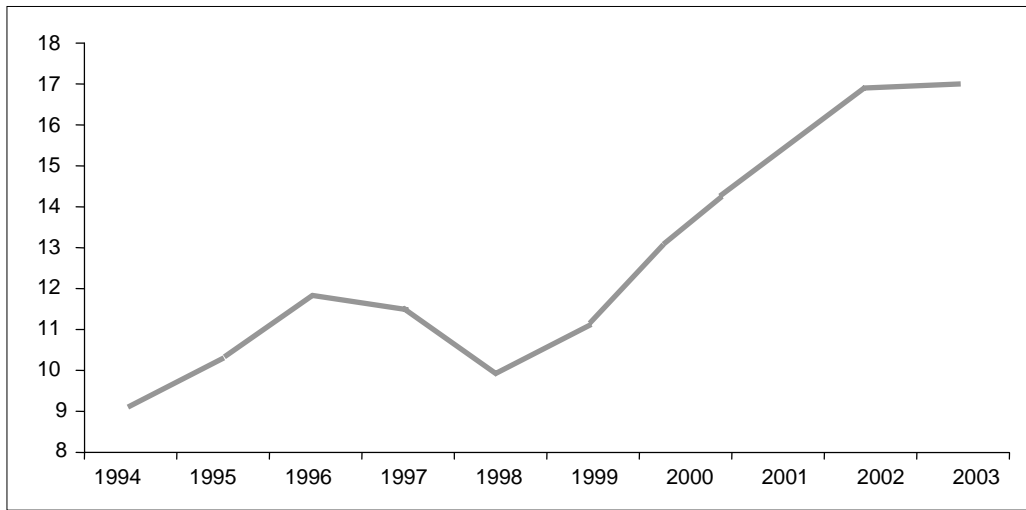
A produção de grãos oleaginosos - particularmente soja e girassol - alcançou seu pico histórico e foi impulsionada pela evolução dos preços internacionais e pelo cenário favorável da região. Por outro lado, a indústria frigorífica está começando a recuperar o mercado externo, fechado pela crise da febre aftosa e as exportações de carne começaram a crescer principalmente devido às maiores vendas para o Canadá, para os Estados Unidos e para a Argentina. O setor têxtil foi beneficiado pelo aumento do preço internacional das lãs. Ainda assim, o crescimento das exportações deste setor, no curto prazo, pode ser prejudicado devido ao baixo nível dos estoques. Alguns setores da indústria, que tiveram um bom desempenho das exportações nos anos 90, como a produção de leite, de fumo e o setor de material de transportes ainda não conseguiram se recuperar.

Mercado de Trabalho

Em um contexto mais favorável, os indicadores de mercado de trabalho começaram a emitir sinais positivos - embora em termos de médias anuais 2003 tenha se igualado ao ano anterior. A recuperação econômica foi acompanhada de um crescimento do emprego da ordem de 5,5% e uma redução na taxa de desemprego para 15,4% no último trimestre de 2003, contra a taxa de 18,5% observada no mesmo período de 2002. A queda na taxa de desemprego foi causada tanto pela redução na oferta de trabalho quanto pelo aumento do emprego.

O comportamento da demanda de trabalho foi bastante heterogêneo entre os setores. Em termos gerais, pode-se afirmar que os setores que mais contribuíram para o crescimento da atividade econômica - indústria manufatureira, setores agrícola e de transportes, conforme citado acima - foram também os que criaram novos postos de trabalho. As melhores condições no mercado de trabalho não se refletiram apenas na quantidade de novos postos ocupados, mas também da estabilização dos salários reais.

GRÁFICO II.13
URUGUAI: TAXA DE DESEMPREGO, 1994-2003
(Em %)

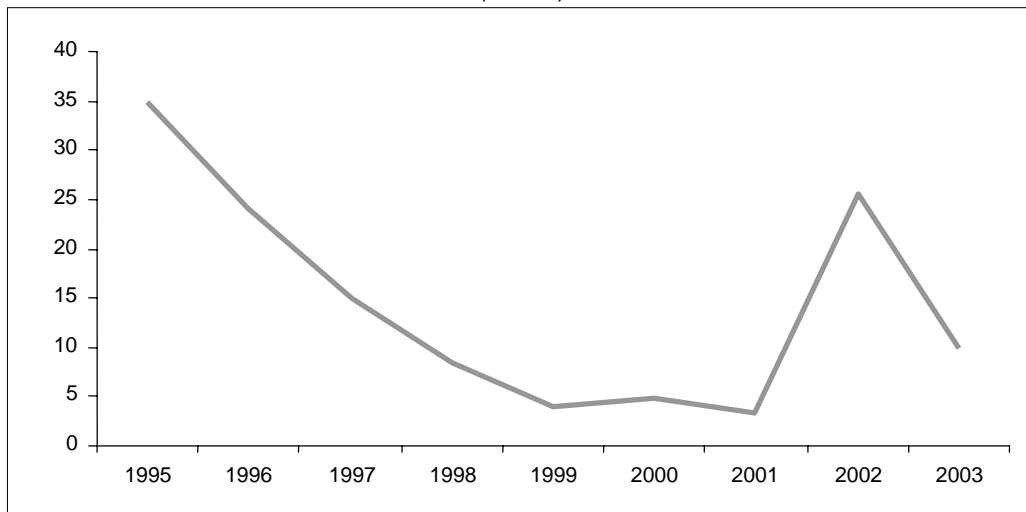


Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004].

Inflação

A inflação no segundo trimestre de 2003 foi a mais baixa desde que o país decidiu manter uma taxa de câmbio mais estável (ver maiores detalhes na seção seguinte). A demanda doméstica ainda um pouco contraída e o ajuste para expectativas inflacionárias mais baixas foram primordiais para explicar essa tendência de queda da inflação no primeiro semestre do ano. No terceiro trimestre, no entanto, observou-se uma pequena alta nos preços, explicada pela mudança nos preços relativos. Os produtos que mais subiram de preço foram: a carne (devido à restrição da oferta e a superação da crise da aftosa) e os combustíveis. Contudo, a inflação se manteve abaixo das projeções do Banco Central.

GRÁFICO II.14
URUGUAI: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, 1995-2003
(Em %)



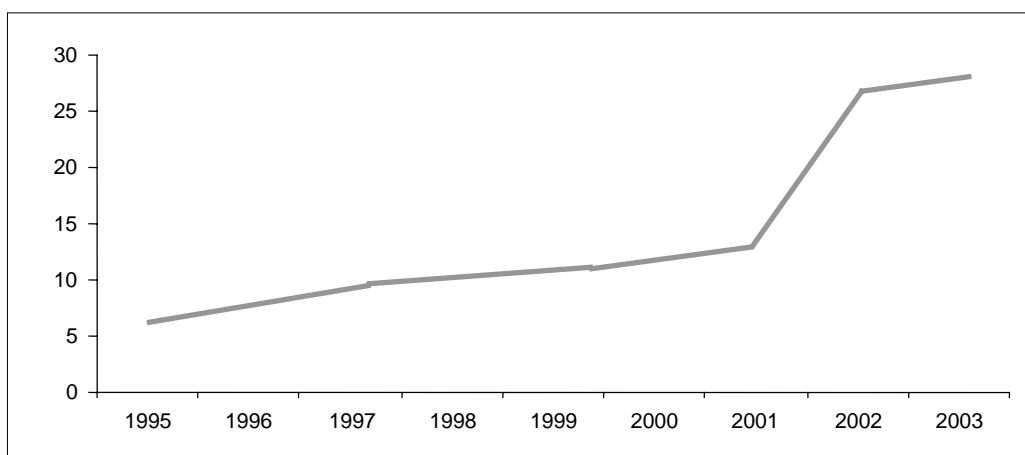
Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004].

Câmbio

A taxa de câmbio uruguaia permaneceu aproximadamente estável em 2003, o que contribuiu bastante para o controle da inflação. Segundo o Banco Central do Uruguai, o câmbio estaria próximo ao câmbio de equilíbrio devido a um bom nível alcançado pela relação entre gasto interno e nível de produto e produtividade relativa.

No primeiro semestre de 2003 a competitividade da economia uruguaia foi superior à do ano de 2002. Esta foi impulsionada pela grande queda nos preços em dólar dos produtos uruguaios e ao crescimento dos preços internacionais também medidos em dólar. Para os próximos anos espera-se uma leve apreciação do câmbio devida a recuperação do gasto privado e ao aumento da produtividade.

GRÁFICO II.15
URUGUAI: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO, 1995-2003
(Pesos/US\$)

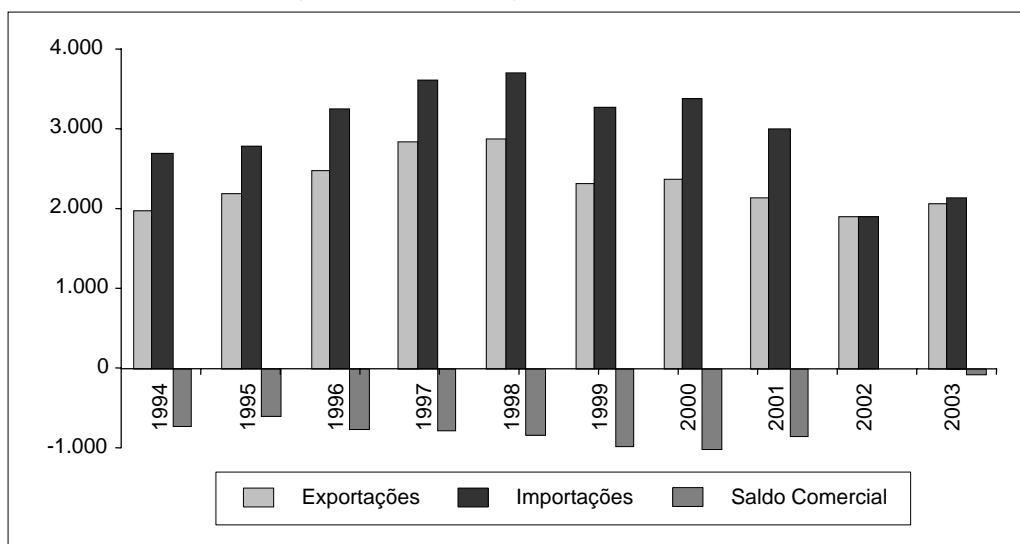


Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004].

Comércio Exterior

Conforme já mencionado, a recuperação econômica do Uruguai foi baseada no aumento das exportações, que por sua vez foi impulsionado por uma taxa de câmbio mais competitiva e pela recuperação do mercado internacional (especialmente da Argentina). As importações apresentaram uma recuperação mais lenta do que as exportações. Contudo, este é um comportamento comum e esperado quando da recuperação de um país recém saído de uma crise financeira, tendo em vista que o aumento no consumo privado ocorre de forma gradual, retardando assim o crescimento nas importações.

GRÁFICO II.16
URUGUAI: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL: 1994-2003



Fonte: Banco Central do Uruguay.

Comércio Exterior Intra-MERCOSUL: Transações Comerciais: Uruguai - MERCOSUL

O desempenho comercial do Uruguai no âmbito do MERCOSUL está registrado nas três tabelas seguintes, de forma semelhante ao apresentado para os demais sócios. E à semelhança dos demais, os fluxos de importação são coerentes com as mudanças no nível de atividade, especialmente a recuperação em 2003. A importância da Argentina como parceira comercial é clara.

TABELA II.18
IMPORTAÇÕES URUGUAIAS DO MERCOSUL
(US\$ Milhões)

País de origem	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 (até Nov.)	2003
Argentina	652,6	608,5	690,8	790,8	839,4	795,6	836,1	706,0	540,6	479,0	572,6
Brasil	709,7	698,6	745,5	802,1	793,4	651,7	666,6	626,0	389,6	384,2	458,8
Paraguai	8,6	13,6	25,3	23,7	16,6	14,4	15,3	18,1	13,6	8,9	10,7
Total	1.370,9	1.320,7	1.461,6	1.616,6	1.649,4	1.461,7	1.518,0	1.350,1	943,8	872,4	1042,1

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004]; Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Mas isso não se verifica do lado das exportações, majoritariamente destinadas ao Brasil. Além disso, a dotação de fatores local é tal que o Uruguai tem sistematicamente exportações inferiores às importações.

TABELA II.19
EXPORTAÇÕES URUGUAIAS AO MERCOSUL
(US\$ milhões)

País de destino	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 (até Nov.)
Argentina	382,3	267,1	271,7	354,3	513,2	368,6	410,7	316,5	113,0	139,0
Brasil	492,5	700,0	831,0	940,2	935,2	557,3	530,1	439,2	433,8	429,7
Paraguai	24,1	24,9	49,4	60,7	83,8	81,0	82,1	82,9	61,9	42,9
Total	898,9	992,0	1.152,1	1.355,2	1.532,2	1.006,9	1.022,9	838,6	608,7	611,7

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004]; Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Neste sentido, o acúmulo de déficits comerciais com os sócios é patente - apesar da melhora no último biênio. Observe-se também que, como se pôde observar a balança comercial com a totalidade dos países, mostrada acima, revelou a existência de equilíbrio entre importações e exportações em 2002-2003. Logo, a união aduaneira atuou como elemento de acomodação da economia uruguaia, permitindo que o país acumulasse déficits com os demais parceiros da região durante os anos de ajuste das contas externas.

TABELA II.20
SALDO COMERCIAL DO URUGUAI COM O MERCOSUL (ÚLTIMOS 12 MESES)
(US\$ milhões)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 (até Nov.)
Argentina	-270,3	-341,4	-419,1	-436,5	-326,2	-427,0	-425,4	-389,5	-427,6	-340,0
Paraguai	-217,2	1,4	85,5	138,1	141,8	-94,4	-136,5	-186,8	44,2	45,5
Uruguai	15,5	11,3	24,1	37,0	67,2	66,6	66,8	64,8	48,3	34,0
Total	-472,0	-328,7	-309,5	-261,4	-117,2	-454,8	-495,1	-511,5	-335,1	-260,7

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004]; Banco Central: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Perspectivas

A recuperação que se iniciou em 2003 vem tendo continuidade no início de 2004 e, segundo expectativas da CEPAL, irá se estender até o final do ano. A projeção deste órgão é a de que a taxa de crescimento do PIB em 2004 atinja valores da ordem em torno de 7,5%. Por ter passado por quatro anos de recessão a economia uruguaia dispõe de elevado grau de capacidade ociosa, o que lhe permite atingir altas taxas de crescimento sem grandes investimentos durante a fase inicial de recuperação.

As expectativas quanto ao mercado de trabalho também são positivas. Nos primeiros meses de 2004 o desemprego diminuiu para o nível de 14%, frente aos 20% observados em 2002. Para o setor externo, alicerce da recuperação econômica uruguaia, espera-se que em 2004 as exportações atinjam uma taxa de crescimento de 14% e as importações um crescimento de 9%. Isso permitirá gerar um pequeno superávit.

Em termos setoriais, a agricultura vem liderando a recuperação, impulsionada pelo aumento dos preços internacionais de seus principais produtos. As expectativas positivas para este setor são baseadas no aumento da área cultivada e no volume de produção de soja e outras oleaginosas. Para o mercado interno, que até recentemente havia registrado um crescimento relativamente lento, espera-se uma recuperação baseada no aumento da produção de ramos da indústria manufatureira como a de produtos químicos, de couros e têxteis, que vêm se recuperando desde o terceiro trimestre de 2003 e têm apresentado boa expansão em 2004.

CAPÍTULO III. MERCOSUL: SETOR EXTERNO E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Este capítulo analisa mais detidamente a evolução recente do comércio exterior e dos principais itens do Balanço de Pagamentos do MERCOSUL. De início é importante reconhecer que o desempenho por vezes errático do comércio entre países da região no passado refletiu, em boa medida, a falta de harmonização de políticas macroeconômicas.¹³ De fato, é difícil imaginar que possa existir um desempenho mais harmônico da união aduaneira quando os países membros têm regimes de política econômica e desempenhos macroeconômicos tão assimétricos quanto a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, analisados no capítulo anterior.

Destaque-se o enorme ajuste nas contas externas efetuado em 2002-2003 pelos principais países membros (e mesmo antes, no caso do Brasil). Além disso, o capítulo mostra que as exportações passaram por pronunciadas mudanças em termos de países (de origem) e regiões (de destino), sendo o resultado mais notável a queda dramática de importância até 2002 das exportações intra-MERCOSUL. Em 2003 observa-se uma recuperação. Mas as exportações intrabloco não chegam nem de longe aos níveis do final dos anos 90 - que pode ser considerada, neste particular, a época de ouro das transações comerciais entre os países membros.

Dito isso, as cinco seções a seguir analisam os fluxos de comércio, os principais itens do Balanço de Pagamentos e a composição das exportações do MERCOSUL nos anos recentes, destacando a estrutura das importações e exportações por países de origem e destino dos bens e, ao final, os saldos comerciais setoriais revelados pelos sócios no comércio intrabloco e suas mudanças nos últimos anos. Na análise destes é importante ter em mente o papel dos acordos setoriais entre os países membros, que impede que a evolução desses saldos seja vista como indicador de vantagens competitivas.

A. Comércio

Em que pese a instabilidade macroeconômica atravessada pelos países da região em quase todos os anos do último quinquênio, a evolução do comércio regional no biênio 2002-2003 apresentou desenvolvimento bastante positivo, como testemunhado pelos resultados da Tabela III.1.

As exportações do MERCOSUL cresceram não menos do que 18,9% em 2003, impulsionadas pelo desempenho dos maiores sócios, o Brasil (+21,1%) e a Argentina (+14,3%).¹⁴ O desempenho foi bem superior ao da América Latina como um todo, tendo as exportações desse continente crescido 8,3% em 2003. Pode-se deduzir dos dados dessa tabela que, excetuando-se o MERCOSUL, as exportações do restante da América Latina teriam crescido de US\$ 256,5 bilhões para US\$ 268,2, revelando uma taxa de aumento de apenas 4,5%.

O bom desempenho exportador de 2003 foi influenciado tanto pelos preços dos produtos (valores médios unitários) quanto pelas quantidades exportadas, revertendo o observado nos dois anos anteriores. Isto é o que está documentado na tabela seguinte, onde se nota claramente a melhoria dos preços de exportação no último ano.

¹³ Isso explica também as recorrentes dificuldades ente os sócios maiores, a Argentina e o Brasil, sempre que as não infreqüentes desvalorizações cambiais provocam súbitas mudanças de intensidade dos fluxos, como em 1999 e no período mais recente.

¹⁴ O Capítulo II analisou o comportamento do comércio exterior dos países membros.

TABELA III.1
AMÉRICA LATINA E MERCOSUL - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS: 2002-2003
 (US\$ milhões e Taxas de Crescimento, %)

	Exportações			Importações			Saldo	
	2002	2003	2003-2002	2002	2003	2003-2002	2002	2003
América Latina e Caribe	346.416	375.009	8,30	322.780	333.262	3,20	23.637	41.747
MERCOSUL	89.878	106.841	18,90	59.727	65.797	10,20	30.151	41.045
Argentina	25.709	29.375	14,30	8.473	13.083	10,20	17.236	16.292
Brasil	60.362	73.084	21,10	47.219	48.260	2,20	13.143	24.825
Paraguai	1.884	2.109	11,90	2.162	2.362	9,20	-278	-254
Uruguai	1.923	2.273	18,20	1.873	2.092	11,70	50	182

Fonte: CEPAL [2004b].

Além disso, pode-se concluir da tabela seguinte que: (i) em 2001, o aumento no valor exportado pelo MERCOSUL foi totalmente explicado pelo aumento das quantidades exportadas pela Argentina e pelo Brasil, uma vez que no caso dos demais sócios houve redução no valor exportado (assim como para a América Latina como um todo); (ii) em 2002 todo o aumento do valor exportado deveu-se ao desempenho brasileiro; (iii) ademais, os preços de exportação foram desfavoráveis a todos os países, a exemplo do que aconteceu em 2001, como em geral acontece em períodos de recessão internacional; (iv) já em 2003 os preços de exportação cresceram em todos os países da região, como resultado da recuperação da economia internacional; (v) ainda assim, a maior parte do ganho em valor deveu-se ao aumento no *quantum* exportado (exceto para a Argentina).

TABELA III.2
AMÉRICA LATINA E MERCOSUL - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, ÍNDICES DE VALOR,
VOLUME E VALOR UNITÁRIO: 2001-2003
 (Taxas de Crescimento, em %)

	2001			2002			2003		
	Volume	Valor Unit.	Valor	Volume	Valor Unit.	Valor	Volume	Valor Unit.	Valor
América Latina e Caribe	1,7	-6,1	-4,5	1,4	-0,3	1,1	5,1	3,2	8,3
MERCOSUL	7,3	-3,3	3,8	6,3	-4,5	1,5	13,3	5,6	18,9
Argentina	4,1	-3,5	0,5	-0,01	-3,0	-3,1	5,2	8,6	14,3
Brasil	9,0	-3,0	5,7	9,1	-5,0	3,7	15,3	5,0	21,1
Paraguai	-16,0	-3,4	-19,1	0,0	0,0	0,0	7,6	4,0	11,9
Uruguai	-7,3	-3,0	-10,1	-9,4	-1,0	-10,3	12,6	5,0	18,2

Fonte: CEPAL [2004b].

O desempenho das importações também revelou notável dinamismo, tendo as mesmas aumentado 10,2% em 2003 especialmente devido à Argentina - já que as importações brasileiras cresceram apenas 2,2% no ano, fruto da (suave) recessão do primeiro ano do governo Lula. Como resultado, o saldo comercial dos países da região aumentou substancialmente, passando de US\$ 30 bilhões para US\$ 41 bilhões entre 2002

e 2003 (expansão de 37%). Novamente, isso se deveu principalmente ao desempenho brasileiro. De fato, praticamente todo o aumento do saldo comercial em 2003 foi explicado pelo resultado brasileiro.¹⁵

B. Transferências, Rendas de Fatores e Saldos em Conta Corrente

A Tabela III.3 resume os demais itens e o saldo da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos nos anos de 2001 a 2003. Como se sabe, a balança de bens e serviços não fatores do MERCOSUL, bem como da América Latina e Caribe, foi deficitária até 2001, com exceção do resultado da Argentina em 2001. Mas em 2002 essa situação é revertida para todos os países mostrados na tabela, à exceção do Paraguai: da variação de US\$ 26 bilhões entre 2001 e 2002, US\$ 12 bilhões são devidos à Argentina e US\$ 13 bilhões ao Brasil. O ajuste nessa conta se acentua em 2003, novamente tendo como exceção o Paraguai. Essa é a dimensão mais nítida do ajuste do Balanço de Pagamentos efetuada neste começo de século pelos países da região.

O ponto seguinte a considerar na tabela é a pequena importância que têm as Transferências para os Balanços de Pagamentos dos países do MERCOSUL (a exceção sendo o Brasil), relativamente aos demais países da América Latina e Caribe. Em 2003, por exemplo, dos US\$ 33,5 bilhões de Transferências líquidas recebidas pela região (19 países), apenas US\$ 3,7 bilhões tiveram como destino os membros do MERCOSUL (sendo US\$ 2,9 bilhões para o Brasil).

Os saldos nas contas de Serviços de Fatores (juros sobre a dívida externa, principalmente) foram, como era de se esperar, fortemente negativos em todos os anos apresentados na tabela. Ainda assim, caracterizaram-se pela relativa constância no triênio 2001-2003 no que diz respeito ao MERCOSUL como um todo. Note-se que os países membros do MERCOSUL pagam anualmente cerca da metade da conta das nações da América Latina (grupo de 19 países).¹⁶

Como resultado do anterior, o saldo em Conta Corrente do Balanço de Pagamentos passou a positivo em 2002 (US\$ 2,3 bilhões), revertendo fortemente o total negativo de cerca de US\$ 28 bilhões de 2001. O ajuste foi intenso em todos os países, embora no caso do Brasil o saldo em Conta Corrente ainda tenha continuado a ser negativo em 2002, em US\$ 7,7 bilhões. Mas em 2003 o ajuste se consolida, quando até a posição brasileira passa a positiva, em cerca de US\$ 4 bilhões, representando cerca de um terço do saldo total do MERCOSUL. Nesse último ano os países da região financiaram o exterior em cerca de US\$ 12 bilhões.

Note-se, além disso, que o ajuste não caracteriza a totalidade da América Latina (grupo de 19 países). O saldo em Conta Corrente da região manteve-se ainda fortemente negativo em 2003 (cerca de US\$ 7 bilhões), embora bem menor do que o de 2002 (aproximadamente US\$ 15,5 bilhões).¹⁷

¹⁵ É interessante observar que, apesar dos enormes saldos comerciais que têm caracterizado o desempenho da balança comercial brasileira desde 2002, a taxa de câmbio não tem se valorizado correspondentemente. O saldo em conta corrente também têm sido positivo, mas com valores bem menores. Uma possível explicação para isso é o fato de que a rolagem das dívidas não tem sido integral. Em outras palavras, parte dos saldos tem sido utilizada para o pagamento de dívidas previamente contraídas com o exterior.

¹⁶ Não está claro como o resultado da moratória Argentina está sendo tratado nesses resultados. Portanto, recomenda-se cautela na interpretação dessas informações, especialmente no último ano mostrado na tabela.

¹⁷ Chega-se a esses resultados deduzindo do saldo do total da América Latina o saldo do MERCOSUL.

TABELA III.3
AMÉRICA LATINA E MERCOSUL - COMPOSIÇÃO DA CONTA CORRENTE: 2001-2003
 (US\$ milhões)

	Balança Comercial de Bens e Serviços não Fatores			Transferências Correntes			Saldo na Conta Renda de Fatores			Balanço em Conta Corrente		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003
América Latina e Caribe	-25.123	6.339	25.523	26.982	30.126	35.916	-56.804	-53.124	-58.640	-54.945	-16.659	2.799
América Latina (19 países)	-22.953	9.105	27.908	24.938	27.898	33.512	-54.830	-50.869	-56.113	-52.845	-13.886	5.307
MERCOSUL	-2.581	23.743	34.745	2.264	3.151	3.678	-27.622	-24.619	-26.296	-27.939	2.275	12.127
Argentina	3.432	15.548	14.746	432	576	620	-7.770	-6.498	-7.425	-3.906	9.627	7.941
Brasil	-5.108	8.105	19.737	1.638	2.390	2.867	-19.743	-18.190	-18.552	-23.213	-7.695	4.051
Paraguai	-457	-83	-81	167	116	115	16	59	25	-275	92	59
Uruguai	-447	172	344	27	69	76	-125	10	-244	-545	251	76

Fonte: CEPAL [2004b].

C. Evolução das Exportações do MERCOSUL segundo Intensidade Tecnológica e Dinamismo¹⁸

A análise das exportações do MERCOSUL entre 1997 e 2002 segundo a intensidade tecnológica e o dinamismo revela diversos aspectos interessantes. Entre outras coisas, porque as conclusões divergem, dependendo dos mercados de destino das exportações.

A Tabela III.4 apresenta o valor das exportações intra-MERCOSUL de 1997 a 2002. A redução nos valores exportados dentro do bloco não pode deixar de ser considerada notável: de níveis da ordem de US\$ 20 bilhões no final dos anos 90 (média 1997-98) chega-se a 2002 com valores de cerca da metade destes.¹⁹ A queda ocorreu em todas as categorias de intensidade tecnológica, mas especialmente a média - alta.²⁰ Em relação ao dinamismo, a queda só poupou, mas pouco, os produtos em decadência - precisamente aqueles menos interessantes do ponto de vista do dinamismo do comércio exterior.

Esse desempenho resulta em grande medida dos eventos que se seguem à adoção do câmbio flutuante no Brasil, em janeiro de 1999, e de seus reflexos sobre os parceiros do MERCOSUL. De fato, as restrições dos demais países às exportações brasileiras depois daí - especialmente por parte da Argentina - explicam o mau desempenho das exportações intra-MERCOSUL - precisamente o que deveria ter sido estimulado pela união aduaneira.

¹⁸ O material dessa seção foi extraído de Pinto da Matta [2004].

¹⁹ Com as informações apresentadas no Capítulo anterior é possível concluir que este quadro foi parcialmente revertido entre 2002 e 2003. De fato, as exportações intra-MERCOSUL cresceram cerca de 15% nesse último ano, para cifras de US\$ 11,7 bilhões - ainda assim, bem abaixo dos US\$ 20 bilhões de 1997-1998. A totalidade do aumento foi devida ao aumento das exportações brasileiras para a Argentina, uma das origens das difíceis negociações de meados de 2004.

²⁰ Sobre essa classificação, veja-se Pinto da Matta [2004], onde se discute a metodologia da OCDE utilizada.

TABELA III.4
MERCOSUL - EXPORTAÇÕES INTRA-MERCOSUL
SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA E DINAMISMO
 (Em US\$ milhões)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total MERCOSUL	20.504	20.278	15.095	17.671	15.107	10.132
Baixa	5.515	5.636	4.269	4.622	3.913	2.450
Média - Baixa	2.959	2.618	2.270	2.619	2.425	1.904
Média - Alta	7.709	7.880	5.064	5.628	4.860	2.956
Alta	651	624	791	1.150	784	425
Não Industrializada	3.670	3.519	2.701	3.652	3.125	2.397
Muito Dinâmicos	1.863	1.282	1.462	2.707	2.068	887
Dinâmicos	1.855	1.995	1.586	1.895	1.653	1.052
Intermediários	5.238	4.682	3.280	3.629	3.123	1.856
Em regressão	3.854	4.216	2.965	3.655	3.403	2.157
Em Decadência	7.694	8.102	5.801	5.781	4.857	4.179

Fonte: Tabelas A.14 e A. 15 em Pinto da Matta [2004].

Mas o desempenho em relação às demais exportações foi muito diferente, mesmo deixando-se de considerar o ano de 2003 (não disponível na base de dados utilizada nessa seção). A tabela seguinte registra o valor das exportações do MERCOSUL intra-sócios e as exportações totais de 1997 a 2002, segundo a intensidade tecnológica e o dinamismo. Depreende-se claramente da tabela, que, apesar de não ter praticamente crescido entre 2001 e 2002, o nível exportado no começo do século XXI é superior ao do final dos anos 90 - ao contrário do que ocorreu com as exportações intra-MERCOSUL.

TABELA III.5
EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA E DINAMISMO: 1997-2002*
 (US\$ milhões)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	83.287	81.337	74.322	84.863	87.880	88.883
Baixa	33.891	32.276	30.004	31.045	32.083	34.180
Média - Baixa	9.567	8.630	8.557	10.382	10.506	10.764
Média - Alta	15.506	16.118	12.970	15.156	14.829	14.632
Alta	2.810	3.448	4.269	7.120	7.195	6.167
Não Industrializada	21.479	20.839	18.500	21.137	23.245	23.116
Muito Dinâmico	5.296	5.178	6.520	11.224	12.500	10.050
Dinâmicos	6.514	6.740	6.909	8.665	8.447	8.121
Intermediários	14.211	13.937	12.452	15.295	14.870	15.443
Em regressão	15.757	15.107	13.595	16.126	17.143	17.182
Em Decadência	41.486	40.345	34.821	33.524	34.893	38.059

Nota: * Os totais não são exatamente iguais à soma das parcelas devido à não inclusão dos produtos não classificados.

Fonte: Pinto da Matta [2004].

A conjugação dos dados das duas tabelas anteriores mostra que as exportações extra-MERCOSUL aumentaram de US\$ 62,8 bilhões em 1997 para US\$ 78,8 bilhões em 2002. Em 2003 subiram, como vimos, ainda mais. Isso implica que houve diversificação de mercados ao longo do tempo, tendo as exportações intra-MERCOSUL perdido importância relativa à medida que se avança no século atual.

Além disso, a estrutura das exportações e as mudanças com o tempo na composição são diferentes, conforme se analisa os totais ou as exportações intra-MERCOSUL. Para confirmar esse fato, é importante observar na tabela seguinte a composição das exportações intra-MERCOSUL e extra-MERCOSUL por Intensidade Tecnológica e Dinamismo em 1997 e 2002.

Conclui-se do exame da tabela que, no que toca à intensidade tecnológica das exportações: (i) as exportações de mercadorias de baixa e média baixa tecnologia são relativamente bem mais importantes em relação ao resto do mundo do que entre os sócios do Mercado Comum; (ii) mas a participação relativa aumenta ligeiramente entre os sócios entre 1997 e 2002 (de 41,3% para 43,0%) e diminui no caso dos demais países de destino (de 55,7% para 51,6%); (iii) as exportações de produtos não industrializados aumenta entre os sócios (17,9% para 23,7% do total exportado) e diminui nas exportações extra-MERCOSUL (28,4% para 23,6% entre 1997 e 2002); (iv) do anterior deduz-se que, o complemento, as exportações de alta e média - alta tecnologia diminuiram entre os sócios e aumentaram nas exportações para o resto do mundo.

TABELA III.6
COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS E INTRA-MERCOSUL E EXTRA-MERCOSUL
POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA E DINAMISMO: 1997 E 2002
(Em %)*

	MERCOSUL: Composição das Exportações (%)			
	Intra-MERCOSUL		Extra-MERCOSUL	
	1997	2002	1997	2002
Intensidade Tecnológica				
Baixa	26,9	24,2	45,2	40,3
Média - Baixa	14,4	18,8	10,5	11,3
Média - Alta	37,6	29,2	12,4	14,8
Alta	3,2	4,2	3,4	7,3
Não Industrializada	17,9	23,7	28,4	26,3
Dinamismo				
Muito Dinâmico	9,1	8,8	5,5	11,6
Dinâmicos	9,0	10,4	7,4	9,0
Intermediários	25,5	18,3	14,3	17,3
Em regressão	18,8	21,3	19,0	19,1
Em Decadência	37,5	41,2	53,8	43,0

Nota: * As percentagens não somam exatamente 100% devido à não inclusão dos produtos não classificados.

Fonte: Pinto da Matta [2004].

A análise referente ao dinamismo das exportações complementa a anterior. Observa-se, da tabela acima, que os produtos "muito dinâmicos" - isto é, aqueles para os quais o comércio internacional aumenta a taxas bem superiores à média de todas as mercadorias - viram suas participações mais do que dobrar entre 1997 e 2002 (5,5% para 11,6%), ao passo que, no caso do comércio intra-MERCOSUL, a participação diminui

levemente (9,1% para 8,8%). Já em relação aos "dinâmicos" notam-se aumentos modestos entre os anos extremos para ambos os grupos de países de destino.

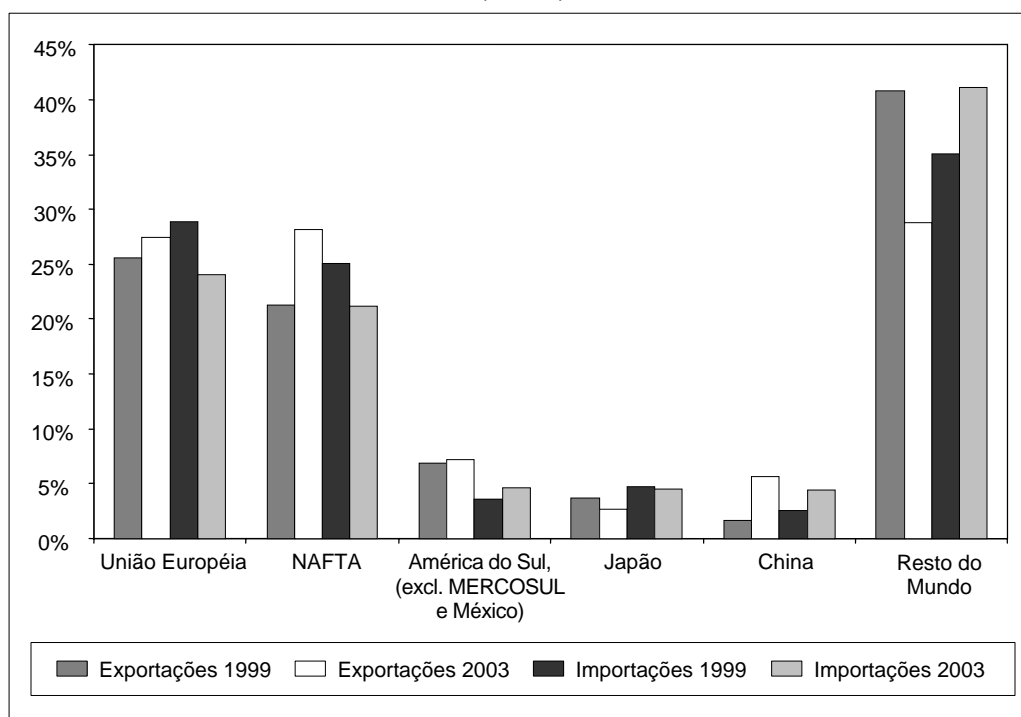
Talvez o resultado mais notável a comentar na tabela refere-se aos produtos "em decadência", ou seja, aqueles para os quais o comércio internacional encontra-se em franco declínio. Neste caso, nota-se pequeno aumento das exportações intra-MERCOSUL e forte redução nas exportações para o resto do mundo.

D. Comércio Exterior do MERCOSUL por Destino e Origem das Exportações e Importações

O Gráfico III.1 mostra a estrutura das exportações e importações do MERCOSUL em 1999 e 2003²¹ por principais blocos, países e regiões de destino e origem. O aumento da concentração das exportações na União Européia e no NAFTA aparece claramente, bem como o maior peso da China. A contrapartida é a perda de importância do Japão e do "resto do mundo". Os demais países da América (exceto México) tiveram sua participação no total das exportações mantida entre 1999 e 2003 em torno de 7%.

No que tange às importações as mudanças são bem diferentes. Tanto a União Européia como o NAFTA perdem peso entre 1999 e 2003 como fornecedores para o MERCOSUL, com ganhos para a China e, especialmente, os demais países. Essas mudanças refletem, em boa medida, o desempenho do Brasil cujos resultados foram analisados no Capítulo II.

GRÁFICO III.1
COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL
POR DESTINO E ORIGEM: 1999 E 2003
(Em %)



Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004].

²¹ Os dados de 2003 são preliminares porque para alguns países (a Argentina e o Uruguai) foram estimados a partir do acumulado de janeiro a outubro. Ver Anexo Estatístico com a tabela com os dados de origem.

E. Saldos Comerciais Setoriais dos Países Membros

É interessante também analisar as vantagens comparativas, estáticas e dinâmicas, reveladas pelos saldos comerciais (e sua evolução no tempo) intra-MERCOSUL. As tabelas originais cobrem o período de 1991 a 2003 (Brasil), 1991 a 2002 (Argentina e Uruguai), e 1991 a 2001 (Paraguai). Essas tabelas apresentam as exportações e importações anuais por categorias de produtos para os demais sócios da união aduaneira segundo o Sistema Harmonizado, permitindo, pela análise dos saldos comerciais, compor um quadro dos saldos comerciais intrabloco (ver Tabela III.7).

TABELA III.7
ESTRUTURA DOS SALDOS COMERCIAIS* INTRA-MERCOSUL SEGUNDO O SISTEMA
HARMONIZADO, POR PAÍSES, 2002 (%)*****
 Estrutura do Saldo Comercial, 2003 (%)

Seções	Descrição	Brasil	Argentina	Uruguai	Paraguai
I	Animais vivos e produtos de origem animal	13,2	6,0	-25,9	0,8
II	Produtos de origem vegetal	55,2	32,0	-19,4	-31,8
III	Gorduras e azeites	3,2	3,0	2,5	-5,0
IV	Produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,4	5,0	12,4	10,7
V	Produtos minerais	31,0	29,0	42,5	39,3
VI	Produtos de industrias químicas e semelhantes	-10,7	-1,0	25,0	30,0
VII	Plástico e derivados	4,7	6,0	3,8	11,0
VIII	Peles e Couros (exceto calçado)	1,6	3,0	9,1	-1,4
IX	Madeira, carvão vegetal e derivados	0,4	0,0	3,0	-3,1
X	Folhas de madeira, papel e cartolina	-3,1	-1,0	3,0	10,5
XI	Materiais têxteis e derivados	-0,6	0,0	10,5	-4,0
XII	Calçado, flores artificiais e outros	-1,5	0,0	1,8	1,4
XIII	Gesso, cimento, amianto, mica, cerâmica e vidro	-2,2	-1,0	5,7	2,9
XIV	Pedras e metais preciosos, moedas e outros	0,0	0,0	0,0	0,0
XV	Metais comuns e derivados	-4,0	-1,0	8,7	10,1
XVI	Máquinas, aparelhos e material elétrico	-5,7	2,0	18,2	18,7
XVII	Material de transporte	19,4	18,0	-5,3	6,8
XVIII	Instrum. ótica, precisão, méd.-cirúrgico, relojoaria e música	0,1	0,0	0,8	1,1
XIX	Armas, munições e outros	-0,1	0,0	0,0	0,0
XX	Mercadorias e productos diversos	-1,3	0,0	3,6	2,1
XXI	Objeto de arte, antiguidades	0,0	0,0	0,0	0,0
Total Geral		100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: * No caso do Brasil, Paraguai e Uruguai a interpretação deve levar em conta que os saldos eram negativos em ano 2002.

** Paraguai, 2001.

*** Os totais não são exatamente iguais às somas das parcelas devido à não inclusão das transações especiais nas percentagens.

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004].

Os saldos comerciais do Brasil com o MERCOSUL em 2002²² revelam concentração em um conjunto relativamente pequeno de setores assinalados na tabela e destacados a seguir:²³ (i) produtos de indústrias químicas e semelhantes, (ii) metais comuns e derivados; (iii) máquinas, aparelhos e material elétrico; (iv) folhas de madeira, papel e cartolina. Com forte peso positivo, indicando dependência das importações, estão os produtos de origem vegetal (55,2%), produtos minerais (31,0%) e material de transporte (19,4%).²⁴

No caso da Argentina, dado o saldo comercial positivo, observa-se concentração dos saldos nos setores: (i) produtos de origem vegetal; (ii) produtos minerais; (iii) material de transporte. A existência de poucos valores negativos na tabela indica que quase todos os setores apresentaram superávit comercial em 2002, e reflete a atitude do Brasil no sentido de manter as compras junto aos parceiros da região.

Já no caso do Paraguai em 2001, em que houve déficit comercial, destaca-se o setor de produtos de origem vegetal como aquele em que foi maior o superávit comercial. Em diversos outros casos é possível observar acentuados déficits comerciais, o que reflete de certa forma a dotação de fatores típica do país. Estão neste caso: (i) produtos minerais; (ii) produtos das indústrias químicas e semelhantes; (iii) máquinas, aparelhos e material elétrico.

O caso do Uruguai, onde o saldo comercial com o conjunto dos demais países também é negativo, mostra saldos positivos em setores ligados à produção primária, como os dois primeiros na tabela.

Conclusões adicionais se seguem da análise das mudanças nos saldos comerciais de bens por categorias de produtos segundo o Sistema Harmonizado (Tabela III.8). Observe-se, quando da interpretação da tabela seguinte, que o saldo de comércio do Uruguai foi o único que diminuiu entre os anos analisados (em US\$ 65 milhões).

A tabela permite concluir que parte considerável da melhoria no saldo comercial brasileiro com os sócios do MERCOSUL veio dos saldos de exportações sobre importações de um pequeno grupo de setores: material de transporte, seguido de animais vivos e produtos de origem animal, e de produtos minerais. O caso da Argentina é diferente. Aqui se destacam: máquinas, aparelhos e material elétrico, plásticos e derivados, pedras e metais preciosos, metais comuns e derivados. Já o caso do Uruguai, em que houve piora do saldo entre 1997 e 2002, revela grandes variações setoriais, como assinaladas na tabela. E no caso do Paraguai, em que o déficit comercial diminuiu de entre os anos extremos (1997 e 2001), a maior parte da melhora deu-se no setor de produtos alimentícios, bebidas e fumo (52,3% da variação no saldo comercial). Contribuições grandes e positivas caracterizam os setores de material elétrico e de transporte - ambos os casos, de redução do saldo negativo.

É forçoso reconhecer o caráter preliminar dessas conclusões devido à enorme instabilidade que caracterizou o desempenho do setor externo das economias da região nos períodos analisados. Ainda assim, a análise parece ser útil por destacar os grandes traços da evolução do comércio intrabloco neste conturbado período.

²² Escolhemos 2002 por duas razões. Primeiro, para a comparabilidade com a Argentina, dado que 2002 é o último ano disponível para este país. Segundo, por que o saldo total (déficit) do Brasil com o MERCOSUL em 2003 foi muito pequeno (US\$ - 14 milhões), como vimos no Capítulo II, o que geraria valores muito altos para as participações percentuais da tabela.

²³ Note-se que, como o saldo total é negativo, percentagens negativas revelam excesso de exportações sobre importações.

²⁴ A rigor, os produtos assinalados são tipicamente resultado de arranjos bilaterais do Brasil com a Argentina, a exemplo do trigo, do petróleo e dos produtos da indústria automotiva.

TABELA III.8
ESTRUTURA DAS MUDANÇAS NOS SALDOS COMERCIAIS* INTRA-MERCOSUL SEGUNDO O
SISTEMA HARMONIZADO, POR PAÍSES: 1997 E 2003**
 (Em % das variações nos saldos comerciais)***

Seções	Descrição	Brasil	Argentina	Uruguai	Paraguai
I	Animais vivos e produtos de origem animal	100,8	-17,0	269,2	-1,3
II	Produtos de origem vegetal	13,6	-30,0	256,6	7,8
III	Gorduras e azeites	21,3	-60,0	-1,7	-3,0
IV	Produtos alimentícios, bebidas e fumo	-58,3	-18,0	-81,3	52,3
V	Produtos minerais	63,6	-21,0	40,4	7,8
VI	Produtos de industrias químicas e semelhantes	-24,6	16,0	-26,6	-0,4
VII	Plástico e derivados	-65,4	50,0	-44,9	8,5
VIII	Peles e Couros (exceto calçado)	11,3	-4,0	28,7	-0,3
IX	Madeira, carvão vegetal e derivados	-3,7	4,0	-23,5	-6,2
X	Folhas de madeira, papel e cartolina	-14,5	13,0	-21,6	-3,0
XI	Materiais têxteis e derivados	98,0	-9,0	171,4	-9,9
XII	Calçado, flores artificiais e outros	14,5	-1,0	-0,8	-0,7
XIII	Gesso, cimento, amianto, mica, cerâmica e vidro	-11,3	4,0	0,2	2,0
XIV	Pedras e metais preciosos, moedas e outros	-0,9	29,0	-0,9	-1,9
XV	Metais comuns e derivados	-93,8	23,0	-75,3	6,6
XVI	Máquinas, aparelhos e material elétrico	-52,2	67,0	-133,6	17,5
XVII	Material de transporte	115,4	-7,0	-248,8	22,5
XVIII	Instrumentos ótica, precisão, méd.-cirúrgico, relojoaria e música	-7,7	3,0	-6,1	0,4
XIX	Armas, munições e outros	-1,1	0,0	-1,0	1,0
XX	Mercadorias e productos diversos	-4,5	4,0	-0,4	0,5
XXI	Objeto de arte, antiguidades	0,0	0,0	0,3	0,0
Total Geral		100,0%	100,0	100,0	100,0

Notas: * No caso da Argentina a interpretação é a oposta à dos demais países, dada a variação negativa do saldo comercial.

** Uruguai, 1997-2002; Paraguai, 1997-2001.

*** Os totais não são exatamente iguais às somas das parcelas devido à não inclusão das transações especiais.

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004].

CAPÍTULO IV. A EVOLUÇÃO DA AGENDA INTERNA

A. A retomada de um lugar de destaque

O período que se inicia no primeiro semestre de 2003 abriu uma janela de oportunidade para a agenda interna do MERCOSUL. A convergência das políticas cambiais dos países membros, a retomada do crescimento econômico na região e a posse de chefes de estado explicitamente favoráveis ao bloco criaram um clima propício aos entendimentos intra-MERCOSUL. A Reunião de Cúpula de Assunção, em junho de 2003, evidenciou um novo grau de ambição com o projeto de integração e seus resultados representaram um esforço de retomada da agenda de negociação interna do bloco. Essa agenda, congelada pela sucessão de crises dos quatro anos anteriores, é crucial para a reconstrução do modelo de integração sobre bases críveis e sustentáveis.

A maioria dos temas da agenda avançou, em maior ou menor extensão, nos últimos 18 meses. Por iniciativa do Brasil, foi apresentado e aprovado um programa de trabalho para o período 2004-2006 que estabeleceu metas e prazos para o cumprimento de diversos pontos da agenda. Entre outros pontos, a defesa comercial comum, a eliminação de aplicação de direito *antidumping* e compensatórios no comércio intrazona, a disciplina comum sobre incentivos, a harmonização de indicadores macroeconômicos e o reforço da institucionalidade do bloco foram recolocados na agenda com propostas de tratamento que devem estar, na sua maioria, concluídas até o fim de 2004.

A coordenação macroeconômica ganhou relevância, em especial com a constatação mais recente de que a superação das crises conjunturais e a aproximação das políticas econômicas do Brasil e da Argentina são condições necessárias, mas não suficientes para evitar contenciosos que se originam em problemas estruturais. No primeiro semestre de 2003, os principais avanços nesse campo foram a decisão do GMM sobre o tratamento das empresas públicas nas estatísticas fiscais de cada país e a proposta de uma metodologia comum para o cálculo do núcleo de inflação, além da discussão sobre a possibilidade de se harmonizar agregados monetários.

A liberalização do comércio de serviços no âmbito do MERCOSUL avançou em 2003 com a conclusão da IV Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços. As negociações foram realizadas em conformidade com o Artigo XIX do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços, que estabeleceu que os Estados Partes levariam a cabo rodadas anuais de negociação a fim de completar, em um prazo máximo de dez anos, a contar de sua entrada em vigência, o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços do MERCOSUL.

Outro avanço correlato à liberalização de serviços foi o acordo entre os Estados Partes para a concessão do Visto MERCOSUL. O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL prevê que os imigrantes de um dos países da região que obtiverem visto de residência (temporário ou permanente) em outro país da região farão jus ao mesmo tratamento dispensado aos nacionais do país, inclusive no que diz respeito ao trabalho. Na mesma ocasião, foi firmado o Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL, que possibilita a regularização sem a necessidade de que os imigrantes tenham que retornar ao seu país de origem.

Também foi aprovado em dezembro, o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, um resultado dos trabalhos do Grupo *Ad Hoc* que, desde 1997, vinha elaborando um instrumento sub-regional que eliminasse as discriminações contra os Estados Partes nas compras de bens e contratações de serviços por um dos países membros. O Protocolo foi considerado pela Cúpula Presidencial um instrumento normativo fundamental para o aprofundamento da união aduaneira, embora sua assinatura não encerre os esforços de liberalização no tema.

Do ponto de vista da estrutura institucional do MERCOSUL, o principal avanço foi a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2004, do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias. O Protocolo foi assinado em fevereiro de 2002 em reconhecimento à necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos pelo Protocolo de Brasília, de 1991. Sua principal inovação é a criação do Tribunal Permanente de Revisão, que confere mais segurança jurídica ao sistema de solução de controvérsias tanto por assegurar a revisão de laudos como também por permitir um acúmulo de experiência que tende a agilizar a solução de controvérsias.

Em dois temas cruciais os avanços foram tímidos - a Tarifa Externa Comum (TEC) e a defesa comercial. Em relação à TEC, o Grupo de Alto Nível constituído em 2001 teve prorrogado até novembro de 2004 o prazo para apresentar suas propostas sobre a consistência e dispersão das tarifas. Enquanto isso, as exceções à TEC vêm sendo mantidas através de prorrogações sucessivas das datas originalmente previstas para sua suspensão. Por outro lado, foi aprovado o Regime de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2006. O regime disporá de listas nacionais e uma lista comum de bens de capital não produzidos na região. Todas as listas terão alíquota de 0% de importação até 1º de janeiro de 2008, quando o benefício só será aplicado à lista comum. Além disso, a Decisão 33/03 fixou em 31 de dezembro de 2005 o prazo para a aprovação pelo GMC de um Regime Comum de Bens de Informática e Telecomunicações.

O déficit de instrumentos consensuais de defesa comercial intrabloco e a adoção unilateral de medidas protecionistas continuam a ser os elementos mais flagrantes da incipiência do MERCOSUL enquanto união aduaneira. O anúncio feito pela Argentina, às vésperas da Reunião de Cúpula de Puerto Iguazu, de que restringiria com aumento de tarifas e barreiras alfandegárias as importações de eletrodomésticos provenientes do Brasil é o exemplo mais recente disso.

A Reunião de Cúpula de Puerto Iguazu, de julho, transcorreu, portanto, num ambiente menos favorável do que se antecipava; houve menos avanços estruturais e desvio das negociações para arranjos de curto prazo que evitassem as restrições comerciais por parte da Argentina.

Os desafios à integração ainda são grandes. A despeito da retomada do crescimento econômico, representantes do setor privado da Argentina argumentam que os mecanismos brasileiros de apoio à indústria e à exportação desequilibram de forma espúria a competição no bloco. O conflito deixa claro que, em um contexto de integração econômica, políticas internas, como as de apoio à indústria, não podem ser implementadas de forma isolada, sem discussão e negociação prévias com os países sócios na integração.

O Brasil adotou uma posição conciliatória. Reconhece que o problema é estrutural e pretende, no período em que assume a presidência temporária do bloco, incentivar a distribuição das cadeias produtivas entre os países e rever os mecanismos de financiamento do MERCOSUL, para evitar a disparidade de acesso ao crédito, hoje muito restrito na Argentina. Brasil, todavia, mantém-se contrário à adoção de gatilhos automáticos como forma de compensar desequilíbrios no comércio setorial.

A agenda interna do MERCOSUL precisa ser não apenas descongelada, mas revista com critério e organicidade. Várias iniciativas recentes reuniram especialistas para refletir sobre essa agenda. Uma dessas iniciativas foi uma conferência patrocinada pelo BID, no Rio de Janeiro, em junho de 2003. Outra foi a reflexão da própria Secretaria do MERCOSUL no seu Primeiro Informe Semestral. Ambas têm vários pontos em comum.

Dois aspectos, em particular, foram objeto de um amplo consenso: a necessidade de superar o déficit institucional do bloco e de instituir a união aduaneira. O baixo perfil institucional do bloco funcionou satisfatoriamente bem enquanto as questões de relevo eram de cunho comercial ou tarifário. Mas se mostrou insuficiente para enfrentar questões mais complexas. A base intergovernamental e política que

predomina em todos os níveis de funcionamento substantivo do MERCOSUL faz com que se amplifique a visão setorialista com a qual os negociadores governamentais encaram os assuntos da integração. Além disso, os custos nos quais os Estados Partes incorrem por conta da vigência do modelo intergovernamental são significativos e, provavelmente, maiores do que seriam com a adoção de um modelo supranacional eficiente.

O segundo aspecto é a necessidade de superar o dilema entre zona de livre comércio e união aduaneira. Como etapa intermediária na transição para uma integração mais profunda, uma união aduaneira tem a vantagem de ser mais transparente e ter custos operacionais menores que uma área de livre comércio e é mais importante para a atração de investimentos estrangeiros e para a agenda externa do bloco. O abandono da união aduaneira seria um retrocesso com um efeito substancial sobre a credibilidade de seus membros em termos de respeito a normas e contratos. Portanto insistir nos seus avanços deve ser um ponto crucial na agenda do MERCOSUL.

As questões de natureza conjuntural não representam mais um obstáculo ao avanço da agenda interna. Mas não se pode descuidar do fato de que essa agenda precisa ser criteriosamente avaliada à luz dos objetivos da integração. Uma possível estratégia de sucesso para o aprofundamento da integração do bloco deve refletir as prioridades das agendas econômicas nacionais, como o aumento das exportações e do emprego. A agenda externa tem se mostrado insuficiente para cumprir esse papel.

B. O Estado das Artes dos Principais Temas

A Tarifa Externa Comum

A revisão da TEC ganhou relevância após a ratificação pelos Estados Partes do compromisso com a união aduaneira na região, da qual a TEC é o elemento mais emblemático. As numerosas perfurações à aplicação da TEC desde sua entrada em vigor em 1995 e as crises nas relações comerciais entre os países da região, em especial após as mudanças dos regimes cambiais no Brasil e Argentina, abalaram a credibilidade na união aduaneira e reduziram sensivelmente o apoio dos agentes públicos e privados a sua aplicação.

As Reuniões de Cúpula dos últimos dois anos afastaram formalmente o risco de retrocesso na matéria. Particularmente relevante nesse sentido foi a Reunião de junho de 2003, a primeira após as mudanças dos novos governos das principais economias da região: a Argentina e o Brasil. A avaliação geral que emanou dessa reunião foi a de que o MERCOSUL precisava ser fortalecido e aprofundado "mediante o aperfeiçoamento dos instrumentos existentes e a consideração de novos temas na agenda de negociações nos campos político, social e cultural, entre outros". (Ata Nº 01/03) O Comunicado dos Presidentes destacou que o MERCOSUL deveria admitir flexibilidades imprescindíveis para não prejudicar os processos produtivos e reconheceu a necessidade de tratar de forma explícita as assimetrias de desenvolvimento dos Estados Partes, uma das principais dificuldades da região.

As dificuldades enfrentadas pelo bloco para a consolidação de uma TEC ampla residem, em grande parte, na desconsideração das diversidades econômicas locais e no predomínio de variáveis políticas que resultaram, com algumas exceções, na replicação da estrutura aduaneira do Brasil e, em menor extensão, da Argentina. Como a base produtiva brasileira é muito ampla, a adoção dessa estrutura aduaneira representou, em geral, uma redução da proteção efetiva dos demais sócios (Rios [2003]).

Há muitas exceções à aplicação da TEC. Desde o início, bens de capital, de informática e de telecomunicações foram tratados como grupos de exceção. Cada país pôde, além disso, apresentar listas nacionais de exceções para produtos sensíveis. Os regimes automotivos domésticos foram preservados. Por fim, diversos acordos binacionais de preferência tarifária entre países membros do MERCOSUL e outros países da América Latina negociados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foram preservados, constituindo igualmente exceções à TEC.

Além das exceções decorrentes de fatores estruturais, as crises econômicas enfrentadas pelos países da região, em especial no último biênio da década passada, culminaram em novas perfurações à TEC, dessa vez adotadas, em sua maioria, unilateralmente. A "taxa de estatística" de 3% introduzida pela Argentina em adição à TEC foi a precursora desse processo, cujo ápice ocorreu em 2001, quando o mesmo país reduziu a zero as tarifas para importação de bens de capital e elevou a 35% a de vários bens de consumo na tentativa de preservar o regime de conversibilidade, formalmente abandonado em janeiro do ano seguinte.

Como reação ao excesso de perfurações e à necessidade de apresentar as listas de ofertas da região nas negociações com a Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA) e a UE, o Grupo Mercado Comum criou, em junho de 2001, um Grupo de Alto Nível destinado a rever a estrutura da TEC, analisando a coerência e dispersão da estrutura tarifária. A principal diretriz do grupo era analisar as proteções nominais e efetivas derivadas da estrutura vigente e encaminhar ao GMC eventuais propostas de mudanças até novembro de 2001 (Decisão 05/01). Os bens de capital, de informática e de telecomunicações e os produtos agrícolas deveriam ser objeto de estudos especiais.

O agravamento da crise argentina impôs dificuldades óbvias ao cumprimento do cronograma original de revisão da TEC. Por outro lado, a convergência dos regimes cambiais que se seguiu e a retomada do crescimento econômico na região criaram a expectativa de que o tema encontraria um ambiente propício para avançar de maneira consistente. Essa expectativa, todavia, não se confirmou, evidenciando a persistência de dificuldades no tratamento de questões estruturais do bloco.

O prazo para que o Grupo de Alto Nível apresente suas propostas sobre a consistência e dispersão da TEC foi prorrogado três vezes. A última prorrogação, determinada pela Decisão 10/03, fixou a data limite em 30 de novembro de 2004. Esta data foi posteriormente confirmada pelo Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004-2006, aprovado em dezembro de 2003.

Enquanto isso, as exceções à TEC vêm sendo mantidas através de prorrogações sucessivas das datas originalmente previstas para a sua suspensão. A Decisão 02/03, de junho de 2003, prorrogou o prazo das exceções argentinas para bens de capital até 31 de dezembro de 2003 e facultou ao Paraguai e ao Uruguai a mesma prerrogativa. Em dezembro de 2003, este prazo, bem como o prazo para a vigência dos regimes nacionais de exceção, foi estendido até 31 de dezembro de 2005 (Dec. 34/03). A mesma decisão autorizou o Paraguai e o Uruguai a manterem a alíquota de 2% sobre todas as importações de bens de capital provenientes de fora do MERCOSUL. A Decisão 31/03 prorrogou até 31 de dezembro de 2005 a manutenção pelos Estados Partes de 100 itens como exceções à TEC. Nos casos do Paraguai e do Uruguai, o número de itens sobe a 150 e 125, respectivamente, e as listas podem ser mantidas até 2010 (o Paraguai poderá manter, adicionalmente, as 399 exceções previstas na Decisão 07/94).

Houve avanços, todavia, no estabelecimento de políticas setoriais comuns no bloco. A Decisão 34/03 aprovou o Regime de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2006. O regime disporá de listas nacionais e uma lista comum de bens de capital não produzidos na região. Todas as listas terão alíquota de 0% de importação até 1º de janeiro de 2008, quando o benefício só será aplicado à lista comum. A Decisão 33/03 fixou em 31 de dezembro de 2005 o prazo para a aprovação pelo GMC de um Regime Comum de Bens de Informática e Telecomunicações. A mesma decisão autorizou o Paraguai e o Uruguai a manterem uma alíquota de 2% para a importação extrazona desses bens até 31 de dezembro de 2010 e permitiu a negociação de uma lista à qual será aplicada a alíquota de 0% até 31 de dezembro de 2005.

Coordenação macroeconômica

A questão da coordenação macroeconômica na agenda interna do MERCOSUL ganhou relevância. A superação do grave descompasso entre as políticas cambiais das duas maiores economias do bloco parecia preparar o terreno para que as questões avançassem no estabelecimento de metas fiscais e monetárias comuns exequíveis. Logo ficaria claro, contudo, que, se em momentos de crise, os interesses internos se sobrepõem aos do bloco (com o abandono das metas comuns, por exemplo), a superação da crise e a aproximação das políticas econômicas do Brasil e da Argentina não representam condições suficientes para evitar contenciosos originários das diferenças de desempenho econômico. O anúncio feito pela Argentina, às vésperas da Reunião de Cúpula de Puerto Iguazu, de que iria impor barreiras às importações de eletrodomésticos provenientes do Brasil é um exemplo claro de deficiência da própria compreensão do que deva vir a ser a agenda da coordenação macroeconômica, que não pode ficar limitada, como até aqui, à harmonização de indicadores econômicos e ao intercâmbio de estatísticas.

A coordenação macroeconômica tem como objetivo assegurar a estabilidade econômica nos países da sub-região, evitando rupturas que possam ocasionar ganhos ou perdas espúrias de competitividade entre os países. Com esse objetivo, concordou-se em estabelecer, em março de 2001, metas comuns de resultado fiscal, dívida pública e variação de preços. Um grupo específico (Grupo de Monitoramento Macroeconômico, GMM) foi constituído para harmonizar as estatísticas. Na Reunião de Cúpula de julho de 2002, em Buenos Aires, os presidentes dos Estados Partes destacaram o caráter estratégico da coordenação macroeconômica enquanto instrumento de credibilidade externa.

Na reunião ordinária de dezembro de 2002, o CMC recomendou à Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais (RMEPBC) que solicitasse ao GMM uma avaliação sobre a possibilidade de inclusão de novos indicadores no processo de convergência macroeconômica. Os presentes à RMEPBC reafirmaram seu compromisso com a disciplina fiscal e com as metas fixadas na Declaração de Florianópolis de 15/12/2000. Decidiram alterar para 5% a meta de inflação máxima para 2006 e determinaram ao GMM a adoção de um sistema de monitoramento *ex-ante* da trajetória de convergência às metas.

No primeiro semestre de 2003, os principais avanços nesse campo foram a decisão do GMM sobre o tratamento das empresas públicas nas estatísticas fiscais de cada país e a proposta de uma metodologia comum para o cálculo do núcleo de inflação, além da discussão sobre a possibilidade de se harmonizar agregados monetários.

O Programa de Trabalho do MERCOSUL para 2004-2006, por sua vez, aprovado pela Dec. 26/03, de dezembro, destacou entre suas prioridades a convergência macroeconômica. As seguintes tarefas, referentes a esse tema, devem ser cumpridas até o fim de 2004:

- concluir os trabalhos de harmonização dos indicadores macroeconômicos, incluindo os agregados monetários;
- internalizar as metas acordadas nas políticas macroeconômicas dos países;
- monitorar permanentemente o grau de cumprimento das metas acordadas, divulgando publicamente seus resultados;
- dotar a representação dos países do Grupo de Monitoramento Macroeconômico de maior institucionalidade e hierarquização.

Metas e trajetórias de ajuste da Declaração de Florianópolis

1. Variável fiscal de fluxo.

Indicador: Variação da dívida fiscal líquida do setor público consolidado (necessidades de financiamento medidas pelo critério abaixo da linha).

Meta: Máximo de 3% do PIB para todos os países a partir de 2002.

Adequação: Valor máximo de 3,5% do PIB para o Brasil em 2002 e 2003

2. Variável fiscal de estoque.

Indicador: Média trimestral da razão dívida líquida (deduzidas as reservas internacionais) do setor público consolidado sobre o PIB nominal.

Meta: Limite máximo de 40% do PIB para todos os países a partir de 2010.

Adequação: A partir de 2005, tomando como base a média dos anos 2002-2004, define-se uma trajetória decrescente para as médias trimestrais sucessivas aplicável aos países cuja dívida se encontre acima de 40% do PIB.

3. Inflação.

Indicador: Variação anual entre as pontas de cada ano do índice de preços ao consumidor ou equivalente.

Meta: Máximo de 5% a partir de 2006.

Adequação: Cada país buscaria reduzir anualmente um quarto da diferença entre a inflação observada em 2002 e a meta máxima de 5%.

Negociação de serviços

A liberalização do comércio de serviços no âmbito do MERCOSUL avançou em 2003 com a conclusão da IV Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços. As negociações foram realizadas em conformidade com o Artigo XIX do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços, que estabeleceu que os Estados Partes levariam a cabo rodadas anuais de negociação a fim de completar, em um prazo máximo de dez anos a contar de sua entrada em vigência, o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços do MERCOSUL.

A IV Rodada foi dada por concluída pela Decisão 22/03 do CMC, de dezembro de 2003, que aprovou as listas de compromissos específicos dos países membros. Com as listas de compromissos, os países consolidaram seus marcos regulatórios em termos de acesso a mercados e tratamento nacional. Os compromissos são relevantes por estabelecerem os patamares mínimos para futuras concessões. A decisão, no entanto, deverá ser incorporada aos ordenamentos jurídicos nacionais de acordo com os procedimentos internos de cada Estado Parte. A necessidade de internalização relativiza os avanços. O próprio Protocolo de Montevideu

ainda não foi incorporado às legislações internas, exceto na Argentina, a despeito do compromisso explícito assumido por Brasil, Paraguai e Uruguai de envidarem esforços para agilizar sua aprovação nos respectivos congressos nacionais.

O Protocolo de Montevideu foi baseado nas normas do GATS com o objetivo de liberalizar integralmente o comércio de serviços entre os sócios do MERCOSUL. Uma das dificuldades enfrentadas no tema é o fato de que os compromissos que os países da região consolidaram no GATS são bastante distintos entre si. Dentre os quatro, a Argentina foi o país que se comprometeu com o maior grau de abertura, em contraste com a posição adotada pelo Brasil (XLVII Reunião Ordinária do GMC).

Tema correlato à liberalização de serviços, o Visto MERCOSUL foi finalmente objeto de um acordo entre os Estados Partes na Reunião de Cúpula de dezembro de 2002. O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL prevê que os imigrantes de um dos países da região que obtiverem visto de residência (temporário ou permanente) em outro país da região farão jus ao mesmo tratamento dispensado aos nacionais do país, inclusive no que diz respeito ao trabalho. Na mesma ocasião, foi firmado o Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL, que possibilita a regularização sem a necessidade de que os imigrantes tenham que retornar ao seu país de origem.

A assinatura dos Acordos é um avanço. A livre circulação de pessoas entre os países da região é parte essencial do estabelecimento de um mercado comum. Os Acordos facilitam o movimento de pessoas físicas prestadoras de serviços e a contratação pelas empresas de cidadãos das outras nacionalidades. Mas o avanço institucional ainda não produziu resultados práticos, uma vez que os Acordos precisam ser ratificados pelos parlamentos nacionais. A situação ainda difícil dos mercados de trabalho nos países da região tende a representar, em maior ou menor grau, um obstáculo relevante para essa ratificação no curto prazo.

O visto MERCOSUL

O projeto de um visto simplificado para a movimentação de pessoas entre os países do MERCOSUL foi objeto de discussão no GMC desde o início de 2002. O objetivo era reduzir o trâmite para a entrada e permanência no país receptor e permitir o desempenho de atividade remunerada, como a prestação de serviços, sem o cumprimento de exigências burocráticas como prova de necessidade econômica e respeito à proporção entre trabalhadores nacionais e estrangeiros (e.g., regra dos "dois terços" no Brasil). A despeito da falta de consenso inicial, as discussões transcorreram com relativa celeridade. Os principais pontos do Acordo sobre Residência são apresentados a seguir. Um dos destaques é a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários aos imigrantes com visto de residência. Um possível acordo de reciprocidade na matéria ficou pendente de análise.

Solicitação

Os nacionais de um dos Estados Partes do MERCOSUL que desejem residir no território de outro Estado parte poderão fazê-lo legalmente mediante solicitação. A solicitação deverá ser feita no consulado do país de recepção, caso ainda não tenha havido ingresso, ou perante os serviços de migração, caso o solicitante já se encontre no território de outra Parte. Um detalhe importante é que a solicitação pode ser feita (e concedida) ainda que o solicitante se encontre em situação irregular no país de recepção, ficando isento de multas e outras sanções administrativas mais gravosas.

Residência temporária e permanente

A residência temporária será de até dois anos e poderá ser concedida mediante apresentação prévia de documentação como registros civis e certidões negativas de antecedentes penais. Os procedimentos para comprovação de autenticidade dos documentos são simplificados. A residência temporária poderá ser transformada em permanente mediante solicitação 90 dias antes do vencimento da mesma.

Normas gerais e direitos dos imigrantes

As pessoas que obtiverem residência, conforme o disposto no Acordo, terão direito a entrar, sair, circular e permanecer livremente no país de recepção, bem como a exercer qualquer atividade, tanto por conta própria, como por conta de terceiros, nas mesmas condições que os nacionais do país de recepção de acordo com as normas legais de cada país.

De posse do visto de residência, os nacionais das Partes e suas famílias gozarão dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas dos nacionais do país de recepção, em particular, o direito a trabalhar e exercer toda atividade lícita. Receberão ainda tratamento não menos favorável do que recebem os nacionais do país de recepção no que concerne à aplicação da legislação trabalhista, especialmente em matéria de remuneração, condições de trabalho e seguridade social.

O Acordo prevê ainda direito à reunião familiar para membros de nacionalidade estranha aos Estados Partes, direito de transferir recursos e direitos dos filhos dos imigrantes.

Compras governamentais

Na Reunião de Cúpula de dezembro de 2003, o CMC aprovou, finalmente, o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL. A Decisão de Nº 40/03 foi o resultado dos trabalhos do Grupo *Ad Hoc* que, desde 1997, vinha elaborando um instrumento sub-regional que eliminasse as discriminações contra os Estados Partes nas compras de bens e contratações de serviços por um dos países membros. O Protocolo foi considerado pela Cúpula Presidencial um instrumento normativo fundamental para o aprofundamento da união aduaneira. Sua assinatura, contudo, não encerra os esforços de liberalização no tema. Os Estados Partes se comprometeram a conduzir negociações em sucessivas rodadas, com o fim de complementar a liberalização do mercado de contratações públicas do MERCOSUL e de ampliar o espectro de aplicação do Protocolo.

Os principais elementos de conflito no período de negociação do acordo foram contemplados no Protocolo. Sua aplicação abrangerá todos os níveis de governo - federais, estaduais e municipais; medida ambiciosa, quando se leva em conta a autonomia dos governos locais em regimes federativos como o do Brasil. As empresas sediadas nos Estados Partes são igualladas às empresas nacionais no que diz respeito ao tratamento quando da participação de contratações públicas. Além disso, as ofertas provenientes dos países do MERCOSUL terão preferência sobre as dos países da extrazona.

Os principais pontos do Protocolo são:

- Âmbito de aplicação - O Protocolo se aplica às contratações públicas pelos entes federais e subnacionais para a aquisição de bens e serviços, incluídas obras públicas, conforme listas predefinidas, entidades e reservas indicadas e limites especificados.
- Tratamento nacional - Cada Estado Parte concederá aos produtos e serviços provenientes dos demais Estados Partes do MERCOSUL um tratamento não menos favorável do que outorgue a seus próprios bens, serviços e obras públicas e aos seus provedores e prestadores.
- Preferência intra-MERCOSUL - As ofertas de bens, serviços e obras públicas dos países do MERCOSUL terão direito a uma preferência nas contratações em relação às de extrazona. Essa preferência se dará através da oportunidade que os países do MERCOSUL terão de igualar a melhor oferta sempre que a

diferença de preço não seja superior a 3%. Em caso de empate, os fornecedores do MERCOSUL terão prioridade sobre os dos demais países. Em caso de empate entre os países do bloco sub-regional, haverá nova oferta de preços. Em persistindo o empate, a escolha será feita mediante sorteio público.

- Vigência - O Protocolo entrará em vigor para os dois primeiros países que o ratificarem 30 dias depois do depósito do segundo instrumento de ratificação, o que ainda não ocorreu. Para os demais, o Protocolo entrará em vigor 30 dias após o depósito dos respectivos instrumentos de ratificação.

Defesa comercial

Idealmente, uma união aduaneira deve dispor de uma política comum de defesa comercial para terceiros, enquanto as relações comerciais intrabloco devem ser reguladas por uma política única de defesa da concorrência, como se ocorresse entre empresas localizadas em um mesmo país. Contudo, como observa Rios [2003], "estabelecer uma área de livre comércio que abarca economias com estruturas produtivas tão assimétricas como as que têm Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai é um empreendimento difícil. Se o processo de integração se produz em um ambiente marcado por políticas macroeconômicas divergentes, com variações cambiais importantes que alteram abruptamente as condições de competitividade entre os países e sem contar com mecanismos acordados para a superação das dificuldades setoriais conjunturais, cria-se um ambiente muito propício para a adoção de medidas *ad hoc* de caráter unilateral como meio para enfrentar as pressões dos *lobbies setoriais*".

O episódio recente deixa claro que, se a convergência das políticas macroeconômicas é condição necessária, não é, todavia, suficiente para o desenho e implementação de uma política de defesa comercial consistente com o conceito de união aduaneira. Uma explicação para isso, também mencionada em Rios [2003], é o baixo grau de compromisso das burocracias nacionais com o cumprimento das normas acordadas e a reduzida consciência integracionista na produção de novas políticas.

A decisão argentina mostrou que, a despeito das reiteradas declarações do novo governo de apoio ao MERCOSUL, as práticas para obter concessões não mudaram. Nas reuniões técnicas e preparatórias para a Reunião de Cúpula, os representantes argentinos defenderam a criação de um mecanismo automático ("gatilho") que seria acionado sempre que a diferença de crescimento do Produto Interno Bruto ou da cotação do dólar entre os países ultrapassasse um patamar prefixado e permitiria que o país ou países afetados impusessem restrições comerciais. A idéia foi rechaçada pelo Brasil, que atendeu parcialmente a reivindicação argentina com a criação de um grupo bilateral de monitoramento do comércio para promover intervenções pontuais em áreas sensíveis.

A reação argentina mostra que a solução parcial não foi satisfatória. Embora as medidas protecionistas não tenham sido imediatamente aplicadas, na expectativa de que os setores privados pudessem chegar a arranjos "voluntários", tudo indica que os eletrodomésticos das chamadas linhas branca e marrom venham se somar à longa lista de contenciosos entre os dois países, que inclui o comércio de açúcar, frango, calçados e têxteis, dentre outros.

A agenda da União Aduaneira no Relançamento do MERCOSUL em 2000 incluiu entre os seus temas a questão da investigação e aplicação de medidas *antidumping* e de direitos compensatórios no comércio intrazona. Na ocasião, a Decisão 28/00 instruiu o GMC a elaborar proposta de disciplinamento destas medidas e a sua eliminação gradual. Em 2002, o CMC decidiu adotar, no âmbito do MERCOSUL, os Acordos Antidumping e sobre Medidas Compensatórias da OMC para disciplinar a matéria no comércio intrazona. A proposta para eliminação gradual da aplicação dessas medidas, todavia, ainda não foi apresentada.

A decisão 10/03, de junho de 2003, prorrogou até 30 de novembro de 2004 o prazo para que o GMC apresentasse sua proposta. O Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004-2006, aprovado em dezembro de 2003, dispôs que a CCM deve definir mecanismos e condições para eliminação de instrumentos de defesa comercial intrazona a partir de 2006. A CCM deverá, também, definir as modificações ao Protocolo de Defesa da Concorrência e apresentar um programa para sua vigência a partir de 2005, incluindo o comércio de serviços.

Durante a Reunião de Cúpula de Puerto Iguazu, o Brasil e a Argentina acertaram a realização de um encontro ministerial para tentar coordenar as políticas industriais dos dois países e reduzir o espaço para conflitos comerciais. A disposição de mostrar flexibilidade não alterou, contudo, a posição brasileira contrária à imposição de "gatilhos" para a adoção de salvaguardas comerciais. O episódio evidencia que o bloco ainda não dispõe de um mecanismo eficaz de solução de controvérsias.

O disciplinamento do comércio com países de fora do bloco tem sido construído através da análise dos projetos de Regulamentos Comuns de Defesa contra Dumping e Subsídios. O Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004-2006 determina a conclusão dos Regulamentos até o fim de 2004. O Regulamento Comum de Salvaguardas deve entrar em vigência no decorrer de 2004.

As restrições da Argentina à importação de eletrodomésticos do Brasil

Em 5 de julho de 2004, dois dias antes do início da Reunião de Cúpula dos presidentes dos países do MERCOSUL, o Ministro da Economia argentino, Roberto Lavagna, e o Secretário de Indústria, Alberto Dumont, anunciaram que a entrada no país de geladeiras, fogões e máquinas de lavar provenientes do Brasil passariam a depender de licenças não-automáticas de importação e que um imposto de 21% seria instituído sobre as importações de televisores provenientes da Zona Franca de Manaus.

O Ministro Lavagna justificou a decisão unilateral com o argumento de que se fazia necessário proteger a indústria local num momento em que, por razões conjunturais, o ingresso de produtos brasileiros estaria impedindo a recuperação industrial e comprometendo a geração de empregos na Argentina. As medidas teriam sido adotadas diante do fracasso das tentativas dos produtores argentinos de obterem restrições voluntárias de exportações brasileiras no âmbito da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral.

As restrições surpreenderam as autoridades brasileiras e acirraram o ânimo do setor produtivo local. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, Paulo Saab, declarou que a iniciativa privada havia esgotado todas as possibilidades de negociação e que, se a situação fosse mantida, a Associação tomaria as medidas cabíveis (*Valor Econômico*, 6/7/2004).

Durante a Reunião de Cúpula, foi acordado que a Argentina não colocaria em prática as medidas restritivas antes da realização de negociações entre os governos e os setores privados para solucionar o problema. As reuniões ocorreram menos de 10 dias depois da Cúpula Presidencial e trataram separadamente cada produto. Para as geladeiras, foi estabelecido um grupo de trabalho que terá 60 dias para estabelecer a dimensão do mercado argentino; estabelecida essa dimensão, o Brasil terá 50% do mercado. Enquanto isso, foi fixada uma cota de 42.370 unidades para as exportações brasileiras no período de 19 de julho a 19 de setembro. Para fogões, as exportações brasileiras ficarão limitadas a 90.000 unidades em 2004 e 47,5 mil no primeiro semestre de 2005.

No caso das máquinas de lavar roupa não houve acordo e o governo argentino cumpriu o compromisso com o setor privado local de regulamentar a exigência de licenças não-automáticas. A exigência de licença prévia para importação de máquinas de lavar entrou em vigor no dia 23 de julho e deve ser utilizada para adequar o nível das importações ao volume reivindicado pelos produtores argentinos (50 mil unidades até o fim de 2004). A regulamentação da medida poderá agilizar a imposição de barreiras ao ingresso de produtos brasileiros, já que o instrumento legal não se refere apenas aos eletrodomésticos, podendo ser aplicado a outros produtos.

Os valores da exportação brasileira de eletrodomésticos para a Argentina mostram crescimento muito pronunciado em 2003. Os resultados, no entanto, são inteiramente explicados pela base de comparação deprimida (2002). Como evidencia a Tabela IV.1, à exceção dos refrigeradores, as exportações brasileiras de eletrodomésticos em 2003 ainda permaneciam significativamente abaixo das médias anuais de 1997 a 2001.

TABELA IV.1
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA
(US\$ mil FOB)

	Aparelho para cozinhar e aquecer		Refrigeradores combinados com congeladores		Refrigeradores de compressão, doméstico		Máquinas de lavar roupa p/ até 10Kg	
	Valor	Cresc. %	Valor	Cresc. %	Valor	Cresc. %	Valor	Cresc. %
1997	13.332		9.620		12.383		16.735	
1998	12.761	-4	8.269	-14	14.712	19	14.832	-11
1999	13.663	7	7.926	-4	17.100	16	26.037	76
2000	19.528	43	13.765	74	12.020	-30	28.526	10
2001	19.788	1	15.594	13	12.404	3	20.861	-27
2002	1.754	-91	3.128	-80	2.618	-79	2.796	-87
2003	8.770	400	35.742	1043	7.561	189	15.444	452

Fonte: MDIC.

Estrutura institucional

Do ponto de vista da estrutura institucional do MERCOSUL, o principal avanço recente foi a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2004, do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias. O Protocolo foi assinado em fevereiro de 2002 em reconhecimento à necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos pelo Protocolo de Brasília, de 1991. A entrada em vigor em janeiro foi possível após sua internalização pelo Brasil, último país do bloco a ratificá-lo.

A principal inovação do Protocolo de Olivos é a criação do Tribunal Permanente de Revisão. O Tribunal Permanente é uma segunda instância no processo de solução de controvérsias. A primeira instância continuará sendo formada pelos tribunais *ad hoc*, formados especialmente para a solução de casos específicos. Havendo discordância quanto aos laudos emitidos por esses tribunais, qualquer das partes na controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão ao Tribunal Permanente (PO, Art. 17, 1º).

A criação do Tribunal Permanente confere maior segurança jurídica ao sistema de solução de controvérsias não apenas por assegurar a revisão de laudos como também por permitir um acúmulo de experiência que tende a agilizar a solução. Nos tribunais *ad hoc*, esse acúmulo de experiências ficava comprometido pelo fato de que os esses se dissolviam após o encerramento da controvérsia que haviam sido chamados a resolver.

As opiniões consultivas constituem uma ferramenta importante introduzida pela regulamentação do Protocolo de Olivos para uniformizar a interpretação do Direito do MERCOSUL. Essas consultas poderão ser dirigidas pelos tribunais superiores dos Estados Partes com jurisdição nacional ao Tribunal Permanente de Revisão sobre todos os assuntos relativos à interpretação jurídica das normas do Direito do MERCOSUL. Esse mecanismo ainda depende de regulamentação em consulta com os Tribunais Superiores de Justiça dos Estados Partes.

O curto período de vigência do Protocolo de Olivos não permite uma avaliação sobre sua eficácia para a solução de controvérsias no MERCOSUL. Deve-se notar, contudo, que o mecanismo arbitral previsto pelo Protocolo de Olivos ainda não constitui o sistema permanente de solução de controvérsias a que se refere o numeral 3 do Anexo III do Tratado de Assunção. O art. 53 do Protocolo prevê explicitamente a revisão do sistema atual "antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum". De acordo com a Decisão CMC Nº 07/94, esse processo deverá estar concluído em 1º de janeiro de 2006. Isso significa que o MERCOSUL deveria, em breve, começar a realizar os estudos pertinentes para suprir as lacunas e reduzir as deficiências que subsistem no sistema atual.

Uma dessas deficiências é a prevalência da lógica do mecanismo arbitral. De acordo com a Secretaria do MERCOSUL, "a justiça arbitral não evita a pluralidade de direitos aplicáveis... o que pode derivar em uma aplicação minimalista das normas do MERCOSUL" (Secretaria do MERCOSUL [2004]). A sugestão da SM é que o mecanismo vigente seja substituído por outro de natureza judicial, cujas decisões seriam vinculantes e obrigatórias para os juízes nacionais. É uma sugestão ousada, tendo em vista que, desde sua formação, o MERCOSUL tem evitado a formação de instituições supranacionais num contexto em que o compromisso dos atores nacionais com a integração intrabloco ainda parece pequeno para permitir esse tipo de submissão.

Outro mecanismo que precisa ser superado em um sistema permanente de solução de controvérsias é a opção de foro incluída no Protocolo de Olivos. No art. 1º, o Protocolo estabelece que, se uma controvérsia se encontra em condições de ser submetida tanto ao sistema de controvérsias do MERCOSUL como ao da OMC, o Estado reclamante deverá escolher um desses mecanismos, deixando automática e definitivamente excluído o outro. Tal possibilidade não é compatível com um processo pleno de integração, uma vez que a opção de foro permite a revisão das normas do Direito do MERCOSUL por órgãos internacionais alheios ao processo de integração.

A previsão de reclamações de particulares também continua deficiente, pois o Protocolo de Olivos, tal como o de Brasília, as mantém sujeitas ao controle por parte das Seções Nacionais do GMC. Um sistema de soluções de controvérsias que se limita a demandas "Estado contra Estado" não se ajusta à dinâmica de um processo de integração como o do MERCOSUL, tendo em vista que nestas demandas os interesses políticos tendem a prevalecer.

Ainda do ponto de vista institucional, deve-se mencionar a transformação da natureza da Secretaria Administrativa do MERCOSUL. Desde a sua criação, a Secretaria Administrativa teve suas funções paulatinamente ampliadas. A Decisão Nº 30/02 determinou a sua transformação progressiva em secretaria técnica com o argumento de que "as necessidades atuais do processo de integração requerem avanços institucionais que possibilitem a constituição de um órgão de assessoria técnica que possa atuar a partir de uma perspectiva comum e contribuir para a consolidação do MERCOSUL". No item 1 do Anexo 1 da mesma Decisão, os Estados Partes determinaram que o objetivo do Setor de Assessoria Técnica da Secretaria é

"contribuir para a conformação de um espaço de reflexão comum sobre o desenvolvimento e consolidação do processo de integração". Em consonância com suas novas atribuições, a Secretaria publicou, em julho de 2004, seu Primeiro Informe Semestral, com o título "Um foco para o processo de integração regional". Uma questão que permanece em aberto é se a escassez de recursos para funcionamento da Secretaria irá reduzir o alcance da iniciativa de transformá-la em órgão técnico pleno.

A Agenda Interna no Programa de Trabalho 2004-2006

Em junho de 2003, na primeira reunião de Cúpula após as posses dos novos governos da Argentina e do Brasil, o governo brasileiro apresentou sob o título de "Objetivo 2006" um programa de trabalho para consolidar a união aduaneira e promover o mercado comum. O programa de trabalho foi sancionado, com modificações, pela Decisão 26/03 do CMC, em dezembro daquele ano.

O programa foi dividido em grandes blocos - econômico-comercial, social e institucional - e incluiu uma nova agenda de integração com questões relativas à cooperação em ciência e tecnologia e avanços na integração física e energética. A dimensão social ganhou relevância a partir da constatação de que é preciso aumentar a participação da sociedade civil nas questões de integração. Dentre as tarefas desse bloco, destacam-se, por sua relevância para a formação do mercado comum, as referentes à circulação de mão-de-obra e à promoção dos direitos dos trabalhadores.

O Programa de Trabalho contempla, sobretudo, a agenda interna do MERCOSUL, procurando avançar, de forma objetiva (com a fixação de prazos e definição de atribuições), no tratamento dos principais obstáculos à consolidação da união aduaneira e do mercado comum entre os países da sub-região. As principais tarefas do Programa são sumarizadas abaixo.

Bloco Econômico-Comercial

TEC

- A Secretaria do MERCOSUL elaborará, no primeiro semestre de 2004, uma proposta de mecanismos para eliminar a dupla cobrança da TEC e resolver o tema da distribuição de renda aduaneira.
- Completar, antes de 2006, a análise das exceções à TEC e a negociação de normas comuns que definam formas e prazos para seu tratamento.
- Identificar, durante o primeiro semestre de 2004, setores prioritários para o estabelecimento de regimes especiais comuns de importação.

Aspectos aduaneiros, comércio intrazona

- Durante o primeiro semestre de 2004, identificar, no âmbito da CCM, os aspectos conceituais básicos do Código Aduaneiro do MERCOSUL que requerem definições por parte do GMC.
- Continuar avançando, antes do final de 2004, na simplificação e harmonização dos procedimentos aduaneiros intrazona.
- Estabelecer, durante o primeiro semestre de 2004, um mecanismo para implementar a livre circulação intrazona para um grupo de bens de indiscutível produção regional.
- Elaborar, durante 2004, uma norma que permita a acumulação de processos produtivos no MERCOSUL, contemplando o tratamento a outorgar aos insumos originários e não originários, assim como os demais aspectos envolvidos nesta temática.

Defesa Comercial e da Concorrência

- Conclusão dos Regulamentos Comuns para a aplicação de medidas *anti-dumping* e compensatórias até o fim de 2004.
- Vigência do Regulamento Comum de Salvaguardas no decorrer de 2004.
- A CCM deverá definir as modificações ao Protocolo de Defesa da Concorrência e apresentar um programa para permitir sua vigência a partir de 2005. Neste contexto, considerar-se-á, também, o comércio de serviços.
- A CCM deverá definir os mecanismos e as condições para a eliminação dos instrumentos de defesa comercial a partir de 2006.

Integração produtiva

- Continuar os trabalhos do Programa do Foro de Madeira e Móveis, e desenvolver, durante o ano de 2004, outros Foros naqueles setores que sejam identificados como prioritários.
- Analisar, durante o ano de 2004, a implementação de instrumentos de financiamento que possam apoiar os projetos que resultem dos Foros de Competitividade.

Fundos Estruturais

- Analisar, durante o ano de 2004, a implementação de instrumentos de - Promover, no decorrer do ano de 2004, os estudos para o estabelecimento, no MERCOSUL, de Fundos Estruturais destinados a elevar a competitividade dos sócios menores e daquelas regiões menos desenvolvidas.

Integração fronteiriça

- Assegurar a implementação de mecanismos ágeis para o desenvolvimento das zonas de fronteira no processo de integração regional, incluindo o intercâmbio comercial e de serviços das cidades fronteiriças do MERCOSUL.

Promoção conjunta de exportações à extrazona

- Continuar com as missões comerciais conjuntas, como as realizadas à África do Sul e ao México, identificando novos mercados no âmbito da REPCCM. Deverá realizar-se, no mínimo, uma missão comercial ao ano.

Avaliação da conformidade de produtos e regulamentos técnicos

- Avançar em 2004 na subscrição de acordos de reconhecimento mútuo e mecanismos de avaliação da conformidade dos grupos de produtos ou setores com normas MERCOSUL já harmonizadas, com o objetivo de evitar a duplicação de testes e procedimentos de certificação.

Disciplinas sobre Incentivos

- Definir disciplinas adicionais sobre incentivos à produção, aos investimentos e às exportações aplicáveis em todos os níveis de governo que limitem de forma gradual o uso de incentivos que distorcem a alocação dos recursos, as condições de concorrência e o funcionamento do mercado ampliado do MERCOSUL ou permitam a adoção de medidas para eliminar ou compensar seus efeitos distorcivos a partir de 2006.

Harmonização tributária

- Promover, durante o primeiro semestre de 2004, reuniões de especialistas tributaristas para tratar dos tributos indiretos vigentes nos Estados Partes, que incidam nos fluxos comerciais intrazona.

Facilitação empresarial

- Identificar, antes de julho de 2004, os instrumentos necessários para facilitar o estabelecimento e o desenvolvimento das atividades empresariais no MERCOSUL, em matéria de instalação de sociedades, vistos empresariais, harmonização das somas exigidas a investidores e constituição de empresas MERCOSUL, entre outros, com o objetivo de concretizar instrumentos nestas matérias, no primeiro semestre de 2005.

Compras Governamentais

- Continuar os trabalhos restantes para a efetiva implementação do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL.

Bloco Social

Participação da sociedade civil

- Propiciar a ampliação da participação da sociedade civil, levando em conta, entre outras, a proposta apresentada pelo Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), em 3 de outubro de 2003.

Circulação de mão-de-obra e promoção dos direitos dos trabalhadores

- Avaliar, durante o ano de 2004, a inter-relação dos distintos acordos assinados, ou em negociação, que se referem à livre circulação dos cidadãos dos Estados Partes, com o objetivo de analisar a possibilidade de consolidá-los em um único documento, sem prejuízo da aprovação dos instrumentos já negociados sobre circulação de pessoas.
- Realizar gestões no mais alto nível para que entre em vigência o Acordo sobre Residência de Nacionais do MERCOSUL e de Regularização Migratória para cidadãos do MERCOSUL, até o fim de 2004.
- Elaborar, até o final de 2004, propostas com o objetivo de promover os direitos dos trabalhadores no MERCOSUL.
- Realizar uma avaliação sobre o grau de aplicação e cumprimento da Declaração Sócio Trabalhista nos Estados Partes (Art. 20, inciso e).

Educação para o MERCOSUL

- Avançar nas negociações para o reconhecimento mútuo de títulos de habilitação para profissionais dos Estados Partes, que permitam a circulação de profissionais e o desempenho de suas atividades de trabalho, e iniciar a agenda de programas de cooperação para melhorar os níveis educacionais no MERCOSUL.

Bloco Institucional

Parlamento MERCOSUL

- Considerar, no ano de 2004, proposta da CPC relativa ao estabelecimento do Parlamento MERCOSUL, considerando como uma primeira etapa, o Acordo Interinstitucional subscrito pelo CMC e a CPC.

Fortalecimento Institucional

- Finalizar, no ano de 2004, os trabalhos da Regulamentação do Protocolo de Olivos.
- Pôr em funcionamento o Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, dotando-o de infra-estrutura e recursos necessários para o adequado exercício de suas tarefas.
- Fortalecer a participação do setor privado no processo de integração do MERCOSUL.
- Completar, até o final de 2004, a transformação da Secretaria do MERCOSUL em Secretária Técnica.

C. Cúpula de Puerto Iguazu

Os eventos que antecederam a reunião da Cúpula Presidencial de Chefes de Estado do MERCOSUL, nos dias 8 e 9 de julho em Puerto Iguazu, Argentina, lançaram uma sombra sobre o clima de otimismo nas negociações que havia prevalecido em 2003. A convergência das políticas cambiais dos países membros, a retomada do crescimento econômico na região e a posse de chefes de estado explicitamente favoráveis ao bloco haviam criado um clima propício aos entendimentos intra-MERCOSUL, evidenciado, por exemplo, no esforço de retomada da agenda de negociação interna do bloco.

O anúncio feito pela Argentina de que adotaria medidas unilaterais de restrição às importações de eletrodomésticos brasileiros foi a ponta de um iceberg. Outros setores, como os produtores de carne suína, frango, têxteis, calçados, automóveis e máquinas agrícolas, anunciaram igualmente a intenção de pressionar o governo argentino para obter novas concessões. Esses eventos remetem a duas conclusões. A primeira é que a "boa vontade" dos Chefes de Estado não necessariamente reflete a existência de um consenso nacional suficientemente amplo para fazer frente à pressão política de *lobbies* setoriais. É da essência da integração econômica que os países envolvidos potencializem suas vantagens comparativas, o que acarreta, quase sempre, mudanças na estrutura produtiva e perdas localizadas. Daí a necessidade da construção de um consenso que não permita que a reação dos que perdem encubra os ganhos para o conjunto da sociedade.

A segunda conclusão é que o MERCOSUL ainda não dispõe de instrumentos adequados para lidar com os problemas estruturais que decorrem das assimetrias econômicas dos países da região. As sucessões de crises que atingiram as principais economias do bloco a partir da segunda metade da década passada desviaram o foco das discussões para problemas conjunturais, como os oriundos das mudanças súbitas e pronunciadas das taxas de câmbio. A boa notícia é que a superação da conjuntura adversa recoloca o foco nas questões relativas à agenda interna, onde reside, de fato, a possibilidade de avanços permanentes na integração.

No Comunicado Conjunto da Reunião de Cúpula de Puerto Iguazú, os Presidentes dos Estados Partes reafirmaram a importância de avançar na coordenação macroeconômica a fim de consolidar o MERCOSUL como área de estabilidade econômica e reiteraram a necessidade de ratificar e promover a entrada em vigor do Protocolo de Montevideu sobre o comércio de serviços. A liberalização do comércio de serviços foi particularmente destacada. Os Presidentes comprometeram-se a identificar e eliminar as medidas que não requerem tratamento legislativo e que restringem o acesso ou discriminam contra os provedores de serviços dos países do MERCOSUL.

As Decisões aprovadas na XXVI reunião do CMC refletiram o cumprimento do Programa de Trabalho 2004-2006, mas representaram avanços menores do que os se supunham possíveis antes da reunião. Em particular, não houve decisão quanto ao problema da dupla cobrança da TEC. O Conselho se limitou a tomar nota da elaboração de um trabalho preliminar realizado pela Secretaria do MERCOSUL com diferentes cenários para a eliminação da dupla cobrança e a distribuição da renda aduaneira.

A dupla cobrança da TEC é uma aberração do MERCOSUL. O importador paga o imposto quando traz uma mercadoria do exterior e é obrigado a pagá-lo de novo caso transporte essa mercadoria de um país-sócio do MERCOSUL para outro. O estudo apresentado pela Secretaria contempla diferentes opções de estratégia para sua eliminação, da mais ambiciosa à menos ambiciosa.

Um dos destaques da reunião foi a aprovação da Decisão Nº 22/04 "Vigência e aplicação das normas emanadas dos órgãos com capacidade decisória do MERCOSUL" que não requerem aprovação legislativa. A aprovação da norma deverá permitir a vigência e aplicação mais ágil da normativa MERCOSUL.

Com a Decisão Nº 17/04, o CMC aprovou a criação do Fundo Especial para a Solução de Controvérsias previsto no Art. 36 do Protocolo de Olivos. O Fundo será administrado pela Secretaria do MERCOSUL e servirá para custear os gastos e honorários ocasionados pelas atividades dos árbitros dos Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* e do Tribunal Permanente de Revisão. Na mesma ocasião, o CMC aprovou a Decisão 26/04 que designa os árbitros do Tribunal Permanente de Revisão e instruiu o GMC a analisar a possibilidade de remunerar mensalmente os integrantes do Tribunal. Com essas decisões, completam-se os principais dispositivos para a entrada em operação do sistema de solução de controvérsias previsto em Olivos.

D. A Agenda Interna: o que ficou definido e o que precisa ser repensado

Os últimos dois anos representaram para o MERCOSUL oportunidades e desafios. As oportunidades vieram da convergência das políticas cambiais dos países membros, da retomada do crescimento econômico na região e da posse de novos governos com discursos mais favoráveis ao bloco do que seus antecessores. Na primeira Reunião de Cúpula sob essa nova conjuntura, em junho de 2003, os chefes de estado dos países membros reafirmaram os compromissos com o ideal de um mercado comum na região. Depois da crise econômica que atingiu os dois maiores sócios da região, produzindo a mais séria crise de identidade do bloco desde a assinatura do Tratado de Assunção, a retomada do modelo original de integração pelos novos governos do Brasil e da Argentina foi considerada promissora. Igualmente alvissareiro para o futuro do bloco foi o reconhecimento explícito da necessidade de tratar com a devida flexibilidade a questão da assimetria de desenvolvimento dos países sócios.

Desse reconhecimento resultou o descongelamento da agenda interna do MERCOSUL. Por iniciativa do Brasil, foi apresentado e aprovado um programa de trabalho para o período 2004-2006 que estabeleceu metas e prazos para o cumprimento de diversos pontos da agenda. Entre outros pontos, a defesa comercial comum, a eliminação de aplicação de direito *antidumping* e compensatórios no comércio intrazona, a disciplina comum sobre incentivos, a harmonização de indicadores macroeconômicos e o reforço da institucionalidade do bloco foram recolocados na agenda com propostas de tratamento que devem estar, na sua maioria, concluídas até o fim de 2004.

Os eventos recentes, todavia, evidenciam que os desafios à integração ainda são grandes. A despeito da retomada do crescimento econômico, ou *pour cause*, representantes do setor privado argentino argumentam que os mecanismos brasileiros de apoio à indústria e à exportação desequilibram de forma espúria a competição no bloco e justificam a adoção de medidas protecionistas. O conflito deixa claro que, em um contexto de integração econômica, políticas internas, como as de apoio à indústria, não podem ser

implementadas de forma isolada, sem discussão e negociação prévias com os países sócios na integração. Especialmente, quando são tão flagrantes as diferenças de produtividade entre os parques industriais.

O Brasil adotou uma posição conciliatória. Em declarações à imprensa, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, indicou que o Brasil não quer guerra econômica com a Argentina e terá paciência para resolver as tensões comerciais bilaterais (*Valor Econômico*, 15/07/2004). Não obstante, se as pressões protecionistas se alastrarem a solução usual, de autolimitação das exportações, pode representar um retrocesso na construção da união aduaneira.

A despeito dos discursos oficiais, ainda parece insuficiente entre os países do MERCOSUL a convicção nos benefícios da integração, o que deixa os governos locais particularmente vulneráveis às pressões dos setores que se sentem prejudicados. Mas os episódios recentes podem trazer como resultado positivo uma reflexão mais célere e conseqüente sobre os principais entraves à integração; reflexão sem a qual o apoio da sociedade ao bloco perderá ainda mais fôlego.

O governo brasileiro compreende que a crise entre o Brasil e a Argentina é um problema estrutural. Por essa razão, no período em que assume a presidência temporária do bloco, o governo brasileiro pretende buscar a integração econômica incentivando a distribuição das cadeias produtivas entre os países. O Brasil reconhece, por exemplo, a necessidade de rever os mecanismos de financiamento do MERCOSUL, para evitar a disparidade de acesso ao crédito, hoje muito restrito na Argentina.

De acordo com o assessor de relações internacionais da Presidência da República do Brasil, Marco Aurélio Garcia, são três as prioridades do governo brasileiro: reforçar as estruturas do bloco, acelerar as reuniões ministeriais em busca de uma integração econômica, em especial com a Argentina, e revisar os instrumentos de financiamento. Em relação a esse último ponto, as opções em estudo seriam a criação de um BNDES para o MERCOSUL, a reativação do Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e a adesão à Corporação Andina de Fomento (CAF) (*Valor Econômico*, 16/7/2004).

A construção da nova agenda

Fora da esfera governamental, o esforço de repensar o MERCOSUL tem produzido iniciativas dignas de nota. Uma dessas iniciativas foi a conferência "MERCOSUL: Em busca de uma nova agenda" realizada no Rio de Janeiro em junho de 2003 com o patrocínio do BID. O relatório da conferência sumariza as reflexões e sugestões dos vários especialistas presentes.

De acordo com o relatório (Crawley [2004]), os determinantes da nova agenda do MERCOSUL deverão contemplar essencialmente três aspectos: o ambiente regional e extrarregional, as atitudes das elites subregionais com relação às estratégias adotadas para assegurar a inserção internacional de seus respectivos países e a experiência pregressa do bloco. Quanto a este último aspecto, devem ser levados em conta, em especial, os muitos conflitos comerciais intra-bloco e a insuficiência das instituições estabelecidas para mediá-los, o impacto devastador das flutuações excessivas das taxas de câmbio entre os países membros e características estruturais como as assimetrias de tamanho.

Com esses antecedentes, a mensagem que surgiu é que, para aprofundar o processo de integração do MERCOSUL, a futura agenda deverá concentrar-se em três grupos de elementos essenciais:

- a eliminação das principais barreiras não tarifárias, os acordos institucionais e os sistemas para estabelecer regras;
- a construção de uma visão comum sobre o que é o MERCOSUL e para onde se dirige;
- as questões cambiais, a coordenação macroeconômica e a formulação de um programa comercial comum.

Dois aspectos, em particular, foram objeto de um amplo consenso: a necessidade de superar o déficit institucional do bloco e de instituir a união aduaneira. O déficit institucional remonta às origens do MERCOSUL. Foi uma opção dos Estados Partes motivada por vários fatores, tais como, a experiência histórica negativa com as instituições de integração latino-americanas, as limitações orçamentárias para financiar organismos supranacionais e a avaliação de que as assimetrias de tamanho das economias envolvidas representavam um entrave estrutural para o avanço de instituições supranacionais, o que poderia implicar uma restrição desigual às soberanias dos países membros.

O baixo perfil institucional do bloco funcionou satisfatoriamente bem enquanto as questões de relevo eram de cunho comercial ou tarifário. O processo de integração foi desencadeado sobre a base de um programa generalizado de redução de tarifas alfandegárias, que operava automaticamente, na base de cortes percentuais preestabelecidos. Mas a estrutura institucional mínima se mostrou insuficiente para enfrentar questões mais complexas. A base intergovernamental e política que predomina em todos os níveis de funcionamento substantivo do MERCOSUL faz com que se amplifique a visão setorialista com a qual os negociadores governamentais encaram os assuntos da integração. Além disso, os custos nos quais os Estados Partes incorrem por conta da vigência do modelo intergovernamental são significativos e, provavelmente, maiores do que seriam com a adoção de um modelo supranacional eficiente (Secretaria do MERCOSUL [2004]).

O segundo aspecto é a necessidade de superar o dilema entre livre comércio e união aduaneira. Como etapa intermediária na transição para uma integração mais profunda, uma união aduaneira tem a vantagem de ser mais transparente e ter custos operacionais menores que uma área de livre comércio e é mais importante para a atração de investimentos estrangeiros e para a agenda externa do bloco. O abandono da união aduaneira seria um retrocesso com um efeito substancial sobre a credibilidade de seus membros em termos de respeito a normas e contratos. Portanto insistir nos seus avanços deve ser um ponto crucial na agenda do MERCOSUL.

A Secretaria do MERCOSUL, já investida das suas funções técnicas e da missão de identificar carências, lacunas e dificuldades e propor cursos de ação ao bloco, recomenda, entre outras coisas, a adoção de um cronograma para proibir qualquer mecanismo direto ou indireto que provoque restrições quantitativas a mercadorias entre os sócios. Segundo o primeiro informe semestral da Secretaria, "não é razoável que se baixem as tarifas de importação e se permita sua substituição por instrumentos que geram distorção maior no comércio". As sugestões da Secretaria, que não refletem os interesses exclusivos de nenhum dos Estados Partes, têm por objetivo aprofundar a união aduaneira e reduzir a margem para contenciosos intrabloco. É eliminando as barreiras ao comércio do bloco que se ampliam as possibilidades de investimento e crescimento para todos os países da região, com a divisão das etapas das cadeias produtivas. As principais sugestões apresentadas são:

Sugestões da Secretaria do MERCOSUL^(*)

- i. Criar um cronograma para acabar com as barreiras não tarifárias entre os sócios;
- ii. Proibir qualquer mecanismo direto ou indireto de cotas para produtos dos sócios;
- iii. Eliminar incentivos oficiais à exportação de um país do MERCOSUL a outro;
- iv. Estender o livre comércio ao açúcar e aos automóveis;
- v. Eliminar a dupla cobrança da TEC;
- vi. Estabelecer um cronograma para acabar com a exigência de regras de origem no comércio entre os sócios;
- vii. Adotar medidas graduais para a unificação da política monetária dos países membros, culminando com a adoção da moeda única do MERCOSUL;
- viii. Criar um banco virtual de desenvolvimento no MERCOSUL, com a associação dos bancos de desenvolvimento nacionais;
- ix. Estabelecer um fundo com uma parcela das tarifas de importação, para financiar o desenvolvimento dos sócios menores.

(*) Extraídas do Primeiro Informe Semestral da Secretaria do MERCOSUL: "Um foco para o processo de integração regional".

Em suma, como observa Rios [2003], "a deterioração da credibilidade externa e interna do MERCOSUL é resultante dos caminhos escolhidos pelos sócios para enfrentar as conjunturas interna e internacionais desfavoráveis que marcaram os últimos anos. O excesso de flexibilidade para acomodar diferenças, a falta de empenho ante a agenda de aprofundamento do bloco e a ausência de uma visão comum sobre o papel do projeto de integração para as estratégias de desenvolvimento dos quatro países membros têm distorcido o projeto original". A estratégia de sucesso para o aprofundamento da integração do bloco deve refletir as prioridades das agendas econômicas nacionais, como o aumento das exportações e do emprego. A agenda externa, de onde provém ainda o principal fator de coesão do bloco, tem se mostrado insuficiente para aprofundar a integração.

CAPÍTULO V. A EVOLUÇÃO DA AGENDA EXTERNA

Poucos foram os avanços nas negociações com as quais o MERCOSUL encontra-se envolvido no âmbito da ALCA e do acordo com a União Européia. De fato, as negociações nestas duas frentes encontram-se neste momento virtualmente travadas, em razão das dificuldades de obtenção pelo MERCOSUL de concessões na área agrícola e também como resultado da pouca abrangência das ofertas do bloco sul americano, não só em termos do acesso a mercados de bens, assim como em outras áreas de interesse daqueles países, a exemplo dos serviços e das compras governamentais. O condicionamento do avanço destas negociações aos resultados a serem colhidos no âmbito da Rodada de Doha também passou a constituir um empecilho não desprezível à adoção pelos EUA e pela UE de uma posição mais flexível nas conversações com o MERCOSUL. Mantêm-se, todavia, os esforços para a expansão da rede de acordos bilaterais e plurilaterais, seja na esfera continental, seja com parceiros considerados estratégicos, a exemplo da África do Sul, da China ou da Índia. Como resultados destas iniciativas, o MERCOSUL finalmente concluiu o acordo com a Comunidade Andina (CAN), além de ter incorporado mais dois países na qualidade de associados, o México e o Peru.

A. As Negociações no Âmbito da ALCA

A oitava reunião de ministros de comércio do continente realizada em Miami em novembro de 2003 consolidou definitivamente o projeto de uma ALCA "light" ou "a la carte". Na declaração final elaborada pelos negociadores foi apresentada uma proposta de uma ALCA em dois níveis: no primeiro fica definido a constituição de um acordo abrangente no qual serão estabelecidos os direitos e as obrigações dos países participantes; e no segundo nível, seria negociados uma rede de acordos plurilaterais entre grupos de dois ou mais países dispostos a assumir compromissos mais profundos em áreas específicas. Na verdade isto significa que os países poderão assumir diferentes níveis de compromissos na ALCA. Portanto, segundo os ministros, uma das possíveis linhas de ação daqui para frente seria a de que esses países realizem negociações plurilaterais no âmbito da ALCA, definindo as obrigações nas respectivas áreas individuais. A idéia é de que as negociações devem conduzir a um acordo equilibrado que considere as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do hemisfério, por intermédio de várias disposições e mecanismos.

Este avanço não significa, porém, que os 34 países conseguirão cumprir o cronograma de negociação que prevê para janeiro de 2005 o início da implementação da área de livre comércio no continente, embora a declaração ministerial de Miami tenha reafirmado o compromisso dos países com a conclusão bem-sucedida das negociações da ALCA até aquela data. Tecnicamente este prazo já se tornou praticamente inviável. Ademais, a declaração final apresentada pelos ministros de comércio ao término daquela reunião estabeleceu apenas um arcabouço genérico que define direitos e obrigações entre as partes, o que significa no jargão dos negociadores que de fato sequer começaram as "negociações substantivas". Diga-se de passagem, que naquele instante havia uma clara percepção de que qualquer tentativa de aprovar um documento com propostas mais precisas sobre o conteúdo objetivo das negociações poderia conduzir a um novo impasse no processo negociador.

Tanto é verdade que a reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) realizada em Puebla na primeira semana de fevereiro explicitou ainda a existência de divergências em relação a questões relativas ao conteúdo básico dos acordos. Não houve consenso sobre o conjunto de produtos que será objeto das negociações. O MERCOSUL defendeu a proposta de inclusão na mesa negociadora de 100% do universo tarifário, o que significa contemplar a totalidade dos produtos no cronograma de redução de tarifas. Já os EUA e outros países do G-14 (grupo que inclui o Canadá, o México, a Costa Rica e o Chile) propuseram negociar acesso aos seus mercados para apenas "parte substancial" do universo tarifário, o que representa algo como 80% a 90% dos bens que podem ser objeto de troca entre os países. Mais do que isso, os negociadores norte-americanos sugeriram que o grau de abertura no mercado de bens estará condicionado pelas concessões que os demais países estiverem dispostos a fazer em áreas como serviços, propriedade intelectual e investimentos.

Outros pontos de discórdia envolvem: (i) a possibilidade de inclusão de disposições adicionais em relação aos direitos e obrigações básicas, depois da entrada em funcionamento da ALCA, regra pleiteada pelo G-14, mas que contraria a posição do MERCOSUL; (ii) a negociação de salvaguardas agrícolas especiais, em caso de mudança no preço ou volume de importação, sem comprovação de dano, inspirada no modelo do acordo comercial Chile-EUA e pleiteada pelo G14; este mecanismo é considerado inaceitável pelos países do MERCOSUL; (iii) a defesa dos EUA do estabelecimento de cotas crescentes para os produtos já comercializados por intermédio deste instrumento, ao invés da implementação da redução gradual de tarifas, posição que também enfrenta a resistência dos países do MERCOSUL.

A Agricultura continua sendo a maior causa do atual impasse nas negociações. Se, por um lado pode parecer que os EUA mostram pouca disposição para eliminar subsídios agrícolas ou estejam dispostos a negociar compensações pelo uso de medidas domésticas de apoio ao setor, de outro, há alguma sinalização por parte dos negociadores norte-americanos de que os demais países poderão obter condições facilitadas de acesso ao mercado de produtos agrícolas nos EUA, caso os negociadores demonstrem boa vontade em implementar acordos mais abrangentes nas áreas de propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais. É exatamente contra este tipo de barganha que os representantes do MERCOSUL têm se manifestado, qual seja, a de condicionar a abertura de mercado aos produtos da região, à eliminação de barreiras e à adoção de políticas nas áreas de investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual consistentes com os interesses norte-americanos. Os governos dos países do MERCOSUL só aceitam negociar novas regras para estas áreas na OMC.

Todavia, no caso brasileiro, o setor privado local, representado pela Coalizão Empresarial Brasileira, tem pressionado o governo pela revisão desta posição em troca da facilitação das condições de acesso aos produtos brasileiros prometida pelos negociadores norte-americanos. O posicionamento de alguns membros do governo brasileiro revela completo ceticismo quanto à possibilidade de que os norte-americanos se tornem mais generosos na abertura de mercado para produtos agrícolas do MERCOSUL. Tendo como referência os termos dos acordos de comércio recém negociados pelos EUA com a Austrália e os países do América Central (membros do MCCA), o então embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa foi peremptório ao afirmar que "(...) não existe a hipótese de que concessões em produtos industriais, serviços ou nas regras e disciplinas de interesse dos EUA possam resultar na efetiva abertura do mercado agrícola norte-americano nas áreas que mais nos interessam (...)", a julgar pelo precedente dos acordos que envolvem produtos como o açúcar, as carnes e os lácteos negociados pelos EUA com os australianos e com os países centro-americanos.

Conforme declaração do CNC, várias delegações realizaram ao longo do primeiro semestre de 2004 consultas informais com vistas à elaboração de orientações, conforme determina a Declaração Ministerial de Miami, aos grupos de negociação da ALCA, para que se desenvolva um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países, bem como procedimentos para as negociações plurilaterais entre os países da ALCA que desejem acordar liberalização e disciplinas adicionais no âmbito da ALCA.

Algumas delegações solicitaram mais tempo para continuar as consultas informais. Tendo em conta a complexidade desta tarefa e a boa vontade manifestada, os Co-Presidentes do CNC consideraram positiva a proposta. Depois do mini encontro entre negociadores realizado em Buenos Aires na primeira semana de março, decidiu-se adiar para 22 e 23 de abril a nova reunião do Comitê de Negociações Comerciais inicialmente programada para realizar nos dias 18 e 19 de março em Puebla. De novo, a falta de avanço nas negociações agrícolas levou a um impasse que colocou em lados opostos os países do MERCOSUL e os EUA. O governo dos EUA sinalizou que estaria disposto a eliminar os subsídios à exportação de produtos agrícolas, desde que fosse preservado o direito de voltar a concedê-los caso os países importassem mercadorias provenientes de países ou regiões que beneficiem seus produtores com subsídios, proposta que é questionada pelos representantes do MERCOSUL.

A reunião de vice-ministros da ALCA prevista para acontecer em Buenos Aires na primeira semana de junho sugeriu o aprofundamento do impasse entre o Brasil e os EUA, países que presidem no momento as negociações hemisféricas. Os EUA, que até então, aceitavam o princípio de zerar em dez anos as tarifas para os produtos agrícolas dos países da região, passou a sinalizar que alguns produtos agrícolas seriam excluídos do acordo, ou seja, os negociadores norte-americanos querem criar uma cesta especial de produtos em que as tarifas nunca seriam completamente eliminadas.

Outro obstáculo às negociações surgiu ainda no mês de julho, quando o vice-chefe do USTR, Peter Allgeir, anunciou que, a partir daquele momento, a prioridade dos EUA passaria a ser a negociação de um acordo agrícola na OMC. Só depois o país voltaria às negociações no âmbito da ALCA. Esta postura conduziu à paralização de fato das negociações hemisféricas. Na visão dos negociadores do MERCOSUL, as negociações regionais já estavam emperradas em função da tentativa dos EUA de excluir alguns produtos agrícolas da liberalização tarifária na ALCA, e também da postura norte-americana de introduzir a discussão de regras sobre propriedade intelectual como condicionante de concessões nas áreas de interesse dos países da região. Neste contexto parece que dificilmente as negociações substantivas serão retomadas antes da realização das eleições nos EUA.

B. As Negociações MERCOSUL - União Européia

Na atualidade, as relações entre o MERCOSUL e a União Européia (UE) estão baseadas em um Acordo de Cooperação inter-regional, que passou vigorar de forma integral em 1º de julho de 1999. Seu principal objetivo consiste na preparação das negociações de um Acordo inter-regional de Associação, por meio do qual deverá ser criada uma área de livre comércio entre os dois blocos.²⁵

Esse acordo se reveste de grande importância para ambos os lados, visto que a UE constitui o principal parceiro comercial do MERCOSUL, tanto em termos de exportações como de importações. Com efeito, entre 1980 e 2002, as importações européias originárias do MERCOSUL cresceram a uma taxa média anual de 5,3%, ao passo que as exportações européias para a região apresentaram um crescimento médio de 5,2% ao ano. Em 2002, o comércio da Europa com o MERCOSUL representou 2,4% do total das importações e 1,8% das exportações do primeiro bloco. O MERCOSUL, por sua vez, nesse mesmo ano ocupou o segundo lugar no tocante às importações da UE e a quinta colocação em termos de suas exportações. Vale, ainda, enfatizar, que do total das exportações do MERCOSUL para a UE, aproximadamente metade do valor corresponde à venda de produtos agrícolas e agroindustriais. Em 2002, representaram 16,04% das importações totais desse segmento pela UE.

Em que pese o interesse político de concluir o acordo de livre comércio entre os dois blocos, conforme ressaltado em diversas ocasiões pelos chanceleres dos países do MERCOSUL e pelo comissário de Comércio da UE, o fato é que desde 2001 as negociações vêm evoluindo em ritmo muito lento. O primeiro intercâmbio de ofertas de liberalização na área de bens foi feito em junho de 2001, mas ambas as propostas foram consideradas muito insatisfatórias. Em especial, os negociadores do MERCOSUL consideraram a proposta européia particularmente modesta em matéria de produtos agrícolas, justamente o segmento que concentra a sua maior atenção, dada a importância desses produtos na composição da pauta de exportações do bloco sul-americano para a UE e o fato de as mesmas serem limitadas por uma multiplicidade de medidas protecionistas, que abrangem desde subsídios para diversos tipos de culturas até restrições sanitárias especialmente formuladas para excluir mercadorias de grandes países produtores de fora da UE.

²⁵ O acordo entre o MERCOSUL e a UE difere daquele que vem sendo negociado no âmbito da ALCA, uma vez que inclui também intercâmbio científico e tecnológico e expansão dos entendimentos políticos. Isto porque a integração intercontinental pretende abarcar, além das relações comerciais, as relações políticas e de cooperação entre as duas regiões. Como resultado desse objetivo mais amplo, a UE se converteu na maior doadora de recursos para o MERCOSUL. Com efeito, os fundos destinados pelos europeus para a cooperação regional e bilateral com o bloco sul-americano no período 2000-2006 alcança cerca de 250 milhões de euros.

Como resultado da insatisfação do MERCOSUL com a proposta européia, foi apresentada por este bloco, em outubro de 2001 uma contra-proposta ainda mais modesta, em função principalmente do caráter extremamente defensivo da posição argentina naquele momento.

Posteriormente, durante a IX Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), realizada em Bruxelas entre os dias 17 e 21 de março de 2003, foram registrados avanços significativos, especialmente no tocante à área de acesso ao mercado de bens, em função de uma melhora substancial na proposta apresentada pelo MERCOSUL, o que possibilitou a criação de uma base sólida para as discussões subseqüentes. Em outras áreas, como serviços e investimentos, compras governamentais, resolução de controvérsias e E-commerce também houve avanços na consolidação dos textos, embora seguissem existindo divergências entre as partes. Nessa mesma ocasião, foram também discutidos os fundamentos de um Plano de Ação para a Facilitação de Negócios.

No que respeita à oferta inicial de acesso ao mercado de bens apresentada pelo MERCOSUL em outubro de 2001, apenas 39,2% dos produtos, correspondentes a 32% das importações do bloco provenientes da UE foram incluídos na relação de produtos, divididos em cinco "cestas" com tratamento definido e cronograma de desgravação completa em um prazo máximo de dez anos. Em 2003, a oferta revisada passou a incluir, nas cinco "cestas", 85,5% das posições tarifárias, correspondentes a 83,5% das importações do MERCOSUL provenientes da UE (Tabela V.1).

TABELA V.1
EVOLUÇÃO DA OFERTA DO MERCOSUL À UE
(Em US\$ milhões FOB)

Cestas ⁽³⁾	Oferta em 10/2001 ⁽¹⁾			Oferta em 3/2003 ⁽²⁾			Oferta em 4/2004 ⁽²⁾			Oferta em 5/2004 ⁽²⁾		
	Nº de Itens	Imp. MS. 98/00	%	Nº de Itens	Imp. MS. 98/00	%	Nº de Itens	Imp. MS. 98/00	%	Nº de Itens	Imp. MS. 98/00	%
A	551	1.900	8	551	2.246	10	655	2.535	11	657	2.535	11
B	1.109	1.110	5	1.598	1.900	8	1.778	2.458	11	1.800	2.460	11
C	610	542	2	1.395	821	4	1.381	822	4	1.433	1.135	5
D	1.305	3.590	16	1.923	4.199	19	1.878	4.305	19	1.976	4.456	19
E	116	186	1	2.752	9.488	42	2.644	8.928	39	2.905	9.295	41
Subtotal	3.691	7.328	32	8.259	18.653	83	8.336	19.047	83	8.771	19.880	87
PF ⁽⁴⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	78	244	1
S(NO)	5.719	15.607	68	1.393	3.889	17	1.394	3.876	17	881	2.800	12
Total	9.410	22.935	100	9.652	22.542	100	9.730	22.924	100	9.730	22.924	100

Notas: (1) Oferta de produtos e valores importados na NCM 2001.

(2) Oferta de produtos e valores na NCM 2003.

(3) As cestas em 2001 e 2003 utilizaram os seguintes prazos: A - imediata; B - 8 anos; C, D e E - 10 anos; NO - não ofertados. Em 2004 as cestas foram modificadas para: A: imediata; B: 2 anos; C: 8 anos, D e E: 10 anos; S: sensíveis, sem indicação de cesta.

(4) PF: Produtos sujeitos a preferências fixas de 20%.

Fonte: Confederação Nacional da Indústria, maio de 2004.

A ampliação da oferta do MERCOSUL ocorreu principalmente por meio da inclusão na "cesta" de produtos com cronograma de desgravação mais conservador (Cesta E), de um grande número de itens tarifários, para os quais não havia tratamento definido na primeira oferta. Com isto, o total de itens dessa cesta passou de 116 para 2.752, um aumento de 2.636 itens. Também cresceu a quantidade de produtos incluídos na categoria de desgravação com prazo de eliminação tarifária em um período de até oito anos, com um de carência, que conforma a Cesta C. A quantidade de itens nesta categoria passou de 610 na oferta inicial para 1.395 na nova oferta, o equivalente a um acréscimo de 785 itens.

A oferta do MERCOSUL, contudo, continuou bastante conservadora, tanto no tocante à sua composição interna, como em relação ao cronograma de desgravação proposto. Isto porque na oferta revisada do MERCOSUL, apenas 551 itens, correspondentes a 10,0% das importações provenientes da UE, seriam objeto de desgravação completa imediata, enquanto 1.598 itens ou 8,4% das importações teriam suas tarifas eliminadas em 50% em dois anos. Do restante, 14.508 itens (64,4% das importações) teriam dois anos de carência a contar da entrada em vigor do acordo e entre oito e dez anos até alcançar a desgravação integral das tarifas, enquanto 1.393 itens (17,2%) simplesmente não estavam incluídos no programa de desgravação.

Nesse contexto, a UE apresentou demandas por melhores condições de acesso buscando, no que respeita à área de bens, três objetivos claramente definidos: (i) reduzir a quantidade de produtos sem tratamento definido na oferta do MERCOSUL;²⁶ (ii) alterar a composição das "cestas" de produtos, no sentido de mover itens incluídos originalmente nas categorias com maiores prazos de desgravação para categorias com menores prazos; e (iii) alterar o perfil do cronograma de desgravação proposto pelo MERCOSUL, com o intuito de acelerar todo o processo de liberalização.

Adicionalmente, a UE também apresentou melhorias na sua oferta inicial de junho de 2001. Além de adicionar 1.235 produtos na oferta de 2003, o que elevou para 10.400 o universo de itens abrangidos, incluiu 385 deles na categoria com desgravação imediata. Como dentre estes produtos encontra-se uma série que gozam de peso significativo na pauta de exportação do MERCOSUL para a UE, houve um crescimento significativo do peso da oferta europeia de produtos com desgravação tarifária imediata; de 48,8% das importações da UE provenientes do MERCOSUL, esta categoria na nova oferta passou a representar 61,7% das mesmas. Todavia, para os negociadores do MERCOSUL a nova oferta europeia para a liberalização comercial continuou bastante abaixo do esperado, visto que 375 produtos do total das 385 novas inclusões na "cesta" de itens com desgravação imediata já entravam na UE sem pagar tarifas de importação. Nesse sentido, o impacto real, em termos de liberalização adicional, do aumento do número de produtos sujeitos a desgravação imediata foi praticamente nulo.

Ainda no que respeita à proposta revisada da UE, 748 itens foram incluídos na categoria sem tratamento definido em termos de desgravação tarifária, o que elevou o total destes produtos de apenas 195 em 2001 para 963 em 2003, o equivalente a 9,3% dos itens tarifários ou 6,8% das importações europeias provenientes do MERCOSUL.

Em síntese, o panorama das negociações comerciais entre o MERCOSUL e a UE em 2003 foi marcado por avanços no universo de produtos contemplados por esquemas de desgravação, conforme as ofertas apresentadas pelos dois blocos. Todavia, em ambos os casos, estas encerravam um elevado grau de conservadorismo, com prazos de desgravação total bastante dilatados.

Para 2004 estão previstas quatro rodadas de negociações, sendo duas em Buenos Aires (março e junho) e duas em Bruxelas (abril e julho), além de dois encontros ministeriais. O primeiro em maio, no México, e o segundo em outubro, em Bruxelas. O intuito é o de concluir o Acordo de Associação entre o MERCOSUL

²⁶ O Brasil era o principal alvo dessa demanda, visto que cerca de um quarto das exportações europeias para o país não possuíam tratamento definido na oferta revisada do MERCOSUL, contra apenas 16,1% das exportações do bloco como um todo.

e a UE e possibilitar a implementação, a partir de outubro desse mesmo ano, de uma zona de livre comércio entre os dois blocos.

Durante a XII Reunião do CNB, realizada em março em Buenos Aires, foram feitos avanços adicionais tanto em termos das questões de ordem política do acordo, como de cooperação previstas no acordo. Foram feitos progressos também no tocante aos aspectos comerciais, bem como finalizados os capítulos relativos a barreiras técnicas ao comércio, concorrência e questões alfandegárias.

Contudo, na matéria de acessos a mercados, as negociações entre o MERCOSUL e a UE continuaram a apresentar dificuldades de ambos os lados. Com efeito, por ocasião da Cúpula de Guadalajara, que teve lugar no final de maio de 2004 no México, os negociadores do MERCOSUL consideraram que a nova oferta europeia, ao prever a abertura em até dez anos para 87% do comércio de bens agrícolas, ficou muito aquém do pretendido pelos países sul-americanos.²⁷ No caso do comércio de aves, por exemplo, enquanto o MERCOSUL objetivava um volume de exportações de 250 mil toneladas/ano, a Europa ofereceu uma cota de 37,5 mil toneladas. No caso do trigo, enquanto o MERCOSUL pretendia exportar um milhão de toneladas/ano do produto, os europeus ofereceram apenas 100 mil toneladas (Tabela V.2).

TABELA V.2
VOLUME E VALOR DAS COTAS OFERECIDAS E PEDIDOS FEITOS NA NEGOCIAÇÃO
ENTRE MERCOSUL E UE PARA PRODUTOS SELECIONADOS DO SETOR AGRÍCOLA

Produtos	Quantidades (em 1.000 toneladas)			Valor (em US\$ milhões)		
	Oferta da UE 1o estágio	Oferta da UE 2o estágio	Pedido do MERCOSUL	Oferta da UE 1° estágio	Oferta da UE 2° estágio	Pedido do MERCOSUL
Aves	37,5	37,5	250,0	35,7	35,7	238,1
Carne Suína	6,0	5,0	40,0	7,4	6,2	49,5
Carne Bovina	50,0	50,0	315,0	90,2	90,2	568,3
Etanol	500,0	500,0	2.400,0	139,3	139,3	668,6
Açúcar	-	-	1.800,0	-	-	308,9
Milho	400,0	300,0	4.000,0	37,9	28,5	379,4
Trigo	100,0	100,0	1.000,0	13,5	13,5	135,0
Arroz	20,0	20,0	150,0	5,8	5,8	43,7
Leite em Pó	6,5,0	6,5	34,0	6,0	6,0	31,5
Manteiga	2,0	2,0	20,0	2,6	2,6	26,5
Bananas	30,0	--	60,0	4,2	--	8,4
Carne Ovina	--	--	10,0	--	--	25,6
Queijos	10,0	10,0	60,0	21,0	21,0	126,0
Alho	5,0	5,0	20,0	3,9	3,9	15,6

Fonte: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). Extraído de Gazeta Mercantil.

²⁷ O volume de cotas oferecido pela UE, além de ser bastante inferior ao pretendido pelo MERCOSUL, também não deverá gerar ganhos reais de comércio para os países do bloco, mas apenas maiores margens para os produtos agrícolas. Isto porque, para a maior parte dos produtos, a UE se limita a oferecer cotas para volumes que o bloco do Cone Sul efetivamente já exporta para os europeus, apesar das altas tarifas estabelecidas para as quantidades que ultrapassam o volume estabelecido nas cotas. Assim, a tendência é que os produtores que exportam dentro das cotas auferam lucros maiores por conta da redução das tarifas.

Ademais, a nova oferta europeia foi considerada um retrocesso em relação à posição anterior, em particular com relação às ofertas agrícolas. Isto porque os europeus ofertaram um esquema de liberalização para o comércio agrícola a ser feito em duas etapas. Uma primeira a partir da assinatura do acordo (50%), e outra a depender das conclusões da Rodada de Doha (50%).²⁸

Na reunião seguinte, realizada em julho em Bruxelas, os europeus apresentaram uma nova oferta por meio da qual o percentual de liberalização do comércio agrícola foi aumentado para 60% na primeira etapa, mas escalonando-a em 10 anos, o que causou grande frustração aos delegados do MERCOSUL.²⁹ Como resultado foi criado um impasse, o que levou os representantes do MERCOSUL a pedir a suspensão da reunião. Para estes, as cotas oferecidas pela UE permanecem muito abaixo do que os países do bloco já exportam hoje para a Europa. Ademais, os representantes do MERCOSUL não concordam com a negociação em duas etapas, por não ser possível saber nem quanto nem quando os europeus poderão dar depois de concluídas as negociações no âmbito da OMC. Ainda em termos dos produtos agrícolas, os negociadores sul-americanos defendem a possibilidade de vender açúcar para a UE, o que sequer é cogitado pelos europeus, bem como pleiteiam maiores vantagens para os produtos agroindustriais, principalmente aqueles que levam em sua composição açúcar, leite e cacau. No caso de produtos industrializados, o MERCOSUL quer a possibilidade de exportar mais automóveis para a Europa.

A UE, por sua vez, também se mostrou insatisfeita com o andamento das negociações, uma vez que esperava que o MERCOSUL apresentasse uma melhora significativa na sua oferta, especialmente de bens industrializados, com destaque para os dos setores de calçados, têxtil, autopeças, metais ferrosos e não-ferrosos. Outros pontos de divergência estiveram relacionados ao desejo dos europeus de poder fazer o transporte marítimo entre os países do MERCOSUL, de ter identificação de origem pra determinados produtos, como queijos e bebidas alcoólicas, e de ter preferência total para participar das licitações para compras governamentais. Este último ponto, aliás, que constitui uma importante trava às negociações, enfrenta resistências principalmente por parte Governo brasileiro, que resiste à idéia de conferir tratamento nacional às empresas europeias em suas licitações. Os países do MERCOSUL, por sua vez, concordam apenas em permitir que esta facilidade possa ser dada para empresas que estejam instaladas na região.

Na área de serviços, os europeus almejam a possibilidade de vender serviços transfronteiriços, sem que a empresa necessite estar instalada no país para o qual ela estaria prestando o serviço. Outro ponto crítico nessa área diz respeito ao mercado de trabalho, uma vez que a UE defende a inclusão dos chamados "serviços profissionais", o que permitiria o traslado de mão-de-obra qualificada da Europa para as filiais de empresas europeias localizadas na área do MERCOSUL, o que para alguns governos do bloco, poderia agravar o problema de desemprego na região. Ênfase também vem sendo dada por eles a outros setores considerados estratégicos ou sensíveis, como mineração (que inclui extração de petróleo e gás), serviços financeiros, telecomunicações, serviços ambientais (que inclui água e saneamento), navegação de cabotagem e pesca.

Ante a recusa da UE de melhorar a sua oferta, o MERCOSUL também manteve inalterada a sua proposta, que prevê a desgravação de 87,8% do universo tarifário (ver a Tabela V.I). Apesar disso, o Brasil acenou

²⁸ Alguns analistas estimam que os ganhos potenciais derivados da oferta europeia de acesso em bens agrícolas e agroindustriais alcançariam, no máximo, US\$ 720 milhões nas duas etapas, ao passo que os pedidos do bloco sul-americano alcançam cerca de US\$ 2,6 bilhões. Na primeira fase, que ocorreria uma vez iniciada a vigência do acordo de livre comércio, o ganho para o MERCOSUL seria de cerca de US\$ 368 milhões, ao passo que em uma segunda etapa, condicionado à conclusão da Rodada de Doha, o benefício poderia ser ampliado em outros US\$ 352 milhões. Como resultado, os ganhos assegurados pela negociação, os da primeira etapa, corresponderiam a uma parcela muito pequena das atuais exportações do bloco no que respeita aos produtos agrícolas e agroindustriais. Essa perspectiva de ganhos limitados vem constituindo uma fonte de frustração em relação ao acordo birregional para vários representantes da indústria do MERCOSUL, uma vez que os bens industriais encontram-se inseridos em sua quase totalidade nos cronogramas de liberalização apresentados pelo bloco, o que faz com que a sua oferta não esteja condicionada a uma segunda etapa.

²⁹ A distribuição ao longo de 10 anos, por exemplo, levaria o Brasil a exportar menos de um contêiner de carne por ano para a Europa.

com a possibilidade de trocar um maior acesso na área agrícola pela abertura de parte destes setores, mas neste caso há resistência da Argentina. Ademais, para não comprometer totalmente o cronograma de negociações, ficou acertado na reunião de julho de Bruxelas, que os delegados do MERCOSUL iriam levar o que foi apresentado aos governos dos quatro países do bloco. Nessa mesma ocasião, ficou decidido que todas as ofertas feitas até agora serão postas no papel com as respectivas condições e que estes documentos serão trocados em nova reunião marcada para Brasília entre 9 e 13 de agosto.³⁰ Nesta ocasião, além de se tentar um entendimento na questão do comércio agrícola, foram tratados também os temas considerados mais importantes para os europeus - acesso a mercados de produtos não-agrícolas, serviços e compras governamentais.

Desde então, a UE sinalizou com a possibilidade de compensar os países do MERCOSUL com elevação das cotas de importação para determinados produtos agrícolas de áreas consideradas sensíveis, além de outras vantagens, para reduzir os efeitos dos subsídios outorgados aos produtores europeus, o que traria benefícios a curto prazo para o bloco sul-americano. O MERCOSUL, em contrapartida, mostrou igualmente disposição para melhorar a sua lista de ofertas, de modo a aumentar para 9.400 (90%) a quantidade de itens que os exportadores europeus poderão vender sem pagar tarifas em até 10 anos. Adicionalmente, acenou para os europeus com uma proposta de adotar um sistema de cotas para a importação de produtos originários de setores industriais importantes para eles, a exemplo de automóveis, autopeças, vinhos, bens de informática, telecomunicações e bens de capital. Essa proposta de cotas, contudo, à semelhança da proposta européia, seria também dividida em duas etapas, de modo que uma parte desses setores somente seria liberalizada quando a UE entregasse a segunda parcela de sua oferta, condicionada à conclusão da Rodada de Doha. Essa atitude do MERCOSUL é uma clara resposta à insistência européia em oferecer apenas cotas para os produtos agrícolas, em lugar de fazer uma redução gradual das tarifas.

Nesse contexto, permanecem como diferenças importantes a serem resolvidas, o desejo dos europeus de excluir do acordo de livre comércio as operações de *drawback* realizadas pelos países do MERCOSUL, uma vez que eles argumentam que esse sistema constitui um incentivo à exportação e prejudica o cumprimento das regras de origem. Assim sendo, os produtos que utilizam o *drawback* não seriam beneficiados pelas reduções das tarifas de importação que vierem a ser concedidas pela UE. Essa exigência enfrenta resistências por parte do MERCOSUL, e em especial do setor privado, dada a importância do regime para os países do bloco.³¹

Outra questão pendente está relacionada com o cronograma de desgravação tarifária. A UE faz pressão para que seja adotado o seu sistema, que prevê redução contínua das tarifas com os produtos divididos em quatro cestas: A (abertura imediata), B (quatro anos), C (sete anos) e D (10 anos). Já o MERCOSUL oferece cinco cestas: A (imediata), B (dois anos), C (oito anos), D (dez anos, com carência de um ano) e E (dez anos, com carência de dois anos) (Tabela V.3). A proposta européia prevê ainda que alguns setores -farmacêutico, aço, equipamentos de construção, equipamentos agrícolas, mobiliários e brinquedos- sejam desgravados imediatamente de ambos os lados, o que é visto como impossível pelo lado do MERCOSUL, dado que muitos são considerados sensíveis, em particular, pelo Brasil.

³⁰ Esta reunião acabou conduzindo a um novo adiamento nas negociações (até setembro), uma vez que não foram cumpridos os termos anteriormente acordados.

³¹ No caso do Brasil, por exemplo, o *drawback* é utilizado por diversos setores, como automotivo, aéreo ou eletroeletrônico. Entre janeiro e maio de 2004, este regime beneficiou 30% das exportações brasileiras.

TABELA V.3
CRONOGRAMA DE DESGRAVAÇÃO TARIFÁRIA POR CESTAS,
SEGUNDO A OFERTA DO MERCOSUL À UE EM 2004
 (Em %)

Cesta	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
A	100										
B	50	50	100								
C	11	22	33	44	55	66	77	88	100		
D		10	15	25	30	40	50	60	70	85	100
E			10	15	25	35	45	55	70	85	100

Fonte: Confederação Nacional da Indústria, maio de 2004.

No que respeita às negociações agrícolas, por sua vez, pairam uma série de dúvidas, as quais dificultam a análise da oferta da UE. Entre elas cabe citar a questão dos subsídios às exportações desse segmento, que ainda não foi abordada nas negociações. Também perdura a dúvida em relação às tarifas que serão adotadas para produtos para os quais a UE oferece apenas cotas, como é o caso de carnes ou álcool. Nesse contexto, o Brasil defende a isenção tarifária, enquanto os europeus propõem adotar metade das tarifas consolidadas na OMC. Para alguns produtos, como chocolates e balas, as dificuldades são ainda maiores, pois sequer foi definido o tamanho das cotas.

Os europeus também continuam insatisfeitos com a recusa do MERCOSUL em liberar a participação de fornecedores da Europa nas compras do setor público. Insistem ademais em garantir uma lista de compromissos, principalmente da Argentina e do Brasil, para garantir a estabilidade de regras e igualdade de condições com a indústria nacional para os investidores europeus em diversos setores.³²

Por fim, vale destacar que apesar dos sucessivos impasses e das dificuldades que as negociações para a criação de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE vêm apresentando, os negociadores de ambos os blocos seguem reiterando a intenção de que o acordo possa entrar em vigor já no início de 2005. Reiteraram também que há vontade política de se chegar a um acordo significativo e importante, que não seja "light".

C. As Negociações MERCOSUL - Comunidade Andina

As negociações entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN), formada pela Colômbia, pelo Equador, pela Venezuela, pelo Peru e pela Bolívia, tiveram início em 1995, por iniciativa do primeiro bloco, interessado em negociar itens do chamado "patrimônio histórico", a fim de evitar brechas no momento em que ambos começavam a funcionar como uniões aduaneiras.³³ À medida, porém, que as negociações avançaram, elas

³² Apesar de afirmarem que compreendem o argumento do MERCOSUL, de que é necessário preservar um espaço político para regras de política industrial que beneficiam os investidores nacionais, os europeus insistem em querer regras transparentes, estáveis e não discriminatórias para empresas européias já instaladas em países da região. Todavia, conforme assinalado pelo chanceler do Brasil Celso Amorim, entre as dificuldades para garantir isto está o fato de que para dar algumas das garantias exigidas pelos europeus, seriam necessárias mudanças legais e constitucionais, como no caso dos investimentos no setor financeiro, que, no caso brasileiro, dependem, pela Constituição, de autorização do presidente da República.

³³ O "patrimônio histórico" compreende o conjunto de bens que são objeto de preferências tarifárias mútuas concedidas no âmbito da ALADI de forma bilateral e de alcance parcial por todos os governos de um ou outro bloco.

derivaram para um objetivo mais amplo, que culminou, em meados de 1996, com um acordo para a criação de uma Área de Livre Comércio, a partir de uma negociação bloco a bloco.³⁴

Nos meses que se seguiram foram conduzidas sucessivas rodadas de entendimentos, mas sem que fossem alcançadas conclusões concretas. Isto somente ocorreu em abril de 1998, quando representantes de ambos os lados firmaram um Acordo Marco para a Criação de uma Zona de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, que deveria entrar em vigor em 1 de janeiro de 2000. Por meio dele, foram estabelecidas as bases sobre as quais se conformaria esse espaço econômico ampliado, datado de uma população estimada em cerca de 350 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto superior a US\$ 900 bilhões.

Para alcançar esse objetivo, foi acordado que a etapa seguinte de negociações ocorreria em duas fases. A primeira compreenderia a celebração de um Acordo de Preferências Tarifárias Fixas sobre a base do patrimônio histórico da ALADI. Seria possível agregar novos produtos e a sua entrada em vigor estava prevista para ocorrer em 1º de outubro de 1998. Tal medida substituiria os acordos bilaterais de alcance parcial existentes entre os países do MERCOSUL e da CAN também no marco da ALADI. A segunda etapa consistiria na negociação de um Acordo de Livre Comércio propriamente dito e estava prevista para durar de 1º de outubro de 1998 a 31 de dezembro de 1999. Este tratado abarcaria os produtos contemplados no acordo de preferências tarifárias anteriormente mencionado, bem como os demais produtos do universo tarifário e entraria em vigor em 1º de janeiro de 2000. Nenhum dos prazos, porém, foi cumprido.

São diversas as razões que explicam esse atraso. Entre estas, cabe destacar a saída progressiva de capitais da região como conseqüência da crise da Rússia de 1998 e também da crise asiática, o que, além de prejudicar o ritmo de ambas as iniciativas de integração, favoreceu a emergência de um contexto pouco propício para a liberalização comercial no final dos anos 90, tornando mais difícil a superação das principais diferenças que apareceram nas negociações entre os dois blocos. Ao nível intrabloco, a CAN enfrentava dificuldades para estabelecer uma TEC devido a diferenças entre a Bolívia e o Peru, de um lado, mais inclinados para a abertura, e a Colômbia, o Equador e a Venezuela, de outro, menos favoráveis, uma vez que estes últimos, na condição de membros mais industrializados, temiam que um acordo com o MERCOSUL afetasse suas vendas aos países de menor desenvolvimento relativo do bloco andino.

O MERCOSUL, por sua vez, também enfrentava problemas internos, em razão tanto da desvalorização brasileira de 1999, como da prolongada crise Argentina de 1999-2002. O Brasil, ademais, se mostrava interessado em avançar nas negociações, inclusive de forma unilateral, a fim de recuperar posições na Colômbia e na Venezuela, países onde as exportações brasileiras haviam perdido espaço para produtos mexicanos, como decorrência da formação do G-3, integrado pelo México, pela Venezuela e pela Colômbia. Nesse contexto pouco favorável, afluíram demandas protecionistas e as diferenças entre o MERCOSUL e a CAN tornaram-se quase irreconciliáveis.³⁵

³⁴ Cabe notar que mais do que um simples acordo de livre comércio, as negociações entre o MERCOSUL e a CAN transcendiam os objetivos comerciais, na medida em que abarcavam também um conjunto de ações com vistas ao desenvolvimento, a complementação e a cooperação em determinados campos de interesse mútuo. Com efeito, estava previsto que as medidas de liberalização comercial seriam acompanhadas do estabelecimento de um marco jurídico e institucional de cooperação econômica e física que facilitasse a livre circulação de bens e serviços e a plena utilização dos fatores produtivos; de um marco normativo para promover os investimentos recíprocos; bem como de medidas para estimular a complementação econômica, energética, científica e tecnológica entre os países da região; além de um entendimento para avançar no sentido da coordenação de posições ante os processos de negociações hemisféricas e multilaterais. Adicionalmente, pelo menos no início, as negociações pretendiam abranger também os temas relativos a serviços, propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais, entre outros temas.

³⁵ Os principais conflitos entre os blocos estavam centrados nas seguintes questões: (i) o caráter temporário ou permanente das exceções, uma vez que enquanto a CAN pretendia exclusões permanentes, o MERCOSUL preferia exceções temporárias ou programas de desgravação prolongados para produtos sensíveis; (ii) o tamanho da lista de produtos sensíveis, objeto de cronogramas de desgravação mais prolongados, era, do ponto de vista do MERCOSUL muito extensa, pois abrangia 2.700 itens no caso da CAN contra 1.400 no do MERCOSUL; e (iii) o fato de os países da CAN buscarem trato especial e diferenciado, invocando para tanto um menor grau de desenvolvimento econômico relativo, o que afetava tanto o ritmo de liberalização como a distribuição dos custos e benefícios potenciais entre os participantes do processo.

Para superar os impasses, o Brasil sugeriu mudar o esquema de negociação, de forma a possibilitar que os países andinos em seu conjunto pudessem negociar com cada um dos países do MERCOSUL separadamente. Como resultado dessa alteração e com base em entendimentos preliminares, o Brasil continuou sozinho a negociação com a CAN, o que lhe permitiu concluir, em 16 de agosto de 1999, o Acordo de Alcance Parcial e Complementação Econômica N° 39, com vigência de dois anos, prazo este que acabou sendo prorrogado. Também em 1999, a Argentina e a CAN deram início a negociações para um Acordo de Preferências, similar ao obtido pelo Brasil. Após uma série de reuniões, em 29 de junho de 2000, foi assinado o Acordo de Alcance Parcial e Complementação Econômica N° 48 entre a Argentina e, pela parte da CAN, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela. O prazo inicial de vigência desse segundo acordo era de um ano, mas, à semelhança do verificado para o caso do Brasil, seu prazo acabou sendo prorrogado. Por sua vez, os membros remanescentes do MERCOSUL, o Paraguai e o Uruguai, celebraram Acordos de Preferência Tarifárias com os países andinos.

Tais avanços permitiram que, a partir de abril de 2001, fosse iniciada a segunda fase de entendimentos entre o MERCOSUL e a CAN, visando a criação de uma Zona de Livre Comércio entre os dois blocos. No entanto, uma vez mais, as negociações não seguiram no ritmo esperado, em razão de dois fatores principais. Em primeiro lugar, pela incapacidade dos negociadores de superar divergências no tocante ao Programa de Liberalização tanto dos produtos considerados sensíveis, como daqueles incluídos no patrimônio histórico. Em segundo lugar, pela continuidade das crises financeiras no âmbito de ambos os blocos.

As principais divergências em termos do Programa de Liberalização decorriam da vontade expressa pelo MERCOSUL de efetuar uma desgravação em ritmo mais rápido do que almejado pela CAN. Esta queria que alguns produtos, com destaque para os agrícolas, tivessem um prazo de desgravação de até 18 anos, ao passo que o MERCOSUL não aceitava mais do que 15. Outro ponto de discussão estava relacionado à diferença das políticas de acesso no setor automotivo, que tornavam quase impossível a importação de produtos do setor provenientes dos países andinos pelo MERCOSUL. Com relação às normas de origem, o MERCOSUL aspirava a um percentual de conteúdo regional de 60%, ao passo que a CAN defendia 40%. Por fim, a CAN queria definir um mecanismo de solução de controvérsias concomitantemente às negociações comerciais, enquanto o MERCOSUL preferia que isto só ocorresse após a sua conclusão.

O quadro desalentador que caracterizava a negociação entre os dois blocos ao final de 2001 e começos de 2002, começou a ser mudado por dois fatores principais. O primeiro refere-se aos temores da CAN de se ver diluída em um acordo hemisférico, o que possibilitou que seus membros alcançassem em meados de 2002 um consenso para avançar em torno da constituição de uma TEC. O segundo diz respeito à solução dos principais conflitos que atingiam os sócios do MERCOSUL. Paradoxalmente, não obstante o considerável dano econômico que o colapso da economia argentina gerou tanto no nível interno como no regional, o fato é que a crise possibilitou um final abrupto para a assimetria cambial existente em relação ao Brasil, situação que consistia em uma das principais fontes de conflito entre os dois países, possibilitando aos membros do bloco fazer alguns progressos e colocar um freio na crise regional.

Nesse contexto, em agosto de 2003, os chanceleres dos países membros da CAN e do MERCOSUL se reuniram em Montevideú, com o objetivo de fazer uma avaliação geral acerca da situação das negociações entre os dois blocos com vistas à celebração do Acordo de Livre Comércio de acordo com os termos definidos no ACE N° 56. Na ocasião, foi acordada a realização de reuniões mensais, a fim de possibilitar a conclusão das negociações até o final de 2003. Durante essas ocasiões, foram trocadas listas de produtos sujeitos à desgravação imediata e as listas de pedidos melhoradas contendo as ofertas apresentadas.

Finalmente, em 16 de dezembro de 2003, após oito anos de longas e árduas negociações, os quatro países do MERCOSUL e três da CAN (Colômbia, Equador e Venezuela), lograram firmar, no marco da normativa da ALADI, o Acordo de Complementação Econômica N° 59, no qual ficou prevista a criação, a partir de

1º de julho de 2004, de uma área de livre comércio entre os dois blocos.³⁶ Vale notar, ademais, que as negociações empreendidas não ficaram restritas à ampliação do comércio de bens entre os países-membros, uma vez que buscaram também criar condições para impulsionar o desenvolvimento harmônico das diferentes economias, por meio da discussão de uma série de medidas complementares, a exemplo da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que objetiva a construção de grandes eixos de integração e desenvolvimento na região (ver mais comentários sobre a Iniciativa no Capítulo VI).

O Acordo firmado estabeleceu um cronograma de desgravação gradual sobre os produtos comercializados na região. No momento de sua entrada em vigor, prevista originalmente para 10 de julho de 2004, 80% do intercâmbio comercial será liberado de tarifas,³⁷ enquanto os 20% restantes, que congrega os produtos considerados sensíveis, terão um prazo que pode chegar a até 15 anos, caso se trate de produtos considerados sensíveis para ambos os blocos. Entre os produtos considerados sensíveis, o MERCOSUL incluiu, entre outros, têxteis e papel, ao passo que o Equador, a Colômbia e a Venezuela relacionaram produtos agrícolas, como o trigo e a soja, além de automóveis. No que respeita especificamente a um conjunto de 185 produtos (a oito dígitos segundo o sistema NALADISA 1996), a desgravação será aplicada unicamente sobre as tarifas previstas em um dos anexos do acordo, tarifas estas que variam entre 15% e 20%. Entre estes cabe citar derivados de leite, arroz e diversos tipos de óleos.

Outra característica do Acordo está relacionada à incorporação das preferências tarifárias e de outras condições de acesso negociadas anteriormente entre os países signatários e nos Acordos de Alcance Parcial celebrados no marco da ALADI. Não obstante, serão aplicadas as preferências tarifárias e outras condições de acesso que estejam sendo aplicadas pelos países signatários na data de assinatura do presente Acordo, na medida em que tais preferências e demais condições de acesso sejam mais favoráveis do que as que são estabelecidas no Acordo.

Tratamento especial também foi conferido às economias relativamente menos desenvolvidas da região, na medida em que elas conseguiram negociar cronogramas de desgravação que levam em consideração as assimetrias entre os países participantes, as quais estão refletidas tanto nos prazos como nos ritmos de desgravação para todo o universo tarifário. Alguns temas importantes, porém, como propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais, permanecem pendentes de entendimentos.

Em matéria de regras de origem ficou acordado que para se exportar para o MERCOSUL será preciso recorrer a um valor de conteúdo regional de 50% durante os primeiros sete anos, percentual este que aumentará para 55% no oitavo ano. As exportações provenientes do MERCOSUL, por sua vez, cumprirão com 60% de valor de conteúdo regional.

Para muitos analistas, a existência de um bloco de livre comércio na América do Sul dará aos países da região maior poder de negociação com os EUA no que respeita à criação de uma Área de Livre Comércio nas Américas. Outros, porém, defendem a idéia de que, não obstante o fato de que para o MERCOSUL o acordo com a CAN constitui sem dúvida um avanço, ele não necessariamente implica em um fortalecimento de sua

³⁶ O Peru e a Bolívia optaram por estabelecer negociações diferentes e em separado, uma vez que ambos já possuem acordos de livre comércio com o MERCOSUL. O primeiro desde 25 de agosto de 2003 (ACE N° 58) e o segundo desde 17 de dezembro de 1996 (ACE N° 36). A Bolívia, todavia, participa das negociações entre a CAN e o MERCOSUL, com o propósito de buscar compatibilizar o ACE N° 36 com os novos acordos que estão sendo negociados.

³⁷ Os prazos de desgravação geral são de 10 anos para os países andinos, o Paraguai e o Uruguai, e de seis anos para a Argentina e o Brasil. Os produtos sujeitos à estes prazos serão de no mínimo 70% para a CAN e de 85% para o MERCOSUL, no que respeita às importações de ambos os blocos; e de 80% e 90% respectivamente, em termos do número de itens do universo tarifário. No caso do intercâmbio ao nível de país a país, os percentuais sobre importações deverão ser de no mínimo 60%. Adicionalmente, se contará com o menor número de níveis de desgravação inicial que permita salvaguardar as assimetrias das preferências vigentes. Neste sentido, elas se situam em 10%, 15% e 35% para os países andinos, o Paraguai e o Uruguai, e em 30% e 45% para a Argentina e o Brasil.

posição na fase final de negociações da ALCA, visto que todos os países da CAN, com a exceção da Venezuela, manifestam forte interesse em fechar um acordo com os Estados Unidos. Isto ocorreria porque, além de o comércio entre a CAN e o MERCOSUL não ser particularmente elevado, ele exibe um forte superávit comercial para os países do MERCOSUL. Nesse sentido, o mercado norte-americano resultaria muito mais atraente para os países andinos que o MERCOSUL. Ademais, um acordo com os EUA permitiria a eles consolidar vantagens outorgadas unilateralmente pelo governo norte-americano através da lei de preferências comerciais para países andinos (ATPA, segundo sua sigla em inglês), preferências estas que devem ser periodicamente renovadas pelo Congresso americano.

D. As Negociações MERCOSUL - África do Sul

As primeiras iniciativas para uma aproximação do MERCOSUL com a África do Sul ocorreram em 1996, por iniciativa do então presidente Nelson Mandela. Na ocasião, foi feita uma proposta para que a África do Sul se tornasse membro associado do MERCOSUL. Todavia, este fato acabou por receber relativamente pouca atenção dos sócios do bloco, na medida em que seus governos, e em especial o do Brasil, priorizavam à época as relações com as nações desenvolvidas. Não obstante, nos anos subseqüentes as negociações entre as partes lograram alguns avanços, que resultaram na assinatura de um acordo de preferências tarifárias em 1998 e, mais importante, na celebração de um Acordo Marco para a criação de uma Área de Livre Comércio em dezembro de 2000.

No biênio seguinte, contudo, praticamente não houve progressos nas relações entre o MERCOSUL e a África do Sul.³⁸ As razões para esta paralisação, em que pese a existência de uma agenda política comum, são atribuídas: (i) à instabilidade vivenciada pela África do Sul; (ii) aos problemas de relacionamento entre os países sócios do bloco, potencializados pela crise Argentina; e (iii) à prioridade conferida a outros acordos bilaterais pela diplomacia de ambas as partes.

Apenas a partir de 2003, as relações entre o MERCOSUL e a África do Sul - um mercado que, apesar das desigualdades, possui cerca de 44 milhões de habitantes e serve de base exportadora para uma parte significativa do continente - ganharam impulso. A origem dessa mudança está na guinada da política externa empreendida pelo Governo brasileiro, a qual, durante a presidência de Luis Inácio Lula da Silva, tem buscado a integração do continente sul-americano com uma intensidade sem precedentes, bem como o fortalecimento das relações econômicas e políticas com outros países em desenvolvimento, tanto para explorar oportunidades comerciais e de investimentos, como para construir uma posição comum anti-hegemônica em torno da globalização, como forma de aumentar o poder de barganha dos países periféricos nas negociações em curso na OMC e em outros organismos multilaterais.³⁹

Foi precisamente ante esse novo contexto que começou a ser esboçada uma parceria estratégica com a África do Sul, uma vez que este país, além de se destacar individualmente como principal parceiro econômico do

³⁸ Em meio à crise do comércio intrabloco, apenas uma iniciativa em relação à África do Sul merece destaque no período. Esta consiste em uma iniciativa inédita dos países do MERCOSUL, que em junho de 2002 realizaram uma missão comercial para aquele país, integrada por mais de 100 empresários dos quatro sócios. Foi a primeira vez que eles se uniram para organizar uma viagem com o objetivo de promover conjuntamente seus produtos no exterior, na tentativa de derrubar o desconhecimento mútuo entre os sul-americanos e a maior economia africana. Nesse sentido, mais do que uma iniciativa isolada, essa viagem representou um dos pontos altos de uma agenda do MERCOSUL que na área da promoção comercial caracteriza-se por apresentar avanços escassos.

³⁹ Outra iniciativa capitaneada pelo Governo brasileiro, como parte de sua estratégia para fortalecer a os fluxos comerciais entre os países em desenvolvimento de forma a contribuir para a sua melhor inserção no comércio internacional como um todo, resultou na criação do chamado Grupo dos Três (G-3), integrado pelo Brasil, pela Índia e pela África do Sul. O objetivo do G3 é o de estreitar a cooperação trilateral, estimular os intercâmbios comerciais Sul-Sul e unificar suas posições nos foros internacionais. Não obstante se tratar de um projeto ainda embrionário, propõe abarcar todos os demais países do MERCOSUL e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Ademais, o potencial econômico, político e até militar do G-3 começa a atrair outros países, com destaque para a Rússia, que acompanha com particular interesse as negociações em andamento.

MERCOSUL no continente africano, faz parte de um grupo de Estados emergentes que tentam coordenar e harmonizar a articulação de seus interesses na conformação de um sistema mundial multipolar, além de aprofundar e ampliar sua cooperação econômica e seu intercâmbio comercial. Essas relações comerciais têm sido crescentemente percebidas como via alternativa às tradicionais rotas sul-norte.⁴⁰

Pelo fato, contudo, de a África do Sul ter aderido à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SACU), área aduaneira integrada também pela Namíbia, pela Botsuana, pelo Lesoto e pela Suazilândia, foi necessário, no processo recente de aceleração das relações comerciais desse país com o MERCOSUL, que as negociações fossem ampliadas de forma a passar a englobar também os demais membros SACU, em razão dos compromissos assumidos pela África do Sul com os novos sócios. Tal fato, vale dizer, representou um dificultador para as negociações em andamento, que passaram a acontecer entre blocos. Não obstante, tem sido possível caminhar para o estreitamento das relações comerciais entre ambos, que incluem inclusive a negociação de um acordo automotivo, uma vez que o Governo brasileiro tem particular interesse em conquistar uma maior abertura na África para os automóveis e outros veículos fabricados no país. Tanto é assim, que está prevista para julho de 2004, durante a próxima reunião de cúpula do MERCOSUL, a assinatura de um acordo de preferências fixas tarifárias, primeiro passo para o estabelecimento de um futuro pacto de livre comércio. Estima-se que juntos, os dois blocos conformem um mercado de US\$ 800 bilhões.

Dentre as nações que integram a SACU, a África do Sul, na qualidade de país mais desenvolvido do bloco africano, é o que mantém o maior fluxo de comércio com o MERCOSUL, graças à sua considerável base de produção industrial nos setores de metalurgia, mecânica, material de transporte (com destaque para equipamentos ferroviários) e eletroeletrônica. Além disso, possui uma forte indústria de mineração, graças às suas reservas de ferro, ouro, platina e diamante. Do total de produtos comercializados pelo MERCOSUL com a África do Sul, por sua vez, cabe ressaltar que cerca de três quartos é formada por bens manufaturados, entre os quais merecem destaque partes e peças para veículos, chassis e carrocerias, automóveis, motores para veículos, tratores, óleos de soja, bombas e compressores, polímeros e veículos de carga. Pelo lado dos produtos básicos e semimanufaturados, os mais importantes consistem em carne de frango, minérios de ferro e seus concentrados, além de couros e peles. Já no que respeita às importações do MERCOSUL provenientes da África do Sul, cerca de metade é composta de bens manufaturados, embora o produto que representa o maior percentual da pauta seja a hulha, seguida pela platina. Também merecem destaque ferro-liga, barras de alumínio, motores para veículos, naftas, inseticidas e herbicidas.

Outro ponto favorável ao estreitamento do relacionamento comercial entre o MERCOSUL e a África do Sul, além do desejo de aproximação política e da possibilidade de expansão da corrente de comércio, reside na perspectiva de formação de *joint ventures* entre empresas de ambos os lados, devido ao potencial ainda pouco explorado das oportunidades do mercado regional.

E. As Negociações MERCOSUL - Peru

Em 25 de agosto de 2003, o Peru se converteu em novo membro associado do MERCOSUL, mediante a formalização de um acordo de livre comércio, denominado Acordo de Complementação Econômica N° 58 MERCOSUL-Peru. Com isto, tornou-se o terceiro país latino-americano a assumir tal condição, ao lado da

⁴⁰ Apesar de o comércio Sul-Sul ainda representar apenas pouco mais de 10% do total mundial, seu crescimento tem sido rápido. De acordo com a UNCTAD, as exportações para países em desenvolvimento já constituem mais de 40% do total das exportações desses países e deverá continuar crescendo, tanto em termos absolutos como relativos. Por um lado, porque diversos países em desenvolvimento, notadamente na Ásia, têm apresentado expansão econômica vigorosa. Por outro lado, pelo fato de que a população desses países deverá aumentar dos atuais 4,8 bilhões para cerca de 5,6 bilhões em 2010, ao passo que a dos países desenvolvidos deverá ficar estagnada em torno de 1,2 bilhão de habitantes.

Bolívia e do Chile, que já dispõem de condição similar desde 1996. Para os países do bloco, este entendimento representa um passo importante para a conformação da tão almejada área de livre comércio entre os países da América do Sul e espera-se que ajude a impulsionar o processo de negociação de acordos semelhantes com os restantes membros da Comunidade Andina (Colômbia, Equador e Venezuela), que vêm registrando avanços com muitas dificuldades.⁴¹

Vale, porém, ressaltar que o acordo de complementação econômica celebrado entre o MERCOSUL e o Peru, do tipo "4+1", difere dos acordos assinados pelo bloco com o Chile e a Bolívia, na medida em que neste último, o livre comércio entre as Partes leva em consideração as assimetrias e as sensibilidades das economias menores envolvidas no processo, característica sem a qual dificilmente os impasses que ocorreram durante as negociações teriam sido contornados.⁴² Nesse sentido, o documento prevê dois ritmos diferentes de redução gradual das tarifas de importação no comércio entre o Peru e o MERCOSUL. No caso das trocas entre o país andino e os dois sócios menores do bloco, o Paraguai e o Uruguai, o ritmo será mais rápido. Já no caso do comércio com os países maiores, o caso da Argentina e do Brasil, as tarifas serão reduzidas mais lentamente.

Outra particularidade do Acordo MERCOSUL-Peru reside no fato de que ele admite um mecanismo de salvaguarda, na forma de cotas tarifárias ou elevação acentuada de tarifas, caso se verifique um aumento abrupto nas importações por parte do país andino para um conjunto de cerca de 300 produtos agrícolas provenientes da Argentina ou do Brasil. Esta medida foi justificada pelo fato de não ser o Peru um grande competidor na área agrícola, diferentemente do verificado para os países do MERCOSUL, o que poderia resultar no agravamento de seus problemas sociais, em razão da elevação acentuada de importações do setor. O mecanismo de salvaguarda, contudo, não poderá ser aplicado de forma automática. Terá que seguir os trâmites regulares para este tipo de medida, a exemplo da necessidade de comprovação de dano aos setores locais em razão do aumento dos desembarques.

A zona franca brasileira, situada em Manaus, também foi excluída do Acordo entre o MERCOSUL e o Peru, uma vez que setores empresariais peruanos se opunham à sua inclusão no mesmo, por considerarem que colocaria em desvantagem a produção nacional. Outra exigência do país andino resultou na imposição de cláusulas de origem para impedir o ingresso de produtos têxteis fabricados com matéria-prima asiática.

Não obstante essas particularidades, o Acordo MERCOSUL-Peru prevê a desgravação dentro de um período de dez anos de cerca de 85% dos itens de comércio entre as Partes, enquanto os 15% restantes, relacionados a áreas sensíveis, seria objeto de desgravação em até 13 anos para o Uruguai e o Paraguai e em até 15 anos para a Argentina e o Brasil.

A primeira etapa dos entendimentos entre o Peru e o MERCOSUL foi iniciada em setembro de 1994, quando o MERCOSUL apresentou ao Peru um cronograma de futuras negociações abrangendo os seguintes pontos: (i) a prorrogação até 31 de dezembro de 1995 dos acordos bilaterais entre cada um dos Estados-Membros do MERCOSUL e (ii) a conclusão da renegociação do Patrimônio Histórico até 31 de dezembro de 1996,

⁴¹ Ante a iminência da ALCA, o Governo brasileiro tem trabalhado fortemente para a criação de um espaço econômico sul-americano, que possibilite novos fluxos de comércio, no menor prazo possível. Neste sentido, a diplomacia brasileira tem tratado as negociações entre o MERCOSUL e os países andinos como um tema prioritário e vem exercendo muita pressão para que os acordos de integração econômica e comercial entre eles sejam celebrados o quanto antes. Em mais de uma ocasião, inclusive, o Chanceler brasileiro, Celso Amorim, alertou para a importância de se aprofundar, no menor prazo possível, os compromissos regionais de desgravação tarifária, como meio de diminuir ou possibilitar uma melhor administração dos efeitos que a erosão das preferências regionais poderá provocar sobre os fluxos de comércio intra-regional, a partir da entrada em vigor da ALCA.

⁴² É interessante observar que durante a assinatura do acordo, o Chanceler peruano, Allan Wagner, declarou que, apesar do acordo com o MERCOSUL, o objetivo fundamental da política externa de seu país no curto prazo continuará sendo a aproximação com os Estados Unidos e o fechamento de um acordo de livre comércio com os americanos. Na mesma ocasião, o Presidente peruano, Alexandre Toledo, confirmou que a prioridade do país consiste em acelerar as negociações tanto com os Estados Unidos como com o México, a União Européia e a OMC, sendo a "aposta" peruana no Brasil e no MERCOSUL de médio e longo prazos.

a fim de possibilitar, em um segundo momento, celebrar acordos para a conformação de uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos. A segunda etapa de negociações teve início no primeiro semestre de 1996, após o Grupo Mercado Comum do MERCOSUL ter decidido concluir com os demais países da ALADI, a celebração de Acordos de Complementação Econômica, por meio do esquema "4+1". A Argentina, país que nessa ocasião exercia a Secretaria Pro-Tempore do MERCOSUL, convidou então formalmente o Governo peruano a iniciar entendimentos nesse sentido, o que deu início a uma série de rodadas de negociações.

Durante todo esse período, houve diversos momentos em que as negociações chegaram a impasses. Os pontos mais sensíveis estavam relacionados com obstáculos para o acesso ao mercado peruano de produtos agrícolas, especialmente arroz e laticínios, com o estabelecimento de medidas sanitárias e fitossanitárias para produtos de origem animal provenientes do Peru e com a negativa do Governo peruano de permitir a entrada em seu país de produtos procedentes da Zona Franca de Manaus. O déficit comercial peruano, especialmente com o Brasil, também preocupava os negociadores peruanos, visto que o País almejava vender mais alimentos e outros bens de consumo básico para o bloco. Para lograr um entendimento, as Partes optaram por incluir no tratado uma série de "cláusulas evolutivas", que possibilitam que se acorde no futuro os pontos em que não foi possível obter um consenso, entre os quais encontram-se temas-chave como regras de origem e zonas francas.⁴³

F. As Negociações MERCOSUL - Índia

Em 17 de junho de 2003, os países do MERCOSUL e a Índia assinaram um Acordo-Quadro com o objetivo não apenas de promover a expansão do comércio bilateral, como também de estabelecer as condições e mecanismos para a negociação de uma área de livre comércio em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio (OMC).⁴⁴ Foi o primeiro acordo dessa natureza assinado entre o bloco regional e um país não pertencente à América Latina, que apresenta como principal atrativo o fato de ter um mercado de consumo que já conta com mais de mil milhões de habitantes.

O passo inicial para alcançar esse intuito consistiu no compromisso de se negociar um Acordo de Preferências Fixas de alcance limitado, por meio do qual se outorgaria acesso efetivo aos respectivos mercados mediante concessões tarifárias mútuas. Ficou igualmente explicitado no Acordo-Quadro que as Partes iriam empreender negociações periódicas com vistas a ampliar a abrangência do Acordo de Preferências Fixas. Tais entendimentos estão a cargo de uma Comissão Negociadora, cujos membros são o Grupo Mercado Comum pelo lado do MERCOSUL, e a Secretaria de Comércio pelo lado da Índia.⁴⁵

Nos encontros que se seguiram à assinatura do Acordo-Quadro, logrou-se, em curto espaço de tempo, um entendimento para se implementar a outorga de preferências tarifárias fixas e estabelecer disciplinas comerciais entre o MERCOSUL e a Índia, por meio da celebração de um Acordo Preferencial de Comércio, o primeiro passo para a criação de uma almejada área de livre comércio entre as Partes. Esse segundo acordo, assinado em 25 de janeiro de 2004, estabeleceu um prazo de 120 dias para os países negociarem a lista definitiva de

⁴³ Por essa razão, o Acordo MERCOSUL-Peru prevê a existência de 10 anexos, com temas ainda em discussão. Entre estes figuram desde a relação dos bens livres de impostos nos territórios dos países membros, até medidas sanitárias e fitossanitárias, passando ademais por regras de origem, subsídios, mecanismos de salvaguarda, solução de controvérsias, normas e regulamentos técnicos.

⁴⁴ O Acordo-Quadro tem duração de três anos e poderá ser automaticamente prorrogado, por iguais períodos, se assim for o desejo das Partes.

⁴⁵ Entre as atribuições da Comissão Negociadora, as seguintes merecem destaque: (i) promover a troca de informações sobre as tarifas aplicadas por cada Parte, tanto no que se refere ao comércio bilateral e ao comércio com terceiros países, como sobre suas respectivas políticas comerciais; (ii) trocar informações sobre acesso a mercado, medidas tarifárias e não tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, normas de origem, medidas de salvaguardas, direitos antidumping e direitos compensatórios, regimes aduaneiras especiais e soluções de controvérsias; (iii) identificar e propor medidas que possibilitem a ampliação do comércio bilateral; e (iv) estabelecer os critérios e as bases para a negociação de um acordo para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio entre as Partes.

produtos que se beneficiarão da concessão de preferências tarifárias, a qual, estima-se, deverá abranger em torno de 1.700 itens.⁴⁶ Na ocasião, o MERCOSUL apresentou uma lista com mais de 900 produtos para o acesso ao mercado indiano, na sua maioria produtos agrícolas e manufaturados, os quais estão sujeitos a uma tarifa *ad valorem* média de 33,1%, sendo a tarifa modal de 30% e as tarifas máximas de 150%. A Índia, por sua vez, realizou pedidos para ingressar no MERCOSUL com mais de 500 produtos, com destaque para autopeças, produtos químicos, farmacêuticos e têxteis.

Vale ressaltar que a perspectiva dos representantes dos países signatários do acordo base de acesso a mercados, celebrado entre o MERCOSUL e a Índia, é de que ele constitui o primeiro passo para reforçar blocos de intercâmbio comercial entre nações em desenvolvimento, como uma alternativa efetiva àqueles integrados por economias mais poderosas.⁴⁷ Não obstante, espera-se que algumas negociações para a fixação de tarifas sejam duras, especialmente naqueles segmentos da indústria em que a Índia é muito competitiva, a exemplo de produtos farmacêuticos e pneumáticos.

Principais Pontos do Acordo Preferencial de Comércio celebrado entre o MERCOSUL e a Índia em 25 de janeiro de 2004

- As preferências tarifárias serão aplicadas a todos os direitos aduaneiros vigentes em cada Parte signatária no momento da importação do produto em questão;
- O direito aduaneiro inclui direitos e taxas sobre qualquer tipo de imposto com relação à importação de um bem, com a exceção de: (i) impostos internos ou outras taxas impostas em conformidade com o Artigo III do Acordo GATT 1994; (ii) direitos *antidumping* ou compensatórios de acordo com os Artigos VI e XVI do Acordo GATT 1994 e do Acordo OMC sobre Subsídios e Medidas Compensatórias; e (iii) outros direitos ou taxas impostas em conformidade com o Artigo VIII do Acordo GATT 1994 e o Entendimentos sobre a Interpretação do Artigo II: 1 (b) do Acordo GATT 1994;
- Salvo disposição em contrário no presente Acordo ou no Acordo GATT 1994, as Partes não aplicarão restrições não-tarifárias (entendidas como qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de outra natureza por meio da qual uma Parte impeça ou dificulte por decisão unilateral o comércio recíproco) ao intercâmbio de produtos contidos nos Anexos do presente Acordo;
- Em matéria de impostos, taxas ou outros gravames internos, os produtos originários do território de qualquer das Partes gozarão no território das demais partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional, de acordo com o estabelecido no Artigo III do Acordo GATT 1994;
- Em relação à valoração aduaneira, as Partes serão regidas pelo Artigo VII do Acordo GATT 1994 e pelo Acordo OMC Relativo à Aplicação do Artigo VII do Acordo GATT 1994.

⁴⁶ Na mesma ocasião, o Brasil, isoladamente, subscreveu com a Índia acordos de cooperação bilateral nas áreas de desenvolvimento espacial, incremento do turismo e intercâmbio artístico-cultural. Avançou, ademais, nos entendimentos para concretizar em breve espaço de tempo acordos nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia, educação, saúde, segurança alimentar e desenvolvimento agrário.

⁴⁷ Vale mencionar, também nesse sentido, o recente acordo do Brasil com a Índia e a África do Sul para a formação de um bloco trilateral, conhecido como G-3, com o objetivo de desafiar a atual geografia do comércio mundial. Dada a convergência das percepções desses três países acerca de assuntos de interesse para nações em desenvolvimento, eles decidirão unir forças por meio da celebração de uma aliança estratégica, com vistas a reforçar suas posições nas conversações com países ricos. Esse grupo, aliás, liderou em 2003 as pressões sobre os países desenvolvidos no sentido da retirada paulatina dos subsídios por eles concedidos sobre produtos agrícolas, durante a fracassada reunião de cúpula da OMC em Cancun, no México.

- As Partes mantêm seus direitos e obrigações de aplicar medidas de salvaguardas como disposto no Artigo XIX do Acordo GATT 1994 e do Acordo de Salvaguardas da OMC;
- Na aplicação de medidas *antidumping* e compensatórias, as Partes serão regidas por suas respectivas legislações, as quais deverão estar de acordo com o estabelecido nos Artigos VI e XVI do Acordo GATT 1994, no Acordo de Implementação do Artigo VI do Acordo GATT 1994 e no Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC;
- Em matéria de barreiras técnicas ao comércio, as Partes respeitarão os direitos e obrigações estabelecidos no Acordo de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC;
- Em matéria de medidas sanitárias e fitossanitárias, as partes terão direitos e obrigações estabelecidos pelo Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC;
- O Acordo permanecerá vigente até a entrada em vigor do Acordo para a criação de uma Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Índia. Não obstante, qualquer das Partes poderá denunciá-lo com um mínimo de 60 dias de prazo. Formalizada a denúncia, os direitos e obrigações cessarão para a Parte denunciante, à exceção das obrigações referentes às preferências tarifárias que deverão se manter em vigor pelo prazo de um ano.

Durante a segunda rodada de negociações entre o MERCOSUL e a Índia, ocorrida no início de março de 2004 em Buenos Aires, os países além de intercambiarem uma oferta inicial de mais de 200 produtos, sobre os quais foram negociados os níveis de preferências que serão mutuamente outorgadas, assumiram o compromisso de continuar ampliando suas respectivas listas nos próximos meses. Adicionalmente, no que respeita aos textos sobre disciplinas comerciais, lograram finalizar as partes relativas a Salvaguardas e Solução de Controvérsias, bem como registraram avanços significativos em termos das Regras de Origem. O objetivo das próximas rodadas de entendimentos é concluir todas as negociações até o final de 2004.⁴⁸

G. As Negociações MERCOSUL -México

Durante a XXII Reunião de Cúpula dos Presidentes do MERCOSUL, celebrada em 5 de julho de 2002, foi assinado um Acordo de Complementação Econômica com o México, mediante o qual as partes assumiram o compromisso de criar uma área de livre comércio. Na mesma oportunidade, foram concluídas as negociações para a concretização de um Acordo sobre o Setor Automotivo, com o objetivo de possibilitar uma efetiva integração setorial, assim como um substancial desenvolvimento dos intercâmbios comerciais recíprocos dos produtos relacionados a este segmento.⁴⁹ Esse acordo foi originado fundamentalmente por pressão da

⁴⁸ O Acordo Preferencial de Comércio prevê a existência de cinco anexos. No primeiro é estabelecida a relação de produtos para os quais o MERCOSUL outorga preferências tarifárias à Índia, enquanto o inverso é explicitado no Anexo II. No Anexo III são apresentadas as regras de origem para a obtenção das preferências tarifárias dos produtos citados nos Anexos I e II. No Anexo IV estão contidas as disposições que tratam da implementação de medidas de salvaguarda com relação a produtos importados objeto das preferências tarifárias estabelecidas nos Anexos I e II. Por fim, no Anexo V, estão contidas as disposições para a solução de controvérsias que surjam acerca da aplicação, interpretação ou descumprimento do presente Acordo por qualquer uma das Partes.

⁴⁹ No Acordo Automotivo foi estabelecido que, no caso de bens novos, os seguintes produtos passaram a ter margem de preferência tarifária de 100%, ou seja, 0% de tarifa ad valorem: (a) automóveis; (b) veículos de peso total de carga máxima inferior ou igual a 8.845 kg (comerciais leves, chassis com motor e cabines e carrocerias para estes veículos, caminhões e chassis com motor ou cabine de peso total de carga máxima inferior ou igual a 8.845 kg); (c) veículos de peso total de carga máxima superior a 8.845 kg (caminhões, tratores e chassis com motor e cabine de peso total ou carga máxima superior a 8.845 kg); (d) ônibus (ônibus completos, chassis com motor e carrocerias para ônibus); (e) carrocerias; (f) reboques e semi-reboques; (g) tratores agrícolas, colheitadeiras e máquinas agrícolas; (h) autopeças necessárias para a produção de todos os veículos listados nos itens (a) a (g), bem como aquelas

indústria automobilística, motivada pelo interesse das grandes firmas transnacionais, presentes em ambos os mercados, de buscar uma maior racionalização para a sua produção e o aproveitamento de economias de escala.

Um novo passo no sentido da integração do MERCOSUL com o México começou a ser dado em novembro de 2003, durante a XIII Reunião de Cúpula Ibero-Americana, quando os presidentes do México, da Argentina, do Chile e do Brasil discutiram a possibilidade de o México ingressar como "membro associado" do MERCOSUL.⁵⁰ Esta decisão acabou sendo tomada durante a III Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da União Européia, América Latina e Caribe, ocorrida em maio de 2004. O anúncio oficial do ingresso do México no bloco como "membro associado", situação similar à do Chile, do Peru e da Bolívia, foi feito no dia 8 de julho, durante a Reunião de Cúpula do MERCOSUL, que contou com a presença do presidente mexicano Vicente Fox, na qualidade de convidado especial. Nesta ocasião, formalizou-se o início das conversações para a celebração de um Acordo de Livre Comércio com o MERCOSUL, bem como ficou definido o calendário de negociações.

Segundo fontes oficiais da diplomacia mexicana, a finalidade do processo de integração do país asteca com o MERCOSUL não visa unicamente o bloco, mas toda a América Latina, que deve recuperar força e representatividade nos foros internacionais. Ademais, segundo eles, o fato de o México unir-se ao bloco sul-americano não é conflitante com as negociações conduzidas no âmbito da ALCA, já que nelas está reconhecida a importância de se manter "relações multilaterais". Neste sentido, é possível inferir que o ingresso do México no MERCOSUL como membro associado reveste-se mais de caráter político que econômico, uma vez que possibilitará ao país participar ativamente do diálogo político regional e acordar posições comuns, o que constitui uma oportunidade para reforçar sua posição na América Latina.

Ademais, foi a maneira encontrada em razão da incompatibilidade entre a união aduaneira que rege o bloco sul-americano e o regime de tratados de livre comércio que o México possui com mais de 40 países, já que em muitos casos, ele pratica com Estados de fora do MERCOSUL, tarifas externas mais baixas do que aquelas adotadas de forma comum pelo bloco. Caso fosse admitido como membro efetivo, o México seria obrigado a adaptar suas taxas de importação à TEC do MERCOSUL, o que inevitavelmente conduziria a posições conflitantes com os tratados que já possui. Assim sendo, as relações comerciais entre o México e o MERCOSUL continuarão baseando-se em acordos de complementação econômica, os quais deverão ser ampliados, com o objetivo de reduzir tarifas e estabelecer regras claras para investimentos, mas provavelmente sem envolver o comércio de serviços.

No caso específico da América do Sul, o México conta não apenas com Tratados de Livre Comércio com o Chile e o Uruguai, como também com Acordos de Complementação Econômica com a Argentina e o Brasil. Inclusive, com respeito a este último país, com quem o México apresentou um intercâmbio comercial de US\$ 3,25 bilhões em 2003, está sendo negociada a ampliação do atual Acordo.⁵¹ Não obstante, vale ressaltar que o comércio do México com o Sul ainda é muito reduzido se comparado ao que representa o do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), uma vez que o comércio bilateral não chega a 3% dos intercâmbios totais na região. Em 2003, por exemplo, as exportações mexicanas para o MERCOSUL totalizaram US\$ 759 milhões, ao passo que as importações alcançaram US\$ 4,24 bilhões, com destaque para produtos primários. Essa situação, vale enfatizar, guarda pouca relação com a falta de integração do México com o bloco. Ela deve-se, essencialmente, ao fato de o México estar muito voltado para os parceiros comerciais do norte, especialmente os EUA, com quem acabou por criar uma grande interdependência comercial.

destinadas para o mercado de reposição. Foi ainda estipulado que a aplicação das regras de livre comércio para esses produtos ocorreria de forma gradual, dentro de um período compreendido entre a entrada em vigor do Acordo até 30 de junho de 2011.

⁵⁰ Os membros associados, entre outras características, não têm obrigação de manter uma tarifa externa comum em todo o bloco e têm liberdade para negociar associações comerciais com outros países de forma individual.

⁵¹ Entre outros resultados, o tratado entre o Brasil e o México logrou reduzir mutuamente as tarifas incidentes sobre 800 produtos.

No que respeita aos investimentos, o México é o país latino-americano com inversões mais volumosas na região. Seus investimentos no subcontinente superaram US\$ 20 bilhões, dos quais cerca de 79% estão na América do Sul, 16% na América Central e 5% no Caribe. No caso específico do MERCOSUL, os investimentos alcançam US\$ 8 bilhões.

Por fim, cabe mencionar que o anúncio do ingresso do México no MERCOSUL se faz em um momento em que as negociações para a conformação de uma ALCA encontram-se estancadas em virtude de divergências nas posições defendidas pelo MERCOSUL e pelos Estados Unidos. Enquanto o primeiro deseja que os Estados Unidos baixem os subsídios agrícolas, de forma a possibilitar a melhoria da competitividade dos produtos originados da região no mercado norte-americano, os Estados Unidos pedem regras claras para o investimento estrangeiro na região e a abertura do setor de compras governamentais (ver, neste mesmo capítulo, seção sobre as negociações MERCOSUL-ALCA). Nesse cenário problemático, a posição do México, na qualidade de único país latino-americano a se converter em membro tanto do NAFTA como do MERCOSUL, pode levá-lo a se converter em um intermediador natural para a resolução das diferenças regionais, o que aumentaria o seu poder estratégico.

H. As Negociações MERCOSUL - Rússia

O Mercosul e a Rússia ensaiam ampliar seus laços comerciais e de cooperação, com o intuito de elevar o relacionamento bilateral ao nível de uma parceria estratégica de longo prazo. Nesse sentido, está prevista a para ocorrer, em novembro de 2004, em Porto Iguazú, a primeira reunião de cúpula entre esse país asiático e o bloco, que já responde atualmente por mais da metade do comércio existente entre a Rússia e a América Latina.

Como evidência do interesse russo em se aproximar do MERCOSUL, em pronunciamento recente o seu presidente, Vladimir Putin, manifestou-se a favor da criação, no curto prazo, de um mecanismo de consultas políticas e de colaboração entre a Rússia e os países do bloco. Segundo ele, esses contatos consistiriam em um complemento essencial e importante aos canais de interação já existentes com as organizações multilaterais dos países latino-americanos.

As áreas de maior interesse para os governos de ambos os lados são as de alta tecnologia como a indústria aeronáutica e espacial, a de telecomunicações, a de combustíveis e a de energia. O Brasil, especificamente, tem interesse na transferência de tecnologia russa para o seu Veículo Lançador de Satélites, ao passo que em troca seria conferido à Rússia o direito de utilizar a base espacial de Alcântara. Os russos também querem vender seus caças Sukhoi ao Brasil, enquanto este em troca deseja exportar jatos da Embraer. No caso da Argentina, os maiores focos de interesse residem no desenvolvimento de projetos conjuntos no âmbito espacial, de extração de petróleo e gás, de energia e de técnica hidráulica. Especial interesse existe na participação russa na construção de oleodutos e gasodutos na Argentina, bem como na modernização de ferrovias e de centrais elétricas, sendo que algumas destas últimas foram construídas com tecnologia e equipamentos soviéticos.

Outro ponto que favorece a aproximação da Rússia com o MERCOSUL reside no fato de estes países partilharem importantes pontos de interesse estratégico em comum, quais sejam, a criação de uma ordem mundial multipolar e de uma globalização "mais justa e simétrica", e o fortalecimento da ONU e do Conselho de Segurança como instâncias de solução dos conflitos mundiais, como forma de contrabalançar o peso político e econômico dos Estados Unidos.

CAPÍTULO VI. O MERCOSUL E A INTEGRAÇÃO FÍSICA

A. Permanecem os desafios

A inclusão do tema da integração física na agenda do MERCOSUL decorre da constatação de que o comércio, o investimento e o livre movimento de pessoas entre os Estados Partes continuam sendo dificultados, quando não impedidos, por barreiras físicas. O nível do intercâmbio comercial regional depende de forma crítica da qualidade da infra-estrutura de apoio que, quando de baixa qualidade, pode representar mais de 40% do custo de transporte nos países em desenvolvimento (Secretaria do MERCOSUL [2004]).

Na América do Sul, a iniciativa mais importante no sentido de juntar esforços para melhorar e integrar a infra-estrutura da região remonta ao ano 2000, durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul. Na ocasião, foi adotado um plano de ação com propostas para a ampliação e modernização da infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações dentro de um horizonte de dez anos. Esse plano foi chamado de Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Seu principal objetivo era transformar a América do Sul em uma região mais competitiva, com benefícios óbvios para todos os países do continente.

A IIRSA é uma iniciativa multinacional que envolve, pela primeira vez, os doze países soberanos da América do Sul; é multissetorial, porque trata não apenas do setor de transportes, mas também do setor energético e de telecomunicações; e multidisciplinar, porque envolve aspectos econômicos, jurídicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, dentre outros. Sua coordenação técnica está a cargo de três bancos de desenvolvimento que operam na região - o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

O MERCOSUL reconhece na IIRSA uma oportunidade para acelerar a integração do bloco sub-regional. Nesse sentido, o Programa de Trabalho 2004-2006 estabeleceu as seguintes metas:

- no marco da IIRSA, o MERCOSUL dará prioridade aos projetos que sejam de interesse dos Estados Partes do bloco;
- integrar um Fundo Especial do MERCOSUL para infra-estrutura com objetivo de aumentar a cobertura nessa matéria, que tenda a uma melhor integração dos países e das regiões do MERCOSUL aos projetos de integração física do resto do continente;
- desenhar um programa de investimentos em infra-estrutura física e relacionamento estrutural de operações dos agentes envolvidos nos serviços que se prestam a partir delas;
- analisar a possibilidade de definir a matriz energética de requerimentos futuros dos países membros e as disponibilidades de oferta, estabelecendo os programas de infra-estrutura física que potencializem a distribuição dos recursos, com a análise correspondente de exequibilidade, definição de financiamento e adjudicação das obras, as disciplinas comerciais que regulam o comércio e os serviços correspondentes de transporte dos mesmos.

B. A Evolução dos Principais Temas

Energia

As restrições orçamentárias dos governos da América do Sul têm representado um obstáculo considerável ao avanço da integração física no MERCOSUL. Segundo o Ministério das Minas e Energia brasileiro, os grandes projetos de interconexão energética entre o Brasil e alguns dos seus vizinhos estão paralisados, em

especial no caso das parcerias com a Bolívia e a Argentina. Dentre as obras que estão em compasso de espera encontram-se a construção de um pólo gás-químico na fronteira com a Bolívia, de um gasoduto interligando Porto Alegre a Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, e a construção de uma hidrelétrica binacional no Rio Uruguai (hidrelétrica de Garabi), que teria capacidade de geração de 1,2 mil a 1,8 mil megawatts.

Além das restrições de ordem financeira, problemas políticos também têm emperrado o desenvolvimento dos projetos. No caso da Bolívia, as conversas para viabilizar o pólo gás-químico foram praticamente interrompidas após o acirramento da crise política que culminou com a queda do Presidente Lozada em outubro de 2003. Outro ponto sensível na negociação entre os dois países diz respeito à compra do gás boliviano pelo Brasil. O contrato de compra e venda deve ser revisto em 2004 e o Brasil pleiteia uma redução de preços; a descoberta recente de grandes reservas de gás em território brasileiro tende a reforçar o pleito. Representantes da companhia petrolífera brasileira alegam que mantêm boas relações com o governo boliviano e que, durante a crise, a Petrobras aumentou de 14 milhões para 19 milhões de metros cúbicos suas importações diárias de gás natural, como demonstração de boa vontade com o país vizinho.

No caso da Argentina, os projetos estariam paralisados devido às dificuldades de retomada dos investimentos no país. Também estariam paralisadas as negociações entre os governos argentino e brasileiro para a construção de um gasoduto interligando a Argentina à Bolívia, que não passaria por solo brasileiro, mas no qual o governo do Brasil poderia ter participação acionária, provavelmente por meio da Petrobras.

O Brasil exportou energia elétrica para a Argentina e para o Uruguai em 2004. A energia para o Uruguai foi transmitida através do território argentino, na primeira triangulação de energia elétrica da região. Não existe, todavia, uma interconexão elétrica plena no Cone Sul devido às diferenças dos sistemas elétricos dos países. Enquanto as correntes elétricas de todos os países fronteiriços são em 50 ciclos, o sistema brasileiro opera em 60 ciclos. Para ocorrer a interconexão seria preciso construir unidades conversoras, o que exigiria investimentos significativos.

As interconexões elétricas entre regiões ou países: (i) melhoram as condições operacionais de segurança e confiabilidade (redução das interrupções), bem como a qualidade do serviço (tensão e frequência constantes); (ii) possibilitam o planejamento; (iii) reduzem os impactos ecológicos (substituição de energia térmica por energia renovável); e (iv) aumentam a eficiência econômica do sistema pela redução da necessidade de reserva de emergência, pela utilização ótima das centrais de geração, pelo intercâmbio de excedentes de energia, pelo aumento do fator de carga do sistema ampliado e pela operação e despacho econômico.

A disponibilidade de um sistema energético integrado poderia ter minorado a crise de abastecimento vivida pela Argentina em 2004. Ainda no primeiro quadrimestre, a escassez do gás e a expectativa de seu agravamento com a chegada do inverno, levou os fornecedores de gás do país a não renovarem com as empresas contratos de fornecimento não sujeitos a corte, pelos quais, em troca de uma tarifa mais alta, as concessionárias se comprometiam a priorizar o abastecimento do cliente.

As pequenas e médias empresas argentinas foram as mais afetadas pelo desabastecimento, pois, ao contrário das grandes, dispunham de pouco fôlego para buscar soluções próprias. Também foi afetado o abastecimento de gás para o Chile, que depende do país vizinho para gerar 25% da sua energia. No fim de março, o governo argentino emitiu um decreto condicionando as exportações de gás e eletricidade à cobertura total da demanda doméstica. Em seguida, reduziu em 15% o envio de gás ao Chile.

Para que a integração energética no MERCOSUL se torne uma realidade é preciso que os modelos nacionais para o setor estejam em razoável harmonia entre si. As dificuldades que sucederam a privatização parcial do setor nas duas maiores economias da sub-região produziram revisões abrangentes dos modelos anteriores, ainda não completamente consolidadas.

Transportes

As deficiências da integração dos transportes no Cone Sul têm representado, com certa frequência, um obstáculo ao comércio intra-regional. Nem sempre o problema de integração é estritamente físico, ou seja, ela não decorre apenas da ausência de estradas, ferrovias ou da possibilidade de comunicação fluvial. No episódio mais recente, envolvendo a Argentina e o Brasil, o problema estava na ausência de um marco regulatório que permitisse uma distribuição de responsabilidades adequada.

No início de julho, o governo argentino baixou uma resolução restringindo a um único corredor rodoviário todo o tráfego de caminhões que fazem o comércio bilateral entre o Brasil e o Chile através de território argentino. Além do Equador, o Chile é o único outro país da América do Sul que não tem fronteira com o Brasil. A Argentina alegou que o trânsito irrestrito de veículos de carga estrangeiros aumentava os custos de manutenção da infra-estrutura rodoviária do país.

Com a resolução, a circulação dos caminhões brasileiros e chilenos pelo território argentino ficou limitada a um trecho que aumentava em dois mil quilômetros a distância entre Santiago do Chile e Uruguaiana, cidade do Rio Grande do Sul onde fica o porto seco responsável por 70% a 80% do tráfego de caminhões entre o Brasil e o Chile. Além do aumento na distância, a imposição de um único corredor de transporte provocaria um gargalo no comércio entre os dois países não-limítrofes, segundo o representante brasileiro dos transportadores internacionais (*Valor Econômico*, 13/7/2004).

Um acordo firmado em 1988 entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai prevê que este último receba uma compensação pela passagem de carga brasileira rumo à Argentina. Desde 1990, o governo argentino solicita, sem sucesso, tratamento similar. O atrito com o Brasil não foi um episódio isolado. Em dezembro do ano passado, o governo argentino também bloqueou a circulação de caminhões uruguaios em trânsito com destino ao Paraguai. Na tentativa de encontrar uma solução de fundo para o problema, os governos da Argentina e do Uruguai concordaram em integrar uma comissão bilateral para discutir o trânsito comercial entre os dois países. No episódio recente com o Brasil, a Argentina também recuou.

No que diz respeito à expansão e melhoria da malha física de transporte na região, um dos destaques recentes foi a decisão da Argentina de reativar a ferrovia Transandino. A ferrovia, que unia a província de Mendoza, no Centro-Oeste da Argentina, com o Chile, foi desativada no final da década de 1970 devido aos conflitos de fronteira no Canal de Beagle. Se cumpridos os prazos previstos pelas autoridades argentinas, as obras de reabilitação da ferrovia estarão encerradas em meados de 2005. A ferrovia Transandino é parte do chamado "eixo bioceânico" de transporte do MERCOSUL.

Outra novidade foi o anúncio pelo BID de uma doação de US\$ 1,0 milhão ao Servicio Nacional de Caminos de Bolívia para desenvolver uma avaliação ambiental estratégica da área de influência do Corredor Norte La Paz-Guayaramerín-Cobija. O estudo financiado com essa operação é uma atividade preliminar destinada a avaliar e prevenir problemas em projetos futuros. O Corredor Norte é parte de um projeto de longo prazo do governo boliviano para modernizar e finalizar a rodovia Víctor Paz Estensoro, que unirá La Paz com duas cidades na fronteira com o Brasil - Guayaramerín e Cobija.

Por fim, vale a pena mencionar que uma das primeiras missões do ex-presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, à frente da comissão de representantes permanentes do MERCOSUL, foi procurar despertar o interesse do setor privado estrangeiro em participar do financiamento de grandes obras de infra-estrutura do bloco. Duhalde, que assumiu o cargo em dezembro, viajou aos Estados Unidos, à Espanha e ao Japão em companhia do presidente do BID, Enrique Iglesias.

Telecomunicações

Em setembro de 2003 foi realizada, em Brasília, a primeira reunião do Grupo Técnico Executivo da Iniciativa IIRSA. A reunião teve como tema as tecnologias da informação e as comunicações, tendo como premissa a existência de um grande potencial de integração desses setores na América do Sul. O desafio básico, na América do Sul, é proporcionar o acesso de todos à sociedade da informação, pavimentando o caminho para a inclusão social.

A reunião contou com a presença de especialistas como o representante da Sociedade da Informação da Comissão Européia, que relatou a experiência bem sucedida de integração na região. A União Européia é precursora na chamada *e-strategy*. O objetivo da estratégia era atender à meta fixada pelos Chefes de Estado da UE em 2000, que consistia em transformar a Europa "na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo até o ano 2010, em particular, no que diz respeito ao desenvolvimento da economia *on line* e dar aos cidadãos o acesso e as capacidades necessárias para trabalhar e para viver na sociedade da informação". Esta abordagem foi seguida por vários outros países, inclusive na América Latina, onde se destacam as iniciativas do México (e-México) e do Brasil (Programa Sociedade da Informação).

De acordo com a experiência européia, uma estratégia eletrônica de sucesso deve apresentar os seguintes requisitos: (i) conduzir a uma ação comum, envolvendo governos, autoridades públicas e o setor privado; (ii) ter apoio político de alto nível; (iii) conduzir ao *benchmarking* do progresso nacional em cada estado membro e (iv) levar à disseminação das melhores práticas. Um dos objetivos intermediários da primeira fase da *e-strategy* na Europa era obter uma Internet mais barata, mais rápida e mais segura atacando em duas frentes: aumentando a concorrência com um marco regulatório previsível, que desse segurança jurídica aos investidores, e desenvolvendo a capacidade das pessoas através da educação digital. Uma evidência do sucesso da iniciativa é que a penetração da Internet nas casas duplicou em três anos. Além disso, a maioria das empresas e das escolas da UE está conectada à rede.

Um aspecto bastante ilustrativo da experiência européia de integração das tecnologias da informação é aquele relacionado com o papel do marco regulatório. Ao enfrentar o desafio da integração, a UE se deparou com a necessidade de adotar um novo marco regulatório adequado à harmonização dos serviços e das infra-estruturas de telecomunicações.

ANEXO ESTATÍSTICO

TABELA A.1
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL

	2002	2003	2004*	2005*
Mundial	3,0	3,9	4,6	4,4
Economias Avançadas	1,7	2,1	3,5	3,1
<i>EUA</i>	2,2	3,1	4,6	3,9
<i>Região do Euro</i>	0,9	0,4	1,7	2,3
Alemanha	0,2	-0,1	1,6	1,9
França	1,2	0,2	1,8	2,4
Itália	0,4	0,3	1,2	2,0
Espanha	2,0	2,4	2,8	3,3
<i>Japão</i>	-0,3	2,7	3,4	1,9
<i>Inglaterra</i>	1,7	2,3	3,5	2,5
<i>Canadá</i>	3,3	1,7	2,6	3,1
<i>Outras Economias Avançadas</i>	2,8	1,9	3,2	3,5
Economias Asiáticas Recém Industrializadas	5,1	3,0	5,3	5,0
Outros Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento	4,6	6,1	6,0	5,9
<i>África</i>	3,5	4,1	4,2	5,4
Sub-Sahara	3,5	3,5	4,2	5,7
<i>Europa Central e Oriental</i>	4,4	4,5	4,5	4,4
<i>CIS</i>	5,1	7,6	6,0	5,2
Rússia	4,7	7,3	6,0	5,3
Exceto Rússia	6,2	8,1	5,9	5,0
<i>Ásia Emergente</i>	6,4	7,8	7,4	7,0
China	8,0	9,1	8,5	8,0
Índia	4,7	7,4	6,8	6,0
ASEAN-4	4,3	5	5,4	5,4
<i>Oriente Médio</i>	4,2	5,4	4,1	5,0
<i>Hemisfério Ocidental</i>	-0,1	1,7	3,9	3,7
Brasil	1,9	-0,2	3,5	3,5
México	0,7	1,3	3,3	3,3

Nota: * Projeções.

Fonte: FMI [2004a].

TABELA A.2
MERCOSUL - EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL POR ORIGEM E DESTINO

Exportações: Principais Destinos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Varição 02/01	2003 acumulado*
União Européia	16.701	17.994	18.093,00	19.336,00	20.075,00	19.168,00	19.872,00	19.940,00	20.782,00	4,20	23.586,00
Nafta	12.839	11.981	13.078,00	13.495,00	14.261,00	15.893,00	19.746,00	20.764,00	22.764,00	9,60	24.498,00
América do Sul (excl. Mercosul e México)	4.394	5.560	5.488,00	6.280,00	6.043,00	5.149,00	6.791,00	7.631,00	8.529,00	11,80	5.457,00
Japão	3.041	3.576	3.586,00	3.654,00	2.887,00	2.755,00	2.913,00	2.351,00	2.488,00	5,80	2.328,00
China						1.266,00	1.986,00	3.149,00	3.638,00	15,50	4.641,00
Resto do Mundo	23.978	29.074	32.539,00	37.182,00	35.992,00	30.475,00	33.148,00	33.598,00	30.061,00	-10,50	23.999,00
Total	60.952	68.184	72.784,00	79.946,00	79.257,00	74.707,00	84.455,00	87.432,00	88.262,00	0,90	84.508,00

Importações: Principais Origens	1994	1995	1996	1997,00	1998	1999	2000	2001	2002	Varição 02/01	2003 acumulado*
União Européia	15.903	20.702	22.081,00	25.257,00	26.609,00	22.978,00	20.689,00	20.158,00	15.582,00	-22,70	15.269,00
Nafta	13.361	18.009	20.555,00	24.488,00	23.921,00	19.953,00	21.070,00	19.546,00	14.076,00	-28,00	13.392,00
América do Sul (excl. Mercosul e México)	2.029	2.902	3.087,00	3.217,00	3.242,00	2.866,00	3.775,00	2.866,00	2.229,00	-22,30	2.220,00
Japão	3.671	4.316	3.759,00	4.994,00	4.947,00	3.816,00	4.100,00	3.967,00	2.738,00	-31,00	2.917,00
China						2.068,00	2.528,00	2.534,00	1.976,00	-22,00	2.793,00
Resto do Mundo	23.257	27.954	31.679,00	36.528,00	34.280,00	27.917,00	34.068,00	31.565,00	22.855,00	-27,60	26.488,00
Total	58.222	73.883	81.162,00	94.483,00	92.999,00	79.598,00	86.230,00	80.637,00	59.456,00	-26,30	63.079,00

Saldo Comercial	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Diferença 02/01	2003 acumulado*
União Européia	797	-2.7086	-3.988,90	-5.920,80	-6.534,50	-3.810,00	-816,60	-218,40	5.199,52	5.417,92	8.316,85
Nafta	-523	-6.029	-7.476,40	-10.993,20	-9.660,70	-4.059,30	-1.324,00	1.217,80	8.687,45	7.469,65	11.105,50
América do Sul (excl. Mercosul e México)	2.365	2.658	2.401,26	3.062,74	2.801,60	2.283,60	3.015,90	4.764,30	6.300,97	1.536,67	3.237,10
Japão	-630	-740	-172,95	-1.339,82	-2.059,50	-1.061,40	-1.187,60	-1.615,70	-249,46	1.366,24	-589,28
China	0	0	0,00	0,00	0,00	-802,25	-542,45	614,25	1.661,45	1.047,20	1.847,99
Resto do Mundo	721	1.120	859,70	654,08	1.711,40	2.558,46	-919,54	2.032,75	7.206,01	5.173,26	-2.489,56
Total	2.731	-5.699	-8.378,00	-14.537,00	-13.742,00	-4.891	-1.774	6.795	28.806,00	22.010,94	21.428,60

Nota: * Dados de 2003: Brasil, Paraguai (prelim.) e Uruguai (Jan.-Dez.); Argentina (Jan.-Out.)

Fonte: Secretaria do MERCOSUL [2004].

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO - ALADI. "Informe del Secretario General sobre la evolución del proceso de integración regional durante el año 2003". Documentos Informativos, <Http://www.aladi.org>. Abril, 2004.

_____. "Comercio exterior global de cada país miembro de la ALADI: enero-diciembre 2002-2003". Documentos Informativos. <Http://www.aladi.org>. Abril, 2004.

_____. "Avance de las negociaciones internacionales". Documentos Informativos, <Http://www.aladi.org>. Maio, 2004.

_____. "ALADI: comercio exterior global: enero-marzo 2003-2004". Documentos Informativos, <Http://www.aladi.org>. Junho, 2004.

BANCO CENTRAL DE LA REPUBLICA ARGENTINA - BCRA. Argentina <Http://www.bcra.org.ar>.

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. Departamento de Cuentas Nacionales, Paraguay. <Http://www.bcp.org.py>.

_____. *Informe Económico Preliminar*. Paraguay. 2003.

_____. *Estadísticas Económicas - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC)*. Uruguay. <Http://www.dgeec.org.py>.

BANCO CENTRAL DEL URUGUAY. *Informe Trimestral de Coyuntura, Área de Investigaciones Económicas*. Uruguay. Noviembre, 2003a.

_____. *Informe Trimestral de Cuentas Nacionales, Ene.-Dic.* División Política Económica, Área de Estadísticas Económicas. 2003b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim MERCOSUL*. Vários números.

BIELSA, RAFAEL. *MERCOSUR-UE, un tratado de última generación*. Servicio Informativo sobre el Mercado Común del Sur. Abril, 2004.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. *Sinopse Internacional*. Dep. Econômico. Brasil. Abril, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe*. Brasília DF. 2004a.

_____. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe: CEPAL, 2002-2003*. Santiago, Chile. 2004b.

COMISSÃO EUROPEIA. *The EU's relations with MERCOSUR*. Bruxelas. <Http://europa.eu.int>. Março, 2004.

CNI. *Negociações Internacionais*. Vários números.

_____. *Comércio Exterior em Perspectiva*. Vários números.

_____. *Informe MERCOSUR*. Vários números.

CONFERENCIA LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO Y DESARROLLO - UNCTAD. *World Investment Report*. 2004a.

CRAWLEY, A. "MERCOSUR: En busca de una nueva agenda. Informe del Relator". Documento de Trabajo INTAL-ITD-IECI 06A. Buenos Aires: BID-INTAL. Marzo 2004.

DEIJK, RIVKA T. VAN. "Hacia una Asociación Interregional entre el MERCOSUR y la Unión Europea: las políticas exteriores de Argentina y Brasil ante la agenda de negociaciones comerciales internacionales del MERCOSUR". [Http://www.geocities.com](http://www.geocities.com). 2002.

DEVRAJ, RANJIT. *Brasil, India y Sudáfrica: líderes del Sur*. IPS. Março, 2004.

_____. *EU-Latin America and Caribbean Summit: Overview of European Commission Trade-related Assistance in Latin America*. Bruxelas. [Http://europa.eu.int](http://europa.eu.int). Maio, 2004.

_____. *Thirteenth Meeting of the MERCOSUR – European Union Bi-regional Negotiations Committee*. Bruxelas. [Http://europa.eu.int](http://europa.eu.int). Maio, 2004.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. *World Economic Outlook - World Economic and Financial Surveys: Advancing Structural Reforms*. Washington, DC. Abril, 2004a.

_____. *Global Financial Stability Report*. Washington DC. 2004b.

_____. *Market Developments and Siques*. Washington DC. April, 2004c.

_____. *Country Report: Uruguay*, N° 04/172, Washington DC. June 24, 2004d.

_____. *Country Report: Paraguay*, N° 04/66, Washington DC. Março, 2004e.

GAZETA MERCANTIL. (Diário brasileiro). Vários artigos.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS - INDEC. Argentina. [Http://www.indec.mecon.gov.ar](http://www.indec.mecon.gov.ar).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - INE. Uruguay. [Http://www.ine.gov.uy](http://www.ine.gov.uy).

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMERICA LATINA E DO CARIBE - INTAL. *Informe MERCOSUR N° 8, Serie Informes Subregionales de Integración*. Buenos Aires: BID-INTAL. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Brasil: Contas Nacionais do Brasil*, Departamento de Contas Nacionais. Brasil. [Http://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Boletim de Conjuntura*. Brasil. Junho, 2004.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Estado atual das negociações entre MERCOSUL e Comunidade Andina*. Brasil. [Http://www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br).

MOTTA VEIGA, P. "MERCOSUR: En busca de una nueva agenda. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: los desafíos de un proyecto en crisis". Documento de Trabajo INTAL-ITD-IECI 06E. Buenos Aires: BID-INTAL. Diciembre, 2003.

O GLOBO. (Diário brasileiro). Vários artigos.

PINTO DA MATTA, P. A. "O Comércio Internacional de Bens na América do Sul de 1997 a 2002", (monografia). Rio de Janeiro: *Curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico e Social*, UFRJ, BNDES. Junho, 2004.

RIOS, SANDRA P. "MERCOSUR: En busca de una nueva agenda. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial". Documento de Trabajo INTAL-ITD-IECI 06C. Buenos Aires: BID-INTAL. Diciembre, 2003.

SECEX. Brasil: Ministério do Desenvolvimento. [Http://www.secex.mict.gov.br](http://www.secex.mict.gov.br).

SECRETARIA GENERAL DE LA COMUNIDAD ANDINA. "Acuerdo de Complementación Económica suscrito entre los Gobiernos de la República Argentina, de la República Federativa de Brasil, de la República del Paraguay y de la República Oriental del Uruguay - Estados Partes del MERCOSUR y los Gobiernos de la República de Colombia, de la República del Ecuador y de la República Bolivariana de Venezuela - Países Miembros de la Comunidad Andina". 16 de Dezembro, 2003.

_____. "Acta de la Reunión de Ministros MERCOSUR-Comunidad Andina". [Http://www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org), 14-15 de Dezembro, 2003

_____. "Ayuda Memoria de la II Reunión Comunidad Andina-MERCOSUR". [Http://www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org), 28 de Agosto, 2003.

_____. "Ayuda Memoria de la II Reunión Comunidad Andina-MERCOSUR". [Http://www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org), 25 de Setembro, 2003.

_____. "Ayuda Memoria de la III Reunión Comunidad Andina-MERCOSUR". [Http://www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org), 24 de Outubro, 2003.

_____. "Ayuda Memoria de la IV Reunión Comunidad Andina-MERCOSUR". [Http://www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org), 30 de Abril, 2004.

_____ . "Ayuda Memoria de la VI Reunión Comunidad Andina-MERCOSUR". *Http://www.comunidadandina.org*. 30 de Abril, 2004.

SECRETARIA GENERAL DE LA COMUNIDAD ANDINA. "Ayuda Memoria de la IX Reunión Comunidad Andina-MERCOSUR". *Http://www.comunidadandina.org*. 9-13 de Fevereiro, 2004.

_____ . "Comunicado conjunto de la Reunión de Cancilleres y Ministros de Comercio Exterior de la Comunidad Andina y el MERCOSUR". *Http://www.comunidadandina.org*. 31 de Outubro, 2003.

_____ . "Comunicado conjunto de la Reunión de Cancilleres MERCOSUR-CAN". *Http://www.comunidadandina.org*, 10 de Junho, 2003.

_____ . "Negociación del Acuerdo de Libre Comercio Comunidad Andina-MERCOSUR". *Http://www.comunidadandina.org*, 4 de Agosto, 2003.

_____ . Notas de prensa várias. *Http://www.comunidadandina.org*.

SECRETARIA DO MERCOSUL. "Un foco para el proceso de integración regional", Primer Informe Semestral. Julho, 2004.

_____ . "Reunión del Consejo del Mercado Común". Várias atas.

_____ . "Lineamientos que guiarán la Negociación del Acuerdo de Libre Comercio, Comunidad Andina-MERCOSUR. Resultado Reunión de Ministros". Lima. Outubro, 2003.

_____ . "Acuerdo de Complementación Económica entre La Comunidad Andina-MERCOSUR Acuerdo Final". Dezembro, 2003.

_____ . "Acuerdo de Complementación Económica N° 59: Suscrito entre Colombia, Ecuador y Venezuela, países miembros de la Comunidad Andina - CAN y Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, países del MERCOSUR". Fevereiro, 2004.

_____ . "Lineamientos que guiarán la Negociación del Acuerdo de Libre Comercio, Comunidad Andina-MERCOSUR. Resultado de la Reunión de Ministros". Lima, Outubro de 2003.

_____ . "Acuerdo de Complementación Económica entre la Comunidad Andina-MERCOSUR. Acuerdo Final". Dezembro, 2003.

_____ . "Acuerdo de Complementación Económica N° 58: MERCOSUR-Peru". Agosto, 2003.

_____ . Acuerdo de Complementación Económica N° 59: suscrito entre Colombia, Ecuador y Venezuela, países miembros de la Comunidad Andina - CAN y Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, países del MERCOSUR. Fevereiro, 2004.

_____ . "Acuerdo Marco para la creación de un Área de Libre Comercio entre el MERCOSUR y la República de Sudáfrica". Agosto, 2003.

SOSA, ALBERTO J. "MERCOSUR-UE: Características particulares de las negociaciones", em *La Onda Digital*. [Http://www.uruguay.com/laonda](http://www.uruguay.com/laonda). Junho, 2004.

_____. "Negociaciones MERCOSUR-UE". Amersur. [Http://www.amersur.org.ar](http://www.amersur.org.ar). Junho, 2004.

SOTO, GUILLERMO FERNÁNDEZ DE. *La Nueva Integración Andina: discursos y artículos*. Dezembro, 2003.

_____. *Global FDI decline bottoms out in 2003*. 2004b.

VALOR ECONÓMICO. (Diário brasileiro). Vários artigos.

ZITECH, RAÚL. "Brasil, India y Sudáfrica acuerdan impulsar el G3", em *ALAI-Amlatina*. Junho, 2003.

PUBLICAÇÕES DO INTAL

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Integración & Comercio. Revista semestral (Espanhol e Inglês) por assinatura o em forma individual.

INTAL Carta Mensal (Espanhol, Inglês e português - Internet).

INFORMES SUB-REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO

Informe ANDINO. Publicação anual (Espanhol). Versão em Inglês: Internet.

CARICOM Report. Publicação anual (Inglês).

Informe CENTROAMERICANO. Publicação anual (Espanhol). Versão em Inglês: Internet.

Informe MERCOSUR. Publicação anual (Espanhol, Inglês e português).

INFORMES ESPECIAIS

Tributación en el MERCOSUR: Evolución, comparación y posibilidades de coordinación (Espanhol). Alberto Barreix e Luiz Villela. 2003.

MERCOSUR: Impacto Fiscal de la Integración Económica (Espanhol e português). Luiz Villela, Alberto Barreix e Juan José Taccone (eds.). 2003.

Perspectivas y Desafíos del Proceso de Integración Argentino-Chileno a Diez Años del ACE 16. Espanhol. 2002.

Integración energética en el Cono Sur (Espanhol). Mario A. Wieggers. 1996.

Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur (Espanhol):

Transporte Terrestre. José Alex Sant'Anna. 1997.

Puertos y vías navegables. Martín Sgut. 1997.

Los ferrocarriles y su contribución al comercio internacional. Ian Thomson. 1997.

El impacto sectorial de la integración en el MERCOSUR (Espanhol e português). Juan José Taccone e Luis Jorge Garay (Eds.) 1999.

Impacto del TLCAN en las exportaciones de prendas de vestir de los países de América Central y República Dominicana. Espanhol (Internet).

INTAL: 35 años de Compromiso con la Integración Regional. Espanhol.

América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las elites latinoamericanas. Espanhol (Internet).

DOCUMENTOS DE TRABALHO

Las relaciones de comercio e inversión entre Colombia y Venezuela (Espanhol). Eglé Iturbe de Blanco. INTAL DT-03.

1997.

MERCOSUL e Comércio Agropecuario (português). Ives Chaloult e Guillermo Hillcoat. INTAL DT-02. 1997.

The Integration Movement in the Caribbean at Crossroads: Towards a New Approach of Integration (Inglês). Uziel Nogueira. INTAL DT-01. 1997.

DOCUMENTOS DE DIVULGAÇÃO

El Tratado de Libre Comercio entre el Istmo Centroamericano y los Estados Unidos de América. Oportunidades, desafíos y riesgos (Espanhol). Eduardo Lizano e Anabel González. INTAL DD-09. 2003.

Los países pequeños: Su rol en los procesos de integración (Espanhol). Lincoln Bizzozero - Sergio Abreu. INTAL DD-08. 2000.

Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo (Espanhol). Bernardo Kliksberg. INTAL DD-07. 2000.

La dimensión cultural: base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración (Espanhol). Alejandra Radl. INTAL DD-06. 2000.

Cómo expandir las exportaciones de los países dentro de una economía globalizada (Espanhol). Rubens Lopes Braga. INTAL DD-05. 1999.

Comercio Electrónico: Conceptos y reflexiones básicas (Espanhol). Gerardo Gariboldi. INTAL DD-04. 1999.

Evolución institucional y jurídica del MERCOSUR (Espanhol). Vicente Garnelo. INTAL DD-03. 1998.

Estado de evolución en la elaboración e implementación de las Normas ISO 14.000 y CODEX Alimentarius (Espanhol). Laura Berón. INTAL DD-02. 1997.

Integración y democracia en América Latina y el Caribe (Espanhol). Alvaro Tirado Mejía. INTAL DD-01. 1997.

BASES DE DATOS - SOFTWARE

DATAINTAL (CD-ROM) Sistema de estadísticas de comercio de América

Base INTAL MERCOSUR (BIM)

Base de datos bibliográficos (INTEG)

Directorio de las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Asia-Pacífico (CD-ROM)

Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe - II. Atualizada a maio, 2004.

Rueda de Negocios

Série Red INT

REDE INTAL DE CENTROS DE PESQUISA EN INTEGRAÇÃO (REDINT)

Segunda Convocatória:

Visión microeconómica de los impactos de la integración regional en las inversiones inter e intrarregionales: El caso de la CAN (somente em Espanhol- Versão resumida e completa). 2003.

Integración regional e Inversión Extranjera Directa: El caso del MERCOSUR (somente em Espanhol- Versão resumida e completa). 2002.

Condiciones y efectos de la IED y del proceso de integración regional en México durante los años noventa: Una perspectiva macroeconómica (somente em Espanhol- Versão resumida). 2003.

Primeira Convocatória:

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en la Comunidad Andina: sector lácteo y sector textil (somente em Espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en Centroamérica: sector lácteo y sector metalmeccánico (aparatos eléctricos) (somente em Espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en el MERCOSUR: sector calzado y sector farmacéutico (somente em Espanhol). 2000.

La industria láctea de México en el contexto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) (somente em Espanhol). 2000.

PUBLICAÇÕES DE INTAL/ITD

DOCUMENTOS DE TRABALHO - INICIATIVA ESPECIAL DE COMERCIO E INTEGRAÇÃO (IECI)

La ventana europea: retos de la negociación del Tratado de Libre Comercio de México con la Unión Europea (Espanhol). Jaime Zabludovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD WP-SITI-09. 2004.

Trade Liberalization and the Political Economy of Protection in Brazil since 1987 (Inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08B. 2004.

The Political Economy of High Protection in Brazil before 1987 (Inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08A. 2004.

The Food Industry in Brazil and the United States: The Effects of the FTAA on Trade and Investment (Inglês). Paulo F. Azevedo, Fabio R. Chaddad and Elizabeth M.M.Q. Farina. INTAL-ITD WP-SITI-07. 2004.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis (Espanhol e Inglês). Pedro da Motta Veiga. INTAL-ITD DT-IECI-06E. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inestabilidad cambiaria en el MERCOSUR: Causas, problemas y posibles soluciones (Espanhol e Inglês). José Luis Machinea. INTAL-ITD DT-IECI-06D. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial (Espanhol e Inglês). Sandra Polónia Rios. INTAL-ITD DT-IECI-06C. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inserción del MERCOSUR al mundo globalizado (Espanhol e Inglês). Juan Ignacio García Pelufo. INTAL-ITD DT-IECI-06B. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Informe del relator (Espanhol e Inglês). Andrew Crawley. INTAL-ITD DT-IECI-06A. 2004.

Estudio sobre las condiciones y posibilidades políticas de la integración hemisférica (Espanhol).

Adalberto Rodríguez Giavarini. INTAL-ITD DT-IECI-05. 2003.

Agricultural and Trade Policy on Trade Liberalization and Integration via a US-Central American Free Trade Agreement (Inglês). Dale Hathaway. INTAL-ITD WP-SITI-04. 2003.

Agricultural Liberalization in Multilateral and Regional Trade Negotiations (Inglês). Marcos Sawaya Jank, Ian Fuchsloch e Géraldine Kutas. INTAL-ITD WP-SITI-03. 2003.

Reciprocity in the FTAA: The Roles of Market Access, Institutions and Negotiating Capacity (Inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD-STA WP-SITI-02. 2003.

Alcances y límites de la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (Espanhol e Inglês). Herminio Blanco M. e Jaime Zabludovsky K. INTAL-ITD-STA DT-IECI-01. 2003.

DOCUMENTOS DE TRABALHO

Improving the Access of MERCOSUR's Agriculture Exports to US: Lessons from NAFTA (Inglês). Pablo Sanguinetti e Eduardo Bianchi. INTAL-ITD WP-18. 2004.

Premio INTAL - Segundo Concurso de Ensayos. La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración (Spanish, English and Portuguese). Mauricio de la Cuba; Diego Winkelried; Igor Barenboim; Louis Bertone; Alejandro Jacobo e James Loveday Laghi. INTAL-ITD DT-17. 2004.

Los exportadores agropecuarios en un mundo proteccionista: Revisión e implicancias de políticas de las barreras contra el MERCOSUR. (Espanhol e Inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD DT-16. 2004.

Rules of Origin in FTAs in Europe and in the Americas: Issues and Implications for the EU-Mercosur Inter-Regional Association Agreement (Espanhol). Antoni Estevadeordal e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-15. 2004.

Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico (English). Ernesto López-Córdova e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD-STA WP-14. 2003.

Regional Banks and Regionalism: A New Frontier for Development Financing (Inglês). Robert Devlin e Lucio Castro. INTAL-ITD-STA WP-13. 2002.

Métodos casuísticos de evaluación de impacto para negociaciones comerciales internacionales (Espanhol). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD-STA DT-12. 2002.

Las trabas no arancelarias en el comercio bilateral agroalimentario entre Venezuela y Colombia (Espanhol). Alejandro Gutiérrez S. INTAL-ITD-STA DT-11. 2002.

The Outlier Sectors: Areas of Non-Free Trade in the North American Free Trade Agreement (Inglês). Eric Miller. INTAL-ITD-STA WP-10. 2002.

A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica (português). Antonio José Ferreira Simões. INTAL-ITD-STA DT-09. 2002.

Metodología para el análisis de regímenes de origen. Aplicación en el caso de las Américas (Espanhol). Luis J. Garay S. e Rafael Cornejo. INTAL-ITD-STA DT-08. 2001.

¿Qué hay de nuevo en el Nuevo Regionalismo en las Américas? (Espanhol). Robert Devlin e Antoni Estevadeordal.

INTAL-ITD-STA DT-07. 2001.

What's New in the New Regionalism in the Americas? (Inglês). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA WP-06. 2001.

The New Regionalism in the Americas: The Case of MERCOSUR. (Inglês). Antoni Esteveordal, Junichi Goto e Raúl Saez. INTAL-ITD WP-05. 2000.

El ALCA y la OMC: Especulaciones en torno a su interacción (Espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD DT-04. 1999.

Negotiating Preferential Market Access: The Case of NAFTA (Inglês). Antoni Esteveordal. INTAL-ITD WP-03. 1999.

Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s (Inglês). Robert Devlin e Ricardo Ffrench-Davis. INTAL-ITD WP-02. 1998.

Una evaluación de la homogeneidad macroeconómica y del desarrollo de la región centroamericana (Espanhol). Florencio Ballester. INTAL-ITD DT-01. 1998.

DOCUMENTOS DE DIVULGAÇÃO - INICIATIVA ESPECIAL DE COMERCIO E INTEGRAÇÃO (IECI)

La globalización y la necesidad de una reforma fiscal en los países en desarrollo (Espanhol e Inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD DD-IECI-06. 2004.

Latin American Industrial Competitiveness enad the Challenge of Globalization (Inglês). Sanjaya Lall, Manuel Albaladejo e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD SITI-OP-05. 2004.

El nuevo interregionalismo trasatlántico: La asociación estratégica Unión Europea-América Latina (Espanhol). Luis Xavier Grisanti. INTAL-ITD/SOE IECI-DD-04. 2004.

Una llave para la integración hemisférica (Espanhol e Inglês). Herminio Blanco M., Jaime Zabudovsky K. e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-03. 2004.

Una nueva inserción comercial para América Latina (Espanhol). Martín Redrado y Hernán Lacunza. INTAL-ITD DD-IECI-02. 2004.

La coordinación y negociación conjunta de los países de la Comunidad Andina en el marco del ALCA y la OMC (Espanhol). Victor Rico. INTAL-ITD DD-IECI-01. 2004.

DOCUMENTOS DE DIVULGACAO

Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay (Espanhol). Paolo Giordano. INTAL-ITD DD-27. 2004

El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional (Espanhol). Paolo Giordano, Mauricio Mesquita Moreira e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-26. 2004.

Centroamérica: La programación regional (2001) y las actividades del Banco (2001-2003) (Espanhol). Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-25. 2004.

- Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has it Failed?* (Inglês). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-24. 2004.
- Trinidad and Tobago: Trade Performance and Policy Issues in an Era of Growing Liberalization* (Inglês). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-23. 2004.
- The Trade and Cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up?* (Inglês). Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD-STA OP-22. 2003.
- Desigualdad regional y gasto público en México* (Espanhol). Rafael Gamboa e Miguel Messmacher. INTAL-ITD-STA DD-21. 2003.
- Zonas Francas y otros regímenes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales* (Espanhol e Inglês). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-20. 2003.
- The External Dimension of MERCOSUR: Prospects for North-South Integration with the European Union* (Inglês). Paolo Giordano. INTAL-ITD-STA DD-19. 2003.
- Regional Aspects of Brazil's Trade Policy* (Inglês). Eduardo A. Haddad (Coord.), Edson P. Domínguez e Fernando S. Perobelli. INTAL-ITD-STA OP-18. 2002.
- El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina* (Espanhol). Ricardo Rozemberg e Gustavo Svarzman. INTAL-ITD-STA DD-17. 2002.
- A Study on the Activities of IFIs in the Area of Export Credit Insurance and Export Finance* (Inglês). Malcom Stephens e Diana Smallridge. INTAL-ITD-STA OP-16. 2002.
- Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina* (Espanhol). Jacint Jordana e Carles Ramió. INTAL-ITD-STA DD-15. 2002.
- Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil* (português). Paulo Roberto de Almeida. INTAL-ITD-STA DD-14. 2002.
- El proceso de formulación de la Política Comercial. Nivel uno de un juego de dos niveles: Estudios de países en el Hemisferio Occidental* (Espanhol e Inglês). INTAL-ITD-STA OP-13. 2002.
- Hacia una nueva alianza de comercio e inversión entre América Latina y Asia-Pacífico* (Espanhol: Internet). Mikio Kuwayama. INTAL-ITD-STA DD-12. 2001 (también disponible en Inglês).
- Regional Public Goods in Official Development Assistance* (Inglês). Marco Ferroni. INTAL-ITD-STA OP-11. 2001.
- Breaking from Isolation: Suriname's Participation in Regional Integration Initiatives* (Inglês). Anneke Jessen e Andrew Katona. INTAL-ITD-STA OP-10. 2001.
- NAFTA and the Mexican Economy: Analytical Issues and Lessons for the FTAA* (Inglês). J. Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD-STA OP-09. 2001.
- La integración comercial centroamericana: Un marco interpretativo y cursos de acción plausible* (Espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-08. 2001.
- Negotiating Market Access between the European Union and MERCOSUR: Issues and Prospects* (Inglês). Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD OP-07. 2000.
- The Free Trade Area of the Americas and MERCOSUR-European Union Free Trade Processes: Can they Learn*

from Each Other? (Inglês). Robert Devlin. INTAL-ITD OP-06. 2000.

The FTAA: Some Longer Term Issues (Inglês).

Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Luis Jorge Garay. INTAL-ITD OP-05. 1999.

Financial Services in the Trading System: Progress and Prospects (Inglês). Eric Miller. INTAL-ITD OP-04. 1999.

Government Procurement and Free Trade in the Americas (Inglês). Jorge Claro de la Maza e Roberto Camblor. INTAL-ITD OP-03. 1999.

The Caribbean Community: Facing the Challenges of Regional and Global Integration (Inglês).

Anneke Jessen y Ennio Rodríguez. INTAL-ITD OP-02. 1999.

ALCA: Un proceso en marcha (Espanhol). Nohra Rey de Marulanda. INTAL-ITD DD-01. 1998.

PUBLICAÇÕES INTAL/ITD/SOE

EURO-LATIN STUDY NETWORK ON INTEGRATION AND TRADE (ELSNIT)

Issues Papers. First Annual Conference (Inglês). INTAL-ITD-SOE. 2004

PUBLICAÇÕES DE INT/ITD

DOCUMENTOS DE TRABALHO

La infraestructura de transporte en América Latina. Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 220. Julho 1997, (também disponível em Inglês).

Convergence and Divergence Between NAFTA, Chile, and MERCOSUR: Overcoming Dilemmas of North and South American Economic Integration. Raúl A. Hinojosa-Ojeda, Jeffrey D. Lewis e Sherman Robinson. Working Paper # 219. Maio 1997.

Hacia el libre comercio en el Hemisferio Occidental: El proceso del ALCA y el apoyo técnico del Banco Interamericano de Desarrollo. Enrique V. Iglesias. Documento de Trabajo # 218. Julho 1997 (também disponível em Inglês).

Economic Integration and Equal Distribution. Willem Molle. Working Paper # 216. Maio 1997.

What can European Experience Teach Latin America About Integration. L.A. Winters. Working Paper # 215. Maio 1997.

Facts, Fallacies and Free Trade: A Note on Linking Trade Integration to Labor Standards. Donald J. Robbins. Working Paper # 214. Maio 1997.

MERCOSUR: Logros y desafíos. Carlos Sepúlveda y Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 213. Setembro 1997 (também disponível em Inglês).

De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos. Robert Devlin y Luis Jorge Garay. Documento de Trabajo # 210. Julho 1996 (também disponível em Inglês).

El Mercado Común del Sur: MERCOSUR. Martín Arocena. Documento de Trabajo # 203. Setembro 1995 (também disponível em Inglês).

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Nota Periódica sobre Integración y Comercio en América, Julho 1995; Fevereiro, Agosto y Dezembro 1996; Julho y Dezembro 1997; Agosto y Dezembro 1998; Fevereiro y Outubro 1999; Outubro y Dezembro 2000; Maio 2002; Dezembro 2002; Dezembro 2003; Janeiro 2004; Maio 2004. (também disponível en Inglés e as versões 1997 disponível en português).

El Euro y su efecto sobre la economía y la integración en América Latina y el Caribe. Roberto Zahler. Trabalho presentado en el seminario "El Euro y su impacto internacional" con ocasión de la 40ª Asamblea de Gobernadores do BID, Francia, Março 16, 1999 (também disponível en Inglés).

Separata del Informe de 1996 sobre Progreso Económico y Social en América Latina. Parte II, Capítulo 2: Liberalización comercial. 1996 (também disponível en Inglés).

Unión Económica y Monetaria Europea: Avances recientes y posibles implicaciones para América Latina y el Caribe. Março 1997 (também disponível en Inglés).

Globalización e Integración Regional: consecuencias para América Latina. Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias no el Seminario sobre "Una visión crítica de la globalidad", México D.F., Novembro 1997 (também disponível en Inglés).

Protección, desgravación preferencial y normas de origen en las Américas. Luis Jorge Garay e Antoni Esteveordal. Junho 1995 (também disponível en Inglés).

El nuevo rostro de la integración regional en América Latina y el Caribe. Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias en la Conferencia Anual del Banco Mundial sobre Desarrollo en América Latina y el Caribe, Montevideo, Julho 1997 (também disponível en Inglés).

El Area de Libre Comercio de las Américas: De Miami a Belo Horizonte. Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias en el III Foro Empresarial de las Américas, Belo Horizonte, Maio 1997 (Inglés, Espanhol e português).

Asociación Transpacífica: El papel de América Latina. Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias en la XII Reunión General Internacional del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC XII), Santiago, Setembro 1997 (também disponível en Inglés).

